Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

TAMARA GRIGOROWITSCHS

Um outro espírito, um outro capitalismo

O papel da economia antiga na tipologia do capitalismo em Max Weber

São Paulo
2012

Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Um outro espírito, um outro capitalismo

O papel da economia antiga na tipologia do capitalismo em Max Weber

Tamara Grigorowitschs

Tese de doutorado apresentada à
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências
Humanas da Universidade de São Paulo
para a obtenção do título de Doutor em
Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Antonio Pinheiro Filho.

São Paulo
2012

RESUMO

A partir da publicação da terceira edição de *Agrarverhältnisse im Altertum* (Relações agrárias na Antiguidade, 1909) a noção de “capitalismo” passa a desempenhar um papel central na análise da economia antiga nos escritos de Max Weber. De modo idealtípico, a definição da economia antiga como capitalista envolve a delimitação de suas especificidades e, simultaneamente, oferece um contraponto comparativo fundamental para a constituição do tipo do capitalismo moderno. Em seus escritos sobre a economia antiga, Weber elaborou uma análise fundamentada em dois diferentes níveis de abstração, que englobam tipos diversos de capitalismo; o trânsito entre esses diferentes níveis é o que fundamenta sua análise comparativa das economias moderna e antiga e possibilita uma definição mais acurada do “capitalismo moderno”, em sua dimensão racional.

Palavras-chave: capitalismo, tipologia, Max Weber, Antiguidade, tipos ideais.

ABSTRACT

Since the publication of the third version of *Agrarverhältnisse im Altertum* (“The Agrarian Sociology of Ancient Civilizations”, 1909), the concept of “capitalism” plays an essential role in the analysis of the ancient economy in Max Weber's writings. On the one hand, the classification of the ancient economy as capitalist depends on the understanding of its uniqueness. On the other hand, as the bearer of a special kind of capitalist system, the ancient world's economy offers a counterpoint to the modern economy. This thesis assumes that Weber has worked in his researches on the ancient economy at two different levels of abstraction, which include distinct types of capitalism; the passage from one abstraction level to another is the basis of the comparison between ancient and modern economy, and allows Weber to better define the concept “modern capitalism”, in its rational dimension.

Keywords: capitalism, Antiquity, ideal type, Max Weber, typology.

AGRADECIMENTOS

O apoio, de diversas ordens e em momentos variados, de uma série de pessoas e instituições foi fundamental para a elaboração deste trabalho.

Ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo sou grata pela acolhida formal e por proporcionar uma série de condições fundamentais para o desenvolvimento de minha pesquisa. Também agradeço aos diferentes professores e funcionários que me amparam nas mais diversas situações.

Agradeço à FAPESP e ao DAAD, pois este trabalho provavelmente não teria sido realizado sem os recursos financeiros concedidos por essas duas instituições, assim como não teria sido possível a realização de dois estágios de pesquisa no exterior.

Agradeço especialmente ao Fernando Pinheiro, por esses quase cinco anos de orientação. Sou muito grata pelo seu interesse e disposição já desde a época da elaboração do projeto de pesquisa. Obrigada também pela maneira como conduziu a relação de orientação, que conjugou a liberdade e o incentivo para que eu desenvolvesse uma autonomia de pensamento e, ao mesmo tempo, sua dedicação, materializada nas valiosas leituras, críticas e comentários.

Aos professores Gabriel Cohn e Norberto Guarinello agradeço participação em meu exame de qualificação; as contribuições, sugestões, críticas e incentivo foram muito importantes para a continuidade da pesquisa. Sou grata aos professores Maria Arminda do Nascimento Arruda, Nadya Guimarães, Norberto Guarinello, Sergio Adorno e Sergio Miceli, cujas disciplinas colaboraram, de diferentes maneiras, para o aprimoramento de meu projeto de investigação.

Em minha estadia de pesquisa em Berlim pude contar com a infraestrutura da *Humboldt-Universität zu Berlin* e com o apoio e interlocução do professor Wilfried Nippel, com quem tive conversas decisivas sobre os rumos de minha pesquisa. No período de pesquisa em Munique fui acolhida por duas instituições diferentes: pela *Ludwig-Maximilians-Universität*, sob a supervisão do professor Armin Nassehi, e pela *Bayerische Akademie der Wissenschaften*, onde fui muito bem recebida por Edith Hanke, que me permitiu o acesso a alguns materiais inéditos do espólio de Max

Weber, colocando à minha disposição a infraestrutura de pesquisa da instituição. À Edith também agradeço o simpático “tour Max Weber”, mesmo sob forte chuva. Ainda na estadia em Munique, tive a oportunidade de estabelecer um diálogo muito profícuo com os professores Gangolf Hübinger e Rita Aldenhoff-Hübinger que, em conjunto com Edith, tornaram minha estadia em Munique mais agradável. À Rita também agradeço a leitura atenta de uma parte de meu trabalho; seus comentários e sugestões foram muito encorajadores.

Gostaria de agradecer especialmente a generosidade do professor Hinnerk Bruhns; nossas conversas em sua rápida passagem por São Paulo foram decisivas para a delimitação de meu problema de pesquisa. Sou grata pelo material bibliográfico trazido especialmente para mim, assim como pelo conteúdo de suas palestras ministradas no NeseFi (Ufscar) e no Programa de Pós-graduação em Sociologia da USP. Agradeço também sua pronta leitura, comentários e críticas de uma parte importante desta tese.

Também sou muito grata aos amigos que estiveram ao meu lado durante os diferentes períodos desta pesquisa; muitas dessas amizades foram fruto desse momento. Agradeço ao companheirismo dos meus amigos/colegas da Pós-graduação, especialmente ao Alexandro, Amelia, Anderson, Arthur, Caroline, Francini, Hivy, Juliana, Kibe, Marcia, Patricia, Stefan.

Sou grata ao Martin, Fraya, João, Dani, Glaucia e Natallia pela amizade nos tempos de Alemanha. Também agradeço ao Miguel e ao Rainer pela amizade e pelo interesse por minha pesquisa.

Agradeço à Bel, que há muitos anos me apresentou o mundo das ciências sociais, e às palavras encorajadoras do Fedola, dizendo que “talvez eu levasse jeito para a coisa”.

Ao pessoal da Ecos, e especialmente à Sandra, sou grata pelo período em que me acolheram à espera do início do doutorado. À Sandra também sou grata pela amizade e pelo incentivo, mesmo à distância.

Agradeço à Miranda, que virou “amiga de sempre”, por me ajudar a sustentar com leveza essa versão possível de mim mesma. Muito obrigada também pelo apoio de última hora com a formatação e organização do texto, é bom saber que posso contar com você.

Aos meus queridos amigos Arlenice e Ricardo, Ciro, Erika, Fernanda, Filipa e José Luis, Gabi, Gé e Laurindo, Gloria e André, Heloisa e Sérgio, Irene, Joana e Haroldo, Malu e Pedro, Marcia Consolim, Marcia Tosta, Mariana, Naira, Tales. Um grande obrigada pelos momentos de descontração, pelo encorajamento, pelo interesse ou simplesmente pelo cuidado implícito na pergunta “como vai a tese?”

Sou grata à minha família, especialmente à Rita, ao Sergio, à Helga e à Ruth pelo incentivo, afeto e paciência durante todos esses anos; sou grata também ao interesse e amizade de Fabiola, Letícia, Pedro, Paulinho e Paulo.

Ao Leo, companheiro de Sicília, de Alemanha e de sempre, obrigada pelo afeto e por tudo o que vem junto com ele.

TÍTULOS E ABREVIACÕES

Todas as referências a artigos, textos e livros serão padronizadas e aparecerão em itálico, com seus títulos na língua de sua publicação original, acompanhados da tradução para o português. No caso de títulos muito longos citados várias vezes, serão nomeadas apenas as primeiras palavras do título. Para as obras recorrentemente citadas, optei por nomeá-las de modo abreviado em língua portuguesa.

Por razões de ordem prática, utilizo a denominação *Economia e Sociedade* para designar o conjunto de textos de Weber que foi postumamente organizado e publicado sob esse título – com exceção do texto *A cidade*, que será citado em sua mais recente edição em separado. Vale lembrar que hoje esses textos estão sendo gradualmente publicados na edição das obras completas (Max Weber-Gesamtausgabe - MWG) em volumes temáticos e cronológicos individuais (cf. MWG I/24).

Nas referências ao longo da tese procuro utilizar sempre as datas originais de publicação das obras e textos citados, mas há algumas exceções, como no caso de *A cidade*, publicado apenas postumamente. Ao mencionar esse texto optei por utilizar sua possível data de redação, dado que considero importante situá-lo na cronologia dos escritos de Weber.

ÍNDICE DE TABELAS E ESQUEMAS

58 Tabela 1

135 Tabela 2

147 Tabela 3

145 Esquema 1

234 Esquema 2

SUMÁRIO

9 **INTRODUÇÃO**

1

26 **TIPOLOGIA DO CAPITALISMO EM CONTEXTO: MAX WEBER, UM AUTOR DE REAÇÕES**

27 I Guinada teórico-metodológica ao redor de 1903: capitalismo como problema de
investigação e como categoria analítica

54 II A inserção da economia antiga na tipologia do capitalismo

82 III Capitalismo e economia antiga: uma questão metodológica

2

105 **ENTRE O TIPO IDEAL E A CONFIGURAÇÃO PARTICULAR: O PAPEL DAS TIPOLOGIAS NA ANÁLISE DA ECONOMIA ANTIGA**

106 I Tipologia do capitalismo

140 II Tipologia da cidade

3

183 **UM OUTRO CAPITALISMO. A ESPECIFICIDADE DA ECONOMIA ANTIGA**

250 **CONSIDERAÇÕES FINAIS: UM OUTRO ESPÍRITO**

286 **BIBLIOGRAFIA**

INTRODUÇÃO

Max Weber e a economia antiga

Que a nossa cidade [Atenas] apresente também para o comércio a maioria das comodidades e permita os maiores ganhos, é o que quero explicar agora. Em primeiro lugar, ela oferece aos navios sem dúvida alguma os mais belos e seguros portos, onde se pode deixá-los atracados sem preocupação durante uma tempestade. Ademais, na maioria das cidades os comerciantes são forçados a reabastecer os navios com mercadorias, pois sua moeda não é aceita em todos os lugares. Em Atenas é possível recarregar os navios com a maioria das coisas de que os homens precisam, mas se o comerciante mesmo assim não quiser fazer isso, ele pode levar moedas de prata, que também são uma boa mercadoria. Pois onde quer que as vendam, por toda parte receberão por elas mais do que o seu valor original. (Xenofonte, *Poroi*¹ 3, 1-2, *apud* Mossé, 2004, p. 53)

Apesar de não ter existido no mundo antigo um termo que designasse o que hoje entendemos por economia² – nas múltiplas definições que envolvem os mais diferentes aspectos da produção, circulação e consumo –, é possível reconhecer em determinados períodos e localidades da Antiguidade clássica (sobretudo em Atenas e na República romana) um desenvolvimento não desprezível da dimensão econômica. Ao apresentar certas vantagens econômicas da realização de trocas comerciais em Atenas, o trecho supracitado de Xenofonte leva-nos diretamente ao coração dessas questões, apontando para a relevância de uma economia de trocas cidadina, que envolve o uso do dinheiro e a possibilidade de geração de ganhos econômicos. A ampliação dos mercados nas cidades, as trocas econômicas por vias marítimas, a

¹ Trata-se de um dos poucos escritos de época sobre a economia ateniense, onde Xenofonte (nascido supostamente entre os anos 430 e 425 a.C.) oferece conselhos sobre a administração das finanças e sobre as possibilidades de geração de ganhos econômicos (Der kleine Pauly, 1979, p. 1426).

² O termo *Oikonomia* significava para os gregos a capacidade de bem administrar o *oikos*, a casa (Mossé, 2004, p. 31).

produção gerada nas plantações, o emprego de mão de obra escrava nas oficinas e no comércio, o ganho advindo da cobrança de impostos – para indicar apenas alguns exemplos –, constituíram traços importantes da economia de determinadas cidades desse período. Tratava-se, contudo, de uma economia marcada por características muito singulares: uma de suas principais peculiaridades era a geração de ganhos econômicos preponderantemente condicionada pela dimensão política.

No século XIX, em grande medida em função de uma série de avanços do conhecimento no campo da arqueologia e com a consolidação disciplinar da história antiga, foi recorrente o questionamento acerca dos possíveis significados desse florescimento econômico no mundo antigo. Partindo de perspectivas variadas, historiadores e economistas passaram a indagar sobre a abrangência desse fenômeno: de uma perspectiva histórica evolutiva, questionou-se se a economia antiga clássica poderia ser concebida como primórdio daquilo que resultaria, muitos séculos depois, na economia ocidental moderna; por outro lado, partindo de uma concepção cíclica da história, discorreu-se a respeito das possíveis semelhanças qualitativas entre o desenvolvimento econômico antigo e o sistema capitalista ocidental moderno.

Max Weber (1864-1920) foi um daqueles que se interessou por essas questões. Apesar de seu envolvimento com a história antiga ser em grande parte associado aos seus trabalhos de juventude, uma leitura mais atenta de seus escritos revela que o tema da economia antiga perpassa momentos variados de sua obra, constituindo uma referência importante também em seus escritos maduros. As problematizações elaboradas por Weber na abordagem da Antiguidade variaram ao longo de sua obra, estando fortemente marcadas pelos contextos de debate nos campos da história antiga e da economia. Uma das peculiaridades de sua abordagem foi o papel metodológico atribuído à economia antiga em sua análise, de cunho comparativo, do desenvolvimento do moderno capitalismo ocidental.

O interesse inicial de Weber pela história antiga não pode ser compreendido fora do contexto de sua formação humanista, própria do ginásio alemão de sua época, que ofereceu condições para a aquisição e a ampliação de seu conhecimento do mundo antigo. Diversas cartas de juventude revelam, desde muito cedo, o seu envolvimento com o tema; por volta dos 14 anos de idade Weber já tinha lido não apenas as obras de autores clássicos como Homero, Heródoto, Cícero e Virgílio, mas também os trabalhos de historiadores como Ernst Curtius [*Griechische Geschichte* (História

grega)]e Theodor Mommsen [*Römischer Geschichte* – (História romana)].³

Academicamente, Weber teve uma inserção tríplice nas disciplinas história, economia e direito, e durante sua formação universitária seu envolvimento com a história antiga esteve fortemente relacionado aos cursos de direito romano que frequentou. Ele graduou-se em Heidelberg, onde estudou filosofia, história, economia e direito, e em Berlim⁴, onde cursou direito como disciplina principal, e filosofia e economia como disciplinas complementares. Em 1889, Weber defendeu seu doutorado, intitulado *Zur Geschichte der Handelsgesellschaften im Mittelalter* (História das sociedades comerciais na Idade Média), situado tematicamente na fronteira entre história medieval, economia e direito, sob a orientação do jurista Levin Goldschmidt (1829-1897). Em sua atuação profissional posterior, Weber assumiu primeiramente o cargo de “professor extraordinário” de direito em Berlim (1893), e depois passou a ocupar cátedras de economia nas universidades de Freiburg (1894-1896), Heidelberg (1897-1898⁵), Viena (1918) e Munique (1919-1920); a economia antiga ocupou um papel de destaque em vários desses cursos, ministrados em cátedras de economia.

O envolvimento de Weber com temática da Antiguidade evidenciou-se em seus escritos pela primeira vez em sua *Habilitationschrift* (espécie de tese de livre-docência), redigida aos 27 anos, defendida ao mesmo tempo em direito alemão e romano, sob o título *Die Römischen Agrargeschichte in ihrer Bedeutung für das Staats- und Privatrecht* (História agrária romana em seu significado para o direito público e privado, 1891), tendo como supervisor o estatístico e economista agrário August Meitzen (1822-1910)⁶. Nesse trabalho, Weber interessou-se particularmente pela história romana da organização da exploração da terra, abordando as interdependências entre as estruturas do direito agrário e as relações econômicas e

³ Com este último Weber teve relações de caráter privado ainda em sua adolescência, pois Mommsen era frequentador da casa de seus pais (Mommsen e o pai de Weber, Maximilian Weber, eram juristas).

⁴ Onde foi aluno de Mommsen no curso de direito romano.

⁵ Mesmo sem lecionar, Weber permaneceu formalmente como catedrático da Universidade de Heidelberg por mais alguns anos.

⁶ Meitzen redigiu uma grande obra sobre a “organização agrária dos povos europeus”, intitulada *Siedlung und Agrarwesen der Westgermanen und Ostgermanen, der Kelten, Römer, Finnen und Slawen* (Assentamento e agricultura dos germanos ocidentais e orientais, celtas, romanos, finlandeses e eslavos, 1895). Weber, em sua tese, procurou realizar uma espécie de análise complementar à obra de Meitzen; para isso, estudou intensivamente o trabalho dos agrimensores romanos. Nessa obra, ele também se aproxima bastante dos escritos supracitados de Theodor Mommsen, principalmente no que se refere ao direito público romano.

sociais das diferentes épocas do desenvolvimento agrário romano.

Cinco anos mais tarde, Weber redigiu um pequeno texto intitulado “Die sozialen Gründe des Untergangs der antiken Kultur” (“As razões sociais do declínio da cultura antiga”, 1896), que condensa uma série de temas que aparecem em sua obra posterior e onde despontam as primeiras tentativas de analisar a Antiguidade como “um todo”. Weber defende que não foram causas externas que conduziram ao declínio da cultura antiga, porém seu desenvolvimento interno. Para delimitar quais seriam essas causas internas, indaga a respeito das especificidades da estrutura social daquilo que ele nomeia “cultura antiga”.

Um ano depois (1897) Weber publicou, na renomada enciclopédia *Handwörterbuch der Staatswissenschaften* (Enciclopédia das Ciências do Estado), a primeira versão da obra que viria ser considerada o seu principal trabalho sobre a Antiguidade (quando editada pela terceira vez, em 1909): *Agrarverhältnisse im Altertum* (Relações agrárias na Antiguidade). Weber redigiu-o em duas versões consecutivas (1897, 1898), mas o vértice de tais investigações aparece dez anos depois, em sua terceira edição, com um desenvolvimento conceitual e metodológico totalmente diferente das duas primeiras edições.⁷ Conforme será abordado no primeiro capítulo deste trabalho, o refinamento analítico da terceira edição de *Relações agrárias na Antiguidade* está ligado a uma transformação no modo de formulação de problemas e no desenvolvimento metodológico-conceitual (com a elaboração do instrumento metodológico dos tipos ideais), que marca suas obras a partir de 1904/05.

O interesse de Weber por temas referentes à Antiguidade aparece novamente em suas conhecidas investigações sobre a “cidade” em *Die Stadt* (A cidade, 1913/14⁸), publicadas postumamente primeiro na revista *Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik* (Arquivo para a Ciência Social e a Política Social) e depois em *Wirtschaft*

⁷ Em 1908, poucos meses após a redação da terceira versão de *Relações agrárias...*, Weber proferiu em Heidelberg uma palestra intitulada *Kapitalismus im Altertum* (Capitalismo na Antiguidade), inspirada em alguns aspectos centrais desse texto. Infelizmente, não temos acesso ao seu conteúdo, já que Weber proferiu sua fala livremente.

⁸ Estima-se que Weber tenha escrito o texto nesse período, mas não é claro o contexto em que foi redigido e nem sua possível finalidade (Nippel, 1999). Mas uma série de ideias e formulações de *A cidade* podem ser identificadas de maneira muito similar no conteúdo do curso mencionado a seguir que Weber ministrou em Munique anos depois (*História geral da economia*, 1919-1920) – há por vezes sentenças inteiras que se repetem de modo literal –, algo que mereceria uma investigação mais detida.

und Gesellschaft (Economia e Sociedade, 1921)⁹. Nesse texto, Weber lança mão de seu já então bastante desenvolvido método conceitual-comparativo para analisar aquilo que seria nomeado “cidade” em diversos períodos históricos e localidades, em comparação à cidade “moderna” e “racionalizada” de seu tempo, indagando a respeito da especificidade da formação de uma burguesia citadina no ocidente.

Pouco antes de sua morte, Weber ministrou um curso na Universidade de Munique intitulado *História geral da economia* (1919-1920), publicado em 1923 na forma de um compêndio de anotações elaborado por alunos sob o título *Wirtschaftsgeschichte* (História econômica). Esse curso aborda, de forma comparativa, o desenvolvimento econômico em diversos períodos históricos e localidades, objetivando compreender a formação da economia moderna. A Antiguidade aparece como detentora de formas econômicas particulares, atuando como contraponto comparativo na definição do capitalismo moderno.¹⁰

Além dessas obras específicas, é possível encontrar importantes referências ao período da Antiguidade em diversos outros trabalhos de Weber, como em seus escritos sobre religião ou ao longo de *Economia e Sociedade*, principalmente no segundo capítulo da primeira parte, intitulado “Categorias sociológicas fundamentais da economia”.

Problema de investigação

A proposta original de meu projeto de investigação tinha como problema de pesquisa apontar os caminhos por meio dos quais Weber, em seus escritos sobre a Antiguidade, desenvolve conceitos variados e articulados entre si e os mobiliza em uma análise específica das estruturas sociais do mundo antigo. Além disso, um dos objetivos centrais do projeto era conectar os escritos weberianos sobre a Antiguidade com uma parte de sua obra usualmente estudada no campo da sociologia, demonstrando a importância de suas análises sobre a Antiguidade para o desenvolvimento das noções de capitalismo moderno, capitalismo racional e

⁹ O texto sobre a cidade é hoje publicado como um estudo à parte nas obras completas de Weber.

¹⁰ Apesar de uma série de ideias contidas nesse compêndio de anotações terem sido utilizadas ao longo desta tese como forma de reforçar diversos aspectos de meus argumentos, é importante deixar claro que se trata de uma fonte menos “confiável”, se comparada aos textos do próprio Weber.

racionalidade ocidental. Essa proposta baseava-se na interpretação dos escritos de Weber sobre a Antiguidade exposta por Colognesi – historiador italiano que elaborou a obra mais sistemática a esse respeito. Colognesi defende que *Relações agrárias na Antiguidade* (1909) – como assinalai, a principal obra de Weber sobre o assunto –, em conjunto com seus outros estudos sobre Antiguidade, pode ser compreendida como uma espécie de “estudo programático” das investigações econômicas, sociais e estrutural-históricas da história antiga do século XX; para Colognesi as obras de Weber sobre a Antiguidade poderiam ser analisadas como um “todo inter-relacionado” (Colognesi, 2004).

Partindo dessa perspectiva, meu projeto considerava os escritos de Weber sobre a Antiguidade como uma unidade temática que poderia configurar um objeto-problema passível de ser investigado não somente pela história, mas também pela sociologia. Contudo, ao adentrar na leitura dessas obras e tomar conhecimento do contexto no qual foram escritas (contexto histórico e contexto de debates), percebi que tratá-las como um todo inter-relacionado seria apenas uma possibilidade dentre outras, e que a escolha ou recusa dessa perspectiva dependeria de uma formulação mais precisa de meu problema de pesquisa.

Ao procurar relacionar os dois objetivos centrais de investigação de meu projeto – uma análise da interpretação weberiana a respeito das especificidades das estruturas sociais antigas e os impactos dessa análise em seus escritos sobre a economia moderna e sobre o desenvolvimento da racionalidade ocidental – dei-me conta de que um dos grandes elos de ligação (talvez o mais significativo deles) entre essas duas dimensões da obra de Weber é o papel fundamental desempenhado pela noção de capitalismo, em seus variados desdobramentos. Ou seja, o capitalismo como categoria analítica e, simultaneamente, como problema de investigação é um eixo central que permite conectar os escritos de Weber sobre a economia antiga com uma parte considerável do restante de sua obra – o que inclui diversos capítulos de *Economia e sociedade*, os ensaios mais sistemáticos de seus escritos sobre as éticas econômicas das religiões universais e *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, para nomear alguns dos mais influentes.

Parto da hipótese de que o recurso que permite relacionar essas diferentes obras em torno da noção de capitalismo é o caráter idealtípico desse conceito. A partir do

momento em que Weber começa a trabalhar metodologicamente com a noção de tipos ideais, uma parte considerável de suas obras passa a operar segundo aquilo que poderia ser nomeado “tipologia do capitalismo”. Tal tipologia congrega diferentes tipos de capitalismo, que apresentam níveis maiores ou menores de abstração, estando relacionados direta ou indiretamente a sistemas econômicos histórica, cultural e geograficamente localizados. É no interior dessa tipologia do capitalismo que a economia antiga – mais especificamente a economia greco-romana clássica em seu período de florescimento – desempenha um papel central. Diferentes tipos ideais de capitalismo – capitalismo moderno, capitalismo racional, capitalismo politicamente orientado, capitalismo antigo, etc. – são postos em comparação e são as aproximações, os distanciamentos e as oposições estabelecidos entre eles que permitem a Weber desenvolver suas análises dos sistemas econômicos moderno e antigo.

Além disso, uma segunda hipótese que orienta este trabalho parte da ideia de que, mesmo em suas análises a respeito da economia antiga, Weber trabalha com problemas de investigação que estão articulados a questões da economia moderna. Assim, ao abordar a economia antiga, ele apresenta problematizações e trabalha com conceitos que são em grande parte derivados de suas análises do desenvolvimento do capitalismo moderno. Por meio da comparação que lança mão do instrumento metodológico dos tipos ideais, a questão de fundo norteadora de seu trabalho “[...] não é [...] o desdobramento da atividade capitalista como tal com sua forma mutante: capitalismo aventureiro ou comercial, ou capitalismo ligado à guerra, à política e à administração. O problema concerne, ao contrário, à aparição do capitalismo de empresa burguês, com sua organização do trabalho livre.” (Weber, 1920, p. 10) Ou seja, a questão da especificidade do desenvolvimento do capitalismo moderno, apresentada de maneira explícita em seus escritos posteriores sobre religião, configura também o pano de fundo de suas investigações a respeito da economia antiga. E é exatamente por essa razão que seus escritos sobre a economia antiga demandam ser compreendidos em suas conexões com as problematizações mais gerais a respeito do capitalismo moderno.

A articulação dessas duas diferentes hipóteses conforma meu problema de investigação, qual seja, compreender: 1. como Weber elabora uma definição idealtípica do caráter da economia antiga; 2. no interior de um contexto de problematizações

modernas, as maneiras como características específicas da economia antiga são mobilizadas na elaboração de uma tipologia do capitalismo; 3. o papel da economia antiga naquilo que Weber compreende por sistema capitalista ocidental moderno, na medida em que a comparação por meio de esquemas tipológicos oferece um suporte decisivo para o entendimento do desenvolvimento do capitalismo moderno ocidental, em sua dimensão racional. A economia antiga *não* é em si mesma o objeto de minha investigação, mas sim o papel desempenhado por ela na tipologia weberiana.

Uma vez assim configurado o problema de pesquisa, minha análise toma como ponto de partida o momento da obra de Weber em que a economia antiga, e especialmente a noção de capitalismo antigo, passa a desempenhar um papel idealtípico, no qual se destaca o seu interesse pelas possibilidades metodológicas que a comparação entre as economias antiga e moderna pode oferecer. Essa utilização idealtípica da noção de capitalismo em conexão com a economia antiga materializa-se na terceira edição de *Relações agrárias...*, e em seus escritos posteriores *A cidade*, no segundo capítulo da primeira parte de *Economia e Sociedade* (“Categorias sociológicas fundamentais da economia”), em *História Econômica*, e nas partes mais sistemáticas de seus escritos reunidos de sociologia da religião [*Vorbemerkung* (Nota prévia), *Einleitung* (Introdução) e *Zwischenbetrachtung* (Consideração intermediária)]. Estas são as fontes principais de minha investigação; seus trabalhos anteriores sobre o tema da Antiguidade, bem como outras obras fundamentais a respeito da noção de capitalismo – como *A ética protestante...* – também fornecerão suporte à minha análise, mas não conformarão o cerne desta investigação, seja por não apresentarem uma análise idealtípica da economia antiga, seja por não terem a Antiguidade como tema.

A delimitação mais precisa de meu problema de pesquisa – que implica também esse recorte bibliográfico – torna necessária a relativização da concepção de Colognesi a respeito do tratamento da obra de Weber sobre a Antiguidade como um todo inter-relacionado. Este trabalho pretende demonstrar que há de fato a permanência de certas questões de fundo que podem ser identificadas em momentos e contextos muito diversos ao longo da obra de Weber, o que permite realizar uma análise relacional de vários de seus escritos sobre a economia antiga. Por outro lado, é importante reconhecer as transformações significativas dos modos de análise de Weber ao longo de seu percurso intelectual, para não incorrer no risco da realização

de uma análise ingênua e essencializadora de seu pensamento. Assim, no que tange a questão do capitalismo, acredito ser possível reconhecer uma unidade nos escritos weberianos sobre a Antiguidade a partir do momento em que a noção de “capitalismo” adquire um estatuto idealtípico, o que, no caso da economia antiga, ocorre em seus escritos a partir de 1909. Dessa forma, o que alinhava a seleção das obras investigadas é o meu problema de pesquisa, e não simplesmente o fato de elas abordarem a economia antiga.

Um outro ponto com relação à delimitação de meu problema de investigação diz respeito à escolha por uma abordagem dos aspectos econômicos da análise weberiana das estruturas sociais do mundo antigo. Embora tenham sido abordadas em suas obras sobre a Antiguidade muitas outras dimensões (sociais, políticas, jurídicas, agrárias, etc.), que extrapolam questões propriamente econômicas, quando me refiro aos seus trabalhos sobre “a economia antiga”, refiro-me à perspectiva analítica específica adotada por Weber. Isto é, o ponto de vista econômico é a principal perspectiva a partir da qual ele elabora sua análise das estruturas sociais do mundo antigo, o que não significa que ele não compreenda ou que não tenha abordado muitas outras dimensões além da econômica. A eleição desse ponto de vista em particular está relacionada ao seu interesse mais geral pela questão do capitalismo que, conforme mencionado anteriormente, constitui um pano de fundo central de suas obras sobre a Antiguidade. Esse contexto investigativo, cujo foco repousa na dimensão econômica, é representado pela famosa questão que opera como fio condutor da terceira edição de *Relações agrárias na Antiguidade*: “[...] a Antiguidade conheceu (em uma medida cultural-histórica relevante) uma economia *capitalista*?” (Weber, 1909, p. 334)¹¹

Ao apresentar uma proposta de investigação dessa natureza, este trabalho não objetiva fazer a defesa de um “Weber sociólogo”, nem argumentar em favor de uma perspectiva majoritariamente sociológica, como se sua sociologia fosse a consumação de seu pensamento, com o auxílio da história, da economia, do direito, da filosofia etc. Mas, pode-se afirmar, de modo genérico, que a sociologia hoje,

¹¹ As traduções dos trechos citados (originalmente escritos em alemão) são de minha autoria, em alguns casos, com o auxílio de traduções já existentes para o português ou para outras línguas.

enquanto disciplina diferenciada, reivindica para si uma parte significativa da obra de Weber, seja em razão de sua abordagem de temas considerados clássicos no campo sociológico, seja por seu desenvolvimento conceitual, seja pela peculiaridade de sua metodologia de análise, ou seja ainda pelo fato de Weber nomear “sociológicos” alguns de seus trabalhos. Acredito que um determinado ponto de vista contemporâneo, que parte do princípio da diferenciação e da especialização disciplinar, traz consigo o risco da redução da importância da obra de Weber a nichos disciplinares específicos, algo que configura o oposto do que Weber almejou e realizou em sua obra.

A sociologia como disciplina diferenciada ainda não havia se consolidado na época em que Weber redigiu seus escritos mais significativos sobre a economia antiga, e o debate disciplinar em torno desse tema específico ocorria sobretudo nas áreas da economia e da história, onde se destacavam discussões de caráter metodológico. Weber foi um autor que participou ativamente desses debates e sua obra pode ser lida, em grande medida, como um embate ou uma resposta a essas discussões metodológicas. Entretanto, ao invés de assumir posições marcadas a favor ou contra metodologias de disciplinas específicas, seus posicionamentos transitaram por entre esses diferentes métodos, o que produziu resultados muito particulares em seus modos de análise; e o mesmo se deu com a incorporação e/ou o desenvolvimento posterior de metodologias de análise daquilo que ele passou a nomear “sociologia”.¹²

Desse modo, acredito não haver sentido na defesa da predominância de um caráter “sociológico” na obra de Weber a respeito da economia antiga, como se somente partindo desse pressuposto fosse possível sustentar o interesse da sociologia contemporânea em estudá-la. Mas, ao contrário, ao longo desta tese procurarei demonstrar a impropriedade de classificar essa parte de sua obra – e talvez mesmo sua obra como um todo – como majoritariamente sociológica, histórica, econômica ou jurídica. Essa impropriedade se revela tanto se considerarmos o período em que Weber escreveu, como a perspectiva de especialização disciplinar atual. E isso se deve, por um lado, ao contexto histórico de diferenciação disciplinar em que ele viveu e, por outro lado, a sua maneira peculiar de construção e análise de problemas,

¹² Uma discussão aprofundada dessas questões pode ser encontrada em Bruhns (1996) e, no Brasil, em Mata (2005).

que é, em grande parte, fruto desse mesmo contexto.

Uma vez assumida essa perspectiva de análise, essa particularidade multidisciplinar da obra de Weber pode trazer consigo uma armadilha, a saber, a tentação de estudá-la partindo dessas múltiplas perspectivas – o que, para alguém formada na lógica da especialização disciplinar, se revela impossível. Entretanto, Weber apresenta em sua obra uma solução convincente para esse problema contemporâneo, que é exatamente a ideia da impossibilidade de se analisar um objeto em todas as suas múltiplas e possíveis facetas e a necessidade de recortar uma perspectiva específica que, à sua maneira, ilumine o objeto de maneira significativa. Nesse sentido, a perspectiva aqui adotada – dentro dos limites de minha formação como socióloga – será buscar os nexos entre essa parte específica da obra de Weber e a parte de sua obra usualmente lida e estudada no campo da sociologia. Isto é, procurarei reconhecer, por um lado, as noções, métodos de análise, temas e objetos de investigação desses trabalhos específicos a respeito da economia antiga e, por outro lado, suas relações com algumas noções, métodos e objetos da parte da obra de Weber usualmente estudada no campo da sociologia.

Levadas em conta essas considerações iniciais, acredito ser possível sustentar minha argumentação em duas direções interdependentes, que implicam a abordagem simultânea dos impactos metodológicos e conceituais dos escritos weberianos sobre a economia antiga na análise da questão mais geral do capitalismo moderno. Ou seja, acredito que a maneira como se configura meu problema de pesquisa se justifica (1.) por apresentar uma investigação a respeito do papel metodológico desempenhado pela economia antiga na tipologia do capitalismo; (2.) o que se desdobra na análise de uma série de aspectos importantes da concepção weberiana da economia antiga que são fundamentais para a compreensão de suas obras usualmente lidas no campo da sociologia, em seus aspectos conceituais, metodológicos e de formulação de problemas. Desse modo, a investigação aqui proposta apresenta um sentido amplo, que se mostra relevante não apenas para a sociologia brasileira – onde Weber é usualmente considerado um autor clássico de fundamental importância –, mas também para a teoria sociológica em geral. Com relação ao caso brasileiro, se soma ainda a justificativa de tornar conhecida uma parte de sua obra que praticamente não foi estudada por pesquisadores brasileiros.

A maneira pela qual procurei elaborar uma argumentação que respondesse ao problema de investigação aqui proposto não é uma construção óbvia. Apesar de haver uma série de autores que reconhecem o importante papel desempenhado pela economia antiga para a compreensão do esquema explicativo do capitalismo moderno de Weber – como claramente assinalam os manuais de Kaesler (2003), Whimster (2009) e Schuchter (2009b) –, não há de fato investigações sistemáticas sobre essa questão. Por um lado, acredito que em grande parte isso se deva ao fato de o próprio Weber não ter apresentado uma sistematização a respeito da amplitude do papel desempenhado pela economia antiga em sua obra; e é por isso que enfatizo aqui o caráter interpretativo de minha investigação. Por outro lado, pode-se conjecturar que talvez essas obras de Weber não tenham tido uma recepção à altura pelo fato dele não as ter publicado sob a égide de disciplinas específicas – de toda forma, sabe-se que, no momento em que Weber escrevia, as fronteiras disciplinares não estavam claramente delineadas, não obstante os intensos debates a respeito de seus processos de diferenciação, nos quais Weber se encontrava diretamente envolvido.

No campo da sociologia contemporânea, meu levantamento bibliográfico revela a carência de trabalhos sob a rubrica da sociologia que tenham se debruçado especificamente sobre as relações econômicas, políticas e sociais na Antiguidade e, menos ainda, trabalhos específicos sobre eles. Sociólogos considerados especialistas na obra de Weber mencionam, em diversos momentos e de modos variados, seus textos sobre Antiguidade. Contudo, em sua grande maioria, são trabalhos que se dedicam a temáticas específicas e a Antiguidade só aparece quando relacionada a esses outros temas. Tomemos como exemplo a antologia dos principais textos de Friedrich Tenbruck sobre Weber, *Das Werk Max Webers* (1999) (A obra de Max Weber); Tenbruck trata do tema da Antiguidade de maneira difusa, e esta só ganha destaque quando aborda a dimensão histórica da obra Weber em geral. Do mesmo modo, os textos de Wolfgang Schluchter (1981, 1985, 1991, 2009a) a respeito dos escritos de Weber sobre religião mobilizam o tema da Antiguidade apenas quando útil para a compreensão da análise sociológica da religião. Nos estudos de Stephen Kahlberg (1994) a respeito do método comparativo weberiano, os textos sobre Antiguidade aparecem como forma de ilustrar tal metodologia. Fato semelhante

ocorre com os estudos de Richard Swedberg (2005) a respeito da dimensão econômica da obra de Weber; a Antiguidade aparece quando relevante para pensar o desenvolvimento de uma sociologia econômica weberiana.¹³

Já no campo da sociologia brasileira, a presença da obra de Weber sobre a economia antiga é ainda mais tímida. Os trabalhos que de fato reconheceram a importância do tema foram aqueles realizados no final dos anos 1970 e inícios dos anos 1980 por Gabriel Cohn. Em *Crítica e resignação. Fundamentos da sociologia de Max Weber* (1979), apesar de não ter um interesse específico por essa discussão, Cohn ressalta a relevância das investigações de Weber a respeito da economia antiga para a compreensão da discussão metodológica presente em sua obra. Do mesmo modo, na introdução à coletânea de textos de Weber organizada por Cohn, *Max Weber* (1982), ele retorna ao tema da Antiguidade ao apresentar o texto de Weber *As causas sociais do declínio da cultura antiga*, por ele traduzido e presente na coletânea. Meu levantamento bibliográfico revelou que, além dos trabalhos de Cohn não há outras obras no campo da sociologia brasileira que apresentem um interesse pelo tema da Antiguidade em Weber.

Saindo novamente do contexto brasileiro, pode-se afirmar que foram os historiadores os que mais se interessaram e se dedicaram ao tema da Antiguidade em Weber. Embora os historiadores, em sua grande maioria, privilegiem a relação da obra de Weber a respeito da economia antiga com os trabalhos de outros historiadores da Antiguidade – e não tenham tanto interesse pelas noções e métodos de análise dos demais escritos de Weber em sua relação com sua obra a respeito da economia antiga –, suas análises detalhadas sobre essa parte específica da obra weberiana trazem importantes contribuições para a compreensão de suas particularidades, além de contextualizá-las no interior dos estudos sobre o período da Antiguidade produzidos no século XIX, apontando suas relações com as obras dos

¹³ Vale mencionar ainda o recente compêndio de textos de Max Weber sobre a Antiguidade, *Economie et société dans l'Antiquité précédé de Les causes sociales du déclin de la civilisation antique*, em cujo prefácio Hinnerk Bruhns busca enfatizar a falta de interesse dispensada pelos sociólogos por esses textos e, ao mesmo tempo, sua riqueza para a compreensão da obra “sociológica” de Weber. Ainda no campo da sociologia, merece destaque o livro de John Love, intitulado *Antiquity and capitalism: Max Weber and the sociological foundations of Roman civilization*. Essa foi a única obra encontrada que aborda o tema da Antiguidade em Weber no interior do campo disciplinar da sociologia contemporânea. Contudo, trata-se de um trabalho bastante criticado pelos especialistas, pois considera-se que o autor procurou simplesmente “aplicar” os conceitos e teorias weberianas com a finalidade de analisar a estrutura socio-econômica da Antiguidade romana.

historiadores e economistas que lhe foram referências. Dentre eles podemos citar Moses Finley, Arnaldo Momigliano, Wolfgang Mommsen, Alfred Heuss, Wilfried Nippel, Hinnerk Bruhns, Jürgen Deininger, Luigi C. Colognesi – os quatro últimos considerados especialistas contemporâneos nos textos de Weber sobre Antiguidade

No Brasil, por outro lado, não há trabalhos inteiros no campo da história que se debrucem especificamente sobre essa parte da obra de Weber, mas pode-se dizer que há um crescente interesse por parte dos historiadores pelo assunto. Tenho conhecimento de três trabalhos que merecem ser aqui mencionados: o artigo de Fábio Duarte Joly, “Capitalismo e burocracia: economia e política nas Relações Agrárias na Antiguidade, de Max Weber” (1999), que apresenta de maneira sintética a obra de Weber sobre o tema da Antiguidade e aborda as conexões específicas entre as noções de capitalismo e burocracia; a tese de doutorado de Alexandre Galvão Carvalho, *Historiografia e paradigmas: a tradição primitivista-substantivista e a Grécia antiga* (2007), que apesar de apresentar algumas imprecisões a respeito das obras de Weber e seu contexto, dedica longas páginas ao posicionamento de Weber na controvérsia Bücher-Meyer; e o artigo de Norberto Guarinello, “Modelos Teóricos sobre a cidade no Mediterrâneo Antigo, presente na coletânea Estudos Sobre a Cidade Antiga” (2009). Nesse trabalho, Guarinello apresenta o tema da cidade antiga em suas diversas abordagens metodológicas, onde a análise de Weber adquire um papel de destaque. Além desses trabalhos, também é digna de nota a resenha do volume dos escritos de Weber sobre a economia antiga da edição de suas obras completas (MGW, 2006), elaborada pelo historiador Sérgio da Mata (2011b) e publicada na *Revista brasileira de ciências sociais*. Sua resenha enfatiza explicitamente a importância das investigações weberianas sobre o tema da Antiguidade para a compreensão de suas obras valorizadas no campo da sociologia, com especial destaque para a terceira edição de *Relações agrárias...*

Além dessas obras, pode-se dizer que, desde os anos 1980, uma certa interpretação do pensamento de Weber sobre a economia antiga começa a aparecer nos trabalhos de historiadores brasileiros mediada pela obra de Moses Finley. Finley pode ser considerado um dos grandes divulgadores da obra de Weber no campo disciplinar da história antiga de diversos países, colocando em destaque uma parte de seu trabalho que até então praticamente não havia sido estudada. Por outro lado, sua

leitura dos escritos de Weber apresenta uma interpretação muito particular da economia antiga, restando portanto ainda muitas outras perspectivas da análise weberiana para serem exploradas.

Independentemente de se tratar do campo da história antiga no Brasil ou no exterior, um último ponto que merece destaque com relação a essa parte da obra de Weber diz respeito à sua relevância face aos avanços no campo da história antiga e da arqueologia no último século. Não se pode negar que, do ponto de vista desses avanços, isto é, da perspectiva do conhecimento que se tem hoje da história das sociedades antigas, o trabalho de Weber poderia ser qualificado como irrelevante. O próprio Weber chegou a mencionar esse ponto em momentos variados de suas obras (Weber, 1909, p. 373; 1920, p. 13-14), reconhecendo, por um lado, os limites de uma investigação realizada por um não-especialista, mas, ao mesmo tempo, enfatizando que essa possível irrelevância de uma obra como a sua só faz sentido se analisada da perspectiva do conhecimento especializado, o que enfatiza, mais uma vez, a importância da escolha de pontos de vista apropriados na análise de um trabalho dessa natureza. E é por isso que considero importante enfatizar novamente que o objeto desta tese não é a história antiga em si mesma.

Acredito que aquilo que a interpretação weberiana apresenta de mais relevante com relação à história antiga para o campo diferenciado da história como disciplina é sobretudo de caráter metodológico, o que se revela em seu método comparativo entre diversos períodos históricos e localidades e no desenvolvimento do instrumento metodológico dos tipos ideais. Como sublinhado anteriormente, pode-se dizer que essas mesmas justificativas valem para o campo da sociologia, mas ao aspecto metodológico acrescentam-se outros pontos de igual relevância, que dizem respeito à possibilidade de uma ampliação da compreensão de dimensões fundamentais da obra, dos conceitos, dos temas e noções elaborados por Weber que usualmente despertam o interesse dos sociólogos.

A estrutura desta tese é não cronológica e não apresenta uma análise sistemática obra a obra; mas o que a organiza é a própria construção de meu problema de pesquisa, em suas dimensões conceituais e metodológicas. O primeiro capítulo apresenta alguns

aspectos do contexto acadêmico e intelectual que possibilitaram o desdobramento das análises de Weber sobre a economia antiga, em suas conexões com a tipologia do capitalismo e com a sua própria definição do capitalismo, como problema de investigação e como categoria analítica. Desse contexto fazem parte o seu envolvimento com a *Verein für Socialpolitik* (Associação para política social); sua participação nos debates da Escola Histórica Alemã de Economia Política; seu trabalho como coeditor na revista *Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik* (Arquivo para a Ciência Social e a Política Social); seu especial interesse pela primeira edição da obra de Sombart *Der moderne Kapitalismus* (O capitalismo moderno, 1902); sua participação peculiar na chamada controvérsia Bücher-Meyer; e sua apropriação também singular de certos aspectos das teses defendidas pela chamada Escola Austríaca da Utilidade Marginal. O primeiro capítulo também procura contemplar o contexto da elaboração da terceira edição de *Relações agrárias na Antiguidade* (1909) e o papel fundamental desempenhado por esse trabalho no delineamento de sua tipologia do capitalismo.

O segundo capítulo aborda o cerne de meu problema de investigação, apresentando de maneira detalhada o caráter da tipologia do capitalismo na obra de Weber, a maneira como foi elaborada e o papel desempenhado pela economia antiga nesses esquemas tipológicos. Para fins analíticos, reconhece-se que Weber delineia diferentes tipos ideais de capitalismo em dois níveis de abstração também distintos, que possuem maior ou menor proximidade com os sistemas capitalistas que almeja compreender. Nesse capítulo também são abordadas as correspondências da tipologia do capitalismo com a tipologia da cidade, demonstrando como Weber elabora uma análise das economias moderna, antiga e medieval fundamentando-se na relação de complementaridade entre ambas as tipologias, e entre ambos os conceitos idealtípicos (capitalismo e cidade).

O terceiro capítulo tem como eixo central compreender as maneiras como Weber concebe as especificidades da economia antiga, procurando demonstrar como, a partir da eleição de certas características-chave, delineia-se o tipo ideal do capitalismo antigo. Tais características encontram-se intimamente ligadas a desenvolvimentos específicos das dimensões econômica e política, aos entrelaçamentos de ambas e à relação de subordinação que a dimensão econômica estabelece, em muitas instâncias, face à dimensão política. O último item da tese procura alinhar as discussões apresentadas

nos três capítulos anteriores às problematizações weberianas mais gerais a respeito do desenvolvimento do racionalismo ocidental, em suas relações com a questão do capitalismo moderno. Retomando alguns aspectos da discussão a respeito do racionalismo ocidental em sua oposição à ideia de tradicionalismo, presente em momentos variados de sua obra, esse último item almeja apresentar algumas correspondências entre o papel desempenhado pela economia antiga na tipologia do capitalismo e os possíveis impactos dessa tipologia no desenvolvimento de seu esquema explicativo do racionalismo ocidental moderno e da diferenciação das esferas da vida. Uma vez identificadas tais conexões, torna-se possível o reconhecimento do alcance e da relevância da presença da economia antiga na obra de Weber, em seus desdobramentos não apenas temáticos, mas também conceituais e metodológicos.

1

**TIPOLOGIA DO CAPITALISMO EM CONTEXTO:
MAX WEBER, UM AUTOR DE REAÇÕES**

I. GUINADA TEÓRICO-METODOLÓGICA AO REDOR DE 1903: CAPITALISMO COMO PROBLEMA DE INVESTIGAÇÃO E COMO CATEGORIA ANALÍTICA

Desse modo, só aprenderemos a compreender a sociologia de Max Weber na medida em que conhecermos as condições dos problemas diferenciados das disciplinas históricas de seu tempo. Sua particularidade distingue-se claramente apenas quando sabemos quais conhecimentos, metas e tendências Weber assumiu das disciplinas históricas. Somente assim podemos desejar finalmente compreender o que Weber imaginou e almejou com sua sociologia. (Tenbruck, 1999, pp. 211-212)

Um dos principais elementos propulsionadores da obra de Max Weber foram suas reações a uma série de debates ocorridos no campo intelectual alemão por volta de 1900. Weber foi menos um autor propositor de novas discussões e novas questões, mas, ao contrário, ele foi sobretudo um autor de reações¹⁴. Mas se seus principais problemas de pesquisa não eram dotados de grande originalidade, seus modos de tratamento das questões formuladas ou indicadas por outros eram singulares e estavam impregnados da pretensão de desenvolver soluções de investigação melhores e mais acuradas do que aquelas oferecidas pelos seus proponentes originais. Em princípio, essa afirmação poderia ser entendida de modo muito genérico, no sentido de ser possível afirmar o mesmo com relação a quase todos os autores, isto é, que suas ideias não partem “do nada”, mas que, ao contrário, estão inseridas em um contexto de debates; e que suas obras poderiam ser vistas, em maior ou menor medida, como respostas a esses debates. Mas o ponto que quero enfatizar aqui é a maneira sistemática como Weber reagia às mais diversas discussões, e como essa sua característica reativa foi, de certa forma, traçando uma espécie de “programa de pesquisa” que direcionou tanto seus interesses investigativos como o desenvolvimento de modos específicos de análise.

¹⁴ Uma maior clareza no entendimento dessa postura reativa de Weber devo às discussões com Wilfried Nippel.

Nesse sentido, um método de análise baseado em tipologias não constituiu, por si mesmo, um elemento inovador de sua obra, mas Weber seguiu uma tradição de análises tipológicas que tinha representantes seja na Escola Histórica Alemã de Economia Política – como no caso das análises de Karl Bücher –, seja nas obras de historiadores que lhe eram muito caros, como Jacob Burckhardt e Theodor Mommsen. A diferença da análise de Weber reside nas maneiras como constrói suas tipologias e no papel que desempenham em sua análise – neste caso, com especial ênfase para a tipologia do capitalismo.

A inserção da economia antiga no seu esquema tipológico de análise do capitalismo moderno só foi possível devido a um contexto específico de debates, tanto no campo da economia, como no campo da história antiga. Weber, ao tentar responder às polêmicas deflagradas por esses debates, encontra soluções investigativas que incorporam a economia antiga ao seu esquema explicativo do capitalismo moderno. Assim, é possível afirmar que se ele não estivesse envolvido nesses debates em torno da economia antiga, muito provavelmente a economia antiga não desempenharia um papel de destaque em sua tipologia do capitalismo, como de fato desempenhou. Retorno a esse ponto na segunda parte deste capítulo.

O mesmo pode ser dito a respeito do desenvolvimento do seu interesse pela questão do capitalismo moderno. Weber iniciou sua carreira acadêmica contemplando interesses temáticos muito variados, principalmente no campo do direito e da história antiga e medieval. Mas no momento em que se estabeleceu no campo acadêmico como professor e passou a lecionar em cátedras de economia – e que começou também a participar de grupos de intelectuais em que predominavam debates protagonizados por economistas – seu interesse pela particularidade da economia moderna tomou grandes proporções, algo que se tornou decisivo na sua produção intelectual até o final de sua carreira.

Em meio à grande variedade de debates que instigaram Weber a desenvolver a sua própria obra, é possível reconhecer algumas discussões fundamentais na elaboração da sua análise do capitalismo moderno e da incorporação da economia antiga em seu esquema explicativo. O conteúdo desses debates era variado, pois contemplava desde discussões a respeito da institucionalização de certas disciplinas como a economia e a história, como, a isso ligado, a definição de metodologias de

análise peculiares a cada uma dessas disciplinas. Esses debates também tratavam dos conteúdos temáticos que deveriam ser abordados por tais disciplinas, bem como da necessidade ou não de um aparato conceitual no tratamento de tais problemas.

Especificamente com respeito à temática da economia moderna, um dos assuntos centrais debatidos a partir da segunda metade do século XIX, principalmente no campo disciplinar da economia alemã – disciplina lecionada por Weber entre os anos 1894-1897 – tratava do conjunto de transformações sócio-econômicas ligadas ao processo de industrialização e de urbanização ocorridas na Alemanha nesse período. Esses problemas interpelavam a economia, como campo disciplinar em processo de diferenciação e legitimação, com questões de diversas ordens: Como explicar essas transformações sócio-econômicas? Quais metodologias devem ser utilizadas em uma análise dessa natureza? Quais são as categorias mais adequadas para explicação de tais fenômenos? A teoria econômica clássica fornece um aparato conceitual e metodológico adequado para tal análise? E assim por diante.

Foram questões como essas, muito discutidas em diversos círculos intelectuais de sua época, que orientaram as investigações de Weber a respeito do capitalismo moderno e da racionalidade ocidental, amparando o desenvolvimento de seu método comparativo por meio de tipologias; e é também nesse contexto que a economia antiga, de modo idealtípico, adquire um papel importante em sua análise do capitalismo moderno.

O tratamento do capitalismo simultaneamente como problema de investigação e como categoria de análise – assim como o desenvolvimento de uma metodologia comparativa por meio de tipologias, que incorporou a economia antiga – desabrochou na obra de Weber em um momento muito específico de sua carreira intelectual. Assim, com relação a esse tema, se for plausível afirmar que houve uma grande “guinada” teórico-metodológica ao longo de sua obra¹⁵, pode-se afirmar que essa guinada não ocorreu no período ao redor de 1911-1912 – período do início da escrita do conjunto de textos que viria ser posteriormente nomeado *Economia e Sociedade* e que representa para muitos estudiosos de Weber uma “guinada sociológica” de sua obra em direção à sociologia (cf. Mommsen, 1974). Mas, ao contrário, essa guinada se deu por volta de 1903-05, período que corresponde ao seu

¹⁵ Aspecto defendido por uma série de especialistas na obra de Weber e que será novamente abordado no capítulo 2.

retorno ao meio intelectual após 5 anos de afastamento por razões de saúde. Foi nessa época que Weber assumiu a coedição da revista *Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik* (Arquivo para a Ciência Social e a Política Social), elaborou a primeira edição de *Die protestantische Ethik und der Geist des Kapitalismus* (A ética protestante e o espírito do capitalismo, 1904-1905), redigiu o texto *Die "Objektivität" sozialwissenschaftlicher und sozialpolitischer Erkenntnis* (A "objetividade" do conhecimento na ciência social e na política social, 1904) e passou uma temporada nos Estados Unidos.¹⁶

Acredito que os problemas de investigação, o aparato conceitual e a metodologia de análise apresentados tanto na introdução ao primeiro volume da revista supracitada como no conteúdo dessas duas obras são muito diferentes dos trabalhos de Weber elaborados até então, e revelam um amadurecimento analítico e um posicionamento mais independente com relação aos grupos de intelectuais aos quais Weber se alinhava até o seu período de convalescença. Além disso, essa transformação no seu modo de análise e o desenvolvimento de suas investigações a respeito do capitalismo moderno refletiram-se nas maneiras de incorporação da economia antiga em sua obra a partir de então – como bem demonstra a terceira edição de *Relações agrárias...* –, de modo que a Antiguidade passa a desempenhar um papel muito relevante na construção da tipologia do capitalismo e no esquema explicativo que orienta sua análise da racionalidade ocidental.

Este capítulo introdutório trata exatamente desse contexto de transformação nos modos de análise e de formulação de problemas de Weber, que culminou no desenvolvimento de uma tipologia do capitalismo. Inicialmente, apresento alguns aspectos do contexto do ambiente intelectual no qual Weber estava envolvido até seu período de convalescença. Em um segundo momento, procuro destacar a maneira mais madura e autônoma pela qual Weber retoma suas atividades acadêmicas em

¹⁶ Sukale (2002) e Bruhns (2004) também enfatizam aspectos semelhantes. Sukale, em sua biografia de Weber, afirma que olhar para a obra de Weber buscando grandes rupturas rumo à sociologia é uma leitura possível, mas não é a única. Pois há uma série de problematizações e mesmo de posturas metodológicas que estiveram presentes em seus escritos antes de Weber demonstrar interesse pela assim chamada "sociologia".

Bruhns enfatiza outros aspectos dessa questão: "Quand les sociologues ou les économistes renoncent à s'intéresser de plus près aux travaux dits 'historiques' de Weber et à les inclure dans ses réflexions théoriques, ils succombent souvent à la tentation de lire dans l'oeuvre de Weber une évolution vers une sociologie économique abstraite qui ne s'y trouve pas. À l'inverse, lorsque les historiens se contentent de lire des textes tels que *Agrarverhältnisse* ou *Die Stadt* comme des travaux sur l'Antiquité ou le Moyen Âge, ils risquent de passer à côté de liens essentiels." (Bruhns, 2004, p. 206)

torno do ano de 1903, que coincide com a assunção da coedição da revista supracitada. Busco demonstrar como essas transformações se refletiram em seu posicionamento com relação à principal obra desse período a respeito da noção de capitalismo: *Der moderne Kapitalismus* (O capitalismo moderno, 1902), de Werner Sombart, de modo que, ao reagir às formulações de Sombart, Weber passa a conceber o capitalismo simultaneamente como problema de investigação e também como categoria analítica central em suas obras.

A apresentação desse contexto é importante, pois acredito que a incorporação posterior da economia antiga na tipologia do capitalismo é em grande parte reflexo das transformações do modo de análise de Weber que ocorreram entre os anos 1903-1905, de forma que muitas das questões e debates que aparecem nas entrelinhas de suas obras a respeito da economia antiga (a partir de 1909) remetem a esse período. Além disso, procuro demonstrar como Weber incorpora a economia antiga na elaboração de uma tipologia do capitalismo ao se posicionar frente a um famoso debate a respeito do uso da noção de capitalismo na análise da economia antiga, conhecido como “controvérsia Bücher-Meyer”. Enfatizo a importância dos impactos desses posicionamentos de Weber para o desenvolvimento de sua própria obra e busco demonstrar como, ao se posicionar frente a esses debates, sua obra extrapola o conteúdo dos próprios debates e desenvolve-se de maneira muito particular.

Tanto o contexto do desenvolvimento da terceira edição de *Relações agrárias...*, como seu conteúdo, operam como eixos principais que estruturam a segunda parte deste capítulo, pois, da perspectiva de meu problema de investigação, trata-se da obra mais representativa dessa transformação do modo de análise de Weber – tanto por se tratar do primeiro trabalho que tem a economia antiga como tema após 1903, como pela possibilidade da comparação com suas duas edições anteriores, o que permite aquilatar como ocorreram essas transformações de caráter conceitual e metodológico, assim como suas novas maneiras de formulação de problemas. É claro que outras obras de Weber do mesmo período também refletem essas transformações – isso aparece principalmente em *A ética protestante...* – mas como a economia antiga não se constitui como tema nesses trabalhos, eles serão contemplados em minha análise apenas na medida de suas ligações com a questão da tipologia do capitalismo.

Uma vez tendo apresentado o contexto no qual emergiu o interesse de Weber pela inserção da economia antiga em seu esquema explicativo do capitalismo moderno, o último item deste capítulo aborda o papel eminentemente metodológico que a nomenclatura “capitalismo” desempenha na teoria dos tipos ideais weberianos, revelando assim o principal sentido da adjetivação “capitalista” à economia antiga.

Ambiente intelectual do jovem Weber “economista”¹⁷

Desde sua juventude, o engajamento de Weber em discussões a respeito da economia moderna ocorreu em um contexto de grandes tensões, polêmicas e debates no campo intelectual alemão do entre-séculos (XIX-XX), decorrentes, em grande parte, do processo de institucionalização acadêmica de uma série de disciplinas. A participação de Weber nesses debates ocorria em várias frentes, dentre as quais merecem destaque dois ambientes intelectuais muito distintos: sua filiação à *Verein für Socialpolitik* (Associação para política social) e seu envolvimento intenso nos debates de um grupo de renomados economistas que passou a ser nomeado posteriormente Escola Histórica Alemã de Economia Política.¹⁸

A *Associação para política social*, fundada em 1872, foi um grêmio de discussão e pesquisa que ocupou um lugar de destaque nos debates políticos e intelectuais acerca da política social e econômica na Alemanha do segundo Império, incentivando e financiando diversas pesquisas que tinham como tema problemas econômicos, sociais e políticos. Com variações temporais que penderam ora para uma postura mais conservadora, ora para perspectivas mais liberais, ao longo de seus 50 anos de atividade, os trabalhos da associação procuraram influenciar a opinião pública e fornecer embasamentos para a formação de novas plataformas sociais. A enquete na qual Weber trabalhou em 1892, intitulada *Die Lage der Landarbeiter im ostelbischen Deutschland* (A situação dos trabalhadores rurais na Alemanha ao leste do Elba), é um exemplo bastante conhecido do tipo de trabalho realizado no interior da associação, e será abordada com mais detalhes no final desta tese.

¹⁷ Trata-se aqui de um recorte proposital das relações de Weber com o campo disciplinar da economia, pois, dada sua inserção multidisciplinar, estivesse o problema de investigação desta tese construído de outra maneira, poder-se-ia enfatizar o jovem Weber “historiador”, como no caso do artigo de Mata (2011a).

¹⁸ Uma análise detalhada sobre esse assunto pode ser encontrada em Shionoya (2004) Nau (1997, 2002), Schumpeter (1954), Eisermann (1956).

Grosso modo, é possível diferenciar três grupos geracionais distintos que tomaram parte nos trabalhos da associação. O primeiro grupo era composto por seus fundadores, nascidos entre 1835-1850, dentre os quais estavam os economistas Gustav Schmoller, Adolf Wagner, Lujo Brentano, Karl Bücher, etc.; o segundo grupo congregava uma geração intermediária de nascidos entre 1855-1870, como Max Weber, Alfred Weber, Werner Sombart, Heinrich Herkner, Ferdinand Tönnies, Gerhard v. Schulze-Gawërnitz, Walther Lotz, Carl J. Fuchs, etc.; e havia por fim o grupo da geração nascida depois de 1870, como Josef Schumpeter, Arthur Spiethoff, Robert Wilbrandt, Leopold von Wiese, Johann Plenge, etc. (cf. Demm, 1988, p. 119, 120; cf. Krüger, 1988, p. 99).

No interior da associação, representantes de gerações distintas se uniam uns aos outros em alianças que representavam os seus interesses e convicções comuns. Havia três principais linhas de posicionamento político, encabeçadas por membros da geração mais antiga: Schmoller, Wagner e Brentano/Bücher. Os dois primeiros defendiam posições mais “conservadoras”, se vistas de uma perspectiva liberal: Wagner se considerava um socialista do Estado, defendendo a estatização de várias instituições, e Schmoller era partidário de uma política social estatal geral que congregasse os trabalhadores. Já Brentano e Bücher, que tinham posições mais liberais, consideravam a política social alemã autoritária e anti-democrática e defendiam uma separação entre Estado e reforma social, que deveria ser conduzida pelos trabalhadores. Weber, que era membro da associação desde 1888, se alinhava com a posição política social liberal de Brentano e Bücher, defendendo o livre comércio e se posicionando contrariamente ao protecionismo, à cartelização, à burocratização da vida política etc. (cf. Demm, 1988, p. 119-120, 123).

Na virada do século a associação perdeu força, por um lado, por conta das tensões oriundas de posicionamentos políticos de seus membros, que envolviam discordâncias com relação ao desenvolvimento industrial alemão, às relações de trabalho e ao papel do Estado nessas questões, e também pelo uso político da associação com finalidades propagandísticas. Mas, por outro lado, a associação também declina devido a fatores externos: problemas com o financiamento de publicações, expansão da formação universitária etc. (cf. Krüger, 1988, p. 98, 99).

Simultaneamente, Weber envolveu-se com os debates deflagrados em meados do século XIX no contexto da institucionalização disciplinar da economia, protagonizados por um grupo de economistas alemães que viria ser conhecido posteriormente como Escola Histórica Alemã de Economia Política. Esse grupo contou com a participação três diferentes gerações de economistas, que se opunham fortemente à chamada economia política clássica e sua defesa de um enfoque racionalista e com pouca ancoragem histórica. Os economistas da Escola Histórica Alemã de Economia Política estavam interessados em pensar a dimensão histórica da economia e, partindo dessa perspectiva, definir suas metodologias de investigação. Predominantemente, não havia entre eles pontos de vista comuns a respeito de tais metodologias, mas, pelo contrário, suas discussões eram marcadas sobretudo por discordâncias intra e extrageracionais. A geração que iniciou esses debates era composta por Friedrich List (1789-1846), Wilhelm Roscher (1817-1894), Bruno Hildebrand (1812-1878) e Karl Knies (1821-1898); à geração intermediária pertenciam, dentre outros, Gustav Schmoller (1838-1917), Karl Bücher (1847-1930) e Lujo Brentano (1844-1931); e a geração mais jovem era composta por Max Weber (1864-1920), Werner Sombart (1863-1941) e Arthur Spiethoff (1873-1957) – pode-se perceber que alguns dos integrantes da segunda e terceira gerações também participavam, como primeira e segunda gerações, da associação anteriormente mencionada.

Dentre as diversas discussões em que os integrantes da Escola Histórica Alemã de Economia Política tomaram parte, merece destaque um debate de grande alcance protagonizado por sua segunda geração, em especial Schmoller, e que tinha como antagonista um outro grupo de economistas, conhecido como Escola Austríaca da Utilidade Marginal. Esse debate, iniciado em torno de 1883 entre Carl Menger e Gustav Schmoller e posteriormente nomeado “querela do método”, indagava a respeito da relação entre história e teoria no interior do campo disciplinar da economia, denominado na época economia política. Pode-se dizer que terceira geração da Escola Histórica Alemã de Economia Política “herdou” diversas questões de ordem metodológica colocadas pela “querela do método”, o que teve um forte impacto na obra de Weber. Esse ponto será abordado de maneira mais detalhada ao final deste capítulo.

Acredito ser importante destacar a participação de Weber nesses dois diferentes ambientes intelectuais que em parte se superpunham pois, ao longo desta tese diversos aspectos desse contexto – bem como suas relações com as obras de alguns protagonistas desses debates – serão retomados e discutidos em maior detalhe. De maneiras distintas, ambos os ambientes foram fundamentais no despertar de seu interesse investigativo pelo campo temático da economia, cujas consequências se estendem até os seus escritos sobre a economia antiga. Além disso, o período no qual Weber participou ativamente desses círculos intelectuais coincidiu com a época em que atuou academicamente como “professor extraordinário” de direito em Berlim (1893), e depois como professor de economia, em Freiburg (1894-1896) e em Heidelberg (1897-1898). Mesmo tendo defendido suas teses de doutorado e habilitação em direito e história, no curto período de 5 anos em que atuou profissionalmente como professor universitário Weber leciona majoritariamente em cátedras de economia.¹⁹ Seu interesse por uma série de problemas do campo disciplinar da economia reflete-se também em suas obras desse período, seja em sua já citada enquête sobre os trabalhadores rurais financiada pela associação supramencionada (1892), seja em seu estudo sobre a bolsa de valores (1895), seja nas duas primeiras edições de *Relações agrárias...* (1897, 1898). Esse envolvimento disciplinar com a economia foi um dos grandes impulsos para sua atuação nos debates protagonizados pelos membros da Escola Histórica Alemã de Economia Política e, como procurarei demonstrar ao longo da tese, exerceu posteriormente impactos decisivos no desenvolvimento de sua tipologia do capitalismo.

Retorno amadurecido ao meio intelectual: o trabalho na revista *Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik* (Arquivo para a Ciência Social e a Política Social)

Em 1898, Weber desliga-se de todas as atividades acadêmicas e grupos de intelectuais dos quais participava²⁰, deixando de lecionar e publicar por um período

¹⁹ Suas cartas revelam que, já na época de sua graduação, Weber demonstrou bastante interesse pela economia e em especial pela economia inglesa clássica – principalmente pelos escritos de Adam Smith –, e frequentou muitos cursos de economia, ministrados por grandes nomes da Escola Histórica Alemã de Economia Política (Mommsen, 2009, pp. 1-2).

²⁰ Por conta de um colapso nervoso supostamente deflagrado por fortes tensões com seu pai, seguidas

de 5 anos. Ele só retorna ao meio intelectual em 1903, ao participar de algumas atividades acadêmicas (que não envolviam mais lecionar), seguidas da assunção da coedição da revista *Archiv für Sozialpolitik e Sozialwissenschaft* (Arquivo para a Ciência Social e a Política Social) (e de sua viagem para os Estados Unidos). O início do seu trabalho na revista representa um momento muito importante na vida pessoal e intelectual de Weber, pois corresponde ao seu regresso ao ambiente intelectual após esse período de recolhimento. Os trabalhos que Weber viria a desenvolver a partir de então revelam uma transformação bastante significativa de seus modos de análise em diversas instâncias.

Por mais difícil que seja determinar as causas dessa transformação nesse período, reconhece-se no conteúdo da “Apresentação” escrita para o primeiro volume da revista traços de uma postura mais independente frente a instituições e grupos dos quais participava anteriormente, assim como um posicionamento mais independente face a campos disciplinares específicos (pois ele não volta a lecionar nesse período). Essa independência e autonomia também se refletem em suas obras da mesma época. Por outro lado, seu trabalho na revista constituiu uma forma de posicionamento frente aos debates protagonizados por esses mesmos grupos, de modo que muitos dos temas que faziam parte das discussões no interior da associação e da Escola Histórica Alemã de Economia Política foram contemplados de modo crítico tanto na introdução ao primeiro volume da revista como nas obras singulares de Weber.

A revista *Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik* (Arquivo para a Ciência Social e a Política Social) havia sido originalmente fundada em 1888 pelo socialista Heinrich Braun e denominava-se *Archiv für soziale Gesetzgebung und Statistik* (Arquivo para legislação social e estatística). Em 1903, essa revista é comprada por Edgard Jaffé, que passa a editá-la em conjunto com Weber e Sombart. Os novos editores atribuíram-lhe não somente um novo nome, mas sobretudo um direcionamento investigativo muito distinto. A “nova” revista foi publicada até 1933 e apresentou diversos artigos de seus próprios editores, principalmente de Sombart e Weber – muitas das obras de Weber a partir desse período foram originalmente publicadas na revista, como as já citadas *A “objetividade” do conhecimento...* e *A ética protestante...*, bem como, posteriormente, seus escritos sobre a ética econômica

da morte do mesmo.

das religiões universais, entre outras. Essa revista possui até hoje grande reconhecimento no meio intelectual, e contou com artigos de colaboradores consagrados como Simmel, Tönnies, Michels, Mannheim, Schumpeter, Scheler, Troeltsch, Kelsen, Lukács, etc.

As relações que os três editores estabeleceram entre si e os papéis que assumiram dentro da revista foram de naturezas diferentes. Jaffé (1866-1921) teve uma inserção acadêmica tardia, sendo doutor pouco antes da assunção da revista (apenas em 1902) e tornando-se professor universitário em 1909, em Heidelberg, e depois em 1910, em Munique. Ele não estava envolvido diretamente com o campo disciplinar da economia, mas sua área de interesse intelectual residia principalmente no campo da filosofia. Por esses motivos – e também dada sua familiaridade com os negócios –, Jaffé era responsável sobretudo pela parte administrativa da revista e não publicou nela nenhum artigo individual até 1914. Acredita-se que Jaffé se manteve na revista principalmente por ser, dentre os três editores, o de melhores condições econômicas para financiá-la (cf. Ghosh, 2010, p. 98).

Já Weber e Sombart cuidaram sobretudo do conteúdo da revista e publicaram nela regularmente. Ambos pertenciam a um mesmo grupo geracional e se envolveram ativamente tanto com a associação supracitada, como com os debates da Escola Histórica Alemã de Economia Política, compartilhando muitos interesses de investigação e maneiras de formulação de problemas ligados ao campo disciplinar da economia. Tanto Weber como Sombart ocupavam postos de professores universitários²¹ – apesar da posição de Sombart em Breslau ter um *status* inferior em comparação ao último posto assumido por Weber em Heidelberg – o que conferia à revista um caráter de credibilidade, devido ao prestígio de ambos como professores (cf. Ghosh, 2010, pp. 71, 72). Weber e Sombart permaneceram na coedição da revista até 1908, quando passam a membros da comissão editorial, mas mesmo assim continuaram publicando nela com frequência. A partir desse momento, Jaffé assume sozinho o papel de editor.

Sombart tinha relações pessoais e afinidades ideológicas com Braun, o editor anterior da revista, da qual tinha sido um colaborador assíduo. Braun desejava que Sombart assumisse sozinho a edição da revista, mas este não tinha interesse e nem

²¹ Embora Weber não lecionasse mais, ele ainda era formalmente catedrático da Universidade de Heidelberg.

condições financeiras para cuidar de sua parte administrativa. Esses motivos fizeram com que Sombart se unisse na coedição da revista a Jaffé, principalmente por questões financeiras, e a Weber, por sua credibilidade no meio acadêmico (cf. Ghosh, 2010, p. 74) e por uma afinidade com seus interesses de investigação. Nota-se então que os três coeditores foram movidos por interesses diferentes ao assumirem essa empreitada na revista: o recém-doutor Jaffé teve a oportunidade de realizar um trabalho conjunto com dois professores com grande credibilidade no meio acadêmico (principalmente no caso de Weber), o que provavelmente fortaleceu a sua própria inserção nesse meio; para Sombart concretizou-se a possibilidade de “continuidade” do trabalho de seu antecessor socialista na revista; e para Weber a edição da revista representou uma oportunidade de retorno ao meio intelectual em uma posição mais autônoma e em um meio de comunicação já reconhecido positivamente no âmbito acadêmico.

Ao assumirem a revista, os editores redigiram uma “Introdução” ao seu primeiro volume – publicada em 1904 e assinada pelos três – com o objetivo de apresentar aquilo que denominaram “problema científico” da revista, que se ligava exatamente à questão (da concepção) do capitalismo como problema central de análise. Por um lado, a introdução enfatiza uma certa continuidade com o tipo de trabalho que vinha sendo elaborado por seu antigo editor, defendendo ter sempre se tratado de uma “revista especial” que se ocupava da “questão dos trabalhadores”. Por outro lado, os novos editores se autodefinem como uma “jovem geração” que propõe mudanças na perspectiva do tratamento desse mesmo problema (cf. Weber, Sombart, Jaffé, 1904, p. I-II). Defendem que a questão dos trabalhadores já estava sendo contemplada por muitas outras revistas, até mesmo estrangeiras, e que a peculiaridade da “nova revista” estaria exatamente no tratamento dessa questão do ponto de vista de seu significado cultural e histórico, devendo desse modo ser tratada como expressão de um processo muito mais amplo: o desenvolvimento do capitalismo (moderno) (cf. Weber, Sombart, Jaffé, 1904, pp. I-II). Nesse sentido, a revista estaria impregnada de um caráter peculiar não tanto pelo seu conteúdo temático, mas sim por sua perspectiva de abordagem desse conteúdo.

Também do ponto de vista dos editores pretendia-se romper com barreiras nacionais e disciplinares, pois o capitalismo deveria ser tratado como um “fenômeno

internacional” e, nesse sentido, dever-se-ia buscar compreendê-lo onde quer que se encontrasse. Por outro lado, para compreender os condicionamentos econômicos dos fenômenos culturais seria necessária uma perspectiva multidisciplinar, que envolvesse não apenas a economia e a história, mas também a filosofia do direito, a ética social e a “sociologia” (cf. Weber, Sombart, Jaffé, 1904, p. II, III), como campo disciplinar ainda em processo de diferenciação.²²

²² Há uma discussão recente em torno da autoria dessa “Introdução” ao primeiro volume da revista, iniciada sobre tudo por Ghosh (2010). Ele acredita que a grande maioria dos especialistas contemporâneos na obra de Weber atribuem esse texto principalmente ou exclusivamente a Weber, o que seria resultado de uma mitificação da obra e da importância de Weber frente aos outros editores, e que teria levado a uma supervalorização irrefletida de sua participação na revista. Ghosh analisa em detalhes a maioria dos parágrafos dessa introdução e, em conjunto com dados biográficos – como uma carta escrita por Sombart para a mulher de Braun, onde ele afirma ter redigido a introdução sozinho e com apenas contribuições pontuais e de pouca importância de Weber – e do contexto do entorno de 1903-04, conclui que grande parte do texto foi escrito sobretudo por Sombart.

De fato, é bastante evidente que o estilo de escrita de Weber não aparece nesse texto e a ênfase na “questão dos trabalhadores”, numa perspectiva de psicologia social e na continuidade do tipo de trabalho realizado pelos antigos editores revela uma grande proximidade com os interesses de Sombart. A expressão “questão dos trabalhadores”, se entendida em um contexto de interesses socialistas, pode ser vista como um tema sombartiano. Mas não se deve esquecer que Weber também demonstrou interesse pela temática dos trabalhadores em suas obras, como no caso de sua enquete supracitada ou em seu texto *Zur Psychophysik der industriellen Arbeit* (Sobre a psicofísica do trabalho industrial) (1908/1909). A maneira como a questão dos trabalhadores aparece nessa introdução assinada pelos três editores dá margem para interpretações nos dois sentidos, de modo que se torna difícil atribuir a primazia dos interesses de Sombart.

Ghosh fez um levantamento dos manuscritos de Weber desse período e encontrou um pequeno texto do ano de 1904 redigido apenas por Weber que, segundo ele, poderia ter sido pensado como introdução ao número inicial da revista. Esse texto não conteria o enfoque de tendência socialista e de continuidade presentes na introdução publicada e teria alguns apontamentos de caráter metodológico característicos dos interesses de Weber desse período. Ghosh acredita que tanto Weber como Jaffé achavam que Sombart seria apenas um “ornamento” na revista e que não causaria maiores problemas; mas essa impressão de ambos não se concretizou e, segundo carta de Jaffé do período, Sombart estava muito ansioso para participar de tudo (cf. Ghosh, 2010, p. 83-84). Ainda segundo Ghosh, como a participação na revista desempenhava para Weber um papel muito mais importante do que para Sombart – dado o afastamento de Weber do mundo acadêmico – ele teria aberto mão dessa introdução e oferecido o espaço para Sombart redigir o seu próprio texto; e teria utilizado o espaço destinado aos artigos para exprimir suas próprias perspectivas, o que se evidencia em seu artigo *A “objetividade” do conhecimento nas ciências sociais* – artigo de abertura do primeiro volume da revista publicado em três partes, a segunda delas redigida por Weber em nome dos três editores.

Considero que essa é uma interpretação possível, mas unilateral. Pois, por outro lado, – e o próprio Ghosh reconhece esse ponto – a introdução publicada também apresenta uma ênfase na transformação da perspectiva de análise e formulação de questões da nova revista frente a “revista antiga”, bem como um interesse multidisciplinar, um enfoque histórico-universal e, sobretudo, uma prevalência de um modo de análise que valoriza os fenômenos culturais e históricos em suas correlações com a economia – traços que remetem aos interesses de Weber, assim como em grande parte também aos de Sombart. Já uma contribuição específica dos interesses de Jaffé não se reconhece em nenhum momento do texto. Por esses motivos, não creio que seja cabível uma atribuição da autoria desse texto seja a Sombart, seja a Weber; e nesse sentido a polêmica levantada por Ghosh é importante porque ajuda a desmistificar a ideia da dominação dos interesses e perspectivas de Weber frente aos outros dois editores na definição dos conteúdos da revista.

Creio que se trata de um texto conjunto, provavelmente elaborado de início por Sombart e depois

Aquilo que se apresentava para Weber e seus coeditores como uma perspectiva peculiar à sua revista, – aquilatar como e onde a economia influencia os “fenômenos culturais” e vice-versa – era já uma questão bastante discutida no âmbito do pensamento alemão e fonte de diversos debates no interior da Escola Histórica Alemã de Economia Política. Isso significa que essa perspectiva, considerada por seus editores como “diferenciada”, podia ter um caráter de peculiaridade frente a outras revistas, mas não frente as pesquisas do grupo de economistas com que tinham trabalhado anteriormente e com o qual ainda dialogavam intensamente. Nesse sentido, creio que a grande perspectiva inovadora apresentada na introdução da revista não foi tanto a proposta em si, mas sim a maneira como ela foi executada, que envolveu o tratamento do capitalismo como problema central de análise e, ao mesmo tempo, a sua transformação em categoria analítica; uma perspectiva e aparato conceitual novos frente ao tipo de análises propostas pelos integrantes da Escola Histórica Alemã de Economia Política.

Isto é, assim como seus outros colegas economistas membros da Escola Histórica, Weber e Sombart interessavam-se pelo contexto sócio-histórico da Alemanha a partir da segunda metade do século XIX: os problemas do estabelecimento do liberalismo com um possível enfoque democrático na Alemanha – e, no caso de Sombart, as possibilidades do estabelecimento do socialismo –, a formação de um Estado Nacional, e o profundo processo de transformação social, de urbanização e de industrialização, que culminou no problema da transição de um modo de produção agrário para um modo de produção industrial, principalmente na região da Prússia oriental. Mas, diferentemente das perspectivas de seus contemporâneos da Escola Histórica Alemã de Economia Política, na análise dessas questões a noção de capitalismo adquire uma grande força explicativa para os dois autores.

Apesar da ênfase aqui adotada nos aspectos positivos da participação de Weber como coeditor da revista, é importante ressaltar que havia uma série de tensões entre

complementado e corrigido por Weber, e que representava muito mais do que apenas os pontos de vista de cada um de seus autores. Isto é, tratava-se também de uma introdução redigida estrategicamente, no sentido de ter sido arquitetada para transmitir uma ideia de continuidade, já que se tratava de uma revista bem sucedida, e ao mesmo tempo de renovação, visto que tinha sido assumida por novos editores – de uma geração mais jovem, mas ao mesmo tempo em processo de autonomização dos grupos de intelectuais dos quais participavam – que desejavam imprimir nela um caráter próprio.

os três organizadores, que envolviam tanto aspectos práticos da administração da revista e das relações com a editora que a publicava, como discordâncias de caráter metodológico. Essas tensões se evidenciam nas trocas de cartas de Weber com Sombart a partir de 1906 (Weber, [1906-1908], 1990), nas quais Weber manifesta variadas vezes o desejo de abandonar a edição da revista. Mas pode-se dizer que essas tensões, principalmente de caráter metodológico, marcaram a passagem de Weber por quase todos os grupos ou associações de intelectuais dos quais participou. Suas cartas de outros períodos revelam sentimentos semelhantes com relação à sua filiação à *Associação para política social*, assim como sua participação no grupo da Escola Histórica Alemã de Economia Política – já em torno de 1903, no seu ensaio sobre a objetividade, Weber indica cisões profundas de caráter metodológico com a Escola Histórica (cf. Weber, 1922, p. 208) – e mesmo mais tarde, no que se refere à sua participação na *Deutsche Gesellschaft für Soziologie* (Sociedade Alemã de Sociologia) Nesse sentido, o que quero ressaltar aqui com relação à participação de Weber nesses diferentes grupos e instituições, com especial destaque para o início do seu trabalho na revista, é que essa participação foi apenas um ponto de partida que impulsionou o desenvolvimento de sua análise da economia moderna. Isto é, sua obra se desenvolveu muito mais nas tensões com esses diferentes grupos de intelectuais do que propriamente em alianças duradouras com pessoas ou grupos.

Perspectiva inovadora da revista: a incorporação do capitalismo como tema central de investigação

Esse novo enfoque da revista, compartilhado por Weber e Sombart, reflete-se fortemente em suas obras individuais, pois as maneiras pelas quais ambos concebem e utilizam a noção de capitalismo em seus trabalhos representam uma ruptura com relação às formas com as quais ela vinha sendo utilizada até então. Acredita-se que o termo “capitalismo” tenha surgido na França com uma conotação especialmente política, no contexto da Revolução Francesa, em oposição à noção de “socialismo”. (Hilger, 2004, pp. 443-444) Desde então, muitos outros autores fizeram uso dessa nomenclatura, como Mommsen (1854-1856), Sombart (1891), ou mesmo Weber, em

seus primeiros escritos (1891, 1897).²³ Mas na obra de Sombart *Der moderne Kapitalismus* (O capitalismo moderno, 1902), e logo em seguida na obra de Weber *A ética protestante...* (1904-1905), ocorre um deslocamento terminológico que possibilita uma análise que concebe o capitalismo simultaneamente como objeto de investigação e como categoria central de análise.

Assim, essa perspectiva investigativa – que tem o capitalismo como foco analítico – exposta na introdução ao primeiro volume da revista, passa a desempenhar um papel decisivo na obra de Weber. Se no primeiro volume da revista Weber optou estrategicamente por redigir um texto de caráter metodológico, que tinha a pretensão de apresentar a postura da revista frente a uma série de debates em torno do método, já no segundo volume Weber publica a primeira parte do que viria a ser a sua primeira obra onde o capitalismo passa a ser tratado como objeto e ao mesmo tempo como categoria analítica.²⁴ Em *A ética protestante...*, Weber analisa os impactos da dimensão religiosa sobre a dimensão econômica em suas conexões com aquilo que denomina moderno “espírito capitalista”, com clara inspiração sombartiana. Quatro anos depois, na terceira edição de *Relações agrárias...*, Weber aborda a economia antiga em comparação principalmente com a economia moderna e em menor medida com a economia medieval, indagando a respeito do uso da noção de capitalismo na análise de economias pré-modernas. Já no segundo capítulo de *Economia e sociedade*, que trata das categorias sociológicas fundamentais da economia, o capitalismo é utilizado mais uma vez não apenas como categoria de análise, mas é também objeto de investigação sistemática, na medida em que nesse texto o principal interesse de Weber repousa no desenvolvimento de categorias e subcategorias de análise da economia moderna. No texto *A cidade* (provavelmente redigido por volta de 1914 e publicado apenas após sua morte), Weber compara as economias antiga e medieval, de uma perspectiva multicausal²⁵, com o objetivo de

²³ Marx não utiliza o termo “capitalismo”, mas trabalha com uma noção muito próxima: “modo de produção capitalista” (cf. Braudel, 1979).

²⁴ Após sua viagem ao Estados Unidos, Weber redige em 1905 dois textos intitulados *Agriculture and Forestry* e *Industries* que seriam publicados em 1907/08 em uma enciclopédia americana, nas quais o termo capitalismo já é utilizado na descrição de fenômenos pontuais da economia alemã. Nesses dois pequenos textos, Weber apresenta com muito entusiasmo aquilo que ele considera o grande desenvolvimento agrário alemão e o seu considerável desenvolvimento industrial, defendendo a necessidade de uma expansão industrial, da qual dependeria o futuro da economia alemã.

²⁵ Para uma análise mais detalhada a respeito da perspectiva multicausal em Weber veja-se Kalberg (1994).

compreender o desenvolvimento de uma conduta de vida “metódico-racional” que se encontra nas origens do capitalismo moderno. E entre os anos 1911 a 1920, nos seus escritos sobre a ética econômica das religiões universais, ele realiza uma análise comparativa de diferentes sistemas econômicos em suas relações com a esfera religiosa, tendo como contraponto o capitalismo moderno.²⁶ Sem contar as diversas menções pontuais que Weber faz à denominação “capitalismo” em suas obras dos mais variados períodos.

Além dessas obras, em 1910 Weber planeja uma série de estudos sobre o capitalismo que não chegaram a ser realizados; seu objetivo era publicá-los no *Grundriss der Sozialökonomik* (Manual de Economia). Os títulos do seu plano de trabalho mostram os diferentes aspectos do capitalismo que o interessavam: “O Estado moderno e o capitalismo”; “Limites do capitalismo na agricultura”; “Variedades e consequências de obstáculos, efeitos secundários e repercussão do desenvolvimento capitalista”; “Capitalismo agrário e movimentos de população”; “Capitalismo e classes médias”; “Capitalismo e trabalho: natureza e posição social da classe trabalhadora”.²⁷

Assim, pode-se afirmar que a proposta da revista de investigação do capitalismo moderno, concebido como sistema econômico, aparece em maior ou menor medida em grande parte dos trabalhos de Weber a partir de 1904. Mas não no sentido de que Weber tenha traçado a partir de então um programa de trabalho temático e metodológico para o resto de sua vida intelectual, que devesse ser seguido à risca em suas obras (como de certa maneira defendem Colognesi, 2004 e Lallement, 2004, entre outros), mas sim que o tratamento do capitalismo como sistema econômico abriu possibilidades conceituais e metodológicas de análise da economia moderna que permaneceram centrais em sua obra a partir desse momento. Ou seja, é possível encontrar uma continuidade na obra de Weber que diz respeito não a um programa de pesquisa, mas a um modo de problematização, que se reflete em sua metodologia; também pode-se enxergar a partir de então a permanência dos seus interesses pelo tema do desenvolvimento da racionalidade ocidental. Assim, no que se refere à noção de capitalismo, acredito que a partir de 1903 ocorre uma transformação na obra de Weber que se dá em três níveis: temático (e decorrente disso, a construção de

²⁶ Mais sobre esse assunto em Bruhns (1996, p.1283) e Bruhns (2001, pp. 43-44).

²⁷ Referência extraída de MWG I/24, pp. 145-154.

problemas de investigação específicos), conceitual e metodológico.²⁸ O que vem depois com respeito à análise do capitalismo moderno e do desenvolvimento de uma tipologia do capitalismo é o desdobramento desses três pontos, mas não se trata de uma grande guinada.

A análise de sistemas econômicos: reação à obra *O capitalismo moderno*, de Werner Sombart

Tudo depende da delimitação do conceito de “capitalismo”, que pode naturalmente ser efetuada de maneiras muito diversas. (Weber, 1909, p. 335)

Uma das grandes obras propulsionadoras do interesse de Weber pela questão do capitalismo – se não for a maior delas – foi sem dúvida *O capitalismo moderno*, de Werner Sombart, cuja primeira edição data do ano de 1902, período em que Weber ainda se encontrava retirado do meio acadêmico. O livro de Sombart foi recebido na época com bastante interesse e também de forma polêmica por seus contemporâneos economistas; e, da parte de muitos historiadores, sua recepção foi permeada por críticas a respeito das relações entre teoria e história na estruturação de seu argumento central. Dividida em dois volumes, essa obra almeja “perseguir o sistema econômico capitalista desde seus primórdios até o tempo presente, descobrir suas leis de movimentos e apresentar as leis previsíveis de sua superação em uma época econômica futura [...] sob pontos de vista causais.” (Sombart, 1902, p. XXXII) Para tanto, Sombart desenvolve uma análise daquilo que define como o processo de valorização do capital e de formação do “empreendimento capitalista” com base em

²⁸ As grandes obras por ele publicadas até então – sua tese de doutorado *Zur Geschichte der Handelsgesellschaften im Mittelalter* (História das sociedades comerciais na Idade Média) (1889), sua tese de habilitação *Die Römischen Agrargeschichte in ihrer Bedeutung für das Staats- und Privatrecht* (História agrária romana em seu significado para o direito público e privado) (1891), seus escritos baseados na enquete *Die Lage der Landarbeiter im ostelbischen Deutschland* (As condições dos trabalhadores rurais na Alemanha do leste do Elba) (1892-1894), seus escritos sobre a bolsa de valores (1893-1898) e as duas primeiras edições de *Relações agrárias...* (1897 e 1898) –, em comparação com seus escritos posteriores, ainda apresentam fortes influências tanto dos dois grupos intelectuais supracitados, como de seus orientadores ou antigos professores.

uma série de categorias de clara inspiração marxiana, que organizam e intitulam os diversos capítulos componentes dos dois volumes do livro.

Na época de sua publicação, Weber se furtou a escrever uma resenha dessa obra no “*Archiv*”, editado por Braun (revista cuja coedição seria assumida por Weber pouco tempo depois), possivelmente por questões de saúde.²⁹ (cf. Mommsen, 2006, p. 16) Mas poucos anos depois, Weber apresentaria não uma resenha, mas sim uma série de dois artigos, intitulada *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*, que discutiria, apoiando-se na noção de capitalismo, alguns dos principais problemas propostos por Sombart. É perceptível como Weber retoma, elabora e modifica as formulações apresentadas por Sombart, o que acredito ser um bom exemplo de como Weber pode ser considerado um autor de reações. E, como anteriormente mencionado, essa seria apenas a primeira obra de Weber a tratar de forma sistemática do capitalismo simultaneamente como objeto e como categoria de análise, sendo então possível afirmar que a problematização apresentada por Sombart foi um dos motores centrais da obra de Weber a respeito do capitalismo a partir de 1903.

A primeira edição de *O capitalismo moderno* constituiu uma referência (implícita ou explícita) para todas as obras de Weber que tiveram o capitalismo como tema: em *A ética protestante...* há um debate explícito com diversas dimensões da obra de Sombart, com destaque para a questão da incorporação da ideia de um “espírito do capitalismo”; na terceira edição de *Relações agrárias...* Sombart é pouco citado, mas reconhece-se várias referências implícitas à sua obra de 1902, principalmente no que se refere à definição conceitual da noção de capitalismo; em *Economia e Sociedade*, no capítulo sobre as categorias sociológicas fundamentais da economia, Sombart é citado apenas uma única vez, mas é possível encontrar muitas afinidades com a interpretação sombartiana da economia moderna; em *A cidade* também não há menções explícitas a Sombart, mas pode-se identificar diversas correspondências com a tipologia das cidades do segundo volume de *O capitalismo moderno*; já nos escritos weberianos sobre a ética econômica das religiões universais, na introdução ao volume sobre o taoísmo e o confucionismo há alusões

²⁹ Anos depois, Weber insiste para que Brentano publique no *Archiv* uma resenha do livro de Sombart. Weber mostra-se bastante condescendente com Sombart nesse ponto, parecendo querer evitar a todo custo críticas negativas ao livro, dada a posição acadêmica instável de Sombart nesse período em Breslau (cf. Mommsen, 2006, p. 16-17).

implícitas a Sombart.³⁰

Creio que aquilo que mais instigou Weber com respeito ao livro de Sombart foi, antes de tudo, o modo de formulação de problemas de investigação proposto por Sombart; isto é, essa obra é fundamental para Weber não tanto pelas conclusões interpretativas que oferece, mas sim pelos problemas e categorias de análise que propõe. Nesse sentido, há uma série de pontos em comum entre as análises da economia moderna dos dois autores: ambos concebem o capitalismo como um sistema econômico, tratando-o portanto como um fenômeno de grande amplitude, o que permite não apenas a sua transformação em objeto de investigação central, mas também, simultaneamente, sua operacionalização na forma de categoria analítica; tanto Weber como Sombart compartilham uma perspectiva de análise multicausal que valoriza as influências culturais e históricas na esfera econômica – perspectiva que tem suas origens nas ideias gerais defendidas pela Escola Histórica Alemã de Economia Política; ligado a essa perspectiva multicausal, ambos valorizam os impactos da religião sobre a esfera econômica³¹; ao mesmo tempo, não deixam de

³⁰ E no volume sobre o judaísmo há um longo debate explícito com outra obra de Sombart, *Die Juden und das Wirtschaftsleben* (Os judeus e a vida econômica, 1911), bastante criticada por Weber.

³¹ Um aspecto lateral para meu problema de investigação – visto que Weber não explora as conexões entre religião e economia antiga nos textos aqui abordados – com relação ao debate entre Sombart e Weber são suas concepções a respeito dos impactos religiosos sobre a esfera econômica. Ambos os autores não foram os primeiros a abordar as relações entre religião e economia, mas esse nexo já aparece nas obras de Eberhard Gothein (1892) e Georg Jellinek (1895), e mesmo Marx, em *O capital* (1867), já apontava para a possibilidade dessa aproximação. Sob a influência das obras desses autores, no que diz respeito ao papel da religião no desenvolvimento de um racionalismo econômico, Sombart e Weber compartilham a ideia de que não foram certos preceitos religiosos em si que fizeram com que o capitalismo se desenvolvesse; mas sim que um modo de vida racional-metódico se instaurou a partir de certos preceitos religiosos e depois se descolou desses próprios preceitos religiosos originais, sendo incorporado pela esfera econômica.

Mas para Sombart (*Os judeus e a vida econômica*, 1911) parece existir uma correspondência direta entre os modos de pensar e os comportamentos, de modo que o comportamento racional que emergiu na esfera religiosa e depois dela se descolou, foi incorporado pela esfera econômica numa relação unilateral e dada como certa. Weber, ao contrário, não enxerga essa relação direta e de mão única entre ambas as esferas, mas afirma que na origem do capitalismo moderno houve uma espécie de coincidência entre um certo tipo de ética religiosa protestante e um dado comportamento econômico, assim como existiram outros fatores não-religiosos que também coincidiram com esse momento e desempenharam um papel no desenvolvimento de uma economia capitalista.

Um exemplo de como Weber relativiza os impactos religiosos sobre a esfera econômica é o seu questionamento da tese de Sombart sobre o papel do judaísmo na quebra do tradicionalismo cristão e como impulso para o desenvolvimento do capitalismo na Idade Média. Weber afirma, por um lado, que o capitalismo praticado pelos judeus era um capitalismo de párias, e não um capitalismo racional, e que o judaísmo também estava dotado de um tipo específico de tradicionalismo, mesmo que diferente do tradicionalismo cristão. Por outro lado, para Weber o judaísmo teve uma grande importância para o desenvolvimento do capitalismo moderno ao transmitir ao cristianismo sua hostilidade à magia, pois a predominância da magia foi um dos grandes obstáculos à racionalização da vida econômica (cf. Weber, 1919-1920, p. 305-308).

enxergar a dimensão racional predominante constituinte da economia moderna, o que se liga à ideia do desenvolvimento de um espírito do capitalismo; tanto Weber como Sombart lançam mão de um método tipológico – também já presente nos trabalhos de integrantes da Escola Histórica Alemã de Economia Política – na elaboração de suas investigações a respeito da economia moderna. Mas as maneiras como ambos desenvolvem suas análises a partir desses pontos em comum são muito particulares a cada um deles e conduzem a resultados muito diferentes entre si.

Com relação à questão da tipologia do capitalismo, provavelmente a formulação de Sombart que exerceu maior impacto sobre a obra de Weber foi a elaboração de uma análise comparativa de sistemas econômicos, na qual o capitalismo opera como categoria analítica. Pode-se dizer que, junto com a ideia do desenvolvimento de um espírito do capitalismo, essa é a formulação mais original na análise de Sombart; os outros pontos acima elencados – análise multicausal, elaboração de tipologias, ênfase na racionalidade – já eram perspectivas de análise presentes nas obras de outros autores, principalmente daqueles pertencentes às gerações mais antigas da Escola Histórica Alemã de Economia Política. Assim, nesse ponto, o caráter inovador da obra de Sombart é a maneira como ele combina todas essas perspectivas em uma análise particular da economia moderna que tem o capitalismo ao mesmo tempo como objeto e como categoria analítica central. Weber, por seu lado, retoma essas perspectivas de análise e apresenta uma nova constelação analítica possível.

Em Sombart, a concepção do capitalismo como sistema econômico possui claramente uma conotação ideológica e de oposição a “socialismo”, devido a orientação marxiana de sua obra. Mas exatamente por ser tratado como um sistema econômico e pela ênfase em sua significação cultural (um enfoque “herdado” das discussões com a Escola Histórica Alemã de Economia Política), o capitalismo passa a significar muito mais do que um modo de produção e é reconhecido de forma muito mais abrangente na vida social em suas dimensões extra-econômicas. Weber compartilha com Sombart a concepção do capitalismo como sistema econômico, mas em sua obra o capitalismo é uma categoria que se desdobra “a partir de si mesma”, dando lugar a uma tipologia do capitalismo, composta por tipos que se complementam e/ou se opõem mutuamente. Tais oposições constroem-se no interior dessa mesma tipologia do capitalismo, de modo que o socialismo não se coloca como

referência ou como anti-categoria, apesar do respeito e do interesse que Weber demonstra pela obra de Marx.

Tratar o capitalismo como sistema econômico, para Sombart, significa considerar que há uma “ordem econômica” que segue princípios econômicos específicos; e quando uma ordem econômica é regida por princípios econômicos particulares que se destacam dos outros, então se forma um sistema econômico (cf. Sombart, 1902, p. 4). Nesse ponto mais geral, Weber se apoia na ideia de Sombart. Para Weber, a elevação da noção de capitalismo à categoria de sistema significa que toda uma época passa a ser orientada predominantemente de acordo com uma lógica específica de organização da esfera econômica. A orientação dessa lógica – que será abordada em detalhes no capítulo 2 – varia, de modo idealtípico, de acordo a época/localidade analisada, e é por isso que na concepção de Weber – diferentemente de Sombart – o capitalismo pode ser encontrado em sociedades pré-modernas. A partir desse ponto, Weber desenvolve teorias a respeito do capitalismo moderno que vão se refinando ao longo de sua obra.

Para ambos os autores, o tratamento da noção de capitalismo como sistema econômico abriu novas possibilidades de investigação das transformações sociais diversas que culminaram na economia moderna, permitindo a comparação do sistema capitalista moderno não apenas com outros sistemas econômicos, como no caso de Sombart, mas também, como no caso de Weber, possibilitando o desdobramento dessa noção em uma tipologia do capitalismo com diferentes níveis de abstração, que operam como recursos metodológicos de sua análise. Em Weber, o sentido da utilização da noção de capitalismo para pensar sociedades que são orientadas predominantemente por lógicas diferentes da moderna (uma conduta da vida racional-metódica específica) reside nas possibilidades comparativas que essa noção oferece frente ao sistema capitalista moderno, o que se reflete no desenvolvimento de um esquema tipológico do capitalismo com a finalidade de uma compreensão mais acurada da economia moderna. Esse é também o principal sentido da denominação da economia antiga como capitalista em Weber.

Sombart também elabora uma análise tipológica, mas a maneira como as tipologias são construídas em sua obra e o seu papel em relação aos sistemas

econômicos é totalmente distinta. Em sua tipologia dos sistemas econômicos³², Sombart define três épocas do desenvolvimento econômico: os inícios do capitalismo (*Frühhepoche*), alto capitalismo (*Hochpoche*) e capitalismo tardio (*Spätepoche*). A partir dessa distinção, ele analisa o processo de transformação da vida econômica da Idade Média para a Época Moderna. Segundo ele, na Idade Média europeia estabeleceu-se um sistema econômico que correspondia ao princípio econômico da produção artesanal. E, no interior desse sistema econômico medieval, desenvolveu-se o princípio econômico capitalista, que possuía como forma econômica correspondente a empresa capitalista (cf. Sombart, 1902, p. 71).³³

O sistema econômico moderno – que corresponde para Sombart ao “sistema capitalista” e para Weber ao “sistema capitalista moderno” – estaria apoiado em princípios racionais. Sombart descreve a ação capitalista como uma ação consciente com relação a seus objetivos; essa forma racional de pensar e agir – que corresponde ao espírito do capitalismo³⁴ – é para Sombart a poderosa criadora de uma maneira racional-causal de tratamento do mundo (cf. Sombart, 1902, p. 199). A valorização do capital – que é para Sombart a finalidade de todo o empreendimento capitalista – ocorre por meio de um processo psicológico (cf. Sombart, 1902, p. 197), no qual as mercadorias estabelecem uma verdadeira dominação hipnótica sobre as pessoas, propiciando o desenvolvimento de “emoções típicas dos empresários”, como o desejo de lucro, um pensamento calculista, e uma racionalidade econômica.

³² Sombart também argumenta em termos tipológicos na análise interna do capitalismo moderno ao se referir a diversos *tipos* de empreendimentos capitalistas, e também elabora uma análise tipológica das cidades com o intuito de compreender o desenvolvimento do capitalismo moderno. Ambas tipologias tiveram um grande impacto na obra de Weber.

³³ Em um trabalho futuro, seria interessante comparar as concepções de sistemas econômicos em Weber e Sombart com a teoria dos estágios de Karl Bücher, na medida em que acredito ter elementos suficientes para afirmar que Bücher também elabora uma teoria de sistemas econômicos. Bücher define cinco diferentes sistemas industriais históricos que se seguem uns aos outros: diligência/trabalho doméstico (produção para satisfação das próprias necessidades); trabalho assalariado; artesanato; sistema de produção descentralizado [*Verlagssystem (Hausindustrie)*] – sistema de produção de bens no qual o vendedor adquire a matéria-prima e a deixa manufaturar em um regime de trabalho caseiro, para depois, uma vez pronto o produto, encarregar-se de sua venda; fábrica (produção centralizada de bens) (Bücher, 1906, p. 167). Para Bücher, esses sistemas industriais não são concebidos como fenômenos isolados, mas fazem parte de grandes ordens econômicas; o que poderia ser compreendido em um sentido semelhante à ideia de sistemas econômicos em Sombart e Weber.

³⁴ A expressão “espírito do capitalismo” ficou famosa com Weber, mas foi uma noção forjada por Sombart, com inspiração na expressão de Brentano “espírito comercial” (cf. Takebayashi, 2003, pp. 197-198).

As grandes diferenças com relação a Weber nesse ponto são que, por um lado, Weber não descreve esse processo em termos psicológicos, mas aborda o desenvolvimento de uma “mentalidade” (*Gesinnung*)³⁵, de uma conduta de vida racional-metódica. Por outro lado, o processo de racionalização da esfera econômica em Sombart é abordado como uma via de mão única, onde uma série de eventos históricos deu origem – num processo de transformação psicológica – a um modo racional de pensar e de agir que produziu transformações na esfera econômica, no sentido de sua racionalização. Para Weber, ao contrário, o espírito do capitalismo é muito mais do que isso, visto que ele associa essa expressão com sua concepção de uma análise multicausal, isto é, os impactos de fatores não-econômicos sobre a esfera econômica (cf. Mommsen, 2006. p. 15), apesar de em *A Ética protestante...* essa perspectiva multicausal não ter sido de fato operacionalizada em sua análise. A formação de uma racionalidade da esfera econômica, que encontra o seu auge no capitalismo moderno, é um processo mais complexo, onde as diferentes esferas da vida se comunicam em uma via de mão dupla, e não na determinação da lógica de uma esfera sobre a outra. Assim, pode-se reconhecer que o modelo analítico de Weber das esferas da vida, em seus processos de autonomização e racionalização, está ligado a essa concepção analítica multicausal, que tem suas origens nos modos de abordagem defendidos já pelas gerações mais velhas da Escola Histórica Alemã de Economia Política, e posteriormente incorporados por Sombart e Weber de maneiras também distintas.

Um outro ponto de diferenças³⁶ bastante marcadas nas concepções de ambos os

³⁵ *Gesinnung*, um termo de difícil tradução, será traduzido aqui como mentalidade.

³⁶ Pode-se especular que muitas dessas diferenças da análise de Weber com relação a Sombart talvez se devam ao enfoque marxiano deste último, o que, em alguma medida, pode limitar o refinamento de sua análise exatamente por estar impregnada de um julgamento ideológico. Isto é, Sombart almeja investigar a gênese e desenvolvimento do capitalismo porque considera essa uma etapa importante para pensar a superação desse sistema econômico e o desenvolvimento de um sistema econômico socialista. Claro que poderia ser dito que o pensamento Weber, por seu lado, estaria impregnado de ideais burgueses e nacionalistas, etc. Mas, como bem pontua Mommsen, Weber assume uma posição um tanto ambígua com relação a essas questões. Por um lado, Weber foi um importante representante do liberalismo europeu, enxergando o capitalismo industrial moderno como um destino inevitável, mas também como um sistema social que permitia a realização da atividade individual e da liberdade pessoal. Por outro lado, ele identificava no processo de burocratização a perda de liberdade. Ele foi também uma personalidade política, que mesmo não sendo filiado a nenhum partido, acreditava ter uma responsabilidade política pelo destino alemão. Se por um lado Weber se considerava um representante das “classes burguesas”, ao mesmo tempo atuava como crítico dessa própria burguesia (cf. Mommsen, 1974, p. 21). Mesmo em suas cartas ele demonstra um posicionamento irônico com relação à sua posição de classe: “[...] olhe para a minha [...] fala simplesmente como um *speech* de um *bourgeois* consciente de sua classe aos covardes de sua própria classe [...] (O senhor sabe, minha mulher

autores encontra-se na abordagem da questão das origens do capitalismo. Na terceira edição de *Relações agrárias...*, ao forjar a noção de capitalismo antigo, Weber apresenta um posicionamento totalmente contestador com relação à definição de capitalismo de Sombart. Como anteriormente mencionado, Sombart possui uma concepção de capitalismo muito atrelada à teoria marxiana, tendo como pressuposto a presença do trabalho assalariado livre. Para Sombart, os princípios capitalistas surgiram em um determinado momento histórico – ligado à introdução das cifras nas operações de cálculo – e evoluíram rumo ao capitalismo moderno, com a superação da conduta e produção artesanais tradicionais medievais por uma nova “mentalidade” baseada na aquisição monetária e na rentabilidade. Desse modo, em Sombart o capitalismo não significa outra coisa que não seja “capitalismo moderno”.

Para Weber, ao contrário, uma economia de trocas com princípio de aquisição e de desejo de geração de ganhos econômicos serve como base para o desenvolvimento de instrumentos analíticos cujo objetivo é diferenciar, no interior de cada época, sistemas, atores e interesses preponderantes (cf. Haupt & Bruhns, 1988). Desse modo, em Weber, uma vez havendo a presença do princípio de aquisição e de ganho numa determinada ordem econômica, há capitalismo. Cada sistema econômico capitalista particular deve ser definido de acordo com os elementos singulares que são extraídos de um momento histórico específico, de maneira que a noção de capitalismo só pode ser construída de modo idealtípico. Em *Observações anti-críticas ao “espírito” do capitalismo* (Weber, 1910a) pode-se ler a respeito da noção de capitalismo enquanto tipo-ideal:

No que concerne ao *próprio* capitalismo, só pode tratar-se de um “sistema econômico” determinado, isto é, uma forma de comportamento “econômico” com relação às pessoas e aos bens, que é a “valorização” do “capital” e será analisada por

agora é co-proprietária de *fábrica* – se bem que apenas em dimensão bem modesta – mas mesmo assim!!) [...] (trecho de carta a Robert Michels, Weber, 1906-1908, p. 423)

Por outro lado, é preciso levar em conta que há nas obras “científicas” de Weber uma tentativa explícita de descolamento desses pontos de vista de classe e políticos, o que aparece problematizado principalmente nos seus escritos metodológicos. Assim, a finalidade da análise de Weber – se for possível colocar as coisas nesses termos – é a compreensão de certos fenômenos presentes na sociedade moderna, mesmo que seus objetivos políticos tenham um caráter mais transformador. Em Sombart, a finalidade é compreender o capitalismo moderno no processo que levaria à sua superação; assim, acadêmico e político se encontram imbricados de uma maneira muitos mais explícita, onde não há o esforço de uma neutralidade axiológica como em Weber.

nós de modo ‘pragmático’ em sua gênese, isto é, mediante a determinação dos meios “inevitáveis” ou “melhores” de acordo com uma situação dada típica (objetiva). Como disse, (essa forma de comportamento econômico será analisada) ou como algo que era comum a esses sistemas econômicos em todas as épocas, ou como a dimensão específica de um sistema histórico particular desse tipo. (Weber, 1910a, p. 199)

Em Weber a noção de capitalismo não é sinônimo de capitalismo moderno; enquanto forma de aquisição e desejo de geração de ganhos econômicos, o capitalismo pode ser encontrado em diversos períodos históricos em configurações particulares, de modo que se torna possível estabelecer uma tipologia de sistemas capitalistas. Por esses motivos, o trabalho assalariado livre não faz parte dessa “definição genérica” de capitalismo, sendo um atributo específico do capitalismo moderno. Mas o que chamo de definição genérica é apenas a base para a definição de tipos de capitalismo, de modo que a definição de capitalismo pura e simples não é uma categoria forte na análise de Weber. Ao contrário, as categorias fortes aparecem sempre qualificadas de maneira tipológica: capitalismo moderno, capitalismo racional, capitalismo antigo, etc. Nesse sentido, não se trata aqui apenas da questão de definição da noção de capitalismo, mas sim da possibilidade ou não da utilização da nomenclatura “capitalismo” para designar economias pré-modernas, que permita o desenvolvimento de uma tipologia do capitalismo com finalidades comparativas.

Uma vez sendo permitida analiticamente essa liberdade do uso da noção de capitalismo, Weber desenvolve uma tipologia do capitalismo que se desdobra em graus maiores ou menores de abstração e com maior ou menor ancoragem histórica, no sentido de melhor definir o fenômeno capitalista moderno e a racionalidade ocidental que o constitui. Defendo que esse é o principal sentido da atribuição de um caráter capitalista à economia antiga.

Esse é o ponto que conecta a análise de Weber do capitalismo moderno com suas obras a respeito da economia antiga e permite intuir o sentido destas últimas frente aos seus interesses de análise mais gerais. Interesses esses que envolvem questões de

ordem metodológica e que culminam no desenvolvimento de categorias de análise que se configuram como tipos de capitalismo na investigação da economia moderna e do desenvolvimento da racionalidade ocidental. A terceira edição de *Relações agrárias...* estrutura-se segundo essa nova perspectiva analítico-metodológica, cujas origens remetem ao período do retorno de Weber ao meio intelectual supramencionado, revelando os modos pelos quais a economia antiga é incorporada em uma investigação tipológica mais ampla, cujo principal sentido reside sobretudo na compreensão do fenômeno do capitalismo moderno.

II. A INSERÇÃO DA ECONOMIA ANTIGA NA TIPOLOGIA DO CAPITALISMO

Relações agrárias na Antiguidade e a tipologia do capitalismo: a especificidade da terceira edição

A questão é então: a Antiguidade conheceu (em uma extensão cultural e historicamente relevante) uma economia capitalista? (Weber, 1909, p. 12)

As três edições de *Relações agrárias...* foram originalmente textos de encomenda para publicação na enciclopédia especializada *Handwörterbuch der Staatswissenschaften* (Enciclopédia das Ciências do Estado). Os textos deveriam aparecer na forma de verbetes, cujo principal objetivo seria a definição da natureza da economia antiga em sua dimensão agrária.

Na ocasião da publicação da primeira edição da enciclopédia, esta era composta por 6 volumes, publicados entre os anos 1890 e 1894. O texto de Weber foi publicado posteriormente, no segundo volume suplementar, em 1897 – no primeiro volume suplementar ele publicou um de seus artigos sobre a bolsa de valores, intitulado *Börsenwesen* (A bolsa, 1895). A segunda edição da enciclopédia começou a ser publicada em 1898 e concluiu-se em 1901, atingindo um total de 7 volumes. Nela, *Relações Agrárias...* é publicado já no primeiro volume e aparece como parte do verbete “*Agrargeschichte*” (História agrária). O texto de Weber é seguido de dois outros textos sobre o tema: *Agrarverhältnisse im Mittelalter* (Relações agrárias na Idade Média), escrito por Karl Lamprecht, e *Agrarverhältnisse der Neuzeit* (Relações agrárias da Época Moderna), de Theodor von der Goltz. As duas primeiras edições do texto de Weber contém por volta de 50 páginas e, assim como no caso do seu artigo *As causas sociais do declínio da cultura antiga*, os conteúdos de ambas estão muito ligados às suas aulas de economia [*Allgemeine ('theoretische') Nationalökonomie*] [Economia política (teórica) geral] (1894-1898), ministradas

várias vezes no período de escrita dos artigos (cf. Deininger, 2006, p. 132).

A terceira edição de *Relações agrárias...* foi redigida em um contexto muito diferente, pois embora Weber já tivesse retornado ao meio intelectual há mais de 5 anos, ele ainda permanecia afastado das atividades acadêmicas, de modo que não é possível relacionar seu texto a nenhum conteúdo de aulas. Após publicar as duas primeiras edições de *Relações agrárias...*, em 1897 e 1898, respectivamente, passam-se 10 anos nos quais Weber se afasta das discussões do campo disciplinar da história antiga. Quando recebe a proposta de revisão da segunda edição, com vistas à publicação da terceira edição, ele está envolvido em outros tipos de investigação, tendo escrito recentemente, dentre outros, o artigo *Zur Lage der bürgerlichen Demokratie in Russland* (Sobre a situação da democracia burguesa na Rússia) (1906) e o já citado *Sobre a psicofísica do trabalho industrial* (1908/1909).

Mesmo assim, em curtos 4 meses, ao invés de revisar o seu artigo de pouco mais de 50 páginas – o que era originalmente a proposta dos editores da enciclopédia –, Weber reelabora-o e apresenta um novo texto de quase 300 páginas. Esse texto foi redigido entre o início do mês de novembro de 1907 e os primeiros dias de fevereiro do ano seguinte, sendo revisado no mês de fevereiro. A terceira edição de *Relações agrárias...*, assim como a segunda edição, foi publicada já no primeiro volume da enciclopédia (que desta vez apresenta um total de 8 volumes, publicados entre 1909 e 1911) e novamente faz parte do verbete *Agrargeschichte* (História agrária). O texto de Weber é seguido mais uma vez por dois outros artigos sobre o tema: *Agrarverhältnisse im Mittelalter* (Relações agrárias na Idade Média), desta vez escrito pelo historiador austríaco Hermann Wopfner, e *Agrarverhältnisse der Neuzeit* (Relações agrárias da Época Moderna), agora redigido por Karl Steinbrück.³⁷

Pouco antes de sua morte, em 1920, Weber foi novamente contatado pelos editores da enciclopédia e solicitado a elaborar dessa vez uma versão resumida de *Relações Agrárias...*, ou então supervisionar algum aluno seu para fazê-lo, tendo em vista a publicação da 4a. edição. Weber recusa a segunda opção, afirmando que

³⁷ Weber foi o único dos três autores responsáveis pelos sub-itens do verbete “*História agrária*” que permaneceu na edição de 1909. Apesar da nota editorial que precede a terceira edição da enciclopédia afirmar que, diferentemente das duas primeiras edições, a terceira apresentaria uma distribuição mais igualitária do espaço para cada verbete, em comparação com os outros dois sub-verbetes que o sucedem, o verbete redigido por Weber é muito maior: o verbete sobre a Idade Média tem apenas 9 páginas e o outro, que aborda a Época Moderna, 11 páginas. Já o verbete de Weber é composto por 136 páginas (contagem de páginas de acordo com a enciclopédia). Pergunto-me se isso não seria decorrente de um possível reconhecimento da importância do texto de Weber pelos editores.

gostaria ele mesmo de redigir a versão resumida em conjunto com Michael Rostovzeff, o que não se concretiza devido ao declínio de sua saúde. Pouco tempo depois, todo o verbete *Agrargeschichte* (História agrária) é entregue a um único autor, que seria em princípio Rostovzeff. Mas este não é encontrado pelos editores, que se decidem então por Georg von Below. A quarta edição é publicada em 1923; o verbete inteiro ocupa 12 páginas, das quais apenas 3 e meia são dedicadas às “Relações agrárias na Antiguidade” (cf. Deininger, 2006, p. 313-314).

A terceira edição de *Relações agrárias...* teve um impacto relativo na época de sua publicação e alguns historiadores foram influenciados positivamente pelo artigo: o russo Dmitrij Mojseevic Petrusevskij (1863-1941); o americano William Linn Westermann (1873-1954); o holandês Hendrik Bolkestein (1877-1942), além de Michael Rostovtzeff (1870-1952), e gerações posteriores como Johanes Hasebroek (1893-1957), Fritz Heichelheim (1901-1968) e Friedrich Oertel (1884-1975) (cf. Deininger, 2006, p. 60-64). Mas esses podem ser considerados impactos pontuais, pois, de modo geral, não houve na época uma recepção significativa desse trabalho. Segundo Heuss, “[...] pode-se afirmar tranquilamente que as disciplinas que estudavam a Antiguidade seguiram seu caminho como se Weber não tivesse existido.” (Heuss, 1965, p. 554) Mas, novamente, a questão da diferenciação disciplinar entra em jogo, pois *Relações agrárias...* foi originalmente publicado em um meio de comunicação (enciclopédia) que não pertencia ao campo da história antiga, por mais que naquela época as fronteiras da história não fossem tão herméticas (cf. Deininger, 2006, p. 58). Posteriormente, a recepção dessa parte de sua obra ganha outros contornos, com especial destaque para a interpretação peculiar de Finley (1912-1968), que foi aluno de William Linn Westermann nos EUA, e posteriormente os trabalhos, a partir do final dos anos 1980, de Deininger, Nippel, Bruhns, Tenbruck, Colognesi, entre outros.³⁸

³⁸ A primeira tradução de *Relações Agrárias...* foi feita para a língua russa, em 1925, pelo historiador russo Dmitrij Mojseevic Petrusevskij e sua esposa, ambos entusiastas dessa obra de Weber (cf. Deininger, 2006, p. 59). As traduções para outras línguas são muito posteriores: para o inglês, em 1976, para o italiano, em 1981, e para o francês, em 1999.

Vale mencionar que o título escolhido para a edição inglesa difere significativamente do original, sobretudo por incorporar o termo “sociologia”. *Relações agrárias...*, publicado em Londres em 1976 sob o título *The Agrarian Sociology of Ancient Civilizations*, já é um reflexo da tentativa de circunscrição da teoria weberiana ao nicho disciplinar da sociologia. Em resposta a essa publicação em língua inglesa, uma série de resenhas polemizaram exatamente a respeito do caráter sociológico dessa obra.

Conteúdo e diferenças frente as duas primeiras edições

As diferenças de conteúdo, formulação de problemas, categorias e método de análise das duas primeiras edições de *Relações agrárias...* com relação à terceira edição são muito significativas e refletem a transformação do modo de análise de Weber supramencionada. A comparação entre as três edições permite dimensionar de maneira bastante concreta no que consistiram essas transformações e o papel que a economia antiga passa a desempenhar no desenvolvimento de sua tipologia do capitalismo.

Tomo a liberdade de reproduzir e traduzir para o português uma tabela comparativa elaborada originalmente por Deininger na introdução ao volume sobre a Antiguidade das obras completas de Weber (*Zur Sozial- und Wirtschaftsgeschichte des Altertums. Schriften und Reden 1893-1908. Max Weber-Gesamtausgabe, Band I/6*), a partir da qual pode-se ter uma ideia geral das principais diferenças da terceira edição frente as duas primeiras. Deininger reproduz os títulos dos capítulos de cada uma das edições, permitindo entrever as diferenças e as ampliações de seus conteúdos (cf. Deininger, 2006, pp. 316-317):

Tabela 1

1. Edição (1897)	2. Edição (1898)	3. Edição (1908-1909)
1. Introdução.	1. Introdução.	I. Introdução. Contribuição à teoria econômica do mundo dos Estados antigos.
		II. História agrária das principais regiões da cultura antiga.
	2. Oriente. a) Egito. b) Oriente asiático.	1. Mesopotâmia.
		2. Egito. a) Antigo Império. b) Império médio. c) Novo Império.
		3. Israel.
2. Antiguidade helênica.	3. Antiguidade helênica.	4. Hélade. a) Período pré-clássico. b) Época “clássica” (especialmente: Atenas).
		5. Helenismo.
3. Antiguidade romana até o final da República.	4. Antiguidade romana até o final da República.	6. Roma a) A antiga cidade-estado. b) O período expansionista de Roma.
4. Desenvolvimento no período imperial.	5. Desenvolvimento no período imperial.	7. Fundamentos do desenvolvimento no período imperial.
Bibliografia.	Bibliografia.	Bibliografia.

Pode-se afirmar, *grosso modo*, que nas duas primeiras edições o eixo que move a argumentação geral do texto é a análise comparativa e bastante descritiva do desenvolvimento de uma economia de trocas em diferentes períodos e regiões da Antiguidade (principalmente no caso da segunda edição). Weber enfatiza bastante a descrição de produtos e técnicas de produção, algo que não aparece com tanta força na terceira edição. Nessa análise, já desde as primeiras edições, reconhece-se um esforço comparativo da Antiguidade do mediterrâneo tanto com as economias medieval (principalmente no que se refere ao feudalismo) e moderna, bem como, no interior do período da Antiguidade, comparações com a economia de trocas por ele classificada como “asiática”. Weber enfatiza tanto as semelhanças como as diferenças entre essas variadas economias de troca e não segue em sua exposição uma ordem cronológica estrita ou baseada em estágios.

Seria exagerado afirmar que as duas primeiras edições foram elaboradas com base em categorias analíticas e método de análise bem desenvolvidos, como é o caso da terceira edição, mas nelas já aparecem – muitas vezes ainda em estado embrionário – algumas categorias que na terceira edição ganham novas proporções. Um bom exemplo disso é o reconhecimento de uma “economia do *oikos*”³⁹ de ampla abrangência, presente desde o Egito até Roma. Outra nomenclatura, que na terceira edição de *Relações agrárias...* se transforma em categoria-chave, é a própria noção de capitalismo (que aparece apenas na primeira e terceira edições) para se referir à economia agrária da República romana. Já nas duas primeiras edições, Weber reconhece um pico de desenvolvimento da economia de trocas que corresponde a esse período específico do desenvolvimento agrário romano e, assim como no texto sobre o declínio da cultura antiga, também se interessa pelo processo de retrocesso dessa economia de trocas após o seu auge.

As principais modificações da primeira edição com relação à segunda estão, como se pode depreender da tabela acima, na inserção da análise da economia de trocas do oriente antigo (que corresponde ao Egito e a Mesopotâmia) e pelo acréscimo de aspectos pontuais no capítulo sobre a Grécia.⁴⁰

³⁹ Essa expressão será abordada de modo mais detido em um dos próximos itens deste capítulo e no capítulo 3.

⁴⁰ Uma análise detalhada a respeito das principais diferenças entre as três edições (que serviu como base para o meu próprio texto) pode ser encontrada em Deininger (2006, pp. 24-37).

A terceira edição, por sua vez, aparece frente as duas primeiras praticamente como um novo texto, e não apenas como uma versão ampliada. São vários os aspectos que permitem essa afirmação, mas creio que o principal deles é o fato de, na terceira edição, Weber construir sua investigação com base em categorias analíticas e problemas de investigação a eles ligados, algo que fica bastante evidente tanto na sua introdução como no item final do texto. Pode-se afirmar que a grande ênfase do texto repousa na delimitação das peculiaridades do caráter da economia antiga face às economias medieval e moderna. Em tal análise, Weber lança mão de um método comparativo que leva em conta diferenças geográfico-culturais e diferenças históricas, estabelecendo comparações entre diversos aspectos da economia mediterrânea antiga (Grécia e Roma em seus períodos de florescimento) tanto em relação às economias do Oriente Próximo antigo, como em relação às economias medieval e moderna.

Diversas categorias são postas em operação e/ou problematizadas em sua análise, dentre as quais ganham destaque a já mencionada noção de capitalismo, que se desdobra em tipos ideais de capitalismo, como o capitalismo antigo e o capitalismo politicamente orientado; assim como as noções de fábrica, modos de produção, empresários, proletariado, classes sociais, mercado, economia monetária, formação da propriedade privada, etc., todas elas relacionadas à noção de capitalismo; bem como as noções de estamento (*Stand*), feudalismo (e a variação “feudalismo da cidade”), economia do *oikos*, cidade/*polis*, dentre outras.

Essas categorias são colocadas em relação com uma série de características, de ordens diversas, que teriam desempenhado impactos fundamentais sobre a economia antiga: escravidão, militarização, desenvolvimento urbano, papel do direito territorial, agricultura, formas de administração estatal (questão das liturgias e da burocracia estatais, assim como as finanças do Estado e o arrendamento do direito da cobrança de impostos) etc. Não se trata apenas de relações de oposição entre as diversas categorias e características da economia antiga ou então entre diversas sociedades e períodos históricos, mas, como reflexo da grande transformação de suas maneiras de formulação de problemas, categorias e método de análise, Weber apresenta agora uma investigação que transita entre semelhanças, proximidades e diferenças dessas variadas dimensões postas em comparação. Essa ênfase na

diferenciação dos contextos, das configurações específicas, deve ser compreendida conjuntamente com o instrumento analítico-metodológico dos tipos ideais, aprimorado nessa terceira versão.

Todos esses aspectos aparecem de maneira sistematizada seja na introdução, seja no último item do texto (“Fundamentos do desenvolvimento no período imperial”); ambos enormemente modificados, ampliados e muito mais sofisticados em comparação com as duas primeiras edições.

Além da introdução e do último item, que se transformaram praticamente em novos textos na terceira edição, os capítulos sobre Israel e sobre o helenismo também são totalmente novos. Ao dedicar um capítulo inteiro à economia israelita antiga, Weber explora principalmente as questões da formação da propriedade privada e do desenvolvimento de uma economia monetária. Já no capítulo sobre o mundo helênico, ganha destaque a questão do desenvolvimento da economia monetária no Egito ptolomaico, do ponto de vista da prevalência da dominação baseada em princípios litúrgico-burocráticos.

Os outros capítulos revelam ampliações substanciais, mas na maioria das vezes não apresentam transformações em suas estruturas. O capítulo sobre a Mesopotâmia, apesar de dobrar em tamanho na terceira edição, mantém sua forma de organização anterior. Aqui, Weber aborda a economia do *oikos*, dando especial destaque para as relações entre economia e política – ponto que será abordado em detalhes no segundo capítulo. A Mesopotâmia é para Weber o ponto de partida do capitalismo antigo e é definida muitas vezes em oposição ao Estado litúrgico-burocrático egípcio. O capítulo sobre o Egito também é grandemente ampliado e passa ser composto por três subcapítulos cronologicamente organizados (“Antigo Império”, “Médio Império”, “Novo Império”), que apresentam o desenvolvimento da economia egípcia, com especial destaque para a utilização de técnicas de irrigação, para o estabelecimento do Estado litúrgico faraônico, para o papel do *oikos* do rei no Novo Império e para o desenvolvimento de uma administração burocrática.

O capítulo sobre a Grécia já havia sido bastante modificado na segunda edição, e na terceira edição aparece ainda mais ampliado. Está dividido cronologicamente entre o período pré-clássico e a época clássica. Uma das grandes diferenças da terceira edição é a abordagem de estágios de desenvolvimento político apresentados

na nova introdução (Estado de linhagens, Estado hoplita e a democracia radical). Merecem destaque nesse capítulo a ênfase na questão do trabalho escravo, a militarização e o caráter da *polis* antiga, especialmente Atenas. O capítulo sobre Roma, por sua vez, também é bastante ampliado e desdobra-se em duas partes organizadas cronologicamente (“A cidade-estado” e “O período de expansão de Roma”). Weber analisa a expansão do Império romano em sua relação com o desenvolvimento paralelo do capitalismo antigo, bem como a importância do arrendamento do direito de cobrança de impostos para o sucesso do capitalismo antigo.

Os pontos acima elencados a respeito de cada um dos capítulos não têm a pretensão de resumir os seus conteúdos – que são muito variados –, mas assinala os aspectos que, em meu julgamento, são os mais importantes no desenvolvimento da análise da tipologia do capitalismo em sua conexão com a economia antiga.

O último item de *Relações agrárias...* apresenta detalhadamente a bibliografia utilizada por Weber. Esse item corresponde ao formato comum dos artigos em manuais e enciclopédias, estando presente já nas duas primeiras edições, só que de forma muito mais sucinta. As referências bibliográficas apresentadas por Weber na terceira edição tornam evidente a incorporação de uma ampla bibliografia especializada – reflexo do grande avanço do campo disciplinar da história antiga nos anos que antecederam a terceira edição. A grande variedade das fontes utilizadas na terceira edição revela, por um lado, seu esforço de apreensão dos avanços do conhecimento especializado dos anos que antecederam a terceira edição; nas duas primeiras edições, são citadas como bibliografia de referência pouquíssimas das obras mencionadas na terceira edição. As referências bibliográficas desta última, por outro lado, demonstram uma perspectiva multidisciplinar bastante aguçada – contemplando campos do conhecimento diversos, como história, história antiga, economia, arqueologia, antropologia, direito, política, etc. – bem ao modo defendido na introdução (*Geleitwort*) ao primeiro volume da revista *Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik* (Arquivo para a Ciência Social e a Política Social).

Não pretendo listar todas referências mencionadas por Weber, mas gostaria de destacar algumas delas, tanto aquelas que forneceram dados gerais a respeito da

história antiga, como aquelas que discutem a questão do capitalismo em correlação com a economia antiga.

Sobre a Antiguidade em geral, Weber utilizou como referências compilações de materiais elaborados por historiadores, como o *Jahresberichte der Geschichtswissenschaft* (Anuários de história) e, especialmente sobre o mundo greco-romano e helênico, o *Jahresbericht über die Fortschritte der classischen Altertuhumswissenschaft* (Anuário dos avanços da ciência da Antiguidade clássica), além de mencionar revistas do campo da história, da história antiga e das ciências humanas, com destaque para *Historisches Zeitschrift* (Revista histórica), *Klio*, *Beiträge zur alten Geschichte* (Contribuições para a história antiga) e *Zeitschrift für Sozial- und Wirtschaftsgeschichte* (Revista de história social e econômica). Weber também trabalhou com referências de revistas variadas de etnografia e arqueologia (tanto nacionais, como estrangeiras) como a *Revue archéologique*, e revistas de direito comparado, como a *Zeitschrift für vergleichende Rechtswissenschaft* (Revista de direito comparado).

Além desses trabalhos redigidos por autores variados, para as três edições de *Relações agrárias...* foi fundamental a obra de Eduard Meyer *Geschichte des Altertums* (História da antiguidade), em cinco volumes, nas edições de 1883 e 1907. Meyer é o autor moderno mais citado por Weber nas referências bibliográficas da terceira edição; já no corpo do texto ele é nomeado apenas pontualmente, quando Weber se refere a aspectos específicos da economia antiga. Weber utilizou vastamente dados históricos e etnológicos dessa obra, de modo que é possível classificá-la como um dos mais importantes fornecedores de “materiais históricos” para os escritos de Weber sobre a Antiguidade (cf. Nippel, 1993). Ao se referir à Roma antiga, Weber utiliza o seu próprio trabalho com as fontes primárias (principalmente sua tese de habilitação); já com relação à Grécia, ele baseia-se muito no trabalho de outros autores, principalmente na obra de Meyer. Também é muito forte a presença de Meyer na parte das histórias judaica e do Oriente próximo.

Weber menciona também obras que abordam aspectos específicos da economia antiga. Para tratar da questão da escravidão trabalhou com Ciccoti, *Tramonto della schiavità nel mondo antico*; Loria, *Sklavenwirtschaft* (Economia escravista). Já na abordagem do que nomeia “aspectos sociais da teoria antiga do Estado”, a obra de

referência é Fustel de Coulanges, *La cité antique*; e a respeito da política na cidade antiga, refere-se a Kuhn, *Entstehung der Städte* (A origem das cidades) e também a Kaerst, *Hellenistisches Zeitalter I* (Época helênica 1).

Nos capítulos sobre as diferentes localidades da Antiguidade, Weber trabalha com uma bibliografia também específica, tanto com fontes diretas, como uma tradução do código de Hamurabi para o alemão, antigas traduções para o inglês dos escritos dos templos e dos reis, traduções de papiros e de documentos encontrados em escavações, e ainda edições de documentos antigos comentadas por especialistas. Ele também lança mão de obras inteiras redigidas por especialistas (historiadores da Antiguidade, arqueólogos, etnólogos, especialistas em direito antigo, etc.), apresentando essa bibliografia tematicamente em seus diferentes aspectos: jurídicos, econômicos, políticos, evolução técnica, costumes, relações sociais, etc.

Especificamente sobre a problematização da noção de capitalismo na definição da natureza da economia antiga e sobre as escolhas metodológicas na condução da terceira edição de *Relações agrárias...*, foram fundamentais as obras de dois autores em particular, explicitamente citadas na bibliografia final. Trata-se novamente dos trabalhos de Eduard Meyer e das obras do economista Karl Bücher. De Meyer Weber utiliza em sua discussão sobre a natureza da economia antiga a obra já citada *Geschichte des Altertums* (História da antiguidade), principalmente sua introdução, e os artigos *Wirtschaftliche Entwicklung des Altertums* (Desenvolvimento econômico da Antiguidade) e *Die Sklaverei im Altertum* (A escravidão na Antiguidade).

Os escritos de Karl Bücher, por sua vez, são fundamentais para Weber na análise da economia antiga da perspectiva da Escola Histórica Alemã de Economia Política, e merecem destaque as obras *Die Entstehung der Volkswirtschaft* (A origem da economia); *Zur griechischen Wirtschaftsgeschichte* (Sobre a história econômica grega); seu artigo intitulado *Diokletianische Taxordnung vom Jahre 301* (Ordem das taxas dioclecianas do ano 301); e seu artigo *Gewerbe* (Indústria), publicado no *Handwörterbuch der Staatswissenschaften* (Enciclopédia das ciências do Estado). Também merece ser mencionada a obra de Karl Rodbertus – uma referência fundamental de Bücher – *Römische Tributsteuern* (Impostos tributários romanos). Retornarei adiante de modo mais detalhado os impactos das obras desses autores sobre o pensamento de Weber, com especial destaque para o debate denominado

“controvérsia Bücher-Meyer”.

Crise na (re-)elaboração da terceira edição de *Relações agrárias...*: os efeitos das transformações do modo de análise weberiano

Mesmo tratando-se de um traço característico do “fazer científico” de muitos de seus contemporâneos, a escolha por uma abordagem multidisciplinar na terceira edição de *Relações agrárias...* revelou-se bastante custosa para Weber. Apesar de sua excelente educação ginasial humanista, de sua formação universitária em direito, filosofia e história, da realização de teses de doutorado e de habilitação em diferentes campos disciplinares (direito e história) e de sua inserção acadêmica como professor de economia, a incorporação da produção científica recente de campos disciplinares variados na elaboração da terceira edição constituiu-se, para o próprio Weber, como um grande desafio.

As circunstâncias nas quais Weber redigiu a terceira edição são dignas de nota. Segundo carta de Marianne Weber para sua sogra, Weber só conseguiu escrever a terceira edição à base de muitos medicamentos (carta de 22.12.1907, cf. Deininger, 2006, p. 300-303). Em cartas de Weber a Robert Michels e Marie Baum (ambas de 04.02.1908), ele afirma não ter dormido durante os três meses de escrita de *Relações Agrárias...* (cf. Weber, [1908] 1990, p. 430, 433). Em carta a Oskar Siebeck (26.12.1907), Weber fala desse trabalho como uma obrigação que não podia recusar (cf. Weber, [1908] 1990, p. 426). Ainda em suas correspondências desse período, Weber chega a descrever esse trabalho como “trabalho escravo”, uma “tensão terrível”, como algo não prazeroso, visto estar há muito tempo distante do assunto e dada a existência de toda uma bibliografia nova da qual precisaria se inteirar (cf. Weber, [1908] 1990, p. 433). Ele também se desculpa por não ter podido fazer uma revisão do modo como gostaria, pois teve acesso a alguns materiais novos apenas no momento em que fazia a segunda revisão. E após o término da escrita e revisão de *Relações agrárias...*, Weber afirma, também em carta, que precisaria de 5 a 6 semanas de férias para “voltar a ser novamente um ser humano” (Weber, [1908] 1990, p. 433). Em carta a Marie Braun ele diz: “Agora a coisa está acabada – e eu também” (“Jetzt ist die Sache fertig – und ich auch”) (Weber, [1908] 1990, p. 430).

É possível especular a respeito dos motivos desse grande desprazer de Weber na escrita da terceira edição de *Relações Agrárias*...tomando como base a maneira como ele se colocava frente ao conhecimento especializado de sua época. Nos 10 anos que antecederam a elaboração da terceira edição, ocorreram grandes avanços em diversos campos do conhecimento, principalmente no campo da história antiga e da arqueologia, e o fato de Weber não ter se envolvido com o tema nesse período poderia justificar sua insegurança com relação a esse ponto. O trecho abaixo, extraído do último parágrafo da introdução da terceira edição, ilustra esse aspecto:

Não se pode empreender aqui nem uma tentativa de classificação, nem uma história de todas as organizações agrárias conhecidas, mas somente um esboço do que se sabe da história agrária dos Estados historicamente mais importantes. Desse modo, é preciso ressaltar que hoje – não fosse a obrigação de uma “nova edição” – essa tentativa seria necessariamente deixada a cargo de especialistas. Porque a amplitude do material publicado durante o último decênio, em virtude da necessidade de dominar em sua totalidade as dimensões culturais-históricas, ultrapassa as forças de todo pesquisador que não possui uma formação de especialista (isto é, uma formação filológico- arqueológica). (Weber, 1909, p. 373)

É interessante notar que a perspectiva adotada por Weber com respeito ao modo de condução da análise na terceira edição de *Relações agrárias*..., uma perspectiva que afirma a “necessidade de dominar em sua totalidade as dimensões culturais-históricas”, parece, em um primeiro momento, ser contrária ao ponto de vista que defende em diversos outros escritos seus, nos quais reconhece a impossibilidade de se apreender um objeto de investigação em suas diversas dimensões, mas que, ao contrário, para que a análise seja frutífera, deve-se escolher um ponto de vista específico – aquele que contempla os aspectos que são significativos para o problema de investigação em questão – e deixar todos os outros em segundo plano. Talvez o comprometimento de escrever um texto de caráter enciclopédico tenha feito com que

Weber sentisse a necessidade de contemplar a “totalidade das dimensões cultural-históricas” na compreensão da natureza da economia antiga, o que tornaria sua análise ainda mais desafiadora e difícil de ser realizada. Weber procurou contemplar perspectivas de campos do conhecimento muito variadas, levando em conta aspectos econômicos, históricos (com especial acento, evidentemente, na história antiga), jurídicos, geográficos, políticos, etc. Acredito tratar-se também de um ponto de vista que vai de encontro a uma ênfase na análise histórica da diversidade e das particularidades de cada sociedade investigada, um aspecto que é bastante valorizado por Meyer, uma das maiores referências de Weber no campo da história antiga.

Mas, por outro lado, esses aspectos variados foram acionados por Weber de uma maneira muito particular, no sentido de responder a questionamentos muito específicos, relativos à questão do capitalismo, de maneira que essa bibliografia demasiadamente extensa foi lida de modo bastante direcionado. Nesse sentido, tratou-se sobretudo da tensão entre uma perspectiva totalizadora e a necessidade de delimitação de problemas de análise específicos, a partir dos quais se torna possível olhar para essa totalidade. Retornarei a esse ponto no item a respeito da dimensão metodológica dessa obra de Weber.

De todo modo, o contexto da escrita da terceira edição e o modo como Weber encarou essa tarefa geraram em muitos especialistas dedicados a essa obra de Weber ⁴¹ as seguintes questões: Por que Weber aceitou redigir a terceira edição de *Relações agrárias...*, se achava que não tinha conhecimento especializado suficiente para fazê-lo? E, uma vez tendo aceito a tarefa, por que praticamente quase sextuplicar o tamanho do texto, se a proposta de verbetes da enciclopédia não era essa?

Creio que a hipótese mais convincente na tentativa de responder a essas questões, e que explica não apenas sua decisão de aceitar redigir a terceira edição, mas também sua crise na execução dessa empreitada, tem a ver sobretudo com as transformações supramencionadas no seu modo de análise. Weber simplesmente não podia mais apresentar o mesmo tipo de trabalho que vinha realizando no período anterior à sua convalescença, pois esses trabalhos não correspondiam mais ao tipo de análise que passou a realizar a partir de 1903; e sua terceira edição de *Relações agrárias...* não poderia ficar aquém dessas novas perspectivas de abordagem. É como

⁴¹ Como os já citados Bruhns, Nippel, Deininger, etc.

se ele não se sentisse mais identificado com diversos aspectos centrais da análise que tinha realizado nas duas primeiras edições. Nesse sentido, a crise na redação da terceira edição não foi decorrente apenas do avanço do conhecimento especializado, que Weber temia não conseguir contemplar, mas foi sobretudo uma crise ligada ao avanço do seu próprio “conhecimento” e modo de análise. Nessas circunstâncias, refazer um trabalho é, muitas vezes, mais difícil do que elaborar um novo trabalho. Além da terceira edição de *Relações agrárias...*, não houve nenhuma outra obra sua que precisou ser “refeita” depois de seu período de recolhimento; e é por isso que a comparação entre as três edições se revela tão profícua na explanação de tais transformações.⁴²

Pode-se intuir que uma das principais questões que se colocavam para Weber era como “reescrever” *Relações agrárias...* sem entrar na questão do capitalismo, uma vez que esse se constituía agora o seu grande interesse investigativo. Por volta de dois anos após a redação da terceira edição, Weber apresenta em poucas linhas a maneira como passa a entender o papel da terceira edição de *Relações agrárias...* no conjunto de sua obra. Em *Observações anti-críticas ao “espírito” do capitalismo* (Weber, 1910a, p. 170), ele relaciona as obras *A ética protestante....* e *Relações agrárias...*: Afirma que seu principal objetivo em *A ética protestante...* foi apontar para as maneiras como a esfera religiosa orientou a esfera econômica e desse modo desempenhou um papel muito relevante no desenvolvimento do espírito do capitalismo moderno. Já em *Relações agrárias...* Weber afirma ter se interessado pela análise de relações causais de outra natureza, de modo que essa obra teria sido redigida como uma forma de abordar os fatores extra-religiosos que influenciam a esfera econômica. Assim, do ponto de vista multicausal, Weber interpreta *Relações agrárias...* como uma espécie de obra complementar às formulações de *A ética protestante...* Apesar de se tratar de uma afirmação bastante sucinta e de não ser possível ter certeza de que Weber concebeu a terceira edição partindo dessa perspectiva já na época de sua elaboração – visto que se trata de uma interpretação *a posteriori* a respeito do sentido desse texto no conjunto de sua obra –, essa

⁴² É curioso notar que com relação à segunda edição de *A ética protestante...* (1920), Weber age de maneira muito diferente. Ele não parece sentir a necessidade de reescrever o livro, mas faz apenas mudanças de caráter pontual e acrescenta o adjetivo “moderno” ao lado da nomenclatura capitalismo (ponto que será abordado no capítulo 2). Creio que isso se deve ao fato de Weber ter escrito sua primeira edição de *A ética...* já em 1904, isto é, depois desse período de amadurecimento intelectual – creio que esse aspecto reforça o meu argumento.

afirmação confirma o caráter das transformações da terceira edição e o papel que a economia antiga passa a desempenhar em sua tipologia do capitalismo.

A noção de capitalismo não aparece nem em seu texto sobre o declínio da cultura antiga, nem na segunda edição de *Relações agrárias...* Na primeira edição, o capitalismo aparece apenas pontualmente em correlação com o desenvolvimento de Roma (cf. Weber, 1897, p. 204) já descrito em *História agrária...*⁴³. Weber afirma claramente em *Observações anti-críticas ao “espírito” do capitalismo* (1910) que nessas obras de sua juventude utiliza a noção apenas para designar fenômenos isolados da economia antiga. Já no texto publicado em 1909, aborda o capitalismo de maneira sistemática, como forma de designar um sistema econômico, apresentando em sua introdução uma análise totalmente nova de comparação com o capitalismo moderno. Nas palavras de Weber:

Face aos meus escritos anteriores, realizei uma mudança de terminologia, dado que à época eu não tendia a designar mais do que alguns fenômenos isolados como “capitalistas”, e por isso hesitava em falar de “capitalismo” antigo. Hoje penso a esse respeito de maneira diferente, como se evidencia no artigo “Relações agrárias na Antiguidade”.
(Weber, 1910a, p. 186, nota 38)

Mas o interesse de Weber pela questão do capitalismo moderno e a elevação do mesmo ao *status* de categoria analítica não foram os únicos elementos impulsionadores da incorporação da economia antiga em sua tipologia do capitalismo. Retomando a ideia de que a elaboração de sua obra foi movida por suas reações a uma série de questionamentos e debates propostos por seus contemporâneos, Weber, ao adentrar na questão do capitalismo na elaboração da terceira edição, se viu confrontado com debates já existentes em torno do uso dessa nomenclatura para definir a natureza da economia antiga. Um deles, em especial, é vital para a compreensão do papel da economia antiga na construção de sua tipologia do capitalismo, e trata-se de um dos panos de fundo da investigação aqui proposta, na medida em que as críticas de Weber às ideias contidas nesse debate estruturam

⁴³ Em *História agrária...* Weber falava de um “capitalismo sem limites nas regiões agrárias” em Roma (Weber, 1891, p. 216).

grande parte da introdução da terceira edição de *Relações agrárias...* Trata-se da controvérsia Bücher-Meyer.

Pelo fato de ter desenvolvido novas formulações, metodologias e aparato conceitual para refletir a respeito do capitalismo, Weber procurou não apenas contemplar esse e outros debates⁴⁴ de sua época a respeito da economia antiga, mas também enfrentou-os a partir desses novos aparatos de análise. Ao tomar posição a respeito das principais questões colocadas pela “controvérsia”, ele desenvolve uma análise muito particular da economia antiga, pois mesmo compartilhando uma série de questões com esses autores, a maneira como Weber as trata, do ponto de vista metodológico, e as noções que forja e emprega em sua análise, são singulares. Assim, com a introdução da questão do capitalismo e de aspectos relevantes que influenciaram a economia antiga (escravidão, direito territorial, desenvolvimento urbano, relações políticas etc.) seu texto adquire novas proporções, de modo que não deveria ser surpreendente não apenas o aumento considerável de seu tamanho, mas também a sua transformação em um novo texto.

O papel da controvérsia Bücher-Meyer na estruturação da terceira edição de *Relações agrárias na Antiguidade*

O sério engano no qual caem muitos historiadores – não todos – consiste em que a “complexidade” e “fluidez” dos fenômenos históricos não permite a utilização de conceitos sólidos e precisos. (Weber, 1909, p. 280)

“Controvérsia Bücher-Meyer” é a expressão pela qual ficou conhecida uma discussão iniciada no final do século XIX em torno dos métodos, categorias, problemas e concepções sobre o caráter da ciência e seu desenvolvimento e que, ao mesmo tempo, indagava a respeito da natureza da economia antiga e da

⁴⁴ Não é possível entrar aqui de modo detalhado no conteúdo de cada um dos debates que interessaram a Weber na terceira edição de *Relações agrárias...*, pois vários deles abordam questões muito específicas do campo da história antiga, e o seu tratamento pormenorizado representaria uma digressão do problema central aqui investigado. De qualquer forma, muitos desses debates aparecem, mesmo que muitas vezes de forma lateral, ao longo da tese, na medida em que são relevantes para a análise da tipologia do capitalismo.

plausibilidade de esta ser denominada “capitalista”. Essa discussão se inseriu no processo de institucionalização acadêmica da análise da economia no mundo antigo e trouxe consigo o problema das semelhanças e diferenças das abordagens da história antiga e da história econômica geral, ambas pensadas como campos disciplinares distintos⁴⁵.

A “controvérsia” envolveu como principais protagonistas o já mencionado historiador da Antiguidade Eduard Meyer, e o economista e integrante da segunda geração da Escola Histórica Alemã de Economia Política, Karl Bücher. Em *Die Entstehung der Volkswirtschaft* (A origem da Economia) (1893), Bücher, inspirado na “teoria do *oikos*” de Johann Rodbertus (1865) e em diálogo com seus contemporâneos da Escola Histórica, defende a ideia de uma definição teórica dos estágios de desenvolvimento da economia nacional, na “pureza de seus tipos”, que levasse em conta a produção e o consumo de bens. Segundo Bücher, teriam havido três estágios fundamentais na evolução econômica: 1. a economia do *oikos*, uma economia doméstica fechada, na qual predominou a produção individual, sem trocas, na qual os bens eram produzidos e consumidos no mesmo local; 2. a economia urbana, na qual os bens passavam imediatamente do produtor ao consumidor; 3. e a economia nacional, em que as mercadorias eram produzidas e circulavam passando por uma série de intermediações antes de seu consumo. O interesse de Bücher estava marcado sobretudo por uma perspectiva teórica que repousava no estabelecimento das principais diferenças entre os três estágios, onde os fenômenos históricos particulares desempenhavam um papel de pouca relevância, já que, como economista, procurava encontrar um princípio econômico universal que evoluíra ao longo da história⁴⁶.

⁴⁵ Embora a vida econômica da Antiguidade já tivesse sido abordada na Época Moderna, mesmo que de maneira não sistemática, com o surgimento da Economia Política no século XVIII, foi apenas no final do século XIX que esse debate se desenvolveu academicamente na Alemanha, no âmbito da Escola Histórica Alemã de Economia Política.

⁴⁶ Bücher não foi o primeiro a falar em estágios econômicos, mas sua teoria se inseriu em uma tradição de análises segundo o critério de estágios, presente nos trabalhos de autores alemães desde o século XVIII, como no caso das análises teóricas de economistas como Bruno Hildebrand (1864), que falava em estágios econômicos, diferenciados em economia natural, economia monetária e economia de crédito, e Schmoller (1884), que abordava a distribuição de bens, diferenciando economia doméstica, economia do vilarejo, economia citadina, economia territorial e economia do Estado (cf. Schneider, 1990, p. 419). Schmoller foi a grande inspiração de Bücher na questão dos estágios, mas Weber não parece demonstrar grande simpatia pela teoria de Schmoller, talvez por este não abordar os estágios da maneira como Weber entende que Bücher os trata, ou seja, de modo ideal-típico.

A recepção da teoria dos estágios de Bücher por parte dos historiadores foi muito polêmica, tendo como seu principal crítico o historiador da Antiguidade Eduard Meyer. Nesse período, a história antiga, como disciplina diferenciada, estava passando por um processo de renovação devido a uma série de reformas curriculares. Esse contexto levou os historiadores da Antiguidade a buscarem novas formas de legitimação de seu campo, passando a criticar teóricos de outras disciplinas afins, principalmente aqueles que trabalhavam com teorias de estágios de desenvolvimento típicos (cf. Schneider, 1990, p. 426, 429). Assim, o que estava em jogo era não apenas o conteúdo objetivo da teoria de Bücher, mas também uma disputa por reconhecimento da relevância dos fundamentos básicos das duas disciplinas (economia política e história) e por legitimidade de suas respectivas ciências face a seus objetos.

Foi nesse contexto que Meyer fez uma conferência sobre o assunto com o título “Evolução econômica da Antiguidade” no *3o Congresso de Historiadores Alemães* (1895), posteriormente publicada no *Jahrbücher für Nationalökonomie und Statistik* (Anuário de economia política e estatística). Ressaltando a importância do conhecimento dos problemas da História Antiga para a atualidade, Meyer inicia sua fala criticando Rodbertus, Bücher e outros historiadores e economistas que trabalhavam com teorias dos estágios, afirmando que sua palestra iria apresentar uma imagem do “real desenrolar do desenvolvimento da Antiguidade” (Meyer, 1895, p. 6). Meyer já se diferencia de seus colegas economistas na escolha do ponto de partida de sua análise, ao se recusar partir do “homem primitivo” ou tratar dos “estágios mais antigos da Grécia”, pois de seu ponto de vista os dados sobre a vida econômica desse homem não teriam efeitos em sua análise geral, apesar de acreditar ter indícios de que já naquele tempo as trocas desempenhavam um papel importante (cf. Meyer, 1895, p. 7).

Estrategicamente, Meyer parte de um ponto da história antiga que acredita apresentar fatos dados a respeito do grande desenvolvimento econômico da Antiguidade. Inicia com uma apresentação da economia do que nomeia como antigo Oriente – com especial destaque para o Egito a partir de 3000 a.C – defendendo que nessa região havia uma indústria altamente desenvolvida e relações de trocas econômicas com o uso de metais preciosos. A seguir, Meyer aborda o que chama de

“Idade Média grega”, um período de dominação da nobreza, das lutas de cavaleiros, onde acredita ter dados que comprovam a existência de um grande desenvolvimento da economia pastoril, da agricultura, do comércio e da “indústria” antigos. Trata-se, para Meyer, do momento de desenvolvimento das cidades-estado, período em que elas se tornariam os “portadores típicos da cultura antiga” (Meyer, 1895, p. 13). A partir do helenismo, passando pela República romana e pelo Império, Meyer descreve como lentamente a economia antiga vai se barbarizando e definhando, por razões políticas.

O objetivo de Meyer na escolha dessa forma de abordagem da economia antiga foi apontar o equívoco de considerar o desenvolvimento histórico dos povos mediterrâneos de maneira linear, de forma a qualificar o período da Antiguidade como “primitivo”. Arelado à ideia de ciclos históricos, Meyer defende que o mundo antigo atingiu ciclos de prosperidade que possibilitaram, em alguns momentos, o alcance de um patamar econômico semelhante ao moderno, no que diz respeito ao comércio, à indústria, ao uso de metais como meio de troca, etc; esses períodos de florescimento da economia antiga permitiriam o uso da nomenclatura “capitalismo” para categorizá-la.⁴⁷

Apesar de Bücher e Meyer serem os principais protagonistas que dão nome à controvérsia, havia ainda outros autores envolvidos no debate, como Schönberg (1867) e Schmoller (1884), do lado de Bücher, trabalhando com variantes de teorias dos estágios, e Beloch (1899, 1902), em concordância com Meyer, defendendo a existência de grandes indústrias na Antiguidade, principalmente no mundo helênico, com o surgimento das colônias.⁴⁸

A “controvérsia Bücher-Meyer” foi, ao longo de todo o século XX, o principal ponto de partida para grande parte dos debates sobre a economia da Antiguidade (cf. Bruhns, 2009a, p. 100), no âmbito da economia e mais ainda no âmbito da história antiga, sendo atribuído o rótulo de “primitivistas” àqueles que se identificavam com

⁴⁷ Schneider defende ainda que há um outro significado político na fala de Meyer: ao aproximar economia antiga e moderna, Meyer teceria uma crítica conservadora ao capitalismo moderno, se posicionando contra a transformação de estruturas tradicionais no processo de modernização (cf. Schneider, 1990, p. 443).

⁴⁸ Paralelamente a essa controvérsia no âmbito da história antiga, historiadores medievais como Georg von Below contendiam com Bücher a respeito das mesmas questões, defendendo o uso da noção de capitalismo para pensar a economia medieval, mas em oposição à maneira como Sombart o fez (cf. Nippel, 1991b, p. 324).

a teoria de Bücher, considerando a economia antiga um tipo de economia do *oikos* auto-suficiente; e de “modernistas” aos que simpatizavam com a posição de Meyer, por acreditarem que a única diferença entre o capitalismo antigo e o moderno constituía-se como uma diferença com relação à escala de produção e consumo.

Esse debate que teve Bücher e Meyer como protagonistas é anterior à elaboração das duas primeiras edições de *Relações agrárias...*, mas como a concepção da noção de capitalismo como sistema econômico no pensamento de Weber é posterior à elaboração das duas primeiras edições, as posições que ele assume com relação aos pontos levantados pela controvérsia na terceira edição são muito mais elaboradas em comparação às duas primeiras edições e refletem a transformação do seu pensamento e modo de análise supramencionados. Na primeira edição (e também em *As causas sociais do declínio da cultura antiga*⁴⁹) Weber cita diretamente a controvérsia Bücher-Meyer em uma nota de rodapé no item final do texto, criticando a ausência de “conceitos econômicos” nos trabalhos de Meyer e dos historiadores em geral. Na segunda edição, Weber menciona a controvérsia, mas se furta de uma tomada de posição.

Desse modo, embora Weber tenha tido um envolvimento histórico nesse debate, que se materializou timidamente nas suas duas edições anteriores e no texto sobre as causas do declínio da cultura antiga, é de fato só na terceira edição que ele apresenta uma formulação mais elaborada do problema da economia antiga com relação ao uso da noção de capitalismo, posicionando-se de um modo totalmente diferente em comparação às duas edições anteriores. Assim, é possível que a “tensão terrível” que afirmou sentir no momento da redação da terceira edição não tenha ocorrido apenas devido aos motivos já mencionados, mas possa ser também interpretada como fruto do desejo de escrever algo significativo com relação ao debate e que estivesse à altura das suas novas problematizações. A maneira pela qual Weber passa a se posicionar com relação à controvérsia na terceira edição é um exemplo contundente da grande transformação de seu pensamento no que diz respeito à questão do capitalismo em suas relações com a economia antiga.⁵⁰

⁴⁹ É possível que a incorporação da comparação entre Antiguidade e Idade Média nesse texto seja devedora da controvérsia, pois trata-se de uma grande novidade em comparação à sua obra anterior sobre o tema da Antiguidade, *História agrária...* (cf. Deininger, 2006, p. 15).

⁵⁰ Bruhns (2001) e Deininger (2006) também ressaltam essa grande transformação do modo de análise de Weber, que se materializou na incorporação da controvérsia na terceira edição de *Relações agrárias...*

A controvérsia teve grande impacto, principalmente na estruturação da introdução da terceira edição de *Relações agrárias...*, na qual Weber se posiciona de maneira explícita. Não apenas a nomenclatura capitalismo passa a ser operacionalizada como categoria analítica, mas ele também lança mão de uma série de outras categorias a ela ligadas, como fábrica, indústria, economia monetária, proletariado, etc. É bastante perceptível o modo como Weber, na introdução, organiza seus argumentos em torno da controvérsia, mesmo que, na maioria das vezes, não a nomeie. Em momentos diversos percebe-se que Weber, ao entrar em tensão com as teorias dos estágios do desenvolvimento da Escola Histórica Alemã de Economia Política de forma explícita e abordar a questão da utilização de conceitos modernos para pensar a economia antiga, “responde” ora a Bücher, ora a Meyer.

Grande parte dos especialistas nessa parte da obra de Weber questiona se é possível ou não identificar as preferências de Weber por um ou por outro polo do debate. De modo geral, percebe-se que Weber apresenta muitas afinidades com a interpretação de Bücher⁵¹, que passam pela relativização do desenvolvimento econômico das culturas antigas, pelo papel que a escravidão desempenhou dentro delas, pela importância da economia do *oikos*, e pelo seu interesse por um método idealtípico de análise. Por outro lado, Weber demonstra um grande respeito pelo conhecimento especializado em história antiga de Meyer, ao ponto de os seus escritos se tornarem grandes fornecedores de dados históricos para a obra de Weber⁵². Além disso, e esse é o ponto mais importante para a análise aqui proposta, a incorporação da obra de Meyer por Weber se deu não apenas porque Weber tinha poucos conhecimentos a respeito do mundo grego, mas porque ambos tinham uma série de interesses analíticos em comum. Um deles, fundamental para compreender o papel da economia antiga na obra de Weber, é sua escolha consciente da utilização da noção de capitalismo, de modo idealtípico, para se referir à economia antiga, algo que indiscutivelmente está relacionado com a obra de Meyer, ainda que a definição de ambos do capitalismo antigo seja muito diferente, visto que os seus pressupostos

⁵¹ Embora não seja possível fazer uma associação direta entre a produção acadêmica de Weber e Bücher e os seus posicionamentos políticos, não se deve esquecer que Weber possuía muitas afinidades políticas com Bücher no âmbito da *Associação para política social*.

⁵² Weber não se refere a Meyer em seu primeiro trabalho sobre a Antiguidade, e Meyer critica especialmente essa obra de Weber, denominando-a uma “obra de jurista”, que falha em diversos aspectos do fazer de historiador (cf. Deininger, 1990, p. 135).

metodológicos também o são. Retornarei a esse ponto adiante.⁵³

Todas essas afinidades com as teorias de ambos autores são, no entanto, incorporadas de maneiras muito particulares na obra de Weber, de modo que sua elaboração se torna tão peculiar que não se trata de uma simples tomada de partido entre um polo ou outro, e nem a adoção de uma posição intermediária entre ambos. Trata-se do desenvolvimento de uma análise própria, que se desenvolve a partir das questões apresentadas pela controvérsia, algo que extrapola em muito os limites da “controvérsia Bücher-Meyer”. Desse modo, é irrelevante classificar o pensamento weberiano como “primitivista” ou “modernista”.

Ao elaborar uma série de críticas às posições de Meyer e Bücher – como a crítica à transposição de categorias econômicas modernas na análise de economias pré-modernas, ou a crítica a uma interpretação histórica linear/evolutiva baseada em estados de desenvolvimento econômico – Weber desenvolve uma análise que em grande medida se descola da controvérsia, revelando, na maioria das vezes, posicionamentos diversos com relação às teorias de ambos. As maneiras específicas como Weber incorpora as questões propostas pela controvérsia serão contempladas, ao longo desta tese, na medida de sua relevância para a compreensão do papel da economia antiga no desenvolvimento da tipologia do capitalismo.

Capitalismo como categoria analítica na terceira edição de *Relações agrárias na Antiguidade*

A transformação multidimensional de suas formas de análise e, decorrente disso, seu interesse pelas questões levantadas na controvérsia Bücher-Meyer, fizeram com que Weber desenvolvesse uma interpretação muito particular da economia antiga, na qual o capitalismo passa a desempenhar um papel central como problema de investigação e, simultaneamente, como categoria analítica.

A denominação “capitalista” atribuída à economia antiga foi alvo de polêmica desde os debates em torno das teorias mencionadas denominadas “modernistas”, cujas origens remetem à controvérsia Bücher-Meyer. Em sua grande maioria, os críticos do uso da noção de capitalismo na análise da economia antiga apoiam-se em

⁵³ Bruhns (2005) e Deininger (2006) abordam detalhadamente essas questões.

uma perspectiva marxiana, segundo a qual o capitalismo como categoria de análise identifica-se com um modo de produção específico, em que os operários e os detentores dos meios de produção desempenham um papel central. Assim, a recusa do uso dessa nomenclatura por diversos autores ao se referirem à economia antiga pode ser interpretada tanto como um reconhecimento da necessidade de uma maior especialização das questões e estruturas próprias da Antiguidade, mas também como fruto de uma associação imediata do conceito à definição marxiana de economia capitalista (cf. Deininger, 1987, p. 17).

Nesse sentido, o uso da noção de capitalismo por Weber ao se referir à economia antiga pode ser interpretado como uma tensão não apenas com a definição de Sombart, mas também com a teoria de Marx⁵⁴, um dos substratos mais importantes da definição de capitalismo em Sombart. Marx escreve no primeiro volume de *O capital*:

Na *Realenzyklopädien des klassischen Altertums* (Enciclopédia da Antiguidade clássica) pode-se ler o disparate segundo o qual no mundo antigo o capital estava totalmente desenvolvido, “não obstante faltarem o trabalhador livre e o sistema de crédito.” (Marx, 1867, p. 182)

Do ponto de vista marxiano, seria absurdo afirmar que houve capitalismo na Antiguidade, e é exatamente esse o teor da crítica de Sombart à utilização da noção por Weber para se referir à economia antiga: o trabalho assalariado não poderia ficar fora da definição do conceito de capitalismo, pois este se constitui como um conceito

⁵⁴ Segundo Raphael (cf. Raphael, 1998, p. 6), alguns autores basearam-se erroneamente em uma declaração de Weber aos estudantes de Viena em 1918, na qual ele apresenta seu curso como uma “refutação positiva do materialismo histórico” para reduzir a análise weberiana à uma refutação do marxismo, como uma tentativa de Weber de compreender os fenômenos econômicos derivando dos fenômenos religiosos. Mas Weber foi um dos poucos de sua época (para não falar de Sombart, um grande entusiasta da obra de Marx) a insistir na importância da análise do trabalho de Marx. Em diversas passagens da obra de Weber, e sobretudo no conteúdo de suas aulas dos períodos em que lecionou em Freiburg e Heidelberg, é possível reconhecer um diálogo com Marx; contudo, é difícil mensurar em que medida há de fato um debate direto com a obra de Marx nos escritos weberianos sobre a economia antiga. Seja por este ser pouco citado por Weber, seja por haver poucos trabalhos dos comentadores da obra de Weber sobre o assunto (no que se refere especificamente à economia antiga). Por esse motivo, me concentro nas relações indiretas das obras de Weber sobre a economia antiga com a teoria de Marx, seja por meio dos debates com a obra de Sombart, seja por meio da influência da controvérsia Bücher-Meyer.

moderno. Sombart critica a incorporação weberiana dessa nomenclatura já em sua tese de habilitação:

[...] que W. [Weber] fale frequentemente de tendências “capitalistas” no desenvolvimento das relações agrárias romanas não me parece conveniente e, sobretudo, dá ocasião para mal entendidos. A utilização de concepções modernas de produção capitalista para pensar as relações antigas não deveria ser admissível. Mesmo quando afirmamos que a produção de mercadorias na Antiguidade romana teve uma grande extensão, como em geral se acredita, falta quase que totalmente no mundo antigo a presença do trabalhador proletário livre e, com isso, o requisito mais importante do capitalismo. (Sombart, 1893, p. 353)

Como mencionado anteriormente, antes da elaboração da terceira edição de *Relações agrárias...* a utilização que Weber faz da nomenclatura “capitalismo” em suas análises da economia antiga é muito pontual e não envolve sua transformação em objeto central de análise e nem uma discussão a respeito de sua operacionalidade enquanto categoria analítica. Mas na obra de 1909, partindo da ideia de que o pesquisador muitas vezes se vê, histórica e cognitivamente, constrangido a utilizar conceitos e noções de seu tempo para refletir a respeito de acontecimentos passados (cf. Weber, 1922, p. 207), Weber atribui à noção de capitalismo uma grande centralidade.

Contudo, diferentemente de seus antecessores denominados “modernistas” (como Meyer e Beloch), Weber passa a problematizar a questão do capitalismo na Antiguidade, não o tomando como algo certo e seguro e trabalhando com uma concepção de capitalismo bastante diversa das de Sombart e Marx, em muitos sentidos.⁵⁵ Segundo Weber, em clara oposição a Meyer, o grande empreendimento

⁵⁵ Paralelamente a Weber, autores de outras nacionalidades também redigiram obras onde a noção de capitalismo foi utilizada para se referir à economia antiga, como o russo Rostovzeff (1900) e o italiano Savignoli (1906). Mas não há indícios de que Weber tenha tido conhecimento desses trabalhos ao redigir suas obras – o que se sabe é que ele cita esses autores em seu curso *História Econômica*, que é posterior a todos os seus escritos sobre a Antiguidade. Além disso, esses autores não trataram a questão do capitalismo antigo propriamente como um problema de investigação, de modo que é possível afirmar que Weber foi o primeiro a se ocupar intensivamente com a questão do capitalismo

capitalista que propicia acumulação de capital com trabalho livre não é encontrado no âmbito da economia privada da Antiguidade de forma duradoura, nem na economia agrária. E, se a acumulação de capital na Antiguidade for tratada do ponto de vista do capitalismo moderno, não é realmente possível afirmar a existência do capitalismo no mundo antigo (cf. Weber, 1909, p. 15).

Porém, em diversas passagens de suas obras, Weber dá a entender que concebe o capitalismo, de maneira geral, como “forma de geração de ganhos econômicos” e, dessa perspectiva, seria facilmente possível detectar sua presença na economia antiga. Em suas palavras:

Portanto, caso o conceito de “economia capitalista” não se restrinja sem motivos a um modo específico de valorização do capital: a exploração do trabalho alheio por meio do contrato com o trabalhador “livre” – adjudicando portanto características sociais – mas, ao contrário, deixamo-lo valer, como puro conteúdo econômico, por toda a parte onde os objetos de posse, que são os objetos de troca, são utilizados por pessoas privadas com a finalidade de aquisição econômica por meio de troca, então não há nada mais certo do que um verdadeiramente amplo caráter “capitalista” de épocas inteiras da história antiga – e precisamente das “maiores” épocas. (Weber, 1909, p. 338)

É bastante evidente que, em sua introdução à terceira edição de *Relações agrárias...*, Weber exclui da definição da economia capitalista o critério do trabalho formalmente livre. Para ele, a utilização do trabalho de outros por meio de contrato com trabalhadores livres é apenas “uma forma específica de realização do capital” (Weber, 1909, p. 15). Isso o permite falar do caráter largamente capitalista das épocas inteiras da história antiga. O trabalho livre só fará parte de sua definição de capitalismo na medida em que se configurar como um dos traços característicos do

na Antiguidade (cf. Deininger, 2006, p. 38-40). É importante mencionar ainda o economista austríaco Neurath que, mesmo não utilizando a noção de capitalismo, redigiu um artigo sobre a economia antiga exatamente no mesmo ano em que Weber publicou a terceira versão de *Relações agrárias...* (1909), mas, como nos casos anteriores, não há indícios de que Weber tenha tido contato com o trabalho de Neurath nessa época.

capitalismo moderno, isto é, quando Weber se referir a um outro tipo de capitalismo.

56

Mas, por que utilizar uma nomenclatura tão controversa para designar um fenômeno que possui características tão distintas quando comparado ao fenômeno do capitalismo moderno?

Esse aspecto que envolve a definição do capitalismo na terceira edição de *Relações agrárias...* remete ao problema central desta tese, na medida em que traz à tona o papel vital e muito particular do recurso metodológico da tipologia do capitalismo na obra de Weber. Seu texto de 1909 foi interpretado por diversos especialistas como uma análise da sociedade e economia antigas sob a ótica do capitalismo, onde Weber introduz uma perspectiva de história universal. Tanto Bruhns (2001, p. 46-47) como Deininger (2006, p. 40) entendem a utilização da categoria capitalismo na terceira edição sob dois aspectos distintos: por um lado, para descrever o auge do desenvolvimento da Antiguidade, e, por outro lado, como oposição ao capitalismo moderno.

O primeiro aspecto remeteria à natureza da economia nas diferentes épocas e localidades da Antiguidade. Esse ponto é evidenciado pela maneira sistemática segundo a qual Weber aborda as diversas dimensões da economia antiga: o desenvolvimento do mercado, os modos de produção, a liberdade de dispor do solo, a importância fundamental do comércio para as cidades e para as aristocracias, a evolução diferente de monarquias litúrgicas em comparação às sociedades de *polis*, as formas de utilização dos bens, as formas de exploração, as formas de empresa e do processo de trabalho, etc. Weber conclui que existiram épocas de florescimento econômico tanto na Grécia clássica como posteriormente na República romana, mas um florescimento bastante limitado e particular se comparado às economias moderna e medieval, principalmente porque, no caso antigo, a dimensão política subordinava, em muitas instâncias, a dimensão econômica.

Já o segundo aspecto da utilização da noção de capitalismo trataria de aquilatar em que medida as formas de capitalismo antigo se relacionam às formas do capitalismo moderno. Com esse objetivo, Weber indaga se no grande “capitalismo

⁵⁶ Posição bastante semelhante às ideias de Simmel em sua *Philosophie des Geldes* (Filosofia do dinheiro) (1900), apesar deste não trabalhar com a noção de capitalismo, e sim de economia monetária.

agrário” da época romana ou no capitalismo das cidades gregas estavam presentes os elementos precursores do capitalismo moderno e, complementarmente, se a Antiguidade produziu invenções técnicas, jurídicas ou organizacionais sobre as quais uma economia capitalista de tipo moderno poderia se apoiar. Weber conclui que a economia antiga não ofereceu os fundamentos para o desenvolvimento de um modo de vida racional-metódico que deu origem ao capitalismo moderno; estes, ao contrário, só se formaram em um período posterior que corresponde ao que Weber entende por final Idade Média europeia.

Contudo, de meu ponto de vista, essas duas utilizações da noção de capitalismo são aspectos de um mesmo e único procedimento metodológico: a formação de uma tipologia do capitalismo com objetivo de iluminar, por meio da comparação entre tipos ideais de capitalismo, determinados aspectos da economia moderna, com especial destaque para sua dimensão racional. É somente pelo fato de Weber reconhecer um desenvolvimento econômico considerável em alguns momentos da história antiga e denominá-lo “capitalista” que se torna possível a comparação com as economias moderna e medieval. É esse movimento analítico que permite que a noção de capitalismo seja elevada ao *status* de categoria, fornecendo assim um substrato comum para uma análise de cunho comparativo.

Assim, do ponto de vista metodológico, esses dois aspectos que envolvem a utilização da nomenclatura capitalismo são partes intrinsecamente ligadas na constituição da tipologia do capitalismo na obra de Weber. Isso significa que a economia antiga, quando descrita sob o crivo da nomenclatura “capitalismo”, apresenta uma especificidade que a torna muito particular e, ao mesmo tempo, apresenta uma base comum que permite a comparação com a economia moderna: ambas as economias são descritas como capitalistas, mas, ao mesmo tempo, remetem a tipos de capitalismo distintos. Desse modo, só é possível compreender o sentido da adjetivação “capitalista” atribuída à economia antiga se esses dois aspectos do capitalismo antigo forem analisados em conjunto e como parte de um esquema analítico mais amplo: a tipologia do capitalismo.

III. CAPITALISMO E ECONOMIA ANTIGA: UMA QUESTÃO METODOLÓGICA

O desenvolvimento cultural dos Incas e Astecas deixou rastros historicamente relevantes em uma medida – proporcionalmente – extremamente reduzida, de modo que uma história universal da gênese da cultura atual, no sentido de Eduard Meyer, possa talvez simplesmente silenciar a respeito deles sem maiores danos. Se é assim [...], então aquilo que sabemos de seu desenvolvimento cultural entra em consideração em primeira linha não como “objeto histórico”, e nem como “causa histórica”, mas essencialmente como “meio de conhecimento” para a formação de conceitos teórico-culturais: positivamente, por exemplo, para a formação do conceito de feudalismo, como um exemplar peculiar especificado do mesmo, ou negativamente, para delimitar certos conceitos com que trabalhamos na história cultural europeia face àquele conteúdo cultural heterogêneo; e assim, pela via da comparação, apreender geneticamente de modo mais preciso a especificidade histórica do desenvolvimento cultural europeu. (Weber, 1906, p. 258)

E, finalmente, em terceiro lugar, está o tratamento pelas ciências da Antiguidade de uma direção científica de interesses, cujo arcabouço de fontes antigas oferece em primeira linha um material etnográfico extraordinariamente rico para a obtenção de conceitos gerais, analogias e regras de desenvolvimento, para a pré-história não apenas de nossa cultura, mas de “toda” cultura. Pense-se por exemplo no desenvolvimento das ciências comparativas da religião, cuja ascensão atual não teria sido possível sem a exploração da Antiguidade com a ajuda de uma instrução filológica estrita. A Antiguidade é aqui abordada na medida em que seu conteúdo cultural é adequado como meio de conhecimento

para a formação de “tipos” gerais [...] (Weber, 1906, p. 264, 265)

Em ambas as passagens, extraídas das críticas de caráter metodológico de Weber (1906) a Meyer, Weber apresenta de forma bastante objetiva a hipótese que orienta minha análise: a economia antiga desempenha em sua obra um papel de caráter sobretudo metodológico, na medida em que a comparação das economias antiga e moderna, de modo idealtípico, permite deslindar diversas facetas da peculiaridade da economia moderna, com especial destaque para sua dimensão racional.

A utilização da nomenclatura capitalismo na designação do caráter da economia antiga possui um sentido metodológico oriundo de uma perspectiva histórico-universal que permitiu a Weber desenvolver um método comparativo bastante particular. Isto é, se a economia antiga faz sentido na obra de Weber sobretudo como recurso metodológico comparativo, cujo papel principal é iluminar a compreensão do capitalismo moderno, ele só pode conceber esse tipo de análise ao enveredar por uma perspectiva histórico-universal – uma tendência de vários trabalhos historiográficos de sua época, e presente em obras de autores pertencentes à Escola Histórica Alemã de Economia Política.⁵⁷

Essa construção metodológica particular desenvolveu-se na análise de Weber partindo de fontes variadas e remete em muitas instâncias às obras supracitadas de Meyer e Bücher, para além das questões propostas pela controvérsia Bücher-Meyer. Suas obras, cada uma ao seu modo, estão impregnadas de um caráter histórico-universal, de forma que não é possível compreender o papel da economia antiga na tipologia do capitalismo de Weber sem passar por uma série de formulações de problemas e métodos de análise presentes nas obras desses dois autores.

⁵⁷ Entende-se aqui “história universal” não como um sinônimo de “história mundial”, mas trata-se de uma concepção do fazer historiográfico alemão recorrente no século XIX que valorizava não a produção de conhecimentos históricos especializados, mas sim a elaboração de sínteses históricas de épocas inteiras; as obras de Mommsen (1854-1856) e Burckhardt (1860) são bons exemplos de uma perspectiva universal-histórica (cf. Kalberg, 2009, p. 205, nota 1).

Estágios econômicos e círculos culturais: duas fontes de inspiração opostas das tipologias weberianas

Durante muitas décadas atribuiu-se a Bücher a primazia das influências no modo idealtípico da análise weberiana da economia antiga, e a Meyer restava o papel de fornecedor de materiais históricos. Creio que essa interpretação se deve tanto ao fato de Weber e Bücher possuírem, em muitos aspectos, posicionamentos semelhantes nos debates travados no interior da Escola Histórica Alemã de Economia Política, como por Weber anunciar explicitamente sua concordância com Bücher em diversos pontos fundamentais de sua teoria dos estágios econômicos. Para Bücher (1893), o desenvolvimento de estágios econômicos opera, de um ponto de vista teórico, como um recurso metodológico fundamental na investigação da história econômica. Sua análise por meio de estágios desenvolveu-se em forte oposição a outras correntes da Escola Histórica Alemã de Economia Política – como o caso de Schmoller, que também trabalhava com a noção de estágios partindo de outra perspectiva –, que argumentavam em favor de uma análise histórica de caráter descritivo; Weber posicionou-se claramente ao lado de Bücher.

Uma grande simplificação que por vezes se comete na interpretação da obra de Bücher é a redução de sua teoria dos estágios às suas possíveis correspondências a períodos históricos específicos. Há de fato correspondências bastante evidentes, mas Bücher defende abertamente que os estágios econômicos não devem ser confundidos com períodos históricos, dado o seu caráter generalizante e típico. Tratou-se da tentativa de, por meio da caracterização na forma de estágios, desvendar leis do desenvolvimento econômico. Assim, para Bücher, os estágios econômicos são necessários em primeiro lugar por uma questão de método.

As correspondências dos estágios econômicos com as configurações históricas particulares em Bücher ocorrem, em alguns aspectos, em um nível semelhante ao método idealtípico de Weber: os três estágios definidos por Bücher não são mutuamente exclusivos, mas apenas predominantes, o que significa que podem ser reconhecidos elementos dos três estágios em um mesmo período histórico. Weber afirma o mesmo com relação aos tipos ideais. Nesse sentido, o interesse de ambos reside naqueles elementos que configuram um determinado estágio econômico/tipo ideal que são predominantes e característicos de determinada sociedade/período

histórico específico. É desse modo que Weber conduz sua interpretação a respeito do desenvolvimento dos capitalismos antigo e moderno.

Contudo, no caso de Bücher, é bastante discutível em que medida ele de fato consegue descolar os estágios econômicos de períodos históricos específicos, visto que, por mais que afirme se tratar de tipos, é bastante evidente que em sua análise não há propriamente uma problematização da questão evolutiva. Weber se interessa não apenas pelo conteúdo analítico de cada um dos estágios econômicos descritos por Bücher, mas também – e esse é o elemento decisivo com relação ao desenvolvimento dos tipos ideais de capitalismo – pelo caráter típico da teoria de Bücher. Weber trabalha, *grosso modo*, com uma periodização histórica clássica bastante similar a de Bücher e da maioria de seus contemporâneos, dividindo a história econômica europeia entre Antiguidade, Idade Média e Época Moderna. Mas acredito que o grande salto metodológico de Weber com relação a seus contemporâneos – inspirado na análise tipológica de Bücher – é o desenvolvimento de um método idealtípico de análise da história econômica desses períodos, com a construção de tipologias de níveis de abstração variados que permitem uma análise que se descola do modelo evolutivo. Esse aspecto o aproxima, em alguma medida, da análise de Meyer.

Os impactos da obra de Meyer no desenvolvimento das tipologias weberianas, por sua vez, passaram a ser reconhecidos apenas no final nos anos 1980, com a obra polêmica de Tenbruck (1988), na qual aventou-se a possibilidade de atribuir a Meyer um papel central na elaboração metodológica da análise weberiana sobre o mundo antigo. Tenbruck foi o primeiro e mais ousado autor a tentar estabelecer correspondências mais diretas entre o método idealtípico weberiano e a obra de Meyer, argumentando que apesar de Weber tecer críticas tenazes com relação às metodologias de análise e concepções do papel das ciências históricas em Meyer, ele faz vasto uso não apenas de seus conteúdos, mas também de diversas teorias explicativas mais amplas, que se refletem em sua própria construção metodológica (cf. Tenbruck, 1988; 1999, pp. 189, 208). Essa interpretação de Tenbruck, que considera a contribuição de Meyer não apenas como historiador antigo, mas também como teórico da história, encontrou forte oposição nas obras de Deininger (1990) e Nippel (1991).

Deininger e Nippel reconhecem o papel significativo que a controvérsia Bücher-Meyer desempenhou no desenvolvimento da terceira edição de *Relações agrárias...*,

ênfatizam a recusa de Weber das teses modernizantes de Meyer, e concordam com a existência de semelhanças entre ambos no que se refere aos seus posicionamentos a respeito das tarefas e conteúdos das ciências históricas. Mas Nippel e Deininger não acreditam haver elementos suficientes que comprovem a inspiração do desenvolvimento metodológico dos tipos ideais weberianos nas proposições de Meyer. De fato, a maneira como Tenbruck defende seu argumento é carregada de um certo tom de exagero de quem realizou uma grande “descoberta”; sua interpretação atribui à obra de Meyer uma importância tão ampla que atinge outras áreas temáticas do trabalho de Weber, como o desenvolvimento da noção de carisma e de sua sociologia da dominação.⁵⁸

Embora não seja possível encontrar correspondências diretas entre os tipos ideais de Weber e a obra de Meyer, como defende Tenbruck, acredito ser inegável a existência de uma série de paralelismos entre suas metodologias, desenvolvidas com base em perspectivas histórico-universais, tornando possível argumentar que suas obras se influenciaram mutuamente, o que proporcionou importantes impulsos para os desenvolvimentos metodológicos de ambos os autores.⁵⁹

Meyer inicia a introdução tanto da primeira (1884) como da segunda edição (1907) de sua *História da Antiguidade* com uma explanação bastante genérica a respeito de aspectos variados de diferentes sociedades do mundo antigo. Partilha da tendência bastante em voga na época – relacionada com o processo de diferenciação disciplinar das ciências humanas – de utilização de termos das ciências naturais para se referir ao

⁵⁸ Em resposta a Tenbruck, Nippel escreve alguns anos mais tarde (1991) que mesmo após a “descoberta” de Tenbruck, não há elementos suficientes para ligar os tipos ideais de Weber à obra de Meyer, e que seria um exagero afirmar que Weber se inspirou nos escritos de Meyer sobre religião em sua “Antropologia” ao desenvolver sua noção de carisma.

⁵⁹ O próprio Deininger ressalta esse ponto, ao afirmar que sempre se pensou em uma relação de mão única no que se refere à relação entre Weber e Meyer, no sentido de Weber ter feito vasto uso dos dados históricos de Meyer. Mas Deininger defende que a obra de Weber também foi importante para o trabalho de Meyer nos debates que travaram a respeito da formação de conceitos no campo da história e na ideia de clareza teórica (cf. Deininger, 1990, p. 132).

Dessa perspectiva, acredito que um aspecto que mereceria uma investigação mais detalhada seriam as possíveis correspondências entre as grandes ampliações da terceira edição de *Relações agrárias...* de Weber (1909), e da introdução de *História da Antiguidade* de Meyer (1906). Assim como Weber em 1909, a introdução do compêndio sobre a Antiguidade de Meyer tinha em sua primeira edição (1884) apenas 25 páginas; na edição de 1906 passa a ter 252 páginas. Assim, percebe-se que ambos realizaram, praticamente no mesmo período, um movimento de grande ampliação em partes significativas de suas obras. Apesar de Meyer se ocupar de uma bibliografia “antiquada” e anterior às discussões de seu tempo (cf. Nippel, 1990a, p. 316), seu argumento para expandir o capítulo é o mesmo de Weber: atualizar sua bibliografia dado o avanço do conhecimento nos últimos tempos. E há ainda a possibilidade de aventar a hipótese de que Weber, em sua introdução da edição de 1909, estivesse respondendo à ampliação que Meyer realizara na introdução de sua própria obra magna dois anos antes.

seu objeto histórico, lançando mão das nomenclaturas “organismo” e “mundo orgânico” para se referir às diferentes culturas da Antiguidade. Suas referências bibliográficas nessa introdução constituem-se em sua grande maioria em obras antropológicas, como os trabalhos de George Alexander Wilken, mas também de fontes antigas provenientes de Aristóteles e Heródoto, entre outros.

Na segunda edição, Meyer ressalta o caráter histórico-universal de sua obra, ao compreender a história antiga “como uma parte de um todo maior”, de forma que cada uma das partes desse todo se constituiria “como uma unidade”. Para Meyer, a história antiga começa com diferentes Estados e culturas, mas culmina em um único Estado e cultura unificados, o Império romano. Essa ideia de unidade cultural se sofisticava quando Meyer coloca-a em relação a outras unidades culturais, nomeando esse processo “formação de círculos culturais” – uma expressão que pode ser encontrada nas obras de outros historiadores que partem de perspectivas histórico-universais, como em Mommsen (1854-1856). Meyer reconhece o desenvolvimento de dois círculos culturais distintos que se formaram no mundo antigo e que permaneceram em vertentes diferentes até a Época Moderna: o leste asiático (com centros na China e na Índia) e os povos do Mediterrâneo (iniciado no Egito e na Babilônia) (cf. Meyer, 1884, p. 21; cf. Meyer, 1907, p. 200)

São inegáveis as coincidências entre a concepção de círculos culturais de Meyer e a perspectiva weberiana histórico-universal, que se delineia já na primeira edição de *Relações agrárias...*, ganhando novos contornos ao longo da terceira edição e, em *A cidade*, aparecendo de forma renovada e mais complexa. A expressão “círculos culturais”, com referência ao mundo antigo, aparece seja em *A cidade*, seja na *Nota prévia* aos seus escritos sobre a ética econômica das religiões universais (Weber, 1920, p. 12). Mas mesmo em suas obras anteriores é impressionante como seu método comparativo se constrói partindo de diferenciações semelhantes, o que se torna evidente em sua tipologia do capitalismo. Weber inicia *Relações agrárias...*, já em suas primeiras edições, diferenciando os modos “primitivos” como se desenvolveram a exploração da terra no Oriente asiático e no Ocidente europeu e como essas diferenças deram origem a linhas de desenvolvimento político-econômico totalmente diferentes ao longo da história. E, por mais que Meyer não afirme realizar uma tipologia, ele refere-se a “tipos” e “formas típicas”, ao descrever as

características de determinados povos (cf. Meyer, 1884, p. 12-13), o que poderia ser visto como uma aproximação terminológica com as tipologias weberianas.

Os críticos da tese de Tenbruck – de que as tipologias de Weber teriam suas origens em Meyer – defendem sua relativização, pois Weber apresenta muitas semelhanças com a interpretação de Meyer no que se refere às culturas gregas, romanas e do Oriente próximo, mas a introdução das comparações à China e à Índia, que aparecem posteriormente no texto *A cidade* e nos seus escritos posteriores sobre religião, são desdobramentos que não se encontram em Meyer (cf. Nippel, 1991b). Acredito que essa crítica não é passível de comprovação, pois Meyer, em sua explanação dos círculos culturais, se refere explicitamente a China e Índia, por mais que não dedique nenhum volume de sua obra especialmente à essas sociedades. Além disso, creio que o ponto central dos impactos de Meyer sobre Weber não deveria residir na defesa de que Weber tenha “copiado” tal e qual a tipologia de Meyer. Mas sim que, com base nos estudos comparativos de Meyer, Weber percebe a importância do desenvolvimento de métodos comparativos entre culturas ocidentais e orientais para as investigações de aspectos da cultura ocidental moderna; e, a partir daí, Weber desenvolve sua própria análise com desdobramentos diferentes dos de Meyer. Esse ponto será abordado em mais detalhes no capítulo 2.

A análise de Bücher, por sua vez, também apresenta uma introdução bastante peculiar; ele inicia sua obra partindo de referências etnográficas como Spencer, Burton, Dampier, etc.; uma bibliografia bastante diferente e mais contemporânea se comparada às referências presentes na introdução antropológica de Meyer. Mas o papel que a antropologia desempenha em sua análise é praticamente oposto à perspectiva de Meyer. Bücher não considera eficaz a explicação do desenvolvimento econômico partindo das histórias de sociedades específicas, mas reconhece haver muito mais sentido em procurar características similares entre os “diversos povos” que permitam estabelecer certos elementos comuns que possibilitem explicar o desenvolvimento econômico; características essas que deveriam ser combinadas em uma imagem típica (cf. Bücher, 1893, 3-5, 38).⁶⁰

⁶⁰ Sem entrar em uma discussão mais aprofundada a respeito da noção de antropologia para ambos os autores, de modo bastante generalizado, é possível depreender que a antropologia era concebida por eles como uma ciência do “desenvolvimento do ser humano”/“desenvolvimento dos povos” – uma concepção bastante em voga nessa época. O que almejo salientar nesse caso são as diferenças de pontos de partida que regem a análise de cada um deles: enquanto Meyer procura demonstrar que diferentes círculos culturais se desenvolveram em sentidos diferentes, o que revela a importância da

Nesse aspecto, enquanto Meyer parte das semelhanças – de um ponto da economia antiga que considera tão desenvolvido quanto a economia moderna – Bücher procura ressaltar as diferenças, por isso a escolha de um ponto de partida na história dos “povos primitivos”. Para Bücher, “no início” os homens primitivos estavam mais próximos do animal e agiam segundo um instinto de auto-preservação, isto é, pela busca individual por comida (para sustentar sua tese Bücher cita uma série de estudos etnográficos sobre povos primitivos, inclusive sobre povos indígenas localizados em terras brasileiras). Portanto, não poderia ter havido vida doméstica no mundo primitivo, nem as concepções de propriedade e de trabalho.

Tomando como ponto de partida essas descrições etnográficas, Bücher tece comparações entre a vida greco-romana e a vida desses povos primitivos. Esses estudos etnográficos operam na análise de Bücher como equivalentes ao tempo primitivo da Antiguidade europeia, assumindo um papel explicativo do funcionamento dessa sociedade desde os seus primórdios e o processo de sua evolução que culminou no desenvolvimento de uma economia nacional.

Assim, as diferenças cultural-histórico-geográficas não desempenham na teoria de Bücher um papel relevante, pois o primitivo é sempre o mesmo, sejam os povos primitivos do início do período da Antiguidade, sejam os povos primitivos estudados pelos etnólogos de seu tempo. Para Meyer, como historiador, essa perspectiva é impraticável, visto que o motor de sua análise é o entendimento das particularidades, embora ele inicie sua obra com uma introdução bastante genérica. Weber não compartilha dessa perspectiva a-histórica de Bücher, mas entende que, para a compreensão das particularidades, é necessária uma grande dose de tipologização, ou seja: de abstração. E essa tipologização não se dá de maneira estanque, primeiro tratando das generalidades e depois das particularidades, mas o típico e o particular são postos em tensão permanentemente, de modo que muitas vezes torna-se difícil identificar os limites que os separam.

noção de cultura em sua análise, Bücher enfatiza a ideia de um desenvolvimento do ser humano que passa por etapas semelhantes no caso de todos os povos, algo que independe da questão cultural.

Diferenciação disciplinar X multidisciplinaridade: impactos metodológicos do debate com Meyer

Se, por um lado, nota-se a presença das coincidências supracitadas na perspectiva histórico-universal das obras de Weber e Meyer, por outro lado, os papéis que a ideia de círculos culturais desempenham nas análises de ambos são bastante diferentes, o que mostra que há entre eles “encontros” metodológicos, mas logo em seguida suas metodologias e análises seguem por rumos diferentes.

À primeira vista poderia parecer que as grandes tensões metodológicas de Weber com Meyer se restringem às discussões travadas por ambos a respeito do objeto da história e das relações causais na história presentes em seus escritos metodológicos, como na obra de Meyer “*Zur Theorie und Methodik der Geschichte*” (Sobre a teoria e o método da história) (1902) e na réplica de Weber a Meyer em “*Kritischen Studien auf dem Gebiet der Kulturwissenschaften Logik*” (Estudos críticos no campo da lógica das ciências culturais) (1906), principalmente na parte I, cujo título é “*Zur Auseinandersetzung mit Eduard Meyer*” (Para um debate com Eduard Meyer). Mas o debate metodológico permeia também as obras sobre a Antiguidade de ambos os autores, de modo que é possível conectar seus escritos metodológicos com suas próprias análises históricas, nas quais ambicionam colocar essa discussão em um outro patamar, isto é, suas próprias metodologias são postas em operação. Assim, Weber talvez tenha encontrado, na sua edição de 1909 de *Relações agrárias*, uma oportunidade de dar continuidade ao debate metodológico com Meyer.

Em Meyer, os círculos culturais são um pré-requisito para sua análise da particularidade dos “povos” históricos e seu uso está intimamente ligado a suas concepções metodológicas da análise histórica. O volume introdutório de *História da Antiguidade* apresenta uma bibliografia antropológica totalmente inusitada no campo da história antiga⁶¹. Meyer inicia sua introdução à primeira edição diferenciando os papéis da antropologia e da história em sua análise, defendendo que à história seria atribuída a tarefa de investigar as leis e formas gerais da vida histórica – com o suporte da “antropologia” – e a ligação entre causa e efeito nos acontecimentos individuais, mas que sua principal tarefa seria investigar os desenvolvimentos individuais em detalhes,

⁶¹ O maior interesse de Meyer está na tensão com a ideia de “antropologia social”, por ele compreendida como “ciência do desenvolvimento do ser humano”, mas sua introdução se posiciona também a respeito de áreas do conhecimento como filologia, pré-história, etnologia e teorias do desenvolvimento em geral (cf. Nippel, 1990a, p. 313).

visto que cada povo particular formaria uma “individualidade”; isto é, a história também abordaria as formas típicas, mas, em primeiro lugar, trataria das variedades (cf. Meyer, 1884, p. 15). Já na segunda edição, Meyer não inicia com a diferenciação entre antropologia e história e apenas no último capítulo da introdução o papel da história é abordado. Agora, Meyer revela uma tomada de posição mais radical com relação ao papel da história, enfatizando que seu objeto deveria ser aquilo que é único e que não se repete, de modo que ela não deveria se ocupar com as formas típicas, como as ciências naturais, mas sim com as variedades e os indivíduos particulares (cf. Meyer, 1907, p. 186).

De todo modo, na introdução de ambas as edições, Meyer elabora uma análise bastante genérica, que denomina “antropológica”, concebendo-a como uma etapa necessária para a posterior análise histórica da diversidade e das particularidades de cada sociedade investigada; na segunda edição, Meyer chega a afirmar que essa análise de cunho antropológico poderia também ser nomeada sociologia. Uma introdução antropológico-sociológica seria para Meyer o ponto de partida que situaria os eventos históricos particulares, as histórias dos povos singulares, em uma totalidade cultural. Isto é, seria preciso estabelecer então as relações e correspondências universais entre essas histórias particulares, e não fazer uma história ano a ano de cada uma delas (cf. Meyer, 1907, p. 249). Assim, sociologia e antropologia seriam pré-requisitos que complementariam a análise histórica em um primeiro momento.

Weber elabora sua metodologia de análise tipológico-comparativa claramente inspirado por essas questões. Em princípio, poderia parecer que Weber enxerga a relação entre o desenvolvimento de tipologias e as configurações históricas particulares de maneira semelhante a de Meyer. Em um sentido mais geral, Weber compartilha da mesma ideia de Meyer da divisão do trabalho científico entre disciplinas afins. Em carta de 21.06.1914 a Georg von Below – um dos grandes oponentes da institucionalização da sociologia como disciplina –, ao se referir ao estudo da cidade medieval, Weber concorda com a ideia de que a história deveria estudar o que é específico da cidade medieval, mas defende que a sociologia deveria ser considerada uma etapa necessária da pesquisa histórica. Pois para compreender a particularidade da cidade medieval seria preciso primeiro reconhecer o que ela tem de diferente frente aos outros tipos de cidades (antiga, chinesa, islâmica). Nesse sentido, a sociologia seria um trabalho

preparatório para a investigação histórica posterior, que iria examinar as especificidades da cidade medieval e suas causas (cf. Weber, 1913-1914, p. 723-725).

Mas se há uma concordância mais geral de Weber com relação a esse aspecto em Meyer, a maneira como ambos operacionalizam essa divisão do trabalho em suas próprias análises é muito diferente, conduzindo a resultados também bastante distintos. Tanto em *Relações agrárias...*, como de maneira mais sofisticada em *A cidade*, Weber constrói sua análise da economia antiga (em correlação com as economias medieval e moderna) por meio de tipos ideais que permeiam sua argumentação do início ao fim. Na análise de Weber, as configurações históricas particulares não podem ser entendidas se não for por meio de tipos ideais. Meyer, por outro lado, apesar de iniciar sua introdução tendo tipos como base, os abandona ao longo dos outros volumes de sua obra, visto acreditar que os tipos não importam para a análise histórica. Mas então porque iniciar de maneira tipológica?

Creio tratar-se de uma diferença entre ambos com relação ao papel das diferentes disciplinas na análise de fenômenos históricos. Poderíamos dizer que, de certa forma, Meyer opõe tipo ideal à configuração particular, como duas maneiras possíveis, porém diferentes, de compreender certos fenômenos. Essas diferenças são resultado da oposição que Meyer estabelece entre o papel das diferentes disciplinas em sua análise que, por sua vez, podem estar ligadas aos seus interesses de demarcação do campo da história antiga como disciplina diferenciada. Esses interesses de certa forma limitam as possibilidades de trânsito entre metodologias provenientes de campos disciplinares distintos na constituição de sua própria análise – o que não desmerece a originalidade de sua introdução antropológica, mas aponta para os limites das relações entre o conteúdo dessa introdução e o restante de sua obra.

Meyer e Weber constroem suas análises do mundo antigo em tensão não apenas com uma série de teses gerais a respeito da história antiga, mas também em conflito com diversas metodologias, provenientes principalmente dos campos disciplinares da história e da economia. Mas o envolvimento de Weber com a formação e legitimação de campos disciplinares específicos não era da mesma natureza do envolvimento de Meyer, algo que, em meu entender, refletiu-se na maneira mais livre pela qual Weber desenvolveu suas metodologias de análise e seus interesses por temas variados. No período em que redigiu a terceira edição de *Relações agrárias...* Weber não tinha

vínculos com cátedras universitárias, de modo que pode usufruir da situação de diferenciação disciplinar do entre-séculos (XIX – XX) de maneira diferente da de Meyer, transitando por entre as fronteiras – muitas vezes ainda em estado indiferenciado – de história, economia, direito, sociologia, etc. Ao desenvolver seus estudos a respeito da Antiguidade trabalhando com referências provenientes desses diversos campos disciplinares, ele elabora uma análise com base em um método de análise comparativo tipológico muito particular.⁶²

Assim, embora Weber concorde com a ideia de divisão do trabalho entre as disciplinas – ponto que será retomado no capítulo 2 –, sua análise não apresenta uma ruptura tão radical como a realizada por Meyer com relação ao emprego de metodologias provenientes de campos disciplinares distintos, e mesmo nos capítulos de *Relações agrárias...* que abordam sociedades antigas específicas, trata-se de uma análise na qual as configurações particulares e tipos ideais referenciam-se mutuamente de maneira contínua. Não há nessa obra de Weber um ponto a partir do qual ele passe a tratar das singularidades históricas e deixe de lado as tipologias, por mais que tenha, na introdução e no final de *Relações agrárias...* optado pela elaboração de textos mais “teóricos”, se comparados ao restante dessa obra. Em *A cidade* esse aspecto se acentua ainda mais, pois não há itens do texto que possam ser entendidos como mais teóricos, apesar de Weber iniciar sua argumentação tratando de aspectos genéricos. Desse modo, mesmo que sociologia, economia, história, etc. sejam reconhecidos por Weber como campos disciplinares mais ou menos diferenciados e portadores de metodologias peculiares, essas metodologias não são incorporadas em sua análise de maneira estanque, de modo que primeiro se trate das generalidades e depois se passe ao particular, como em Meyer, mas o movimento que vai do genérico ao particular, mesmo que em níveis diferentes, é a dinâmica constante de sua análise, do início ao fim.

Uma outra dimensão metodológica que relaciona as análises de Weber e Meyer diz respeito à ideia de causalidade – no caso de Weber, uma perspectiva bastante devedora da Escola Histórica Alemã de Economia Política. Mesmo em Meyer é possível identificar uma perspectiva próxima do enfoque cultural da Escola Histórica Alemã de Economia Política, na medida em que argumenta que história cultural e história política

⁶² Bücher, por sua vez, incorpora de maneira bastante diferente certos pontos de vista provenientes de outros campos disciplinares. Como mencionei com relação à presença de obras etnográficas em sua introdução, ele não trabalha de fato com metodologias provenientes de disciplinas afins, mas submete as análises nelas contidas aos seus interesses de teorização.

não se diferenciam de fato, dado que ambas formam uma totalidade; para Meyer, muitas vezes se dá mais valor à história política por ela tratar do Estado (cf. Meyer, 1907, p. 197). Uma ideia semelhante pode ser encontrada em Weber, quando este apresenta sua concepção de história e do trabalho de historiador como impregnados de um caráter “multidisciplinar”: “[...] quando se fala simplesmente de história, pensa-se sempre no sentido ampliado da palavra (história política, cultural e social)” (Weber, 1922, p. 180). Nesse aspecto, a concepção de totalidade adquire um novo sentido, na medida em que agora está relacionada não mais à ideia de unidades culturais, mas trata-se da ideia de uma pluralidade causal, isto é, de uma perspectiva multicausal.

Contudo, por mais que Weber parta de um ponto de vista multicausal, ele não acredita ser possível apreender seu objeto de análise em suas múltiplas facetas. Mas, ao contrário, para que a análise seja frutífera, é preciso escolher uma perspectiva causal específica, que contenha em si os aspectos decisivos que influenciaram o fenômeno que se quer analisar. Essa perspectiva também é compartilhada por Bücher, na medida da ênfase recorrente no ponto de vista econômico de sua análise. Segundo Bücher, seu método parte de povos em estágios de desenvolvimento cultural diferentes entre si e considera o fenômeno econômico de cada um deles. O diferencial da perspectiva econômica (leia-se também: das ciências econômicas) residiria exatamente na delimitação dessa forma particular e teórica de olhar para um mesmo objeto; já a etnologia, para Bücher, apresentaria apenas uma coleção de fatos desconectos a respeito dos povos.

Tal ponto de vista não é encontrado em Meyer; este, diversas vezes, quando deseja explicar determinado fenômeno social que se diferencia de outros, lança mão da ideia de acaso. Para Meyer, o acaso desempenharia um papel explicativo muito relevante nas histórias individuais, de modo que não haveria um sentido metodológico em procurar delimitar o típico nas ciências históricas. Assim, o que em determinados momentos aparece para Meyer como fruto do acaso, para Weber é resultado de uma configuração causal particular. Esse é um ponto de partida importante para a concepção weberiana dos tipos de capitalismo, na medida em que Weber isola certas causalidades consideradas por ele de grande relevância na explicação das economias antiga e moderna, elaborando assim um recurso metodológico – os tipos ideais de capitalismo – que permite melhor compreender uma série de fenômenos históricos de caráter

econômico.

Uso de conceitos modernos na análise da economia antiga

Um último ponto com relação ao debate metodológico entre os três autores e de grande relevância para elaboração da tipologia do capitalismo em Weber trata do sentido da utilização de conceitos modernos na análise de sociedades pré-modernas – tema que remete novamente ao conteúdo da controvérsia Bücher-Meyer. Meyer defende fervorosamente que “O interesse histórico sempre será determinado pelo presente.” (Meyer, 1907, p. 193), de modo que uma escrita da história sem relações com o presente seria impensável (cf. Meyer, 1884, p. 19). Por um lado, essa perspectiva adotada por Meyer provavelmente relaciona-se à questão supracitada do reconhecimento da história antiga como disciplina diferenciada, estando intimamente ligada à legitimação de suas metodologias e ao sentido do estudo da temática da Antiguidade para sua época.

Por outro lado, a adoção desse enfoque tem consequências metodológicas decisivas para o desenvolvimento da análise de Meyer e é incorporada por Weber de uma maneira muito particular. Meyer defende a importância do estudo de eventos históricos que tenham provocado efeitos no presente, afirmando a impossibilidade e a ineficácia de se tratar de todos os acontecimentos do passado; a maneira da história selecionar quais fenômenos deveriam ser tratados seria verificar quais deles produziram efeitos posteriores grandiosos e deixaram, de alguma forma, suas marcas na história que os sucedeu (cf. Meyer, 1907, p. 188). É por isso que a história dos diversos povos, como as dinastias islâmicas ou a história do antigo oriente não teriam o mesmo interesse que a história da Grécia antiga, por exemplo. Meyer acredita que se trata de uma questão qualitativa e não quantitativa (cf. Meyer, 1907, p. 193).

Assim, os conceitos do presente estariam, para Meyer, dotados de grande eficácia ao propiciarem a ligação com “o passado que importa”, de modo que a necessidade de relacionar sua análise da Antiguidade com questões contemporâneas faz com que utilize uma série de nomenclaturas modernas ao se referir à economia antiga, como as noções de capitalismo, fábrica, empresa, proletariado, etc. Como já abordado no item sobre a controvérsia Bücher-Meyer, o uso dessas noções não é

problematizado por Meyer, mas trata-se da incorporação de nomenclaturas modernas para se referir a um período de florescimento econômico do mundo antigo que, para ele, se diferenciaria do capitalismo moderno apenas quantitativamente.

A crítica que Bücher faz a essa perspectiva aponta para a necessidade do reconhecimento da particularidade dos diversos períodos históricos em si mesmos, defendendo que o único autor que realizou uma análise da economia antiga desse cunho teria sido Rodbertus – que forjou a ideia de economia do *oikos*. Esse é um aspecto muito curioso da tensão metodológica entre Bücher e Meyer, pois de certa forma inverte-se a relação que ambos os autores têm com suas defesas das análises da particularidades e das generalizações. Ao defender o uso de conceitos modernos para caracterizar a economia antiga, Meyer está se opondo à ideia de particularidade histórica tão defendida por ele em diversos momentos do primeiro volume de sua obra magna. E Bücher, ao enfatizar a necessidade de uma análise da economia antiga em si mesma, traz para sua obra um caráter de historicidade que parece ser contrário à equivalência das economias “dos povos primitivos” de sua época aos povos dos primórdios da Antiguidade.

Mas trata-se de uma historicidade vista com “olhar de economista”, isto é, partindo de questões próprias do campo econômico, algo que é bastante peculiar à perspectiva de Bücher e que passa a ser muito valorizado na análise de Weber. Creio que é por esse motivo que, embora Bücher se posicione contrariamente ao uso de conceitos modernos na análise da economia antiga, sua referência é, a todo o momento, a economia moderna, visto ser um fenômeno moderno o objeto de sua análise. E as categorias segundo as quais ele indaga a respeito dos limites da economia antiga são também modernas, isto é, ele não descreve a economia antiga segundo a presença dessas categorias, mas sim segundo a ausência delas. Weber realiza um movimento muito semelhante em sua análise da economia antiga, mas a diferença com relação a Bücher reside no fato de ele assumir o ponto de vista moderno a partir do qual olha para a economia antiga. Assim, ousa afirmar que, ao se voltarem para a economia antiga, Weber, Meyer e Bücher apresentam uma perspectiva analítica em comum: todos partem das questões de seu próprio tempo, isto é, do fenômeno do capitalismo moderno e de seus desdobramentos, por mais que Bücher não assuma esse ponto de partida explicitamente.

De todo modo, essa discussão é incorporada por Weber de maneira bastante crítica. Ao se posicionar frente a postura metodológica de Meyer com relação ao uso de conceitos modernos, Weber desenvolve uma análise tipológica que se apoia nos mesmos conceitos, só que de forma muito diferente. Por um lado, Weber critica o argumento de Meyer de que o historiador deve se interessar por aquilo que é “historicamente eficaz”, visto considerar que nem tudo o que interessa aos historiadores tem consequências no presente. Assim, a economia antiga é relevante para Weber não por seus possíveis efeitos sobre a economia moderna, mas tais formulações de Meyer despertam o interesse de Weber pela função metodológica que a comparação com o passado pode desempenhar na compreensão de certos fenômenos do presente. Desse modo, como já discutido na abordagem da controvérsia Bücher-Meyer, a utilização da noção de capitalismo na definição do caráter da economia antiga é ao mesmo tempo problematizada e incorporada por Weber, não porque acredite na existência no mundo antigo de fenômenos de caráter econômico qualitativamente semelhantes aos modernos, mas na medida em que o uso dessa nomenclatura desempenha um papel metodológico comparativo bastante eficaz.

Assim, creio que essa questão colocada por Meyer alavancou grandemente o desenvolvimento do método comparativo weberiano, e está intimamente ligada ao papel que as analogias desempenham nas teorias de ambos. Meyer afirma que o meio da análise histórica são as analogias (cf. Meyer, 1907, p. 203). Ambos os autores lançam mão de analogias em seus movimentos comparativos com o presente, na medida em que são exatamente tais analogias que permitem a comparação. Nos casos das economias antiga e moderna em Meyer, as analogias servem para comparar fenômenos de mesma natureza e que diferem apenas quantitativamente. Em Weber, as analogias são uma das bases do desenvolvimento de seu método comparativo por meio de tipologias, de modo que sua comparação não se fundamenta em fenômenos históricos específicos, mas sim em tipos ideais.

Além disso, em Weber, se a investigação do mundo antigo fosse medida apenas pelos seus efeitos na Época Moderna, a economia antiga não teria nenhuma relevância para a compreensão da economia moderna, pois para ele a Antiguidade não continha os elementos em estado embrionário que propiciaram o desenvolvimento do capitalismo moderno; estes só se formaram no final da Idade

Média. E mesmo dentro da teoria de Meyer esse parece ser um ponto de vista contraditório, pois Meyer trabalha com a ideia de ciclos de prosperidade, e não com uma história evolutiva, de modo que não faria sentido medir os efeitos do passado greco-romano na economia moderna.

Um outro aspecto da metodologia comparativa weberiana que revela simultaneamente semelhanças e divergências com a teoria de Meyer diz respeito à irrelevância do estudo da história de culturas que, segundo Meyer, não provocaram “efeitos grandiosos” na história. Creio que para Weber a questão não é assim tão simples. Weber está interessado em compreender um fenômeno ocidental moderno – o desenvolvimento do capitalismo moderno e sua dimensão de racionalidade – e é dessa perspectiva que aborda variados eventos e processos históricos. Isto é, do ponto de vista do capitalismo moderno, a história que importa é a história desse desenvolvimento, de modo que “todo o resto” só é abordado na medida de sua contribuição para a compreensão desse fenômeno específico. E, para Weber, essa contribuição se dá por meio da comparação; aqui reside a grande importância da Antiguidade e do Oriente em suas tipologias. Isto é, Weber se ocupa de problemas histórico-universais no sentido de que sua análise enfatiza a elaboração de sínteses históricas de épocas inteiras em oposição à análises históricas especializadas, mas isso não significa que ele tenha a pretensão de elaborar uma história mundial, pois seus problemas de análise são relativos à configuração particular ele quer entender – a questão da racionalidade ocidental. E, para dar conta de uma abordagem desse gênero, Weber desenvolve um método de análise que se baseia em comparações de caráter histórico-universal.

Intersecções entre as perspectivas da Escola Histórica Alemã de Economia Política e da Escola Austríaca da Utilidade Marginal: os limites das proximidades metodológicas entre Weber e Bücher

Apesar das inúmeras tensões que marcaram os debates analítico-metodológicos no interior da Escola Histórica Alemã de Economia Política, é possível afirmar que seus principais representantes compartilhavam de um mesmo ponto de partida na análise de fenômenos econômicos: muitos deles estavam interessados, em maior ou menor

medida, nos fatores extra-econômicos que influenciavam a economia, atribuindo um grande peso ao seu contexto histórico-cultural. Esse foi sem dúvida um dos grandes aspectos em comum entre os tratamentos da economia antiga por Weber e Bücher.

Mas o posicionamento da Escola Histórica Alemã de Economia Política em favor da contextualização histórico-cultural da economia construiu-se, em grande medida, em oposição não apenas à concepção de racionalidade econômica defendida pela economia política clássica, mas também em forte tensão com uma série de teses defendidas pela chamada Escola Austríaca da Utilidade Marginal. Esta, por sua vez, constituiu-se por um grupo de economistas austríacos contemporâneos à Escola Histórica, que incorporou e aprimorou grande parte das teses e perspectivas analíticas presentes na teoria do valor da economia política clássica, principalmente a defesa de uma natureza econômica intrínseca ao ser humano. Entre seus principais membros estavam Carl Menger (1841-1921), Eugen Böhm von Bawerk (1851-1914) e Friedrich von Wieser (1851-1926). O maior debate travado entre essas duas escolas, iniciado em torno de 1883, entre Menger e Schmoller, intitulou-se “querela do método” e indagava a respeito do papel da história econômica (*Wirtschaftsgeschichte*) e da relação entre história e teoria no interior do campo de estudos da economia política (*Nationalökonomie*).

As posições de Weber e Bücher com relação à recusa pelos membros da Escola Histórica Alemã de Economia Política das teses de racionalidade econômica defendidas pela Escola Austríaca foram muito diferentes entre si. Enquanto Bücher assumiu uma posição mais corporativa – apesar de suas divergências com Schmoller –, Weber manifestou grande simpatia por uma série de aspectos da teoria da utilidade marginal defendida pela Escola Austríaca, o que resultou em uma combinação de pontos de vista analíticos das duas escolas em sua análise das economias antiga e moderna e em sua tipologia do capitalismo.

Neste último aspecto da metodologia weberiana, a terceira edição de *Relações agrárias...* deixa de ser a obra de referência, visto que esse posicionamento de Weber é mais evidente em suas obras a partir de 1910. Assim, do ponto de vista da incorporação da economia antiga em suas tipologias, o debate de Weber com a Escola Austríaca é o elemento que diferencia as obras posteriores de Weber sobre a Antiguidade – *A cidade*, o segundo capítulo de *Economia e sociedade*, diversas passagens de seus escritos sobre

as religiões universais e *História econômica* – da discussão apresentada até aqui.⁶³

Bücher (1893) inicia sua análise criticando fortemente as investigações das ciências econômicas que concebem o homem como portador de uma natureza econômica com motivações de caráter racional, cujas ações estariam voltadas para os fins e para considerações de ganhos econômicos. Defende que a assim chamada natureza econômica dos indivíduos não seria algo intrínseco ao ser humano, mas sim um resultado da educação e dos costumes, estando presente em cada um em graus diferentes. Assim, ao criticar tais concepções, presentes tanto na economia clássica como na Escola Austríaca, Bücher historiciza sua busca pela compreensão do desenvolvimento econômico em uma análise que parte da economia antiga até culminar em uma economia nacional.

Creio que Weber compartilha de grande parte das críticas levantadas por Bücher, discordando da concepção geral da Escola Austríaca de que seria natural ao ser humano atuar como um empreendedor constantemente em busca de lucro econômico. Mas essa postura crítica não o impede atribuir grande importância à dimensão racional dos fenômenos econômicos, o que permitiu uma aproximação com diversas teses da Escola Austríaca. Assim, por um lado, Weber concorda com a abordagem mais geral defendida pela teoria da utilidade marginal de que os seres humanos vivem em condições de relativa escassez e que, em decorrência disso, sua conduta econômica é determinada por suas necessidades, de modo que para a satisfação de tais necessidades torna-se necessária uma conduta econômica racional.⁶⁴ Mas, ao mesmo tempo, Weber acredita que tanto tais necessidades, como o desenvolvimento na sociedade ocidental de uma resposta racional para satisfazê-las, se constroem histórica e culturalmente – dimensões analíticas que não podem ser deixadas em segundo plano.⁶⁵

⁶³ Bruhns atribui à morte de Schmoller (1917) – que exercia uma liderança bem marcada na Escola Histórica Alemã de Economia Política – uma grande mudança nos tipos de pesquisa elaborados por Weber, no sentido da adoção de perspectivas mais teóricas em oposição ao caráter mais descritivo da análise realizada por Schmoller (cf. Bruhns, 1996, p.1286). Mas não acredito que essa morte tenha desempenhado de fato grandes impactos na maneira como Weber se posicionava metodologicamente a respeito das diferenças entre as perspectivas adotadas pelas duas escolas e nem no desenvolvimento de sua tipologia do capitalismo, visto que desde a elaboração de seu texto sobre a objetividade do conhecimento (1904) e depois com o início da redação de *Economia e Sociedade* (por volta dos anos 1911-1912), sua simpatia com a Escola Austríaca já era bastante evidente e teve efeitos concretos em variadas dimensões dessas obras.

⁶⁴ Uma análise mais detalhada desse aspecto pode ser encontrada em Mommsen (2006, p. 8-9).

⁶⁵ Um aspecto que vale ser ressaltado foi o interesse das teorias da Escola Austríaca pela dimensão teórica da obra de Marx, principalmente após a edição do terceiro volume de *O Capital*, o que aponta para uma possível entrada weberiana na discussão da teoria marxista por essa via inusitada. Para as

Essas diferenças com relação à recusa/incorporação das teses da Escola Austríaca por Weber e Bücher se relacionam com um dos aspectos diferenciadores das perspectivas ambos: o caráter não-corporativo da posição weberiana. Esse ponto demonstra mais uma vez a importância dos debates de seu tempo para a elaboração de sua obra, pois, apesar das inúmeras semelhanças das teses da Escola Austríaca com as ideias defendidas pela economia inglesa clássica, o interesse de Weber não repousa na discussão das teorias de Ricardo ou Smith, mas sim em apresentar seu ponto de vista a respeito da “querela do método” travada por seus contemporâneos.

Concretamente, a incorporação da discussão apresentada pelas teses da Escola Austríaca na obra de Weber a respeito da economia antiga teve sobretudo um caráter metodológico. Creio que a contribuição mais importante da teoria marginalista para a obra weberiana, especificamente do ponto de vista da tipologia do capitalismo, foi a incorporação de métodos da ciência econômica à análise histórica, o que proporcionou uma série de ferramentas para a formação de tipos, de modo a permitir uma articulação entre teoria – como a teoria da análise abstrata da formação de preços ou da noção de troca – e histórias particulares. Assim, na busca por compreender as principais diferenças entre os sistemas econômicos antigo, medieval e moderno, Weber não acredita ser metodologicamente eficaz a procura pela dedução de leis e regularidades econômicas – como foi o caso da articulação teórica entre economia e história em Bücher e em algumas perspectivas oriundas da Escola Histórica – , mas, inspirado nas análises da Escola Austríaca, Weber incorpora em sua discussão uma série de indicadores econômicos, como calculabilidade, satisfação de necessidades, diferenciação de funções, estabilidade de trocas, etc., em sua definição de tipos econômicos ideais, de modo que essas noções genéricas passam ser pensadas dentro de uma articulação tipológica.⁶⁶

Como abordado anteriormente, a questão da relação entre particularidade e tipo já tinha sido bastante desenvolvida na terceira edição de *Relações agrárias...*, e a incorporação desses indicadores econômicos significou um refinamento do desenvolvimento dos tipos ideais. A questão da racionalidade econômica também já era um elemento central das preocupações de Weber desde a primeira edição de *A ética*

gerações mais velhas da Escola Histórica Alemã de Economia Política, a obra de Marx era sinônimo de uma teoria ultrapassada e ideologicamente orientada (cf. Aldenhoff-Hübinger, 2004, p. 101-103).

⁶⁶ Sobre esse assunto consultar Lallement (2004, p. 50-51) e Mommsen (2006, p. 7).

protestante..., e a teoria marginalista contribuiu para o desenvolvimento dessa noção colocando outros elementos em jogo, como a questão das motivações econômicas individuais que levariam a uma racionalização dos comportamentos. As noções de racionalidade formal e racionalidade material, que desempenham um papel importante em *Economia e Sociedade*, bem como a sua noção de ação racional com relação a fins, são extraídas desse debate com a Escola Marginalista.⁶⁷ Desse modo, muitos dos aspectos que já estavam presentes na metodologia weberiana foram refinados e aprimorados com a incorporação desse debate.

Acredito que, assim como no caso da controvérsia Bücher-Meyer, o principal interesse de Weber em torno das tensões metodológicas entre as duas escolas não residia em uma tentativa de posicionamento em um dos dois lados e nem a assunção de uma postura intermediária. Mas Weber almejava sobretudo propor uma discussão para repensar os métodos de investigação vigentes e, dessa forma, desenvolver sua própria metodologia de análise (cf. Weber, 1904). O caráter peculiar da perspectiva weberiana demonstra que o reconhecimento da importância dos fatores intra-econômicos para a análise de processos econômicos, com especial destaque para o desenvolvimento do capitalismo moderno, não se faz às custas dos fatores extra-econômicos, mas, ao contrário, sua análise só se complexifica, de modo a se relacionar com uma concepção já presente desde sua elaboração da introdução do primeiro número de sua revista, na qual enfatiza a necessidade da valorização não apenas dos impactos culturais sobre a economia, mas ganha também destaque uma análise dos impactos da economia sobre os fenômenos culturais, reconhecendo nesses processos a existência de uma via de mão dupla. Creio que esse é um aspecto fundamental para o desenvolvimento de seu modelo analítico das esferas de vida, na medida em que ele se fundamenta exatamente nas relações de tensão dessas diferentes perspectivas.

Procurei neste primeiro capítulo apresentar o contexto e os principais debates a partir dos quais emergiu na obra de Weber tanto o desenvolvimento de seu modo tipológico de análise do capitalismo, como o sentido da inserção da economia antiga em

⁶⁷ Mais sobre esse ponto em Bruhns (1996, p.1285).

suas tipologias. Acredito só ser possível compreender o desenrolar desse processo tipológico de análise, caso se compreenda a inserção de Weber nos grupos de economistas supracitados (Associação para política social e Escola Histórica Alemã de Economia Política) e as maneiras pelas quais ele posteriormente incorpora criticamente uma série de posicionamentos, discussões e métodos de análise provenientes desse contexto em seu retorno ao debate intelectual por volta de 1903. A partir de então, outras referências também passam a desempenhar um papel fundamental em sua análise: em um primeiro momento a obra recém-publicada de Sombart (1902); na redação da terceira edição de *Relações agrárias...* a retomada da controvérsia Bücher-Meyer com um novo olhar; bem como um tratamento mais detido das obras individuais dos dois autores; e a incorporação de aspectos das teorias defendidas pela Escola Austríaca da Utilidade Marginal.

Nesse sentido, a obra de Weber foi uma tentativa de clarificar problemas que emergiram não apenas no campo historiográfico, como afirma Tenbruck – “[...] a obra de Weber foi gestada a partir dos problemas da ‘história’ e foi concebida para a solução desses problemas” (Tenbruck, 1999, p. 211) –, mas pode-se ampliar o sentido dessa afirmação para o campo da economia e suas subdivisões. Esse trânsito entre diversos campos disciplinares em processo de diferenciação e, no caso específico de meu problema de investigação, com especial destaque para os campos da história (e a especialidade “história antiga”) e da economia, ocorreu de maneira muito peculiar na experiência de Weber. Seu afastamento do meio acadêmico, assim como sua postura reativa e pouco corporativa, fizeram com que sua apropriação das metodologias dessas diferentes áreas do conhecimento tenha sido bastante diferenciada e de certo modo mais complexa em comparação aos seus contemporâneos. Conforme a descrição de Paul Veyne, ao se referir à terceira edição de *Relações agrárias...*:

O que faz com que essa obra não se pareça à da história como a concebemos tradicionalmente resulta de três coisas: da ruptura com o *continuum*, do fato de que Weber busca o que lhe interessa em todos os campos, do tom descompromissado desse *outsider* que ignora os costumes corporativos e o estilo convencional que serve de sinal de reconhecimento dos

especialistas de cada período; enfim, do fato de que a comparação leva à colocação de questões que esses especialistas nem sempre se lembram de colocar. (Veyne, [1971] 1978, p. 148)

Como será discutido em detalhes no próximo capítulo, todas essas influências provenientes de campos diversos permitiram a Weber fundamentar sua análise do capitalismo em uma tipologia estruturada por tipos ideais, que operam em sua análise como instrumentos metodológicos em diferentes níveis de abstração. Esse método de análise apresenta um enfoque conceitual-comparativo que pressupõe um alargamento histórico-universal. Isto é, o desenvolvimento do instrumento metodológico dos tipos ideais possibilita uma análise, de modo comparativo, do caráter das economias antiga e moderna. Nesse sentido, a obra de Weber que aborda o período da Antiguidade, quando pensada na sua inserção em uma problemática de análise mais ampla, tem por principal objetivo iluminar, por meio da comparação, a particularidade do fenômeno do capitalismo ocidental moderno em sua dimensão racional.

2

**ENTRE O TIPO IDEAL E A CONFIGURAÇÃO PARTICULAR:
O PAPEL DAS TIPOLOGIAS NA ANÁLISE DA ECONOMIA
ANTIGA**

I. TIPOLOGIA DO CAPITALISMO

[...] Uma *comparação* realmente crítica dos estágios de desenvolvimento da *polis* antiga e da cidade medieval [...] seria tanto louvável como fértil apenas se perseguisse como objetivo elaborar *não* “analogias” e “paralelos” – ao modo das construções de esquemas gerais de desenvolvimento, tão em moda hoje em dia –, mas exatamente o contrário: se sua meta fosse a elaboração da *peculiaridade* de cada um desses dois desenvolvimentos (tão diversos em seus resultados finais) e assim guiasse a *imputação* causal desses diferentes transcurso. Certamente, permanece correto que tal imputação necessita, como trabalho prévio indispensável, isolar (portanto: abstração) os componentes singulares do ocorrido e, a seguir, para *cada* componente singular, orientar-se pelas regras da experiência e formar *conceitos claros*, sem o que *não* se pode obter segurança alguma na imputação. E isso deve ser levado em consideração especialmente para o fenômeno [Geschehen] econômico, no qual a falta de precisão dos conceitos pode gerar os juízos os mais enviesados que se pode imaginar. (Weber, 1909, p. 747)

Quais são as especificidades da economia do período da Antiguidade? Do ponto de vista metodológico, qual é o papel da economia antiga na análise do desenvolvimento do capitalismo moderno? Ambas as questões constituem o cerne dos escritos de Max Weber sobre a Antiguidade a partir de 1909 – data da publicação da terceira edição de *Relações agrárias na Antiguidade*, quando a noção de capitalismo, como sistema econômico, passa a ser fundamental na análise da economia antiga – e podem ser condensadas na seguinte indagação: “[...] a Antiguidade conheceu (em uma medida cultural-histórica relevante) uma economia *capitalista*?” (Weber, 1909, p. 334)

Conforme mencionado no capítulo anterior, Weber argumenta em *Observações anti-críticas ao “espírito” do capitalismo* (Weber, 1910a, p. 170) que a terceira

edição de *Relações agrárias...* teria sido redigida com o intuito de abordar a influência dos fatores não religiosos na economia, isto é, como uma obra complementar às formulações de *A ética protestante...* Essa elucidação a respeito de sua própria obra demonstra que, para Weber, a relevância cultural-histórica do reconhecimento da existência de um tipo particular de capitalismo na Antiguidade é dupla. Isto é, a classificação da economia antiga como capitalista não está relacionada apenas à compreensão da singularidade da economia antiga, mas sobretudo à possibilidade de a economia antiga, como portadora de um tipo específico de sistema capitalista, oferecer um contraponto comparativo para o entendimento do capitalismo moderno.

Em suas investigações a respeito da economia antiga, Weber trabalha, *grosso modo*, com **dois diferentes níveis de abstração** que, tomados em conjunto, operam como recursos metodológicos fundamentais de sua análise. Essa distinção não aparece de maneira explícita em sua obra – apesar de Weber, como na citação acima, enfatizar de maneira generalizada em algumas passagens de seus textos a importância do procedimento de abstração –, mas seus escritos sobre a economia antiga a partir de 1909, se lidos em conjunto, permitem depreender um movimento analítico que transita por diferentes níveis de abstração e que dá corpo a sua análise. **Para cada um desses dois níveis de abstração, Weber elabora duas nomenclaturas específicas: capitalismo politicamente orientado e capitalismo antigo.** Seu trânsito entre eles é não apenas o eixo que constrói sua análise da economia antiga, mas constitui também a base sobre a qual se fundamentam suas comparações com a economia moderna e com o desenvolvimento do racionalismo ocidental.

O *capitalismo politicamente orientado* corresponde ao nível mais alto de abstração da análise weberiana e opera como um tipo ideal com o mesmo *status* do capitalismo racional; trata-se de um tipo que não corresponde diretamente a nenhuma configuração histórica particular e é utilizado por Weber como artifício metodológico principalmente na análise da economia antiga. Mas também aparece de forma mais modesta nos textos em que o autor se refere à uma certa aristocracia rentista do século XIX ou à economia do período da Primeira Guerra Mundial (cf. Weber, 1914d, 1921b).

O *capitalismo antigo* corresponde a um nível mais baixo de abstração, operando também como um tipo ideal, mas de maneira diferente do capitalismo politicamente orientado, pois sua nomenclatura inclui uma dimensão temporal. Isto é, o adjetivo “antigo” atribuído ao capitalismo faz referência direta ao período da Antiguidade. Contudo, trata-se ainda de um tipo ideal, visto que Weber reconhece grandes diferenças entre as diversas localidades e períodos históricos classificados como pertencentes ao período da Antiguidade.

Weber não se preocupa em definir de maneira detalhada ambos os tipos de capitalismo, mas ao longo de seus diversos escritos é possível encontrar inúmeras comparações entre as economias antiga, medieval e moderna no que diz respeito as mais diversas dimensões da organização da vida social antiga de um ponto de vista econômico, comparações que permitem compreender melhor o sentido dessas duas categorias em sua obra.

Diversas passagens dos escritos de Weber apresentam essa articulação entre esses dois níveis de abstração, algumas vezes de maneira mais difusa, quando o autor dedica parágrafos inteiros a um desses níveis em separado, mas outras vezes de forma bastante concisa, como no exemplo abaixo, extraído de *A cidade*:

[...] Assim como o capitalismo antigo estava politicamente orientado – nas remessas do Estado, nas construções e nos armamentos estatais, no crédito estatal (em Roma como fator político já nas Guerras Púnicas), na expansão e no despojo estatais de escravos, terras, deveres tributários e privilégios para a aquisição e o empréstimos de terras, comércio e fornecimento nas cidades submetidas –, o mesmo ocorria com a democracia antiga [...] (Weber, 1914a, p. 263-264)

Essa passagem permite não apenas diferenciar claramente os dois diferentes níveis de abstração da análise de Weber da economia antiga, mas possibilita também observar o modo como eles se articulam entre si. O nível mais elevado de abstração, o capitalismo politicamente orientado, aparece adjetivando o nível mais baixo de abstração, o capitalismo antigo, isto é, o capitalismo politicamente orientado é antes de tudo um estado que poderia ser atribuído aos mais diversos períodos históricos;

ele permite mensurar o nível de influências políticas em um determinado sistema econômico, neste caso particular, no capitalismo antigo. Este último, por sua vez, aparece descrito por uma série de elementos que o constituem: remessas do Estado, construções estatais, etc. E, por fim, Weber apresenta o exemplo de um evento histórico particular que possui correspondências com a definição do capitalismo antigo: as Guerras Púnicas no caso específico de Roma.

Este subcapítulo trata predominantemente tanto das especificidades de cada um desses dois tipos de capitalismo, isto é, a maneira como Weber os constrói e o seu papel frente as suas problematizações mais gerais, como das relações que estabelecem entre si, na medida em que sua análise se estrutura no trânsito entre os diferentes níveis de abstração.

Seja em *Relações agrárias...*, seja em suas obras posteriores, as noções de capitalismo politicamente orientado e capitalismo antigo nunca foram diretamente denominadas tipos ideais; não há na obra de Weber uma frase como: “o capitalismo politicamente orientado é um tipo ideal”. De maneira direta, o capitalismo politicamente orientado é mencionado por Weber como uma “forma” ou uma “espécie” de capitalismo. Com referência à Antiguidade, a nomenclatura “tipo” é utilizada diretamente sobretudo para descrever os “tipos de estágios de organização política” e para acompanhar a nomenclatura “cidade”, e nesse caso é nomeado várias vezes “o tipo da cidade antiga”. Mas já em 1910, em *Observações anti-críticas ao “espírito” do capitalismo*, Weber afirma com bastante clareza que concebe o capitalismo, de maneira geral, como um tipo ideal: “Tanto o conceito 'capitalismo', como mais ainda o outro – 'espírito do capitalismo' – são passíveis de serem construídos apenas enquanto imagens de pensamento ideal-típicas.” (Weber, 1910a, p. 170) Desse modo, espero poder demonstrar neste capítulo que tanto essa afirmação do próprio Weber, como uma interpretação do estatuto dos capitalisms antigo e politicamente orientado em suas obras, permitem concluir que a mesma lógica de construção da cidade antiga como tipo ideal está presente na construção do “tipo do capitalismo antigo” ou o “tipo do capitalismo politicamente orientado”.⁶⁸

A diferenciação aqui proposta dos dois níveis de gradação da abstração dos tipos ideais com respeito à economia antiga possui convergências com a interpretação dos

⁶⁸ A título de comparação, veja-se as passagens: Weber, 1910a, p. 170; 1912-1913, pp. 568-569; 1920, p. 4-5, nota 1; 1921a, pp. 95-97.

tipos ideais weberianos de Pfister (1928, p. 170-173). Pfister não coloca essa diferenciação em termos de níveis de abstração, mas encontra uma multiplicidade de sentidos na definição da categoria tipo ideal: haveria na obra de Weber o que Pfister nomeia “tipos ideais históricos” e “tipos ideais sociológicos”; os primeiros estariam referidos à uma dimensão temporal e os segundos teriam um caráter atemporal. A convergência com minha interpretação reside exatamente nesse ponto, na dimensão temporal constituinte do tipo ideal do capitalismo antigo e na ausência dessa dimensão no capitalismo politicamente orientado.

Retomando uma discussão iniciada no capítulo 1, reconhece-se que muitos estudiosos da obra de Weber compartilham interpretações semelhantes às de Pfister e vão mesmo além, ao enxergar na cronologia da obra de Weber a presença dessas duas formas de tipos ideais em intensidades distintas. Parsons (1937) diferencia na obra de Weber tipos ideais generalizantes de tipos ideais individualizantes, em um sentido semelhante à diferenciação entre tipos ideais sociológicos e tipos ideais históricos. Já Mommsen acredita que partir de 1913 ocorreu uma mudança na maneira como Weber utilizava os tipos ideais, pois teria ocorrido uma ruptura em sua obra em direção à sociologia. Mommsen entende que antes desse período Weber lançava mão dos tipos ideais como instrumentos para pensar particularidades históricas; depois de 1913 seu objeto teria passado a ser os próprios tipos ideais, tornando-se então o seu objetivo delinear e melhor defini-los, e não tanto utilizá-los para melhor compreender as particularidades históricas. O texto *Os três tipos puros de dominação legítima* (1922) seria representativo dessa transformação (cf. Mommsen, 1974, pp. 201, 210).

Embora Mommsen afirme não haver grandes períodos que diferenciem a metodologia de Weber, ele reconhece uma primeira fase representada pelo texto *A “objetividade” do conhecimento na ciência social e na política social* (1904), em que o autor trata os tipos ideais como meios heurísticos para a compreensão de fenômenos históricos ou sociais do ponto de vista de seu significado cultural. Já em uma segunda fase, iniciada como texto *Sobre algumas categorias da sociologia compreensiva* (1913), Weber muda sua estratégia de investigação, com a formulação de “conceitos ideal-típicos”, cuja finalidade seria a investigação sociológica (cf. Mommsen, 1974, pp. 229, 230).

Contudo, não creio que com respeito aos escritos de Weber sobre a Antiguidade uma diferenciação dos tipos ideais em termos históricos ou sociológicos seja a mais adequada. Essa distinção tão marcada entre história e sociologia está muito mais ligada a uma diferenciação posterior à época em que Weber escreveu, e considerar esse o eixo central das diferenças entre os tipos ideais weberianos seria olhar para o problema de uma perspectiva contemporânea de maior diferenciação disciplinar, o que não corresponde ao caso de Weber. Como já abordado no capítulo 1, para Weber, o trânsito entre esses diferentes níveis de abstração seria um movimento necessário ao trabalho do historiador que deseja compreender a economia antiga, de modo que a assim chamada sociologia faria parte de qualquer investigação histórica dessa espécie, no sentido de que sociologia e história atuariam como ciências complementares. E as diferenças entre sociologia e história em Weber estariam referidas, antes de tudo, a uma divisão do trabalho no interior da própria pesquisa, isto é, não se trata de dois tipos de pesquisas distintas ou de dois pesquisadores distintos, mas sim de etapas de uma mesma pesquisa (cf. Weber, 1913-1914, p. 723-725; cf. Mommsen, 1989a, p. 5; cf. Roth, 1984, p. 119-121). Em carta a Georg Below (de 21.06.1914), Weber enfatiza que *Relações agrárias...* também tem uma dimensão sociológica: “é um pré-trabalho que pode atingir a sociologia” (Deininger, 2006, p. 57), no sentido de que a sociologia ampara, analítica e metodologicamente, a investigação histórica.⁶⁹

O mesmo Mommsen que afirma serem os tipos ideais os principais objetos dos trabalhos posteriores de Weber, reconhece que, mesmo nesses textos, sua sociologia permanece sendo uma sociologia histórica. Creio que essa interpretação enfraquece a distinção adotada por ele entre história e sociologia na cronologia da obra de Weber e reforça o meu argumento. Nas palavras de Weber:

O grave erro no qual muitos historiadores – mas não todos – ainda caem consiste no fato de que a “complexidade” e a “fluidez” dos fenômenos históricos não permitiria o emprego de conceitos sólidos e precisos. Assim, é evidente, por

⁶⁹ Em sua biografia sobre Weber, Mariane Weber também ressalta essa dimensão sociológica de *Relações agrárias...*, ao afirmar que sua terceira edição não é mais do que “uma forma de sociologia da Antiguidade, isto é, uma análise histórica e (com)penetração conceitual de todas as formas estruturais importantes da vida social da Antiguidade.” (Weber, 1926, p. 343)

exemplo, que há uma cadeia *ininterrupta* de possibilidades que vai do pequeno artesão que emprega ocasional ou regularmente um escravo, mas participa ele mesmo do trabalho; passando pelo artesão que, apesar de ter aprendido e entender do ofício, predominantemente supervisiona os seus escravos; passando a seguir para aquele que delega ocasional, frequentemente ou sempre a supervisão a um de seus escravos; para a seguir o simples comerciante que domina pessoalmente pouco ou praticamente nada da técnica, mas dirige a empresa como “diretor comercial”; a seguir para o comerciante que faz valorizar apenas uma parte da matéria-prima por seus próprios escravos; para a seguir o comerciante ou o particular que “investe” ocasionalmente o seu dinheiro em um ou mais escravos qualificados; até, por fim, a gestão do soberano, que faz trabalhar escravos qualificados no mercado, mas também para suas necessidades próprias, ou finalmente apenas para suas necessidades próprias. Mas essa diversidade inarticulada de *fatos* não comprova em absoluto que devamos formar *conceitos* vagos, antes o contrário: é necessário que sejam *empregados* corretamente *conceitos claros* (“ideal-típicos”: cf. Archiv für Sozialwissenschaft, XIX, 1), não como esquemas que violentem os dados históricos, mas sim com a finalidade de poder determinar, com o seu auxílio, o caráter econômico de um fenômeno: *em que medida* ele se *aproxima* de um ou de outro “tipo ideal”. Um breve esboço, como o texto aqui apresentado, evidentemente *não* pode evitar por completo um esquematismo. (Weber, 1909, p. 728-729)

No que se refere à questão específica da noção de capitalismo, embora essa citação faça parte dos escritos de Weber do período ao redor de 1909, não creio que, em termos substanciais, haja diferenças com relação às suas obras posteriores; o que há nestas últimas é antes um refinamento metodológico, que se reflete na maneira como esses diferentes níveis de abstração se articulam uns aos outros.

Há em *Observações anti-críticas ao “espírito” do capitalismo* uma passagem que indica de maneira bastante condensada a interpretação aqui proposta. Segundo

Weber,

Tanto o conceito “capitalismo” como, com razão, o outro, “espírito do capitalismo”, só podem ser construídos como formações mentais “ideal-típicas”. A saber: ou abstratamente, de tal modo que o que é similar é destilado continuamente em uma pureza conceitual; nesse caso, o segundo dos dois conceitos torna-se consideravelmente sem conteúdo e quase pura função do primeiro. Ou então historicamente: de tal modo que se formam imagens de pensamento “ideal-típicas” – de uma época específica e em oposição a outras – de traços específicos, que estão geralmente presentes, pressupostos como dados ou conhecidos. Naturalmente, isso depende justamente daqueles traços que estão presentes e que, dessa maneira, não estão presentes nas outras épocas vitais da formação ou que, pelo seu grau, são especificamente distintos. (Weber, 1910a, p. 170)

Este capítulo almeja demonstrar como Weber concebe essas duas formas distintas de definir os tipos ideais em dois diferentes níveis de abstração, que estruturam sua análise da economia antiga. Tomada em conjunto, a análise de Weber da economia antiga só pode ser entendida caso se compreenda a maneira como esses dois níveis de abstração se articulam entre si e às descrições dos eventos históricos particulares que complementam a análise.

À diferença das interpretações supramencionadas de Mommsen, Parsons etc., a maneira como Weber apresenta esses diferentes procedimentos metodológicos não permite intuir que se trata de dois períodos específicos de sua obra, um mais histórico e outro mais abstrato, mas, ao contrário, trata-se de uma complementaridade de modos de abordagem que podem, ou não, aparecer juntos na mesma obra. O caso que melhor ilustra esse aspecto é a relação de complementaridade pela qual foram concebidas as relações entre sociologia sistemática e sociologia histórica entre as diferentes partes propositadamente bastante sistemáticas de *Economia e Sociedade* e os escritos menos sistemáticos sobre a ética econômica das religiões universais.

Dessa perspectiva, *Economia e Sociedade* apresentaria antes de tudo um refinamento no método de análise de Weber, mas não uma mudança de objeto. Porque o objetivo de Weber nunca foi a mera construção teórica de tipos ideais (tipos de capitalismo, tipos de cidades, etc.), mas sim compreender o “significado cultural” de processos sociais específicos, como o desenvolvimento da racionalidade ocidental ou o estabelecimento do capitalismo moderno; e sempre por meio de tipologias. Desse modo, independentemente do período em que escreveu, os tipos ideais foram pensados por Weber como instrumentos de pesquisa, como artifícios metodológicos, e não como objetos de pesquisa.

Assim, com respeito à economia antiga – pois não tenho a pretensão de generalizar a interpretação aqui adotada – pode-se afirmar, *grosso modo*, que em *Relações agrárias...* Weber constrói sua análise com base em uma comparação entre dois tipos ideais de nível mais baixo de abstração, na qual o capitalismo antigo e o (contraponto com o) capitalismo moderno aparecem em primeiro plano, amparados por inúmeras descrições de eventos históricos particulares. Já em *A cidade*, em *Economia e Sociedade* e em seus escritos posteriores de sociologia da religião, o capitalismo politicamente orientado como tipo ideal entra em operação de maneira muito mais evidente; desse modo, o movimento entre os dois níveis de abstração aparece de forma muito mais intensa e bem acabada. Defendo aqui que, em termos metodológicos, é possível reconhecer em todas essas obras antes de tudo uma continuidade na maneira de estruturar a análise da economia antiga, isto é, a mesma articulação entre diferentes níveis de abstração que está presente em seus escritos posteriores de sociologia da religião, em *Economia e Sociedade* e especialmente no texto *A cidade*, já estruturava *Relações agrárias...*, só que de maneira ainda não tão desenvolvida.

Essa discussão está intimamente relacionada a um dos argumentos centrais que orientaram o capítulo 1, na medida em que contesta a ideia de grande “guinada sociológico-metodológica” que muitos intérpretes de Weber acreditam estar presente em seus textos posteriores de análise do capitalismo. Assim, o mesmo argumento empregado no capítulo anterior vale para a discussão aqui apresentada: no que tange o desenvolvimento de um esquema tipológico do capitalismo em diferentes níveis de abstração, este capítulo pretende demonstrar que o grande salto analítico-

metodológico presente na obra de Weber ocorreu a partir dos anos 1903/1904; e suas obras posteriores apresentam um desdobramento desse desenvolvimento, mas não uma grande transformação.⁷⁰

Desse ponto de vista, a grande diferença de *Relações agrárias...* face ao texto *A cidade* e aos outros escritos de Weber posteriores é que *Relações agrárias...* ainda não apresenta de maneira tão desenvolvida a articulação do nível de abstração mais alto; mas é muito perceptível, principalmente na introdução e no último capítulo, o esforço de abstração em direção à delimitação de traços específicos do capitalismo antigo. E não são quaisquer elementos de sua especificidade que interessam a Weber, mas sim aqueles traços que se relacionam com ou servem de contraponto para sua análise da racionalidade econômica ocidental moderna. A introdução de *A ética econômica das religiões universais* ilustra esse ponto, de modo que ousar afirmar que se nesses trechos a expressão “ética religiosa” fosse substituída por “economia antiga”, as afirmações de Weber teriam a mesma valia de um ponto de vista metodológico:

As considerações a seguir não constituem de modo algum uma “tipologia” *sistemática* das religiões. Por outro lado, também não se trata de um trabalho puramente histórico. Antes, a exposição a seguir é “tipológica” no sentido de que considera o que é importante nas realidades históricas das éticas religiosas de modo típico, para estabelecer o nexos com as grandes oposições da mentalidade econômica, e ignora o resto. Portanto, não se pretende de modo algum oferecer um quadro bem acabado das religiões indicadas. Elas destacarão com muita ênfase aqueles traços que são próprios da religião singular em *oposição* às demais, e que são *ao mesmo tempo* importantes para o nosso contexto. (Weber, 1915-1920a, p. 116)

⁷⁰ Conforme afirmou acertadamente Tenbruck, a grande novidade de *Economia e Sociedade* foi o caráter sistemático por meio do qual os tipos ideais foram apresentados e operacionalizados analiticamente (cf. Tenbruck, 1988, p. 370).

E mais adiante Weber continua:

Mas mesmo os traços das religiões importantes para a ética econômica interessam-nos aqui basicamente de um ponto de vista determinado: no modo de sua relação com o racionalismo econômico, e na verdade – visto que isso também não é unívoco – com o racionalismo econômico daquele tipo que começou a dominar no Ocidente desde os séculos XVI e XVII como parte do modo de racionalização burguesa da vida que ali encontrou lugar. (Weber, 1915-1920a, p. 117)

Nessa mesma introdução, Weber descreve seu método de exposição e análise como “não-histórico”, no sentido de que expõe sistematicamente a ética de cada religião como uma unidade que de fato nunca existiu, deixando de lado uma série de contradições, ramificações, etc. (cf. Weber, 1915-1920a, p. 118). Essa afirmação deve ser compreendida no interior dos debates metodológicos de sua época, e também deve ser levada em conta aquela ideia da divisão do trabalho no interior da própria pesquisa, que envolve, em duas diferentes etapas, níveis maiores ou menores de abstração. E, acima de tudo, apesar de seu método poder ser considerado “não-histórico” por uma certa concepção de metodologia do trabalho do historiador, não significa que seus objetos e objetivos de análise também o sejam.

É importante deixar claro que não tenho a pretensão de entrar em uma discussão conceitual ou metodológica a respeito dos tipos ideais em geral, pois sei que esse é um campo de investigação outro, tomado por uma literatura específica proveniente de um debate muito amplo, seja a respeito de sua morfologia, seja sobre seus desdobramentos.⁷¹ Os tipos ideais aparecem aqui apenas na medida em que operam como instrumentos metodológicos na análise de Weber da economia antiga, isto é, na medida em que facultam os dois níveis de abstração que estruturam sua análise. Isso

⁷¹ Uma investigação específica da constituição dos tipos ideais na teoria weberiana teria de levar em conta não apenas os aspectos metodológicos tratados no capítulo 1, como ainda as correspondências com as obras de outros autores que também trabalharam com um método ideal-típico (como Wilhelm Windelband e Heinrich Rickert, bem como as influências das obras de Wilhelm Dilthey, Edmund Husserl, Georg Simmel, Uta Gerhard, Bernhard Pfister, etc.). Mais sobre esse assunto em Wagner, Zipprian (1994).

significa olhar para os tipos ideais da perspectiva das investigações weberianas sobre a economia antiga, e não o contrário; trata-se, sobretudo, de indagar a respeito da maneira como o capitalismo politicamente orientado e o capitalismo antigo são construídos como tipos ideais e suas relações com os outros tipos de capitalismo, sejam eles tipos ideais sem delimitação histórica (capitalismo racional, capitalismo comercial), sejam tipos ideais com um substrato histórico constituinte (capitalismo moderno).

Nesse sentido, acredito que o problema de investigação aqui apresentado permite, por meio da análise do papel da economia antiga na tipologia do capitalismo em Weber, compreender uma faceta do desenvolvimento do instrumento metodológico dos tipos ideais. É possível inclusive reconhecer já em seus primeiros trabalhos sobre a Antiguidade impactos em seu desenvolvimento metodológico posterior. Segundo Nippel (Nippel, 2000, p. 241-242), a primeira obra de Weber sobre o assunto, *História agrária romana...*, foi muito criticada pela ideia de que teria havido o desenvolvimento de um comunismo agrário primordial para a propriedade privada da terra, como se esse fosse um estágio típico de desenvolvimento inicial. As críticas a esse modelo evolucionista fizeram com que Weber reformulasse seu método, o que contribuiu para a elaboração do artifício metodológico dos tipos ideais. Isso significa que uma das bases para o desenvolvimento posterior da metodologia dos tipos ideais teria sido a sua obra inicial sobre a Antiguidade. E é evidente como, nesse sentido, a perspectiva de análise de Weber se refina e se transforma ao longo os seus escritos sobre a economia antiga. Seus trabalhos se afastam das teorias de desenvolvimento que vão do nomadismo para o pastoreio, isto é, Weber se afasta de uma teoria dos períodos econômicos ao desenvolver instrumentos de análise que, de uma perspectiva econômica, permitem determinar em uma dada situação a natureza das oportunidades de ganho.

Como dito anteriormente, tanto o capitalismo politicamente orientado como o capitalismo antigo fazem parte de sistemas de tipos ideais que se referem uns aos outros e que operam em conjunto na análise de Weber das economias antiga, medieval e moderna. Isso significa que os tipos de capitalismo, como tipos ideais, só se constroem de maneira comparativa e contrastiva em relação aos outros tipos de

capitalismo e não podem ser pensados isoladamente. Aos dois níveis mais altos de abstração correspondem dois esquemas tipológicos também diferentes: de um lado o esquema que corresponde ao nível de abstração mais elevado e que constrói a noção de capitalismo politicamente orientado em relação a outros tipos de capitalismo de mesmo grau de abstração, com especial destaque para o tipo ideal do capitalismo racional; de outro lado, um esquema tipológico com um nível menor de abstração, no qual a noção de capitalismo antigo se constrói de maneira comparativa em conjunto com o tipo do capitalismo moderno.

São mencionados ainda nos escritos de Weber aqui investigados outros tipos de capitalismo, que correspondem a níveis maiores ou menores de abstração e que podem ou não estar relacionados a esses dois diferentes níveis tipológicos. Optei pelo recorte daqueles que considero os tipos ideais decisivos com a finalidade de facilitar a compreensão da argumentação de Weber. Mas os outros tipos de capitalismo – como o capitalismo aventureiro, o capitalismo de saque, o capitalismo de exploração ou o capitalismo de empresa – aparecerem ao longo da análise, na medida de sua relevância para a compreensão dos tipos principais.⁷²

Nível tipológico I (maior abstração): a construção do tipo “capitalismo politicamente orientado”

Sempre que existissem finanças em dinheiro de corporações públicas, apareceu o financiador – na Babilônia, na Hélade, na Índia, na China, em Roma: para financiar sobretudo as guerras e a pirataria; para as remessas e construções de todos os tipos; na política de além-mar como empresário colonial, como comprador e explorador de plantações com escravos ou trabalhadores oprimidos direta ou indiretamente; para os arrendamentos de propriedades, de cargos e sobretudo de

⁷² É importante ressaltar que as investigações de Weber que utilizam a nomenclatura capitalismo são bastante multifacetadas e, em seu conjunto, podem apresentar formulações de pesquisa bastante diferentes das questões problematizadas por meio da tipologia do capitalismo aqui abordada. Por exemplo, em sua enquete sobre a questão dos trabalhadores do leste do Elba, Weber apresenta uma longa discussão a respeito do que nomeia “capitalismo agrário”, ao se referir ao contexto da proletarianização dos trabalhadores agrários daquela região; nesse trabalho ele não lança mão de um método comparativo tipológico para entender o fenômeno de seu interesse.

impostos; para o financiamento de chefes de partidos com vistas a eleições e de condotiéres com vistas a guerras civis; e por fim como “especulador” nas ocasiões as mais variadas de ganho monetário. Esse tipo de figuras de empresários: os aventureiros capitalistas, existiu no mundo inteiro. À exceção do comércio e dos negócios bancários e de crédito, suas oportunidades eram, no principal, ou de caráter irracional-especulativo, ou eram orientadas para a aquisição por meio da força, sobretudo a aquisição por despojo: despojo atual pela guerra ou despojo fiscal crônico (pilhagem dos súditos). (Weber, 1920, p. 6-7)

Weber lança mão da denominação “politicamente orientado” – não necessariamente vinculada à noção de capitalismo – em diversas obras suas: em *Relações agrárias...*, em vários capítulos de *Economia e Sociedade*, nos seus escritos políticos e em sua sociologia da religião. Mas essa denominação apareceu em sua obra pela primeira vez na terceira edição de *Relações agrárias...*, o que permite afirmar que foi a análise da economia antiga que possibilitou a Weber forjar essa noção. Em *Relações agrárias...*, apesar de Weber utilizar a expressão “politicamente orientado” para se referir à economia antiga, ela aparece apenas uma vez vinculada à noção de “capitalismo” de forma direta; nesse texto, Weber lança mão da expressão “politicamente orientado” no mais das vezes para se referir à uma política financeira da Antiguidade, isto é, à economia antiga. Somente em *Economia e Sociedade* (nos capítulos sobre conceitos sociológicos fundamentais, categorias sociológicas fundamentais da economia, tipos de dominação, sociologia da religião, sociologia da dominação, sociologia do direito e em *A cidade*) e nos seus escritos posteriores de sociologia da religião é que de fato a noção “capitalismo politicamente orientado” começa a operar de maneira explícita como um tipo ideal.

O termo “politicamente orientado” também é utilizado de maneira pontual por Weber para se referir a uma outra dimensão, a dimensão religiosa, e isso é visível tanto no capítulo sobre religião de *Economia e Sociedade* (Weber, 1914c) como em seus escritos sobre a ética econômica das religiões universais (Weber, 1911-1920);

nessas obras, aparecem expressões como “religiões politicamente orientadas”, ou então profecias, profetas, visionários ou oráculos politicamente orientados.

O segundo capítulo da primeira parte de *Economia e Sociedade* elabora de maneira sintética e sistemática o esquema tipológico que corresponde ao nível de abstração mais alto da análise aqui proposta e apresenta uma primeira definição conjunta dos tipos de capitalismo que esse esquema engloba. Nessa obra, Weber nomeia aquilo que considera como os seis principais diferentes sentidos típicos de orientação capitalista dos ganhos econômicos; esses sentidos típicos são posteriormente divididos entre as categorias capitalismo racional, capitalismo politicamente orientado e o que poderia ser chamado de capitalismo comercial, como Weber mais tarde o nomeia, na *Nota prévia* aos escritos reunidos de sociologia da religião (1920). De maneira condensada – e aqui faço uso do recorte elaborado por Swedberg (1998, p. 73) ao abordar a mesma questão –, essa construção ideal típica das formas capitalistas de nível de abstração mais alto apresenta-se da seguinte forma (cf. Weber, 1921a, p. 95-97):

Capitalismo racional: pode envolver tanto o comércio em mercados formalmente livres, portanto não tradicionais, com produção capitalista contínua, como a especulação capitalista e finanças e ações diversas ligadas ao financiamento. A empresa racional capitalista é um elemento fundamental desse tipo de capitalismo, pois pressupõe a existência de uma força de trabalho livre, a expropriação dos meios de produção, uma divisão racional do trabalho, capital fixo, mercados de dinheiro e capital, a possibilidade de investir em sociedades anônimas mediante a compra de ações, um sistema monetário racional gerido pelo Estado, a orientação em direção ao ganho continuado, ou seja, à rentabilidade (Weber, 1920, p. 4), etc.

Capitalismo politicamente orientado: engloba, segundo Weber, três diferentes subtipos: a geração política e predatória de ganhos econômicos, como o financiamento de guerras, revoluções e líderes partidários; a geração contínua de ganhos econômicos com uso da força ou dominação, que pode envolver tributações, arrendamentos, concessão para cobrança de tributos e lucro colonial com grandes plantações e comércio monopolista; e a geração de ganhos econômicos devida a transações não usuais com autoridades políticas.

(*Capitalismo comercial:* é constituído por um comércio de mercadorias,

especulação cambial, concessão de crédito profissional e criação de meios de pagamento.)

Este último aparece entre parênteses pelo fato de Weber não desenvolver uma análise mais detida a respeito desse tipo de capitalismo; talvez por se tratar de um tipo intermediário entre o capitalismo racional e o capitalismo politicamente orientado, de maneira a não facilitar a construção da definição do capitalismo racional com base na oposição, como é o caso do capitalismo politicamente orientado. Desse modo, o capitalismo comercial não desempenha um papel tão relevante no esquema tipológico aqui analisado (o mesmo não pode ser dito a respeito do tipo da cidade medieval, mas neste caso trata-se de uma outra tipologia, que será explorada adiante).

É importante deixar claro que embora esse esquema tipológico de nível mais elevado de abstração não se refira a um conteúdo histórico particular, a descrição das características de cada um dos tipos acima elencados demonstra que Weber só pôde desenvolver tal tipologia tendo como base tanto certas características que se repetiram em diferentes épocas – como a existência de mercados, de empresas, da divisão do trabalho, das guerras, etc. –, como certas características dos tipos de nível médio de abstração, isto é, dos sistemas capitalistas moderno e antigo; pois o tipo depende de uma abstração/depuração de uma substância que é, em última instância, histórica. Mas esse nível de abstração mais baixo aparece fundamentando o esquema tipológico de nível mais alto de abstração de uma maneira tão genérica e tão descolada de seus múltiplos “contextos originais”, que não permite a elaboração de derivações diretas de tais contextos.

No que diz respeito à construção do tipo do capitalismo politicamente orientado, além dessa definição bastante sistemática e sintética, pode-se encontrar na obra de Weber a descrição de diversos elementos constituintes desse tipo que permitem complementar a definição supracitada de maneira mais substancial. Weber concebe o capitalismo politicamente orientado como uma categoria analítica para compreender formas de organização econômica fortemente influenciadas pela dimensão política, isto é, eventos políticos que criam oportunidades para geração ganhos capitalistas.⁷³ O predomínio do capitalismo politicamente orientado implica a não constituição da

⁷³ Nippel descreve a terceira edição de *Relações agrárias...* como uma análise baseada na relação recíproca entre estruturas políticas e econômicas (cf. Nippel, 1999, p. 4).

economia como esfera plenamente autonomizada. Nos termos weberianos, trata-se de um capitalismo irracional; irracional não porque a esfera política opere segundo princípios irracionais e desse modo influencie a ação econômica de maneira irracional, mas porque a ação econômica não é movida segundo uma “racionalidade econômica” própria, proveniente de uma esfera econômica diferenciada e autônoma. Nos termos de Weber, “[...] Já é clado desde o início que aqueles acontecimentos politicamente orientados que oferecem essas oportunidades de lucro, são – do ponto de vista da orientação pelas chances do mercado [...] –, economicamente irracionais.” (Weber, 1921a, p. 96)

Optei pela utilização da nomenclatura “esfera” ao me referir às dimensões econômica, política, religiosa etc. porque, apesar de Weber não lançar mão desse termo em *Relações agrárias...* ou em *A cidade*, acredito que seja possível reconhecer eixos que ligam a maneira pela qual Weber concebe os tipos de capitalismo em suas dimensões econômica ou política e a sua teoria da diferenciação das esferas da vida presente em seus escritos posteriores sobre religião. Porém, no tratamento da economia antiga, optei por utilizar a expressão “dimensão econômica”, em detrimento de “esfera econômica”, exatamente porque o argumento de Weber se baseia no caráter indiferenciado da economia antiga e, portanto, na inexistência de uma esfera econômica autonomizada. A esfera política, ao contrário, embora não apareça assim denominada em seu tratamento da economia antiga, possuía já, segundo pode-se depreender do argumento de Weber, uma racionalidade própria bastante desenvolvida. Por esse motivo, com respeito à dimensão política da Antiguidade, optei intencionalmente pelo uso da expressão “esfera política” com o intuito de iluminar os possíveis nexos com sua teoria das esferas da vida.

Segundo Weber, ações sociais, negócios associativos, associações políticas ou mesmo pessoas facilitam o capitalismo politicamente orientado quando orientam suas ações para as oportunidades de ganho predatório, como os financiamentos de guerra, financiamentos de revoluções ou financiamento de chefes de partido por meio de empréstimos ou remessas (cf. Weber, 1921a, p. 95). O Estado tributário com arrendamentos, assim como o financiamento monopolista de ganho econômico e a satisfação de necessidades de forma litúrgica também atuam como elementos

facilitadores do capitalismo politicamente orientado⁷⁴. Esses mesmos elementos não propulsionam o capitalismo autônomo orientado para o mercado, pois suas medidas fiscais atuam, do ponto de vista do mercado, de modo irracional. Trata-se, portanto, de eventos politicamente orientados que oferecem possibilidades de ganho econômico, mas que são irracionais se vistos da perspectiva da orientação pelas oportunidades de mercado (cf. Weber, 1921a, pp. 96, 117).

Desse modo, o capitalismo politicamente orientado como tipo ideal é construído por oposição ao capitalismo racional, e o par de oposições que rege a comparação entre ambos reside nas categorias racional/irracional. Nunca é demais repetir que racionalidade/irracionalidade são definidas aqui sempre do ponto de vista da esfera econômica, pois se outro ponto de vista estivesse em jogo, como a perspectiva da esfera política, por exemplo, o capitalismo politicamente orientado seria dotado de um grau de racionalidade muito maior do que o capitalismo racional.⁷⁵

A racionalidade e o capitalismo racional, como um tipo ideal, operam como um atributo (não exclusivo, mas predominante) do capitalismo moderno, mas não como o seu equivalente. O mesmo se pode dizer a respeito da irracionalidade e do capitalismo politicamente orientado com relação ao capitalismo antigo. No compêndio editado a partir de anotações de aulas de seus alunos (*História econômica*), Weber faz uso da expressão “capitalismo irracional”; ela não aparece em seus escritos, mas pode ser vista como complementar à sua definição do capitalismo politicamente orientado, na medida em que articula as categorias racional e irracional na definição do capitalismo:

Inicialmente, encontramos por toda a parte e nas mais diferentes épocas várias formas de um capitalismo não-racional: empreendimentos capitalistas que tinham por finalidade o arrendamento de impostos (tanto no Ocidente como na China e na Ásia Menor) e o financiamento da guerra (na China e na Índia, na época dos Estados parciais); capitalismo comercial especulativo, bem conhecido dos

⁷⁴ Capitalismo de guerra, capitalismo de saque e capitalismo aventureiro operam muitas vezes na análise de Weber como nomenclaturas substitutas do capitalismo politicamente orientado.

⁷⁵ Esse ponto de vista que valoriza a existência de uma diversidade de racionalismos está presente de maneira direta tanto em diversas passagens de *Nota prévia* (1920), como no segundo capítulo da primeira parte de *A ética protestante...* (cf. Weber, 1904-05/1920, p. 62).

comerciantes em quase todas as épocas da história; e capitalismo usuário, que explora as situações emergenciais alheia por meio do empréstimo. Todas estas formas de capitalismo são orientadas ao saque, aos impostos, às prebendas oficiais, à usura oficial [...], e, finalmente, aos tributos e às necessidades correntes. Mas todas estas situações são de caráter economicamente irracional, sem que jamais surgisse delas um sistema racional de organização do trabalho. O capitalismo racional, ao contrário, está orientado às oportunidades do mercado, isto é, oportunidades econômicas no sentido mais estrito do termo; e quanto mais racional ele é, mais se orienta à venda para as massas e às oportunidades de abastecê-las. Este capitalismo, **elevado à categoria de sistema**, foi uma prerrogativa do moderno desenvolvimento ocidental, desde o final da Idade Média. (Weber, 1919-1920, p. 286)

Nesse trecho, a ideia da elevação do capitalismo racional à categoria de sistema revela de maneira bem sucedida como Weber articula os diferentes níveis de abstração de sua análise, mostrando como o capitalismo moderno, enquanto tipo ideal, diferentemente do capitalismo racional, possui uma ancoragem histórica que o configura como um sistema econômico. Ou seja, a ideia da elevação à categoria de sistema representa o transcurso da análise weberiana que vai do nível mais alto para o nível mais baixo de abstração; esse nível mais baixo, que neste caso corresponde ao tipo capitalismo moderno, equivale à delimitação de sistemas econômicos. O mesmo pode ser dito a respeito do capitalismo antigo frente ao capitalismo politicamente orientado; isto é, quando o capitalismo politicamente orientado adjetiva o capitalismo antigo, este último passa a representar um sistema econômico predominante no mundo antigo. Esse ponto será retomado adiante.

Com o objetivo de enfatizar esse caráter “pré-racional” do capitalismo politicamente orientado, Weber utiliza muitas vezes as expressões “capitalismo aventureiro” e “capitalismo de saque” para designar seja um modo de comportamento econômico orientado por especulações de caráter irracional, nos quais o ganho econômico é descrito como aventureiro e muitas vezes ligado ao

desejo de “ganhar sempre mais”, seja aqueles ganhos obtidos pela forma de saque (pelas guerras ou por saque regular de caráter fiscal). O “aventureiro capitalista” é descrito como um dos agentes do capitalismo politicamente orientado, cujas ações, à exceção do comércio e de operações bancárias e de crédito, eram principalmente de natureza irracional e especulativa (cf. Weber, 1920, p. 6-7). Essa nomenclatura aparece já em *A ética protestante...* (Weber, 1904-05/1920, pp. 43, 61), mas também está presente em diversos capítulos de *Economia e sociedade*, assim como em seus escritos políticos (Weber, 1921b) e em suas obras posteriores sobre religião, principalmente na *Nota prévia* (1920)⁷⁶, onde Weber chega a utilizar uma expressão mista: “capitalismo aventureiro politicamente orientado” (Weber, 1920, p. 29), exatamente com o intuito de ressaltar o caráter irracional, impulsivo e descontrolado – do ponto de vista da racionalidade própria à esfera econômica – desse tipo de capitalismo, em oposição a um tipo de capitalismo que age segundo o cálculo racional.

Na maioria das vezes, Weber utiliza a noção de capitalismo politicamente orientado, como tipo ideal, para qualificar a dimensão econômica do Mediterrâneo antigo, isto é, o capitalismo antigo. Mas exatamente por se tratar de um tipo ideal de alto nível de abstração, sua abrangência analítica não está limitada ao período da Antiguidade – mas se estende até a Época Moderna – e, mesmo no interior da Antiguidade, não está circunscrita apenas ao Mediterrâneo antigo; assim, em certo grau, o capitalismo politicamente orientado faz sentido também na análise das monarquias do antigo oriente (cf. Weber, 1920, nota 1, p. 8), apesar de os poderes monárquicos antigos serem considerados por Weber sufocadores do capitalismo. Trata-se, portanto, de um tipo ideal de capitalismo de alcance “universal”, isto é, que se mostra operante na análise da economia de diferentes épocas e sociedades, mas que encontra sua principal referência exatamente na Antiguidade.

⁷⁶ Em *A ética protestante...*, o judaísmo é descrito como um dos representantes dessa forma de comportamento econômico: “O judaísmo estava posicionado do lado do capitalismo 'aventureiro' politicamente ou especulativamente orientado: seu *ethos* era, em uma palavra, aquele do capitalismo de párias; o puritanismo carregou o *ethos* da empresa burguesa racional e da organização racional do trabalho. Ele retirou da ética judaica apenas aquilo que era compatível com esse arcabouço.” (Weber, 1904-1905/1920, p. 183)

Nível II (menor abstração): a construção do tipo “capitalismo antigo”

No que concerne ao *próprio* “capitalismo”, só pode tratar-se de um “sistema econômico” determinado, isto é, um modo de comportamento “econômico” face aos homens e bens, que é “valorização” do “capital” e que será por nós analisado, como tal, “pragmaticamente”, isto é, mediante a determinação dos meios “inevitáveis” ou “melhores” em função de uma situação [objetiva] dada típica. Como dito, analisaremos ou tudo o que tais sistemas econômicos possuíam de comum em todas as épocas, ou então a especificidade de um sistema econômico determinado desse tipo. (Weber, 1910a, p. 170-171)

O segundo esquema tipológico, correspondente ao nível mais baixo de abstração, engloba, para os fins aqui propostos, a construção de dois tipos ideais singulares: o capitalismo moderno e o capitalismo antigo. Para Weber – em forte diálogo com Sombart –, ambos os tipos correspondem a *sistemas econômicos* de períodos históricos distintos: o primeiro encontra suas pré-condições no final da Idade Média e aparece de modo bastante desenvolvido na Época Moderna, e o segundo corresponde ao período da Antiguidade, mais precisamente ao que Weber caracteriza como a primeira fase das cidades do Mediterrâneo da Antiguidade clássica e a fase intermediária da República romana.

Assim como no esquema tipológico anterior, os dois tipos de capitalismo constituintes deste esquema se definem por oposição um ao outro, como tipos referidos diretamente a dois sistemas econômicos distintos, reconhecidos historicamente por Weber. As definições dos tipos deste segundo esquema possuem muitas coincidências com as definições dos tipos de capitalismo do esquema tipológico de maior nível de abstração. Ambos os níveis tipológicos referem-se mutuamente, de modo que os tipos de capitalismo do nível II são construídos não apenas por oposição interna (capitalismo antigo X capitalismo moderno), mas também com relação aos tipos do nível I. A relação entre os tipos de diferentes níveis de abstração se estabelece menos por oposição e mais por complementariedade ou adjetivação. Por adjetivação entende-se que o capitalismo antigo estava condicionado

predominantemente por fatores políticos, isto é, ele encontrava-se politicamente orientado. Do mesmo modo, o capitalismo moderno encontra-se condicionado majoritariamente por fatores econômicos, devido a um alto grau de autonomização da esfera econômica, isto é, de racionalização da mesma, de modo que o capitalismo moderno é adjetivado pelo capitalismo racional. Assim, o capitalismo politicamente orientado opera na análise de Weber como um estado do capitalismo antigo, isto é, o capitalismo antigo não *era* politicamente orientado (em sua substância), mas *estava* politicamente orientado, de modo que ambos não podem ser considerados equivalentes.⁷⁷

Na sua definição do capitalismo moderno como sistema econômico, Weber se alinha com a concepção de Sombart referente à organização capitalista do trabalho: a organização racional do trabalho livre (sob os aspectos jurídicos e econômicos) na forma de empresa é uma das condições essenciais do capitalismo moderno (cf. Weber, 1920, p. 8-9). O capitalismo antigo, por sua vez, não apresenta trabalho livre organizado de maneira racional, e mesmo a organização do trabalho não-livre só atingiu certo nível bastante limitado de racionalidade nas plantações e no *ergasterion*⁷⁸ das cidades da Antiguidade (cf. Weber, 1920, p. 7-8). Essa primeira característica da definição dos sistemas econômicos mostra como atuam as tipologias no método de análise de Weber: o capitalismo moderno se define ao mesmo tempo por oposição ao capitalismo antigo (organização do trabalho livre X não-organização do trabalho livre) e por adjetivação do capitalismo racional, na ideia de organização racional do trabalho livre.

Essa distinção de dois níveis simultâneos de operação da tipologia na definição dos tipos de capitalismo não se constitui como mero preciosismo (ontológico), mas é fundamental para compreender a complexidade do método weberiano. Se a organização do trabalho livre não viesse acompanhada do adjetivo “racional”, seu significado se tornaria outro e poderia remeter a qualquer outro tipo de sistema capitalista, até mesmo ao antigo. Mesmo no período da Antiguidade, Weber reconhece em alguma medida a existência do trabalho livre que, sem dúvida, deve ter tido formas específicas de organização; mas não uma organização orientada do ponto de vista da esfera

⁷⁷ Acredito ser possível concluir que quando o capitalismo antigo não *estava* politicamente orientado ele *era* só forma, sem espírito, ele *era* aquela definição mais primitiva de geração de ganhos econômicos que remete à diferenciação entre racionalidade formal e racionalidade material, que será abordada nas “Considerações finais” desta tese.

⁷⁸ Espécie de oficinas presentes em diversas cidades antigas.

econômica, e sim uma organização não-racional da perspectiva da racionalidade econômica.

Esse mesmo trânsito entre os tipos de um mesmo nível tipológico e de níveis diferentes está presente na definição das outras características que constituem os sistemas capitalistas antigo e moderno. Além da existência da organização racional do trabalho livre, Weber elenca uma série de outros fatores que revelam os diversos graus de racionalidade concernentes aos desenvolvimentos dos sistemas econômicos de diferentes épocas e os desenvolvimentos institucionais a eles ligados, dos quais dependem, em grande medida, o desenvolvimento e a consolidação do capitalismo moderno.

Seguem abaixo os principais fatores de racionalização que fazem parte da definição do capitalismo moderno e que podem ser encontrados de maneira dispersa nos escritos de Weber a partir de 1904⁷⁹:

1. Uma economia de mercado bastante desenvolvida, com um sentido mercantil de rentabilidade. Esse tipo de economia envolve a liberdade de mercado, a liberdade de negociação e, quando combinada com outras das características abaixo, possibilita atividades especulativas;
2. O uso de técnicas de produção racionais em todas as suas etapas (produção, transporte, trocas, etc.);
3. Liberdade das empresas e dos empresários – aqui aparece a diferenciação entre as categorias capitalismo de empresários (*Unternehmerkapitalismus*) e capitalismo dos que vivem de rendas (*Rentenkapitalismus*); esta última aparece muitas vezes relacionada ao capitalismo antigo. E ligado a isso está a apropriação de todos os bens materiais de produção como propriedades de livre disposição por parte das empresas lucrativas autônomas;
4. Separação da gestão doméstica da empresa capitalista. Weber reconhece que essa separação também se encontra em outras épocas e localidades, em que há a separação no espaço entre a habitação e as oficinas de fabricação ou de venda, como no caso do bazar oriental ou do *ergasterion*. Porém trata-se de um fenômeno ainda rudimentar e não com o mesmo grau de racionalização

⁷⁹ Weber apresenta tais fatores de racionalização de maneira condensada no segundo capítulo da primeira parte de *Economia e Sociedade* já mencionado e também nas páginas 239-240 de *Historia econômica*.

presente no capitalismo moderno: “Associações capitalistas com um cálculo empresarial discriminado encontra-se também na Ásia oriental, assim como no Oriente e na Antiguidade. Mas, comparados com a autonomização moderna das empresas de ganho [Erwerbsbetriebe], trata-se apenas de rudimentos [...] o desenvolvimento tendeu por toda a parte a gestar empresas de ganho como parte de uma economia doméstica grande, de um soberano ou de um senhor (de um 'Oikos'); um desenvolvimento que, como Rodbertus já havia reconhecido, a despeito de um certo parentesco com o Ocidente, alcançou portanto um sentido bem diferente e mesmo oposto.” (Weber, 1920, p. 7-8);

5. Ligada a essa separação da empresa da esfera doméstica, surge a garantia de uma administração racional-formal;
6. Direito racional-formal (desenvolvimento de uma série de instituições jurídicas);
7. Sistema monetário racional, com uma contabilidade racional do capital, como norma para todas as grandes empresas lucrativas. Para Weber, uma exploração racionalmente capitalista é uma exploração com conta de capital, isto é, uma empresa lucrativa que controla sua rentabilidade na ordem administrativa por meio da contabilidade moderna.⁸⁰

Esses fatores de racionalidade, e portanto de autonomia, da esfera econômica são identificados por Weber em intensidades maiores ou menores na comparação do sistema econômico moderno com outras economias, com especial destaque para a economia antiga. Na maioria das vezes, esta última apresenta algumas dessas características em estado embrionário, mas outras delas inexistem por completo no mundo antigo. E é exatamente essa oposição tão intensa com o capitalismo antigo que o torna tão interessante, do ponto de vista comparativo, para a análise do

⁸⁰ Embora Bücher trabalhe com categorias diferentes, sua definição tipológica do estágio da “economia nacional” apresenta muitas convergências com a concepção weberiana do tipo do capitalismo moderno, entendido como sistema econômico; algo que ressalta a importância da obra de Bücher para Weber. Bücher concebe o estágio da economia nacional como marcado pela produção em atacado; pela circulação de bens (os bens precisam passar por várias mãos antes de chegar ao consumidor); por uma maior unificação de forças econômicas, relacionadas à criação de Estados nacionais unificados no final da Idade Média; pela satisfação das necessidades que não é mais realizada no âmbito doméstico ou citadino, mas sim nacionalmente; pelo surgimento do dinheiro como meio de circulação; surgimento do “verdadeiro” crédito; surgimento do capital aquisitivo; maior divisão do trabalho; grande expansão do comércio e do moderno banco de crédito; independência do transporte de bens; surgimento de várias instituições para a satisfação das necessidades econômicas; maior dominação do “princípio capitalista” dos negócios; a indústria se torna um sistema preponderante (desenvolvimento da técnica) etc. (Bücher, 1906, p. 135-150).

capitalismo moderno.

O traço empresarial do capitalismo moderno é bastante enfatizado por Weber, e algumas vezes chega a ser incorporado a sua tipologia. Em diversos momentos, ele chega a nomear o capitalismo moderno “capitalismo racional de empresa” (Weber, 1920, p. 8, nota 1), ou “capitalismo de empresa moderno e racional” (Weber, 1920, p. 11), demonstrando as maneiras como o nível mais alto de abstração desempenha um papel de adjetivador do capitalismo moderno, no sentido de ressaltar o caráter racional da organização empresarial moderna.

Por se tratar de um tipo ideal referido a um sistema econômico com ancoragem histórica, Weber reconhece também outras características do capitalismo moderno que, mesmo não sendo predominantes, operam de modo irracional do ponto de vista da esfera econômica. Isto é, para Weber uma das principais características (se não for a principal) do capitalismo moderno é a predominância da racionalidade econômica, dada a grande autonomia da esfera econômica frente as demais esferas. Mas é exatamente por essa racionalidade ser predominante e não exclusiva, que o capitalismo moderno também contém elementos irracionais. Nesse aspecto, o capitalismo politicamente orientado também adjetiva o capitalismo moderno, e não apenas o antigo, o que revela sua atemporalidade: “O continuum do desenvolvimento da cultura europeia mediterrânea não conheceu até agora nem 'ciclos' fechados, nem um desenvolvimento 'linear' claramente orientado. Por vezes, fenômenos inteiramente submersos da cultura antiga ressurgiram em um mundo que lhes era estranho.” (Weber, 1909, p. 724-725)

É possível encontrar na obra de Weber exemplos bastante representativos dos condicionamentos políticos da esfera econômica na Época Moderna, que envolvem as guerras e o Estado tributário. Em seus escritos políticos, Weber afirma que o capitalismo politicamente orientado voltou a atuar durante a Primeira Guerra Mundial. Em *Direito de voto e democracia na Alemanha*, os ganhos econômicos obtidos com as guerras na Época Moderna são tratados como produtos de uma conjuntura puramente política: as remessas do Estado, o financiamento de guerra, os ganhos com o contrabando e outras modalidades aquisitivas provenientes de um capitalismo predatório e aventureiro. Este último é para Weber o oposto do cálculo de rentabilidade dos negócios burgueses racionais dos tempos de paz. O capitalismo politicamente orientado aparece aqui como um “capitalismo predatório” puramente

político, “[...] tão antigo como a história já conhecida dos Estados militares”, e o capitalismo moderno é visto como “um produto específico da humanidade europeia moderna [...]” (Weber, 1921b, p. 253).

Em *Economia e Sociedade* (no volume *Comunidades*, segundo sua nova organização), Weber discorre a respeito de um “capitalismo imperialista” antigo – como a expansão romana além-mar –, comparando os interesses capitalistas expansionistas antigos com os interesses dos capitalistas de seu tempo, como os bancos que financiam guerras, a indústria de armamentos etc. (cf. Weber, 1914d, p. 233-236). Já em seus escritos sobre religião, Weber enxerga o capitalismo politicamente orientado em ligação estreita com o capitalismo racional de empresa no que se refere ao curso da emergência dos bancos modernos, pois a maior parte desses bancos tem sua origem em operações políticas ligadas à guerra (cf. Weber, 1920, p. 8, nota 1).

Weber também analisa as influências políticas na esfera econômica moderna em seus escritos políticos; isso aparece tanto em sua crítica ao partido de Bismarck – este operaria segundo uma “dogmática econômica ultrapassada”, de modo politicamente orientado (cf. Weber, 1921b, p. 315) –, como na crítica àquilo que ele denomina como “maneira irracional de operação do socialismo”, ou ainda nas suas inúmeras menções à economia russa, que muitas vezes aparece aproximada à economia antiga.

Um outro exemplo dessa dupla face do capitalismo moderno reside na classificação de Weber do comportamento de uma parte da burguesia alemã do final do século XIX como rentista (“capitalismo rentista do séc. XIX”), revelando como os estamentos (Stände) podem atuar como elementos contrários à crescente racionalização da esfera econômica, pois o seu comportamento está impregnado de características tradicionalistas, que visam a satisfação das necessidades e não a geração de ganhos econômicos. Isto é, Weber constata uma mentalidade rentista, que para ele não está de acordo com o desenvolvimento econômico alemão na luta entre os Estados, um comportamento que se assemelha muito ao dos grandes proprietários de terras antigos. Esta é portanto uma aproximação entre um elemento vital constituinte do capitalismo antigo – o viver de rendas da aristocracia – e uma das características do processo de desenvolvimento do capitalismo moderno no Estado nacional alemão.

A definição do tipo ideal do capitalismo antigo, por sua vez, baseia-se na não-autonomização da esfera econômica frente outras esferas, principalmente com relação à esfera política. Weber reconhece que o sistema econômico antigo estava condicionado predominantemente por fatores políticos, isto é, ele encontrava-se politicamente orientado. Desse modo, o que rege majoritariamente o aspecto comparativo da definição de Weber do capitalismo antigo é tanto a comparação por oposição ao capitalismo moderno, como a sua adjetivação pelo capitalismo politicamente orientado:

[...] e assim o capitalismo (da Antiguidade) *vivia* no final das contas somente da dimensão política; ele era, por assim dizer, apenas indiretamente econômico: seu elemento eram as oscilações da *polis*, com suas oportunidades variáveis de arrendamentos do Estado, roubo de homens e (especialmente em Roma) de terras. (Weber, 1909, p. 715)

Assim como ocorre com a definição do capitalismo moderno, o capitalismo antigo como sistema econômico é tratado por Weber como o resultado de uma constelação de fatores, muitos deles de ordem política: “Para o significado quantitativo e qualitativo da economia capitalista de ganho na Antiguidade foram decisivos toda uma série de momentos singulares, que apareceram em combinações muito variadas entre si.” (Weber, 1909, p. 339) De modo geral, o auge desse sistema fundamentava-se em uma exploração econômica privada baseada em arrendamentos do Estado, em uma cidade-estado expansionista com uma organização militar muito desenvolvida (cf. Weber, 1909, p. 176). Nas palavras de Weber:

A economia financeira só pode se tornar uma mera “*precursora*” da formação privada de capital quando uma cidade-estado, que como tal carecia de um mecanismo burocrático próprio e que portanto necessitava dos arrendamentos de Estado, dispunha, como soberana de domínios, do solo e de tributos, de gigantescos territórios conquistados e dominados. Esse foi o caso, na Antiguidade, em *Roma*, durante a época republicana.

Por essa razão se desenvolveu nela, sem dúvida alguma desde

o início, e no essencial a partir dos arrendamentos de Estado, uma classe poderosa de capitalistas privados que, à época da Segunda Guerra púnica (o momento é suficientemente característico), sustentou como credores o Estado à maneira dos bancos modernos, podendo prescrever ao Estado, já durante a Guerra, a sua política. [...] O auge do capitalismo antigo foi o resultado dessa constelação e da estrutura política interna específica do Estado romano. (Weber, 1909, p. 352-353)

Esse trecho revela o caráter das influências políticas sobre a dimensão econômica ainda pouco autonomizada: as finanças do Estado e seus arrendamentos, as conquistas de escravos e de terras por meio das guerras (forte militarização) possibilitaram o desenvolvimento de um sistema capitalista particular. Mas, por outro lado, para Weber, o tipo de sistema econômico daí decorrente envolvia uma série de limitações, provenientes de uma economia ainda pouco autonomizada. De modo que as características supramencionadas do capitalismo racional operantes majoritariamente na definição do capitalismo moderno estão ausentes ou aparecem apenas de modo embrionário na definição do capitalismo antigo. Esse ponto está diretamente referido à maneira como a controvérsia Bücher-Meyer estrutura a terceira edição de *Relações agrárias...*

Por um lado, Weber reconhece no capitalismo antigo a predominância da dimensão política, de modo que utiliza muitas vezes a noção de capitalismo politicamente orientado para adjetivá-lo – que se revela na aquisição de escravos e terras provenientes dos saques de guerra relacionados à forte militarização das cidades e no papel central das finanças públicas e arrendamentos do Estado. No que diz respeito à dimensão econômica antiga, se é que podemos pensá-la em separado, visto que a esfera econômica não estava suficientemente autonomizada, havia uma série de limitações estruturais: limites na produção do mercado em consequência da deficiência da capacidade de transporte de bens; instabilidade permanente do estoque de metais preciosos; limites técnicos da utilização de escravos em grandes empreendimentos; limitações da “contabilidade”, principalmente na impossibilidade do cálculo na utilização do trabalho escravo (cf. Weber, 1909, pp. 31-32). Além disso

– e essa é uma “causalidade” que Weber cita de passagem mas praticamente não explora em sua análise multicausal da economia antiga – a esfera religiosa, por conta do caráter tradicionalista do cristianismo dos primeiros tempos, não incentivou uma conduta econômica racionalizada, em comparação com o papel que o protestantismo desempenhou nos inícios da Época Moderna.⁸¹

As características supracitadas sugerem o sentido e as limitações do capitalismo antigo e a importância da noção de capitalismo politicamente orientado na compreensão da economia antiga, revelando como a dimensão econômica estava, no período da Antiguidade, pouco autonomizada frente a dimensão política. A conjunção desses fatores, políticos e econômicos, teve um papel central tanto na elaboração da tipologia dos sistemas capitalistas em Weber, como também revela os limites da economia antiga. Uma definição mais detalhada do capitalismo antigo será apresentada no capítulo 3.

A sistematização desses dois esquemas tipológicos mostra com clareza que capitalismo antigo e capitalismo moderno não significam a mesma coisa que capitalismo politicamente orientado e capitalismo racional, por mais que haja uma série de sobreposições possíveis entre suas definições. O objetivo de Weber ao desenvolver esses dois planos de abstração foi elaborar níveis tipológicos diversos que possibilitassem, metodologicamente, sua análise.

A maneira como Weber concebe os dois esquemas tipológicos do capitalismo de diferentes níveis de abstração e as relações que cada um dos tipos estabelece com os outros pode ser assim esquematizada⁸²:

⁸¹ Como já mencionado, após a publicação da terceira edição de *Relações agrárias...*, Weber passa a enxergar essa obra como complementar as suas investigações realizadas em *A ética protestante...*, no sentido de explorar no texto de 1909 os fatores extra-religiosos que influenciam a economia.

⁸² Swedberg e Schluchter, apesar de não elaborarem uma análise detida sobre a questão da tipologia do capitalismo, reconhecem em Weber uma outra configuração de tipos de capitalismo: para Swedberg, Weber teria dividido sua tipologia do capitalismo entre capitalismo racional, capitalismo político e capitalismo comercial tradicional (cf. Swedberg, 1998, p. 76); já Schluchter trabalha, de um lado, com a distinção mais ampla entre capitalismo político e capitalismo econômico e, de outro lado, com a diferenciação entre capitalismo antigo, capitalismo medieval e capitalismo moderno (cf. Schluchter, 2009a, pp. 65, 69).

Tabela 2

Nível I (maior abstração)	Capitalismo politicamente orientado (Capitalismo aventureiro, capitalismo de saque)	Capitalismo racional (Capitalismo de empresa)	(Capitalismo comercial)
Nível II (menor abstração)	Capitalismo antigo		
		Capitalismo moderno	

O fato de Weber conceber o capitalismo antigo e o capitalismo moderno como tipos ideais referidos a sistemas econômicos específicos permite que se enxergue as diferenças que os separam dos tipos de nível de abstração mais alto; pois a definição de sistemas econômicos com grande ancoragem histórica permite mensurar a amplitude das características dos tipos de capitalismo de nível de abstração mais baixo; isto é, quanto menor o nível de abstração, mais complexa e fluida se torna a definição dos tipos ideais. Isso se torna mais evidente na definição do capitalismo moderno: mesmo que haja a predominância de características racionais, ele pode ser adjetivado, segundo o seu contexto específico, tanto pelo capitalismo racional, como pelo capitalismo politicamente orientado, e até pelo capitalismo comercial.⁸³ Já a definição do capitalismo antigo é, devido às particularidades de seu contexto, mais limitada; apesar de Weber reconhecer alguns poucos elementos de racionalidade orientando sua dimensão econômica ainda pouco autonomizada, a economia antiga era muito menos multifacetada se comparada à economia moderna, de modo que seria impróprio afirmar que o capitalismo racional pudesse operar como um estado do capitalismo antigo.

⁸³ Essa questão já aparece na página 61 de *A ética protestante...*, onde Weber assinala a coexistência entre os diferentes tipos de capitalismo.

O sistema econômico do capitalismo moderno atua como principal ponto de referência analítica, cujo surgimento e desenvolvimento Weber almeja compreender e explicar:

Para uma história universal da cultura, o problema central – de um ponto de vista puramente econômico – *não* é para nós, em última análise, a atividade capitalista enquanto tal, por toda a parte desenvolvida apenas de forma variável: capitalismo de tipo aventureiro ou comercial, ou capitalismo orientado pela guerra, pela política, pela administração e suas oportunidades de ganho. Trata-se, sobretudo, da origem do capitalismo de empresa burguês, com sua organização racional do trabalho livre. (Weber, 1920, p. 10)

E, como pano de fundo de suas investigações da economia antiga, sua análise trata da oposição do desenvolvimento de uma conduta de vida metódico-racional a uma conduta de vida fortemente amparada por uma mentalidade tradicionalista típica dos modos de vida antigos; mentalidade essa que, em conjunto com outros fatores da análise multicausal weberiana, dificultou em grande medida a racionalização e autonomização da dimensão econômica naquele período.

Weber compara diversos aspectos da economia moderna com aspectos correspondentes de economias de outros períodos e localidades, encontrando entre elas alguns pontos de conexão, mas sobretudo de distanciamento. Apesar das convergências pontuais entre o sistema econômico moderno e outros sistemas econômicos, a economia moderna e o capitalismo moderno são tratados por Weber como um sistema econômico único. Sistema esse originado de maneira multicausal; algumas de suas “causas” são compartilhadas com outros sistemas econômicos, mas muitas outras não. A configuração particular resultante dessa multicausalidade é o que Weber deseja compreender. E é aqui que entra o tipo ideal do capitalismo antigo, oferecendo o contraponto comparativo otimizado frente ao capitalismo moderno.

As relações comparativas que cada tipo estabelece um com o outro não se restringem aos seus esquemas tipológicos de origem. A construção dos tipos presentes nesses dois esquemas realiza-se por meio de um duplo movimento: um tipo

é definido simultaneamente em oposição a outro tipo do mesmo nível de abstração, e em relação complementar a um dos outros tipos do outro nível. Por outras palavras, o capitalismo antigo define-se ao mesmo tempo em oposição ao capitalismo moderno e de maneira complementar ao capitalismo politicamente orientado. Mas esse modo habitual de construção dos tipos ideais de capitalismo não impede que Weber também compare ocasionalmente, por oposição, as formas capitalistas de níveis diferentes de abstração, como no exemplo seguinte extraído da sociologia do direito em *Economia e Sociedade*:

O capitalismo política e monopolisticamente orientado e até mesmo o capitalismo mercantilista dos primeiros tempos pode servir aos interessados no estabelecimento e na manutenção do poder patriarcal dos príncipes face aos estamentos e também face ao estamento empresarial burguês; tal como ocorreu na época dos Stuarts e tal como ocorre novamente hoje em amplos territórios, de forma crescente, e assim continuará. (Weber, 1912-1913, pp. 568-569)

É possível depreender do trecho acima que os três tipos de capitalismo constituintes do esquema tipológico de nível mais alto de abstração atuam como elementos explicativos do capitalismo moderno, mesmo que com a predominância do capitalismo racional. Esse trecho revela ainda que, de uma certa perspectiva, para Weber, o capitalismo politicamente orientado está em ascendência na sociedade moderna – o que tem uma significação para o seu diagnóstico de época. Nesse sentido, há aqui uma boa ilustração de como operam os tipos ideais: se em alguns domínios específicos da sociedade moderna o capitalismo politicamente orientado está em ascensão, porque Weber o utiliza o mais das vezes para pensar a economia antiga? Porque o que interessa é aquilo que se configura como traço decisivo de uma época, que, no caso da economia moderna, é o capitalismo racional. Weber opõe ao capitalismo racional todas as outras formas de capitalismo, mesmo que elas estejam presentes na mesma época. O mesmo não pode ser dito com respeito ao capitalismo antigo. Somente uma dessas três formas de capitalismo corresponde ao capitalismo antigo, o capitalismo politicamente orientado; as outras duas formas não servem

como tipos explicativos para a economia antiga.

Desse modo, para explicar o capitalismo moderno, Weber desenvolve esquemas tipológicos que permitem a comparação com fenômenos de natureza semelhante, isto é, outros tipos de capitalismo. Criticando *Die Anfänge des modernen Kapitalismus* (Os inícios do capitalismo moderno, 1916), de Brentano, Weber diz:

Não me parece apropriado reunir em uma mesma categoria coisas tão heterogêneas como o ganho advindo do saque e o ganho adquirido no comando de uma fábrica; e ainda menos apropriado designar como “espírito” do capitalismo – por oposição à outras formas de ganho – toda busca por ganho monetário. Pois no segundo caso perde-se, na minha opinião, toda precisão de conceitos; e no primeiro caso, sobretudo, perde-se a possibilidade destacar a especificidade do capitalismo ocidental face a outras formas. (Weber, 1920, p. 4-5, nota 1)

Essa citação possibilita reconhecer que, para Weber, a nomenclatura “capitalismo” em si mesma não se configura como um tipo ideal e muito menos como uma configuração particular. Por mais que em seus escritos diversas vezes essa nomenclatura apareça isolada, o contexto textual permite depreender que sempre se trata de um dos tipos de capitalismo, seja o capitalismo politicamente orientado, seja o capitalismo antigo, seja o capitalismo moderno, seja o capitalismo racional, etc. É interessante notar como na segunda edição de *A ética protestante...* (1920), Weber adiciona recorrentemente o adjetivo “moderno” – que estava ausente em diversas passagens na primeira edição (1904-1905) – ao lado da nomenclatura “capitalismo”. Em suas obras menos maduras essa distinção não aparece explicitada com tanta força. Esse fato revela que Weber possivelmente deu-se conta da importância de especificar qual tipo de capitalismo visava sua análise, pois nessa época ele já trabalhava com esquemas tipológicos do capitalismo.⁸⁴

Portanto, creio que Weber só emprega essa nomenclatura tão polêmica – capitalismo – na análise da economia antiga com o intuito de desenvolver uma tipologia

⁸⁴ Conforme também enfatizado por Marianne Weber (1926, pp. 349-350).

que permita a comparação com o capitalismo moderno. Isto é, para tornar as duas economias comparáveis, ele elaborou categorias cujas nomenclaturas permitissem a articulação de umas com as outras. Isso explica o porquê da insistência de Weber na utilização de um conceito que foi concebido, desde suas primeiras utilizações no campo acadêmico, como explicativo da economia moderna. Trata-se, portanto, de uma questão de método, pois, na medida em que Weber lança mão de um método comparativo histórico-universal, ele precisa estabelecer categorias que de alguma maneira possibilitem a construção desses nexos, isto é, que se articulem umas às outras; de outro modo, não seriam possíveis nem a comparação, nem a dimensão histórico-universal.

A definição desses dois níveis de abstração mais altos, o capitalismo politicamente orientado seguido do capitalismo antigo, permite a Weber comparar e compreender melhor as estruturas econômicas modernas e antigas. Ao desenvolver tal análise, Weber não nega a possibilidade de comparação entre as dimensões econômicas antiga e moderna, tão cara a Meyer, mas não deixa de reconhecer a particularidade histórica da economia antiga, atribuindo a devida importância à discussão de Rodbertus e Bücher, desenvolvendo assim uma análise que se configura menos como uma posição intermediária entre os dois polos da controvérsia Bücher-Meyer, e sim com a pretensão de apresentar um terceiro ponto de vista que, da perspectiva da análise do capitalismo moderno, extrapola as questões propostas pela controvérsia.

II. TIPOLOGIA DA CIDADE

A tipologia da cidade constitui a segunda linha tipológica fundamental da análise weberiana da economia antiga. Nesse caso, assim como na tipologia do capitalismo, a economia antiga é analisada a partir de tipos ideais a ela referidos, mas sempre na imbricação com outros tipos ideais, construídos com base em outros períodos históricos, localidades ou culturas.⁸⁵ Novamente, as questões-chave que orientam a construção da tipologia da cidade se referem à economia moderna, ou seja, o capitalismo moderno e a questão da racionalidade ocidental e do desenvolvimento de uma conduta de vida racional-metódica configuram o pano de fundo da análise.

Qual seria então o sentido da elaboração de uma segunda linha tipológica que compartilha o mesmo pano de fundo com a tipologia do capitalismo?

Acredito que a tipologia da cidade permite, bem ao modo weberiano, abordar essas mesmas questões de um ângulo diferente, isto é, possibilita a investigação de uma faceta específica do processo de racionalização moderno: o surgimento de uma burguesia citadina nos fins da Idade Média e a grande importância da incorporação desse extrato na estrutura social moderna. Se na tipologia do capitalismo Weber estava interessado em comparar dois extremos – de um lado, o tipo do capitalismo moderno com sua esfera econômica altamente racionalizada e autonomizada e, de outro lado, o tipo do capitalismo antigo com uma dimensão econômica subjugada à esfera política – na tipologia da cidade ele dá preferência à investigação do processo de desenvolvimento do capitalismo moderno, de autonomização e racionalização da esfera econômica, onde a formação de uma burguesia citadina no final da Idade Média aparece como elemento-chave na compreensão desse processo – o que demonstra sua preocupação com a compreensão do suporte social (a burguesia) do processo de desenvolvimento do capitalismo moderno, algo que aparece formulado com mais clareza na *Introdução* aos seus escritos sobre a ética econômica das religiões universais. Isso explica o grande interesse de Weber pela economia medieval e a importância do tipo da cidade medieval para sua tipologia da cidade. E isso explica também o fato de Weber explorar pouco a economia medieval na tipologia do capitalismo, visto que esta não constitui um contraponto especialmente

⁸⁵ Freyer (1930) já enfatizava a importância da metodologia comparativa da tipologia da cidade em Weber.

elucidativo à economia moderna.

Desse modo, creio que o objetivo geral de Weber com sua tipologia da cidade não é simplesmente compreender o surgimento das cidades modernas (industriais), mas sim o surgimento de um tipo específico de capitalismo, ou seja, do sistema econômico que nela predominou e de seus suportes sociais (como a burguesia citadina); o problema concerne “[...] [ao contrário], ao estabelecimento do capitalismo de empresa burguês, com sua organização do trabalho livre.” (Weber, 1920, p. 10) E o instrumento metodológico que permite a investigação do surgimento desse tipo de “capitalismo de empresa burguês” é a tipologia da cidade, visto que essa burguesia se configura como um fenômeno urbano.

Um outro motivo para que a questão do capitalismo moderno apareça neste ponto muitas vezes intermediada pela nomenclatura “cidade” se refere ao debate específico de Weber com Sombart. Pelas razões já apresentadas no capítulo 1, sabe-se que o diálogo com Sombart foi fundamental no desenvolvimento da análise weberiana do capitalismo e para a elaboração de suas tipologias. No segundo volume de *O Capitalismo Moderno* (1902, pp. 176-249), Sombart relaciona as noções “cidade” e “gênese do capitalismo”, atribuindo um papel fundamental à formação econômica das cidades – muitas vezes nomeadas “cidades capitalistas” – e elaborando uma tipologia das cidades modernas. Ao entrar nesse debate a respeito das relações entre as noções de cidade e capitalismo, Weber procura responder a Sombart com categorias similares – como “cidade” –, assim como faz com relação à controvérsia Bücher-Meyer ao utilizar a noção de capitalismo para discutir a economia antiga. Mas Sombart limita sua análise às cidades da Época Moderna, ao passo que Weber procura elaborar tipologias de caráter histórico-universal, que englobam diversos períodos históricos e localidades, pois esse tipo de esquema explicativo comparativo é o que fundamenta sua análise.⁸⁶

Na análise de Weber, a tipologia da cidade, assim como a tipologia do capitalismo, congrega uma série de pontos de vista diferentes (políticos, econômicos, jurídicos, geográficos, culturais, religiosos, etc.), que são exatamente o fundamento de sua análise multicausal; todos eles, em maior ou menor medida, são acionados para explicar a formação de uma “racionalização burguesa” (cf. Weber, 1915-1920a, p.

⁸⁶ Nippel (2000b, p. 22-23) já menciona a diferença de abordagem da noção de cidade entre Sombart e Weber.

117). Dada tal amplitude de perspectivas, irei deter-me nos aspectos da tipologia da cidade que se ligam à construção da tipologia do capitalismo e à questão mais geral de minha pesquisa, a saber, as maneiras como a economia antiga opera nos esquemas explicativos de Weber da economia moderna.

As tipologia da cidade, assim como a tipologia do capitalismo, também foi delineada segundo dois graus diferentes de abstração. O esquema tipológico das cidades de mais alto grau de abstração constitui-se de maneira mais abstrata porque não possui um lastro histórico tão marcado, estando referido a diversos períodos históricos e englobando o par de oposições dos tipos ideais: “cidade ocidental” e “cidade oriental”. Mas, diferentemente do esquema tipológico do capitalismo de nível maior de abstração, esses tipos ideais de cidades possuem uma ancoragem cultural-geográfica que se revela explicitamente nos termos “ocidental” e “oriental”. O problema específico que orienta essa análise tipológica é a questão da autonomia urbana; isto é, seu ponto de partida é mensurar o grau de influências das dimensões política e religiosa sobre a dimensão econômica.

O esquema tipológico das cidades de nível mais baixo de abstração aproxima o foco da análise de dois grandes períodos históricos distintos, delimitando assim dois tipos ideais de cidades: a “cidade antiga” e a “cidade medieval”. Neste caso, a principal indagação que conduz a análise de Weber diz respeito ao desenvolvimento urbano desses dois diferentes tipos de cidades, de modo que a cidade medieval constitui para Weber um tipo ideal que contribui para a análise das origens do capitalismo moderno. O ponto de partida da investigação é a dimensão econômica, o seu grau de desenvolvimento e o nível de influências da dimensão política sobre ela.

Assim como na tipologia do capitalismo, Weber transita entre os tipos ideais de cidades desses dois diferentes níveis de abstração. Por se tratar de um dos seus textos mais representativos desse seu recurso metodológico de alternância entre níveis de abstração, um texto como *A cidade* só pode ser entendido se compreendida a maneira pela qual Weber articula esses diferentes níveis de abstração no curso de seu argumento. Pelo fato de Weber, nesse texto, não explicitar sua maneira de construção do argumento, e sobretudo pelo fato de muitas vezes não deixar clara a hierarquia de importância das diversas categorias, tipos ideais e exemplos específicos que aparecem ao longo do texto, a identificação desses níveis de abstração se revela

fundamental, pois permite desembaraçar aquilo que em uma primeira leitura apareceria como um emaranhado de conceitos, tipos ideais e descrições de eventos históricos.

Isto é, *A cidade* encontra-se repleto de tipologias e subtipologias, de modo que, ao longo de sua análise, Weber enumera diversos outros tipos de cidades, como cidade antiga, cidade medieval, cidade de consumidores, cidade de produtores, cidade ocidental, cidade oriental, cidade industrial, cidade mercantil, cidade de linhagens, cidade plebeia, etc. Só que nem todos os tipos de cidades mencionadas possuem o mesmo *status* metodológico no curso de seu argumento e nem todas desempenham o mesmo papel em sua análise, isto é, nem todas podem ser entendidas como tipos ideais. Muitas vezes, Weber utiliza outras expressões associadas à nomenclatura “cidade” simplesmente para reforçar características específicas dos tipos ideais de cidades que são o objeto principal de sua investigação. Por exemplo, não acredito que “cidade de consumidores” e “cidade de produtores” operem na análise de Weber como tipos ideais fortes, mas trata-se expressões cunhadas – em diálogo com Sombart – com o objetivo de reforçar certas características presentes nas cidades antiga e medieval. Esses e outros exemplos serão explorados ao longo da tese.

Os diversos tipos de cidades identificados por Weber podem ser entendidos também como reflexo de sua perspectiva analítica multicausal; multicausalidade essa que carece, portanto, da eleição de pontos de vista particulares de condução da análise, de acordo com as questões que estão em jogo naquele momento: “[...] as cidades empíricas quase sem exceção representam tipos mistos e, por isso, só podem ser classificadas segundo seus componentes econômicos predominantes.” (Weber, 1914a, p. 67) O ponto de vista econômico é, sem dúvida, a perspectiva principal que orienta sua análise, dado o papel central que ocupam na obra de Weber a questão do capitalismo moderno e da racionalidade ocidental. E este é o principal ponto de ligação entre a tipologia da cidade e a tipologia do capitalismo. Contudo, tem-se a impressão de que, nas obras que lançam mão da tipologia da cidade, as perspectivas das outras dimensões/esferas minimamente diferenciadas aparecem na medida em que Weber reconhece as influências dessas outras dimensões/esferas na economia, isto é, nos momentos em que a dimensão econômica não se explica por si só, visto

serem exatamente os seus processos de autonomização e racionalização objetos centrais da análise.

Minha análise da tipologia da cidade se fundamenta principalmente em duas obras: *A cidade* e o último item de *Relações agrárias...*; mas a noção de cidade também ganhou destaque em *As causas sociais do declínio da cultura antiga*, em seus escritos posteriores sobre religião, bem como em suas aulas e palestras. Na análise que se segue, não se pretende realizar uma investigação em separado da maneira como a tipologia da cidade é elaborada em cada uma dessas obras, mas, ao contrário, pretende-se analisá-las em conjunto – ao modo do item anterior sobre a tipologia do capitalismo –, seja naquilo que possuem em comum, seja naquilo que as diferencia, mas sempre em suas relações com o desenvolvimento da tipologia do capitalismo.

Os períodos históricos, localidades e culturas que fundamentam a construção dessa tipologia variam em função do tipo de comparação que se estabelece ou das obras em que aparecem. Segue abaixo um esquema geral de como essa tipologia é elaborada na obra de Weber. À diferença da tipologia do capitalismo, o esquema tipológico das cidades de maior nível de abstração engloba o esquema de nível de abstração mais baixo⁸⁷:

⁸⁷ Os trabalhos de Nippel (1999) e Bruhns (2009b) foram fundamentais para a elaboração desse esquema.

Esquema 1

Cidade ocidental

Antiguidade greco-romana (cidades em seus períodos de florescimento)			Idade Média europeia		
Atenas	Esparta	Roma	Cidades italianas (costeira e continental)	Cidade continental do norte dos Alpes	Cidades inglesas

Cidade oriental

Antiguidade		Todos os períodos históricos		
Egito	Oriente próximo	China	Índia	Japão

Em *A cidade*, o Ocidente é representado por um amplo conglomerado cultural de diferentes épocas e localidades, compreendendo a Antiguidade greco-romana e a Idade Média europeia. A Antiguidade abarca as cidades-estado autônomas de Atenas, Esparta e Roma em seus períodos de florescimento. A Idade Média engloba as cidades italianas (tanto as cidades costeiras como as continentais), as cidades inglesas e as cidades continentais ao norte dos Alpes; estas últimas, como veremos adiante, representam para Weber o tipo ideal da cidade medieval. O Oriente é representado pelas cidades da Antiguidade egípcias e do Oriente próximo, assim como pela China, Japão e Índia em vários períodos históricos.⁸⁸ Outras cidades aparecem de maneira pontual com finalidades comparativas variadas.⁸⁹

Já em *Relações agrárias...*, essa grande diferenciação dos tipos de cidade aparece apenas em esboço e de maneira reduzida. A contraposição entre Ocidente e Oriente é bastante marcada, mas ela não aparece em termos de tipologia da cidade de forma direta. Pode-se dizer, *grosso modo*, que o Ocidente aqui é representado sobretudo pelas cidades greco-romanas da Antiguidade em seu período de florescimento, com especial destaque para Atenas. Já o Oriente corresponde às cidades egípcias e do Oriente próximo. A Idade Média aparece nesse texto sobretudo na comparação com a cidade antiga e não como em *A cidade*, onde esse período faz parte da definição de Ocidente e é portanto colocado em contraposição ao Oriente e às cidades orientais. Não há em *Relações agrárias...* uma diferenciação tão elaborada dos tipos da cidade medieval como em *A cidade*, mas pode-se intuir que se trata sobretudo das cidades ao norte dos Alpes. Apesar de Weber mencionar em alguns pontos “os primeiros tempos da cidade medieval” e suas semelhanças com a cidade antiga, o eixo da análise não reside nessas semelhanças, e sim nas diferenças. Essas diferenças não são colocadas em termos geográficos (cidades do sul e do norte), como em *A cidade*, mas apenas em termos temporais: início e final da Idade Média. Como demonstrado no parágrafo anterior, *A cidade* apresenta uma análise mais elaborada. Em um dos trechos anteriormente citados do final de *Relações agrárias...*,

⁸⁸ Em sua abordagem do Oriente há diversas passagens em que Weber não explicita a quais épocas está se referindo. O contexto dos textos, entretanto, permite supor que se trata, o mais das vezes, daquilo que ele entende por Antiguidade oriental, o que também é em si bastante amplo e multifacetado. Em *Relações agrárias...* essas questões se amenizam, na medida em que há capítulos inteiros que tratam do Oriente Próximo de maneira periodizada.

⁸⁹ Me baseio na sistematização de Nippel das cidades incluídas por Weber em suas tipologias.

Weber já aponta para a necessidade de um refinamento da análise, isto é, para a necessidade da elaboração de “[...] Uma *comparação* realmente crítica dos estágios de desenvolvimento da *polis* antiga e da cidade medieval [...]” (Weber, 1909, p. 747). Algo que o autor realiza, poucos anos mais tarde, em *A cidade*.

Mas o que nos interessa aqui, em sua relação com a tipologia do capitalismo, é aquilo que para Weber constitui o cerne de sua tipologia da cidade, podendo ser resumido no seguinte esquema:

Tabela 3

	Níveis de abstração na análise da economia antiga	Tipos de cidades como contrapontos da comparação
Nível I (maior abstração)	Cidade ocidental (Antiguidade greco-romana e Idade Média europeia)	Cidade oriental (todos os períodos históricos e localidades apontados no esquema anterior)
Nível II (menor abstração)	Cidade antiga (Antiguidade greco-romana)	Cidade medieval (cidades continentais ao Norte dos Alpes)

É importante ressaltar que essa diferenciação estabelecida por Weber entre Oriente e Ocidente em sua elaboração da tipologia da cidade esteve presente na introdução de outros trabalhos de historiadores e economistas, tanto anteriores, como contemporâneos a ele. Já em Marx (1858) encontra-se uma diferenciação inicial entre as formas pré-capitalistas de apropriação da terra asiática e ocidental. E, como contemporâneo a Weber, pode-se citar o trabalho de Rostovtseff (1902), que estabelece uma comparação entre as diferentes sociedades antigas, tendo como base suas formas específicas de arrendamento; sua análise comparativa enfoca primeiramente Ocidente (Grécia clássica) e Oriente (Egito ptolomaico) e, em um segundo momento acrescenta ainda outras sociedades na comparação, como a Sicília helênica (Império helênico); muitas vezes a distinção que Rostovtseff utiliza não se baseia na nomenclatura Oriente X Ocidente, mas sim entre Leste e Oeste, mas creio

que o sentido da comparação permanece o mesmo.

Além disso, como já indicado no capítulo 1, acredito ser inegável a proximidade da análise weberiana com a concepção de círculos culturais em Mommsen e em Meyer. Este último trabalha com a ideia do desenvolvimento histórico de diferentes círculos culturais, que conformaram três grandes unidades, às quais corresponderiam diferentes sistemas de Estados: a primeira grande unidade seria composta pela Antiguidade helênica (e depois romana) e Idade Média e Época Moderna cristãs; a segunda unidade abarcaria a Antiguidade oriental e Idade Média e Época Moderna islâmicas; e a terceira unidade conteria o leste asiático (Indochina), o reino persa, o reino de Alexandre, Estados helenísticos, o período Sassanida, a invasão islâmica e o reinado Mongol (cf. Meyer, 1907, p. 199). Para Meyer, a história da Antiguidade termina quando dois grandes povos estabelecem uma cisão cultural do Mediterrâneo por meio de sua dominância: os germanos no oeste e os árabes no leste. Assim, o declínio da cultura antiga divide em dois esse primeiro círculo cultural que corresponde à história europeia. O primeiro círculo passa a abarcar a história da Antiguidade e o segundo a história da Época Moderna (que apresenta como sub-círculo a História Medieval cristã-germânica) (cf. Meyer, 1907, p. 248). Meyer defende ainda que esses círculos culturais, aos quais pertencem os diferentes Estados, interagem uns com os outros, enfatizando a importância da análise dessa interação (cf. Meyer, 1907, p. 199). Em sua análise da Antiguidade, Meyer considera relevantes dois círculos culturais particulares, o círculo do oriente próximo europeu e do leste asiático (cf. Meyer, 1907, p. 200). Acredito que a análise desses dois esquemas tipológicos a seguir apresenta uma série de paralelismos com as perspectivas universal-históricas supramencionadas.

Nível I. Cidade ocidental e cidade oriental: uma análise multicausal da interpenetração das dimensões política, religiosa e geográfica

[Por quais razões] [...] ao contrário da Ásia, o desenvolvimento da cidade se iniciou na região mediterrânea e depois na Europa? (Weber, 1914a, p. 143)

Nem toda “cidade”, no sentido econômico, e nem toda fortaleza, no sentido político-administrativo, submetida a um direito especial dos habitantes, foi uma “*comuna*”. Somente o Ocidente conheceu uma comuna cidadina no sentido pleno da palavra, como fenômeno de massa. Além disso, uma parte do Oriente Próximo (a Síria e a Fenícia, e talvez a Mesopotâmia), e apenas de modo temporário e rudimentar. Pois para tanto era preciso que se tratasse de assentamentos [*Siedlungen*] com caráter artesanal-comercial pelo menos relativamente forte, que apresentassem as seguintes características: 1) fortificação, 2) mercado, 3) tribunal próprio e pelo menos parcialmente um direito próprio, 4) caráter de associação e, ligadas a este, 5) pelo menos parcialmente, autonomia e autocefalia, e assim também uma administração realizada por serviços públicos, determinada de alguma forma pelos cidadãos enquanto tais. No passado, tais direitos costumavam assumir sempre a forma de *privilégios estamentais*. Por isso, um *estamento* especial de cidadãos era o elemento característico da cidade, no sentido político. Considerando esse critério em toda a sua amplitude, mesmo as cidades da Idade Média ocidental eram apenas parcialmente “comunas urbanas” de fato, e apenas em uma parte bem pequena daquelas do século XVIII. (Weber, 1914a, p. 84-85)

Weber inicia *A cidade* com uma discussão geral sobre a possibilidade ou não de se estabelecer uma definição unívoca da noção de “cidade”, dada a pluralidade histórica das cidades. De uma perspectiva multicausal, os pontos de vista políticos, geográficos, econômicos, jurídicos, administrativos etc. apresentam uma multiplicidade de características que podem ou não conformar uma “cidade”, de modo que se torna muito difícil elaborar uma definição de abrangência universal-histórica. Esse problema deflagra então a necessidade da elaboração de tipologias que permitam um certo grau de sistematização e generalização de características que possam de alguma maneira definir “tipos ideais de cidades” e, a partir da definição desses tipos, analisar fenômenos específicos.

Em sua definição idealtípica das cidades, inicialmente Weber considera decisivos os pontos de vista político-administrativo e econômico. Na delimitação dessa perspectiva de análise, ele realiza uma grande generalização, ao defender que as cidades que combinam muralha circundante e mercado podem ser vistas como um fenômeno generalizado no Ocidente nas mais diversas épocas, e parcial no Oriente (cf. Weber, 1914a, pp. 59-62, 72-73). Mas dada sua ampla abrangência, essas duas características sozinhas não dão conta da particularidade do fenômeno que o interessa: a formação de uma burguesia citadina no final da Idade Média. Assim, a essas duas características, Weber adiciona mais uma característica de caráter político-administrativo-jurídico, a existência de uma comuna (*Gemeinde*), para definir o tipo da cidade que almeja investigar. Isto é, além da muralha e do mercado, esse tipo ideal de cidade possui também um direito e uma justiça próprios, um caráter de associação e autonomia parciais e envolve uma burguesia citadina portadora de determinados privilégios (cf. Weber, 1914a, p. 84-85).⁹⁰ Esse, para Weber, não foi um fenômeno universal, mas sim um fenômeno peculiar ao Ocidente, no qual se encaixam as cidades-estado medievais italianas e as cidades antigas republicanas (cf. Nippel, 1999, pp. 14-15). Assim, a não-existência de uma comuna na cidade oriental é aquilo que permite a comparação, por oposição, entre Oriente e Ocidente. Neste ponto, entra em operação a primeira grande diferenciação de dois tipos ideais de cidades com alto grau de abstração: a cidade ocidental e seu contraponto, a cidade oriental.

Dessa forma, embora Weber inicie *A cidade* indagando a respeito da possibilidade de uma definição unívoca de “cidade”, tal definição, assim como uma definição de “capitalismo”, não possuiria em si mesma grande utilidade em suas análises, pois apesar de criar esquemas comparativos de caráter histórico-universal, seus objetos são sempre configurações particulares que não podem ser compreendidas sem a intermediação dos tipos ideais, isto é, sem uma metodologia de análise comparativa idealtípica

Na tipologia da cidade essa distinção é dotada de um alto grau de abstração, de modo que em *A cidade*, na comparação entre Oriente e Ocidente, a cidade ocidental engloba, na maioria das vezes, as cidades antiga e medieval, pois, por se tratar de tipos ideais, uma série de características comuns permite a Weber agrupar ambas em

⁹⁰ Sua definição do sentido jurídico da cidade é inspirada na definição de Below (1888, 1905, 1909).

um único tipo.⁹¹ Nesse caso, o problema de Weber é construído de maneira diferente do que em *Relações agrárias...*; nesta última obra, ao contrário, nas comparações estabelecidas entre Oriente e Ocidente, o foco da análise são sempre as cidades antigas; quando as cidades medievais entram em jogo, elas são postas em comparação majoritariamente com as cidades antigas, e não com as cidades orientais, de modo que, nessa obra, não é possível afirmar que Antiguidade e Idade Média se fundem em um único tipo em oposição à cidade oriental.

O modo como a distinção entre Oriente e Ocidente é delineada na tipologia da cidade não deve ser confundido com as maneiras como essa mesma distinção aparece em outras obras de Weber que não estão necessariamente vinculadas a uma tipologia da cidade. Em seus trabalhos posteriores, como os estudos sobre as religiões universais ou mesmo em suas aulas, na comparação entre Ocidente e Oriente, a Antiguidade ocupa em determinados momentos um papel diferente da Idade Média e da Época Moderna e se une à definição de Oriente no que se refere ao grau de racionalidade das esferas da vida. O trecho abaixo, extraído de *História Econômica*, revela esse movimento:

Se esse desenvolvimento ocorreu apenas no Ocidente, seu motivo deve ser procurado em traços específicos de seu desenvolvimento cultural geral, pertencentes somente a ele. Só o Ocidente conhece um *Estado* no *sentido moderno*, com estrutura contínua, funcionários especializados e direitos estatais dos cidadãos. Na Antiguidade e no Oriente, embriões dessas instituições não alcançaram pleno desenvolvimento. Só o Ocidente conhece um *direito racional*, criado por juristas, interpretado e empregado racionalmente. Só no Ocidente encontra-se o conceito de *cidadão* (*civis romanus*, *citoyen*, *bourgeois*), porque também só no Ocidente há uma *cidade* no sentido específico da palavra. Além disso, só o Ocidente possui uma *ciência no sentido atual da palavra*: teologia, filosofia, reflexão a respeito dos problemas últimos da vida, foram conhecidas pelos chineses e indianos, talvez até com uma profundidade nunca realizada pelos europeus; mas uma

⁹¹ Bruhns (1996, p.1279) abordou essa questão de maneira similar.

ciência racional e com isso também uma *técnica racional* foram coisas desconhecidas para aquelas culturas. Finalmente, a cultura ocidental se distingue de todas as demais, ainda pela existência de pessoas com um *ethos racional da conduta de vida*. Por toda a parte encontramos a magia e a religião. Mas, novamente, só o Ocidente é portador único de um fundamento religioso da conduta de vida, que em sua consequência teve de conduzir a um racionalismo específico. (Weber, 1919-1920, p. 270)

Em *Nota prévia* (1920), a dimensão comparativa entre Oriente e Ocidente também é muito forte e segue a mesma direção do exemplo supracitado, isto é, a ideia de que somente no Ocidente houve o desenvolvimento de racionalidades específicas que estariam na base da diferenciação das diversas esferas da vida ocidental. Neste caso, o Ocidente para Weber se dá a partir do Renascimento europeu; o Oriente e a Antiguidade (mesmo a mediterrânea), juntos, formam o outro polo da comparação, apesar de Weber afirmar em certos momentos que a Antiguidade apresentou rudimentos daquilo deveria vir a se desenvolver no Ocidente posteriormente.

Creio que o principal motivo para a existência de concepções tão diferenciadas de Ocidente e Oriente nas obras de Weber refletem os problemas que são colocados em questão a cada texto e a função de cada um dos esquemas tipológicos dentro dos textos. Quando Weber se refere ao Ocidente e ao Oriente sem vinculá-los à noção de cidades, isto é, sem associá-los à uma tipologia da cidade, o Ocidente está sempre referido ao capitalismo moderno, seja em seu desenvolvimento e posterior auge na Época Moderna, seja em seus rudimentos no final da Idade Média. A Antiguidade, assim como o Oriente, representa o polo oposto da comparação, e por isso aparecem indiferenciadas ou até mesmo unidas na análise comparativa.

De todo modo, o que interessa aqui é a análise comparativa realizada a partir da tipologia da cidade, e nesta a Antiguidade se localiza, na maioria das vezes, no polo oposto ao Oriente; ou então, em passagens pontuais, a Antiguidade desempenha um papel intermediário entre o Oriente, a Idade Média e Época Moderna, de modo que nesses casos trata-se mais de uma gradação entre Oriente e Ocidente do que

propriamente um esquema de oposição total entre dois extremos. O trecho abaixo elucida esse ponto:

A divisão entre as relações estamentais para fora em direção a uma nobreza extra-urbana apresentou-se de forma relativamente pura apenas nas corporações da cidade do norte europeu, enquanto no sul, sobretudo na Itália, ao contrário, com o poder crescente das cidades, quase toda a nobreza passou a residir nestas últimas, o que encontramos de forma ainda mais acentuada na Antiguidade, quando a cidade se estabeleceu precisamente como sede da nobreza. As cidades da Antiguidade e, em grau menor, as medievais do sul europeu constituem, de certo modo, estágios transitórios entre a cidade asiática e a do norte europeu. (Weber, 1914a, p. 107)

Grosso modo, pode-se dizer que na análise tipológica das cidades aquilo que Weber nomeia Antiguidade, tanto em *Relações agrárias...* como em *A cidade*, refere-se a um mesmo contexto: a Antiguidade greco-romana em seu período de florescimento. Já as cidades do Oriente aparecem de maneiras totalmente diversas em cada um dos textos: em *Relações agrárias...* Weber se refere ao Egito e ao Oriente próximo antigos, de modo que a comparação se dá dentro do período da Antiguidade; a comparação com a Idade Média já não ocorre sob a rubrica Oriente X Ocidente, mas sim na oposição de Antiguidade X Idade Média. Em *A cidade*, ao contrário, pode-se dizer que a grande representante da cidade típica oriental é a China⁹², mas o Oriente para Weber é constituído também pelo Japão, Índia, Oriente Próximo, Egito e até a Rússia ou as “cidades do litoral árabe do tempo de Maomé” (como Meca). Muitas delas são consideradas em seus mais diversos períodos históricos e em determinadas passagens não se sabe exatamente a que período histórico Weber está se referindo, podendo-se depreender às vezes de que se trata da Antiguidade. A comparação com a cidade ocidental típica ocorre com base em uma concepção expandida de Ocidente, que inclui tanto a Antiguidade greco-romana,

⁹² Segundo Heuss, Weber se interessa especialmente pela China, pois esta foi uma região de grandes cidades desde muito cedo; enquanto as cidades da “Ásia próxima” permaneceram mais obscuras (cf. Heuss, 1965, p. 544).

como a Idade Média europeia.

O ponto de partida da terceira edição de *Relações agrárias...* tem por fundamento uma distinção primária entre Oriente e Ocidente – enfoque de analítico que já estava presente nas duas primeiras edições, mas de modo simplificado. Já em seus primeiros parágrafos, inicia-se uma investigação sobre o caráter da economia antiga tendo como base a comparação entre duas formas distintas de ocupação e exploração do solo, nomeadas por Weber ocidental e oriental, que teriam originado duas linhas também distintas de desenvolvimento econômico ao longo da história. Bem ao modo dos círculos culturais de Meyer – que reconhece, no caso da Antiguidade, dois círculos culturais distintos que teriam permanecido em linhas de desenvolvimento diferentes até a Época Moderna: o círculo do leste asiático (com centros na China e na Índia) e o círculo dos povos do Mediterrâneo (iniciado no Egito e na Babilônia), compreendendo todos os povos do leste da África, Europa, Oriente próximo, até a fronteira leste do Irã –, Weber inicia a terceira edição de *Relações agrárias...* diferenciando o que nomeia de localidades do Ocidente europeu e da Ásia oriental. Em sua interpretação, no ocidente europeu a passagem para o sedentarismo definitivo foi uma transição de forte prevalência da pecuária (principalmente o gado leiteiro), em oposição ao cultivo do solo. Na Ásia oriental, pelo contrário, passou-se de uma exploração extensiva da terra, e por isso nômade, para uma agricultura sem gado leiteiro. Segundo Weber, essa oposição é relativa e talvez não valha para a pré-história, mas que ela tenha existido historicamente é o quanto basta para sua análise (cf. Weber, 1909, p. 320).

Como consequência desse processo para os “povos europeus”, Weber reconhece que a apropriação do solo sempre esteve ligada à atribuição exclusiva de terras ao pasto. Os povos asiáticos, por outro lado, não tiveram esse ponto de partida, de modo que uma série de aspectos da comunidade rural, como o conceito ocidental de mercado e de bens comunais, adquiriram para eles ao longo da história uma outra significação econômica (cf. Weber, 1909, p. 320-321). Segundo Weber, essas diferenças de ocupação e exploração do solo presentes já na Antiguidade dessas duas regiões (ou, nas palavras de Meyer, desses dois círculos culturais) forjaram duas linhas de desenvolvimento econômico distintos, que correram em paralelo até a Época Moderna. Essa concepção weberiana se apresenta como uma recusa das

teorias dos estágios de desenvolvimento culturais, que pregavam a existência de estágios de desenvolvimento comuns para todos os povos, iniciados no nomadismo, passando pela agricultura etc. e revela uma aproximação bastante evidente com a ideia de círculos culturais de Meyer.

Essa distinção de duas linhas de desenvolvimento econômico, Ocidental e Oriental, é o fundamento que rege a elaboração de um esquema tipológico da cidade de maior nível de abstração e que tem como base a comparação entre a cidade oriental e ocidental típicas. O principal critério que rege sua análise comparativa é a questão da autonomia urbana em ambos os tipos de cidade. Weber parte do pressuposto de uma carência de autonomia da cidade oriental típica. Essa carência é atribuída a uma multiplicidade de fatores, dentre os quais se destacam fatores geográficos, políticos e religiosos, cujas influências provocam diferenças muito grandes no desenvolvimento e autonomia da esfera econômica do tipo oriental de cidade, quando posto em comparação com o tipo ocidental. Weber lança mão dessa diferença para explicar a particularidade do tipo da cidade ocidental.

Os fatores geográficos desempenham um papel importante na comparação dos tipos de cidades tanto em *Relações agrárias...* como em *A cidade*. Weber compara o que chama de “cultura costeira” ocidental das cidades antigas mediterrâneas com as “culturas de irrigação e canalização” das cidades orientais. As cidades orientais (nesse ponto Weber se refere especificamente ao Oriente Próximo e à China), por um lado, tinham de lidar com um problema de ordem geográfica bastante concreto: a dificuldade de canalização de água para as cidades que se posicionavam no continente (interior). Essa carência do abastecimento de água forçou uma solução política centralizada, que explicaria a força das monarquias burocráticas nessas regiões, com monopólio político, econômico e militar, o que ocasionalmente teria levado à formação de um estado litúrgico autoritário (cf. Nippel, 2000, p. 245). Essas diferenças da localização geográfica das cidades ocidentais e orientais antigas influenciaram as dimensões política e econômica, levando a desenvolvimentos muito diversos, sobretudo no que se refere ao interesse mais geral de Weber, a autonomização da esfera econômica.⁹³ Assim, o potencial das cidades orientais para o

⁹³ Contudo, esta diferenciação é bastante contestada pelas atuais pesquisas arqueológicas. Na Mesopotâmia, a distribuição de água foi organizada primeiro localmente, de modo que suas necessidades não influenciaram o desenvolvimento de grandes unidades de dominação. Já no Egito houve o desenvolvimento de um poder burocrático central muito antes da implantação dos canais de

desenvolvimento do capitalismo foi bastante limitado.⁹⁴

As cidades ocidentais costeiras, por outro lado, teriam sido fundadas com o objetivo de facilitar as trocas comerciais, principalmente as trocas com localidades distantes, e a decorrência disso seria que as aquisições provenientes de tais trocas teriam ocasionado a transformação das estruturas políticas e o surgimento de um estrato social muito particular: uma aristocracia de grandes proprietários de terras que colocou os camponeses em situação de dependência. O tipo da cidade ocidental que mais contrasta com a configuração geográfica oriental aparece representado na análise de Weber pela cidade antiga típica, tipo esse relacionado principalmente às cidades gregas do Período Clássico (sobretudo Atenas) e o início da República romana.

De uma perspectiva tipológica, a cultura antiga mediterrânea foi, para Weber, uma cultura de cidades (cf. Weber, 1914a, pp. 59-62; 1896, p. 291); cidades-estado costeiras e autárquicas, nas quais as trocas econômicas ocorriam em seu interior, fundamentando assim uma economia interna de trocas diretas, que se estendeu por toda a orla costeira circundante, e um sistema internacional de trocas limitado, porém existente. Weber define a cidade antiga típica como um local onde a população residente satisfaz uma porção econômica essencial de suas necessidades diárias no mercado local, e adquire produtos que os habitantes locais ou de cidades vizinhas produziram ou adquiriram para vender no mercado. Trata-se de uma cultura urbana que congregou grandes proprietários de terras – homens que viviam na cidade e praticavam a política, deixando a gestão de terras nas mãos dos servos inspetores e a satisfação de suas refinadas necessidades à cargo de seus inúmeros escravos.

Na abordagem da cidade antiga típica, tanto na comparação com a cidade oriental típica, como com a cidade medieval típica, Weber se refere sobretudo à *polis*. Poderíamos então dizer que o *tipo ideal* da cidade ocidental antiga era a *polis*⁹⁵. Mas Weber parece preferir utilizar muito mais o termo *cidade* do que o termo *polis*, por um lado, pela diversidade tão bem reconhecida pelo autor de outros *tipos* de cidade existentes na Antiguidade e, por outro lado, exatamente por estar empenhado em

irrigação (cf. Nippel, 1999, p. 6, nota 24).

⁹⁴ Mas Weber não deixa de levar em conta as diferenças apresentadas pela Mesopotâmia, que permitia alguns negócios privados, e pelo Egito, que era entendido como *oikos* do Faraó.

⁹⁵ Já em Meyer há o reconhecimento das cidades-estado gregas como “portadores típicos da cultura antiga” (Meyer, 1895, p. 13).

desenvolver uma categoria que extrapole o período da Antiguidade, de forma que, mesmo quando aborda a *polis*, o *tipo da cidade ocidental da Antiguidade*, está pensando em um nexo maior, no desenvolvimento de uma tipologia da cidade. Desse modo, a *polis* na terceira edição de *Relações agrárias...* se transforma no “tipo da cidade antiga” em geral, que vem a ser o contraponto à cidade medieval. Isso se faz perceber na maneira como Weber escreve usualmente a palavra *polis*, não mais em caracteres gregos (restrita à Grécia antiga), mas sim no alfabeto latino.⁹⁶

O segundo ponto importante com relação à autonomia urbana – as influências da esfera religiosa sobre a esfera econômica em processo de autonomização – conecta as questões-chave presentes em seus escritos sobre religião com a tipologia da cidade, principalmente em seus escritos sobre a ética econômica das religiões universais e em *A cidade*. Em resumo – pois o argumento de Weber neste ponto é bastante complexo e multifacetado –, segundo Weber, entre as éticas religiosas puritana e confuciana (aqui o maior exemplo é o caso chinês)⁹⁷ havia diferenças muito grandes com relação às suas condutas de vida: apesar da riqueza não ser hostilizada pela ética confuciana, a religião confuciana desenvolveu um racionalismo de aceitação do mundo, de adaptação ao mundo, e com isso não estimulou um desenvolvimento da ordem econômica; já na ética puritana, ao contrário, desenvolveu-se um racionalismo que incentivou a transformação do mundo, sua dominação racional e o exercício do trabalho para a confirmação da salvação. O sentido desta segunda ética religiosa não repousa na obtenção de riqueza, mas esse processo, combinado a fatores de outras ordens, acabou resultando na transformação do mundo em sua dimensão econômica. Weber acredita que esses dois tipos de racionalidade influenciaram, de maneiras diferentes, o processo de autonomização da esfera econômica.⁹⁸

⁹⁶ Esse último aspecto com relação à tradução da nomenclatura é ressaltado por Deininger (2006, p. 44).

⁹⁷ Acredito que esse aspecto é o elemento central para a comparação com a cidade ocidental, mas trata-se, contudo, de um aspecto parcial da análise de Weber, pois ele ainda investiga o caso religioso indiano, que traz consigo conclusões muito diferentes das apresentadas aqui com relação ao confucionismo.

⁹⁸ Meyer também reconhece o papel da religião na formação de círculos culturais distintos, ao considerar que um dos elementos de coesão do primeiro círculo cultural (asiático) seria a religião do budismo.

[...] o cristianismo começou o seu curso como uma doutrina de artesãos andarilhos. Ele era, e permaneceu, em todas as épocas de seu crescimento interno e externo – na Antiguidade assim como na Idade Média e no puritanismo –, uma religião especificamente citadina, e sobretudo burguesa. A cidade do ocidente, em sua especificidade face a todas as outras cidades (e a burguesia, no sentido de que ela, por todo o mundo, somente originou-se ali), foi o seu teatro principal [...] (Weber, 1915-1920a, p. 87)

Um outro aspecto com relação às práticas religiosas e a questão da autonomia citadina em ambos os tipos de cidade – especificamente no que se refere à comparação com a Antiguidade – é que a cidade antiga típica era, em si, uma comunidade de culto; já na cidade oriental típica, por sua vez, não havia culto urbano, pois a ligação religiosa não ocorria na cidade, mas na aldeia de origem.

A questão da autonomia da esfera política é, no meu entender, o terceiro elemento decisivo que, principalmente em *A cidade* (cf. Weber, 1914a, pp. 85-100), coloca as cidades antiga e medieval no polo oposto à cidade oriental. Weber não reconhece na cidade oriental típica a existência nem da comuna, nem da burguesia e nem o favorecimento da formação de organizações políticas, pois não havia um grupo de habitantes da cidade que exercesse pressão sobre a política. No Japão, a falta de autonomia citadina ocorria pela carência de muramento que circunscrevesse e ao mesmo tempo protegesse o território da cidade e pelo forte controle de funcionários da monarquia, que permitiam apenas algumas formas de auto-governo no nível das regiões das cidades, como as associações profissionais. Já na China e na Índia, os monarcas e seus funcionários residiam nas cidades, de modo que na China a auto-gestão só conseguia existir nos vilarejos. No caso chinês, Weber associa ainda a falta de autonomia das cidades com a burocratização das instâncias administrativas. Assim, do ponto de vista político, todos esses elementos colaboravam para a não-autonomia da cidade oriental típica.

Já a cidade ocidental típica constituía para Weber, tanto na Antiguidade como na Idade Média, uma organização/reunião de cidadãos, na forma de uma comunidade urbana responsável pela gestão financeira; ela se baseava também em um suporte

institucional e jurídico, de modo que seus cidadãos estavam submetidos a um direito comum, como membros pertencentes a uma comunidade jurídica estamental (cf. Weber, 1914a, p. 107). Weber concede grande importância ao caráter associativo da cidade ocidental típica, ao forjar a categoria “irmanação” (*Verbrüderung*). A irmanação é um elemento fundamental da comuna citadina ocidental, sendo concretizada nas relações de comensalidade e no “compartilhamento da mesa”. Na Antiguidade, principalmente com relação ao sinoicismo⁹⁹, a irmanação estava referida à constituição de um centro de decisões políticas, baseada fortemente em comunidades de culto (cf. Weber, 1914a, p. 121; cf. Nippel, 1999, p. 20).

Em termos de organização política, em suas comparações limitadas ao período da Antiguidade, Weber define a cidade do oriente como cidade monárquica, ao passo que a cidade ocidental antiga é descrita como uma comuna detentora de uma estrutura republicana, cujo desenvolvimento poderia conduzir ao formato de “*polis* democrática” (cf. Deininger, 1987, p. 14). Essas formas de organização política tiveram consequências que extrapolaram a dimensão política e conduziam a dois tipos diferentes de cidades no que se refere também à sua dimensão econômica.

Uma outra diferença relacionada ao grau de autonomia política das cidades oriental e ocidental típicas, decorrente dos pontos acima elencados, diz respeito à militarização das cidades: a formação de uma monarquia burocratizada no Oriente dificultou o desenvolvimento de uma comunidade de cidadãos política e autônoma, com capacidade de se defender frente ao poder real, algo que ocorreu com muita força nas cidades ocidentais típicas.¹⁰⁰ O longo trecho abaixo ilustra o argumento de Weber:

E de fato acrescenta-se para essas regiões algo bastante diferente: a diferença da estrutura *militar*, sobretudo suas bases econômico-sociológicas. No Oriente Próximo (inclusive o Egito) e (em grau menos forte, porém ainda decisivo) também na China, a necessidade de regulação dos rios e a política de irrigação permitiu o estabelecimento de uma *burocracia* real –

⁹⁹ Processo de assentamento comum que no mundo antigo levou à formação da *polis* (Deininger, 2006, p. 837).

¹⁰⁰ Marx (1858) também reconhece a importância das guerras e da organização militar da comuna em Roma em sua relação com a posse de terras.

inicialmente pura burocracia de obras, da qual se impôs então a burocratização de toda a administração – que capacitou o rei a submeter à sua própria gestão burocrática a administração do exército, com a ajuda de seu pessoal e das receitas dela provenientes. O “oficial” e o “soldado”, o exército recrutado, equipado e sustentado por arsenais tornaram-se aqui o fundamento do poder militar. A consequência disso foi a separação entre o soldado e os meios de guerra e a impossibilidade de defender-se por parte dos súditos. Deste solo não podia brotar nenhuma comunidade política de cidadãos, autônoma diante do poder real. Porque o cidadão era o não-militar. Muito diferente era a situação do Ocidente. Aqui se conservou, até a época dos imperadores romanos, o princípio do *auto-equipamento* do exército, seja ele formado por camponeses, cavaleiros ou por uma milícia de cidadãos. Mas isto significava a *autonomia* militar daquele obrigado ao serviço do exército. Em um exército com auto-equipamento, vale o princípio – que já se manifesta na posição de Clódio diante de seu exército – de que o senhor depende, em alto grau, da boa vontade dos membros de seu exército, em cuja obediência se fundamenta por completo seu poder político. Diante de cada um deles, e também de pequenos grupos, ele é o mais poderoso. Mas diante de todos ou a grandes uniões que abrangem a maioria, se chegam a formar-se, ele é impotente. Falta ao senhor, neste caso, o aparato coativo burocrático, que lhe obedece cegamente porque depende dele por completo, para impor sua vontade sem estar em acordo com os *honoratiores* econômica e militarmente autônomos, de cujo círculo ele tem que recrutar seus próprios órgãos administrativos, os dignatários e funcionários locais, no momento em que se reúnem as camadas às quais ele recorreu. Tais associações formavam-se sempre que o senhor se dirigia com novas exigências *econômicas*, exigências de pagamento de *dinheiro*, aos guerreiros autônomos obrigados ao serviço no exército. Desta situação explica-se o estabelecimento dos

“estamentos” no Ocidente, assim como o estabelecimento das comunidades urbanas corporativas autônomas. O poder financeiro dos moradores urbanos obrigava o senhor a dirigir-se a eles e a pactuar com eles em caso de necessidade. Mas poder financeiro possuíam também as guildas na China e na Índia e as “pessoas de dinheiro” da Babilônia. Isto obrigava também o rei a certas precauções, para não afugentá-los. Mas não capacitava os moradores urbanos, por mais ricos que fossem, a reunir-se e enfrentar militarmente o senhor da cidade. Todas as *conjuraciones* e uniões do Ocidente, porém, desde os primórdios da Antiguidade, eram alianças das camadas *militarmente* capacitadas das cidades. Este fator era o positivamente decisivo. (Weber, 1914a, p. 143-145)

Desse modo, apesar de Weber identificar na cidade chinesa uma atividade econômica muito intensa e também a existência de associações profissionais fundamentais, o capitalismo não encontrou espaço para o seu desenvolvimento por questões de outra natureza. Isto é, se dependesse apenas do caráter do desenvolvimento da dimensão econômica, o capitalismo poderia ter se desenvolvido na cidade chinesa. Contudo, essa atividade econômica intensa não significou necessariamente uma autonomia da esfera econômica com relação à outras esferas. Nesse aspecto, o elemento decisivo para o desenvolvimento da economia das cidades foi a existência de uma comuna urbana, que permitiu uma autonomia urbana, vista por Weber como um elemento fundamental no desenvolvimento e autonomia de sua burguesia citadina.¹⁰¹

¹⁰¹ É interessante notar como tanto o conteúdo dos primeiros parágrafos da introdução à terceira edição de *Relações agrárias...* com relação à apropriação e exploração da terra, como a ênfase na dimensão comunal da cidade ocidental típica podem apresentar uma possível discussão com a distinção supracitada estabelecida por Marx em *Formen, die der kapitalistischen Produktion vorhergehen* (Formas que precedem a produção capitalista) (1858), texto que Weber não conhecia, dada sua publicação póstuma, ocorrida apenas no século XX. Marx reconhece três diferentes formas de apropriação da terra nas épocas concebidas por ele como pré-capitalistas: o modo asiático, constituído por uma unidade centralizadora erguida sobre as pequenas comunidades e materializada na figura de um proprietário supremo e único. Neste caso, separada da comuna, a propriedade não pertence ao indivíduo isolado, de modo que não há propriedade, mas somente posse individual. A segunda forma é representada pela comuna e o Estado em Roma. Neste caso, a comuna também é a condição primordial de apropriação da terra, mas não como no modo asiático, pois a terra não é sua base, mas sim a cidade, enquanto centro de agricultores e proprietários fundiários. Desse modo, a propriedade da comuna é separada da propriedade privada, propiciando as condições que fazem com que o indivíduo seja proprietário privado da terra, de modo que a comunidade passa a ser constituída

Assim, torna-se evidente que Weber coloca as diferenças da cidade ocidental em relação à cidade oriental em um patamar multicausal. Mesmo que existissem semelhanças entre ambos os tipos de cidade em algum nível – como no caso da existência de corporações, ou então semelhanças parciais com relação à existência de muralhas ou de um mercado – outras causalidades continuam exercendo sua influência, de modo que o resultado final é sempre uma configuração particular. Os aspectos geográficos, as modalidades de racionalização das condutas de vida e as formas de organização política diferentes fizeram com que as cidades orientais e ocidentais típicas se desenvolvessem economicamente de maneiras muito distintas. Enquanto a China constituía-se como um Império unificado, a Europa estava constituída por uma série de Estados em concorrência, o que estimulou o desenvolvimento do capitalismo moderno.

Os elementos de caráter geográfico, religioso e político apontam sobretudo para uma grande autonomia, no caso da Antiguidade, da esfera política na cidade ocidental típica e suas influências sobre a dimensão econômica. Isto é, com relação à economia antiga, a questão que se coloca é o grau de racionalização de sua esfera política. A relação que essa autonomização da esfera política estabelece com a dimensão econômica é o que conecta a tipologia da cidade à tipologia do capitalismo, ao menos do ponto de vista da economia antiga. Já na Idade Média, a autonomização se amplia cada vez mais também na esfera econômica, o que permite o desenvolvimento dos rudimentos que atuariam na formação do capitalismo moderno. Nesse caso, Weber parece delinear uma gradação entre as cidades orientais e ocidentais e a cidade antiga parece estar novamente posicionada na metade do caminho entre uma e outra; o fato de Weber alocá-la no polo ocidental ou a meio caminho entre ambos polos varia de acordo com o tipo de problematização que privilegia em cada momento de suas obras. Esse é um bom exemplo de como operam as comparações entre os tipos ideais de capitalismo e de cidade em Weber; se em determinados momentos as gradações entre os tipos são comparativamente interessantes

por indivíduos proprietários fundiários. Assim, a comuna é incorporada à cidade e adquire uma existência econômica. E, por fim, a terceira forma é concebida por Marx como a propriedade germânica, na qual a comuna não existe enquanto Estado, porque não existe enquanto cidade. A propriedade particular constitui o conjunto econômico, como um centro autônomo de produção. Apesar de a distinção de Weber não se colocar nos mesmos termos, de ele não reconhecer nenhum caráter comunal na cidade oriental e de estar, neste primeiro esquema tipológico, interessado mais naquilo que liga o caráter comunal das cidades antiga e medieval, é possível perceber silinidades nas formas de abordagem desse problema por ambos os autores.

para sua argumentação, em outras passagens ele relativiza essas aproximações, ressaltando que as diferenças de grau são fundamentais para iluminar as singularidades dos desenvolvimentos dos fenômenos que se almeja compreender, o que se configura como uma clara crítica aos procedimentos analíticos de Meyer (Weber, 1909, pp. 695-696).

Esse tipo de abordagem multicausal permite a retomada da interpretação supramencionada de Weber de sua própria obra em *Observações anti-críticas ao “espírito” do capitalismo*. Creio que aquilo que Weber enxergava como uma relação complementar entre as diferentes perspectivas de análise de *Relações agrárias...* e *A ética protestante...* aparece unificado na sua tipologia da cidade: o esquema tipológico que abarca as cidades ocidental e oriental pode ser visto como congregador dessas duas perspectivas de abordagem, visto que a tipologia da cidade inclui tanto uma análise das influências religiosas, como uma análise das influências políticas no desenvolvimento do capitalismo moderno.

Nível II. Cidade antiga e cidade medieval: pré-condições do desenvolvimento do capitalismo moderno¹⁰²

O *intermezzo* histórico da autonomia urbana no desenvolvimento das cidades medievais estava, portanto, condicionado por circunstâncias *completamente diferentes* que o mesmo fenômeno na Antiguidade. A cidade específica da Antiguidade, suas camadas dominantes, seu capitalismo, os interesses de sua democracia, estão cada vez mais político e militarmente orientados, quanto *mais* se destaca o caráter específico da Antiguidade. (Weber, 1914a, p. 272)

O trecho acima, extraído de *A cidade*, condensa de maneira bem sucedida a transição do nível mais alto para o nível mais baixo de abstração que distingue os dois esquemas tipológicos das cidades. Embora a cidade antiga e a cidade medieval típicas compartilhem uma característica fundamental em comum – a existência de

¹⁰² Para a elaboração deste item foram fundamentais as várias obras de Nippel (1991c, 1995, 1999, 2000b, 2001) e Bruhns (1985, 1987, 2000, 2004, 2009b), assim como o texto de Deininger (2006).

uma comuna cidadina – o caráter comunal propiciador de autonomia urbana que permite unificar ambos os tipos de cidades em um mesmo tipo na comparação com o tipo da cidade oriental, se observado mais de perto, a partir de um nível de abstração menos elevado, revela diferenças bastante significativas, que permitem a Weber forjar dois tipos ideais distintos. Se as comunas de ambos os tipos de cidades constituíam associações de cidadãos, dotadas de um caráter institucional que congregava órgãos especiais e uma justiça e direito próprios (cf. Weber, 1914a, pp. 84-85, 107), por outro lado, a noção de comuna só surgiu na Antiguidade em oposição ao Estado, nas épocas do grande Estado helenístico ou romano, que por sua vez atuavam como forças contrárias, que tiravam a autonomia política das comunas. Já a cidade medieval estava dotada de um caráter comunal autônomo e autocéfalo desde o seu início (cf. Weber, 1914a, pp. 110-112, 124).¹⁰³

As diferenças no caráter comunal entre as cidades medieval e antiga típicas estão, para Weber, ligadas a circunstâncias bastante distintas que propiciaram desdobramentos também singulares. Weber concebe a natureza da cidade antiga como intimamente ligada a condicionantes de ordem política, ao passo que a cidade medieval apresenta uma constituição muito diferente, intimamente relacionada à autonomia crescente da esfera econômica, o que para Weber constituiu um dos preâmbulos do capitalismo moderno. Uma primeira problematização das diferenças entre os dois tipos de cidade foi iniciada primeiramente no texto *As causas sociais do declínio da cultura antiga* e depois no item final da terceira edição de *Relações agrárias...* Neste último, Weber já anuncia, como mencionado anteriormente, a necessidade de uma investigação mais detida dessa questão, que se concretiza poucos anos mais tarde em *A cidade*.

¹⁰³ A comparação entre as cidades antigas e medievais não foi uma novidade elaborada por Weber, mas sua tipologia se construiu em diálogo e inspirada em uma série de obras que tinham cidades medievais como objeto. Dentre elas pode-se citar os diversos trabalhos do historiador medievalista Georg von Below (1888, 1905, 1909). Uma outra influência importante na análise comparativa entre as cidades antiga e medieval em Weber foi a obra do historiador Eberhard Gothein, *Wirtschaftsgeschichte des Schwarzwaldes und der angrenzenden Landschaften* (História econômica da Floresta negra e suas paisagens adjacentes) (1892), na qual compara o desenvolvimento econômico das cidades da floresta negra (hoje pertencente ao sul da Alemanha) em diferentes períodos e em suas diferentes facetas temáticas. No primeiro capítulo, Gothein inicia comparando as cidades antiga e medieval, afirmando que as maiores diferenças entre os povos antigos e os modernos estão relacionados às formas de organização de suas cidades. Segundo Gothein, as cidades antigas teriam concentrado toda sua inteligência e poder no interior de si mesmas, por serem cidades-estado. Nas cidades medievais o equilíbrio de poder teria sido de outra ordem.

Assim, embora a aproximação do tipo da cidade antiga ao tipo da cidade medieval, no esquema tipológico de maior nível de abstração, possa dar a entender que Weber deseje assinalar uma continuidade estrutural entre dois períodos históricos no âmbito europeu – o que entraria em total contradição com suas críticas às interpretações de vários de seus contemporâneos da Escola Histórica Alemã de Economia Política, que defendem uma associação evolutiva entre estágios econômicos e períodos históricos –, o desdobramento desse primeiro esquema de maior nível de abstração em um segundo esquema, que diferencia cidade antiga de cidade medieval, revela que essas aproximações e distanciamentos tratam sobretudo de uma questão metodológica. Desse modo, embora o pano de fundo da análise de Weber continue sendo o mesmo – o desenvolvimento do capitalismo moderno em sua dimensão racional –, as estratégias metodológicas por ele adotadas variam de acordo com os diferentes aspectos do problema que deseja iluminar.

Se a questão do esquema tipológico do capitalismo de nível mais baixo de abstração indagava a respeito da existência ou não de uma economia capitalista na Antiguidade – polemizando diretamente com Meyer e Bücher –, no esquema tipológico da cidade de menor nível de abstração esse aspecto não é mais colocado como questão, pois Weber já parte do pressuposto de que é não apenas possível, mas é sobretudo metodologicamente necessário classificar a economia antiga como capitalista. Essa diferença de ponto de partida talvez se explique pelo fato de, nesse ponto, o debate de Weber ocorrer não apenas com Meyer e Bücher, mas também com Sombart. Embora Sombart não atribua à economia antiga um caráter capitalista e por isso não demonstre interesse pela cidade antiga, ele lança mão da categoria cidade para compreender o fenômeno do capitalismo moderno, reconhecendo seus inícios na cidade medieval tardia. A incorporação de Weber da noção de cidade – e especialmente da discussão a respeito das pré-condições do desenvolvimento do capitalismo moderno – em seu esquema tipológico constitui claramente um diálogo com Sombart.

A questão que orienta a análise elaborada por Weber em seu segundo esquema tipológico da cidade reside na identificação dos elementos diferenciadores da economia capitalista urbana na Antiguidade com relação à economia capitalista urbana da Idade Média, e busca sobretudo compreender a formação de uma

burguesia citadina nesta última. Para tanto, Weber concentra sua investigação no desenvolvimento de diversas instituições econômicas, com o objetivo de mensurar os seus impactos, continuidades e transformações na transição para a Época Moderna. Isto é, a questão de Weber é compreender em que medida uma série de instituições econômicas gestadas na cidade medieval influenciaram o desenvolvimento da economia capitalista moderna. Para enfatizar tal desenvolvimento, Weber procura demonstrar, por meio de uma comparação tipológica, que essas instituições não estavam presentes da mesma forma na cidade antiga, o que levou a desdobramentos de ordem econômica muito diferentes. Assim, o esquema tipológico da cidade de menor nível de abstração revela que, apesar de compartilhar com a cidade antiga as três características em comum mencionadas no tópico anterior – mercado, muralha e comuna –, apenas na cidade medieval típica existiram as pré-condições para o desenvolvimento do capitalismo moderno, do Estado moderno, de uma burguesia citadina, e de uma conduta de vida racional-metódica.

Como já abordado na primeira parte deste capítulo, a economia medieval não desempenha um papel central na tipologia do capitalismo, pois o principal foco da análise de Weber, ao lançar mão de tais tipologias, é a comparação entre dois extremos: economia antiga X economia moderna. A economia medieval adquire um grande destaque em seu esquema explicativo por meio da tipologia da cidade, pois a partir delas Weber procura entender não o capitalismo moderno em seu auge, mas sim os momentos iniciais de sua constituição, de modo que a tipologia da cidade apresenta, de maneira indireta, a possibilidade da comparação do capitalismo antigo com o “medieval”. Aliás, a expressão “capitalismo medieval” praticamente não é utilizada por Weber, mas, nos momentos pontuais nos quais ela aparece em sua obra, seu objetivo é enfatizar exatamente seu caráter intermediário entre as economias moderna e antiga.

Em sua definição da cidade medieval típica, Weber diferencia dois tipos de cidade medieval: a cidade medieval do sul, uma cidade costeira (marítima) que conta com uma economia baseada predominantemente em oportunidades de ganho advindas da política, e que por isso poderia ser em grande parte adjetivada pelo tipo do capitalismo politicamente orientado, como é o caso da cidade antiga típica; e cidade medieval ao norte dos Alpes (continental), isto é, cidades pequenas,

autônomas, sem ênfase militar, tendo desse modo desenvolvido uma economia “pacífica” (baseada em comportamentos racionais), o que teria possibilitado o desenvolvimento de pré-condições para o estabelecimento do capitalismo moderno. Assim, no esquema tipológico da cidade de menor nível de abstração, a cidade medieval típica está representada por esse segundo tipo de cidade, cujas características decisivas se constituem em oposição ao tipo ideal da cidade antiga típica. Essa diferenciação só ganha corpo em *A cidade*. No segundo item do texto, “A cidade do Ocidente”, é bastante evidente a distinção traçada por Weber entre a cidade medieval ao norte dos Alpes, como o modelo ideal típico da cidade ocidental, e as cidades da Antiguidade e orientais. Nas palavras de Weber, as cidades medievais ao norte dos Alpes “se desenvolveram com pureza idealtípica” (Weber, 1914a, p. 100).¹⁰⁴

Assim, é interessante notar que em diversas passagens de *A cidade* Weber elabora um terceiro esquema tipológico, ou uma tipologia dentro da tipologia, ao comparar a cidade medieval típica (continental) com a cidade medieval do sul (marítima). O longo trecho a respeito da cidade de Veneza na Idade Média é um bom exemplo da importância dessa comparação para sua análise.¹⁰⁵ Esse “terceiro esquema tipológico” é relevante, por um lado, porque Weber não pode deixar de salientar as diferenças histórico-culturais no interior da Idade Média, enfatizando já em *Relações agrárias...* a importância de reconhecer “[...] o quão diferentes umas das outras são as cidades medievais em suas estruturas sociais.” (Weber, 1909, p.

¹⁰⁴ Essa distinção entre norte e sul medievais possui correspondências com a diferenciação estabelecida pelo historiador agrário August Meitzen – supervisor de Weber em sua *Habilitation* – em sua obra *Siedlung und Agrarwesen der Westgermanen und Ostgermanen, der Kelten, Römer, Finnen und Slawen* (Assentamento e agricultura dos germanos ocidentais e orientais, celtas, romanos, finlandeses e eslavos, 1895). Meitzen ressalta a importância dos aspectos geográficos para a compreensão das culturas, entendendo a Europa como originalmente dividida em duas regiões geográficas distintas, separadas por cadeias de montanhas (Pirineus, Alpes, Balcans, Cáucaso): ao sul se encontrariam os países mediterrâneos do sul da Europa, Oriente próximo e norte da África – estes foram os locais nos quais se estabeleceram os povos antigos. Ao norte estariam as localidades que foram originalmente morada dos germanos, celtas e eslavos, e que posteriormente se tornaram, segundo Meitzen, o centro principal da cultura moderna mundial. Meitzen considera essas como duas fases do desenvolvimento da humanidade, que teve início no sul e culminou no norte europeu. Com o objetivo de compreender esse processo, Meitzen questiona as condições de caráter agrário dessas transformações.

¹⁰⁵ Mas não se deve esquecer que muitos paralelos traçados por Weber entre as repúblicas citadinas antigas e italianas, como o exemplo de Veneza, devem ser entendidos dentro de uma longa tradição do pensamento histórico no qual Weber se insere. Por exemplo, as críticas de Weber à democracia grega no final de *A cidade* são uma tendência geral dos autores que escrevem sobre esse assunto desde o século XVIII (cf. Nippel, 1999, p. 34, 37).

692) Mas, por outro lado, a comparação entre sul e norte medievais já é em si uma comparação que serve para ressaltar a peculiaridade da cidade medieval típica. Nesse sentido, se no esquema tipológico de maior nível de abstração a cidade antiga se une à cidade medieval para constituir o tipo ideal da cidade Ocidental, neste caso, a cidade antiga se une muitas vezes à cidade medieval do sul em oposição à cidade medieval do norte (cidade medieval típica). Assim, em uma primeira leitura de *A cidade*, pode ser um tanto difícil reconhecer – nos trechos nos quais Weber lança mão variadas vezes da expressão “cidade medieval” sem diferenciar norte de sul – se ele está se referindo à cidade medieval típica ou à cidade medieval do sul. Mas quando se tem em mente que a cidade medieval do sul é aproximada ao tipo da cidade antiga, a diferenciação entre ambos os tipos de cidade, embora não seja explicitamente mencionada, torna-se mais clara.

Considero importante ressaltar que a interpretação de Weber não sugere que o capitalismo moderno tenha surgido no final da Idade Média, pois, como claramente assinala em *A Ética protestante...*, a valorização racional do capital no interior da empresa e a organização capitalista racional do trabalho ainda não predominavam na orientação da ação econômica (Weber, 1904-05/1920, p. 43). Mas a economia medieval ofereceu as pré-condições para o posterior desenvolvimento de uma economia capitalista moderna. Nas palavras de Weber:

[...] nos pontos econômico e socialmente decisivos, a cidade “medieval” – isto é, a cidade específica da Idade Média – estava construída de forma totalmente diferente da cidade antiga. Qual seja, no sentido de que, antes da aparição das formas de organização capitalista, a Idade Média estava muito mais próxima do nosso desenvolvimento capitalista do que a *polis*. (Weber, 1909, p. 697)

Os “pontos decisivos” aos quais Weber se refere ao diferenciar cidade medieval e cidade antiga típicas dizem respeito a diferentes aspectos das duas formas de organização social em questão, estando intimamente relacionadas ao caráter político-militar da cidade antiga, em oposição à natureza burguesa orientada para a atividade econômica “pacífica” no mercado da cidade medieval.

Desse modo, assim como Sombart afirma realizar em sua análise dos tipos de cidade modernas (cf. Sombart, 1902, vol. 2, p. 194), o objetivo de Weber está em reconhecer as correspondências decisivas entre certos fenômenos citadinos e seus correspondentes sistemas econômicos dominantes. Os próximos parágrafos abordam aquilo que Weber, na comparação tipológica entre as cidades antiga e medieval típicas, considera como elementos decisivos que permitem associar ambos os tipos de cidades a dois tipos de sistemas capitalistas distintos que envolvem características de ordens variadas em suas influências sobre a dimensão econômica.

Em *Relações agrárias...*, uma das principais diferenças entre as economias das cidades típicas da Antiguidade e da Idade Média reside na distinção que Weber estabelece entre a agricultura antiga e a oficina/indústria medieval (*Gewerbe*), como duas formas econômicas distintas predominantes em cada um dos dois tipos de cidades. Weber enfatiza a enorme diferença de seus modos de produção correspondentes: na Idade Média, a existência de pequenas empresas artesanais começou a atingir um nível de produção industrial, que se revelou desde as formas de aquisição de matéria-prima até a organização do comércio, passando pela formação de novas unidades de produção, por uma crescente racionalização das técnicas de produção, pela realização do trabalho industrial em local separado do ambiente doméstico, e por um aumento da divisão e da coordenação das atividades de produção (cf. Weber, 1909, p. 711-712). Weber também enfatiza o papel de uma série de formas jurídicas criadas no âmbito daquilo que passa a chamar de “cidades industriais” medievais.

Outro aspecto distintivo foi o papel das corporações na Idade Média, seja para a organização do trabalho nas oficinas, seja como instrumento de representação política. Na Idade Média, por conta do domínio das corporações, existiu na cidade medieval uma política econômica comunal, cuja finalidade residiu na manutenção das possibilidades de ganho econômico e a subjugação do campo aos interesses econômicos citadinos. Na Antiguidade, ao contrário, as corporações não exerceram um papel dominante e, portanto, não havia espaço para o desenvolvimento de uma política corporativa cidadina (Weber, 1919-1920, p. 281-282). Segundo Weber – e em muitos pontos em concordância com Sombart –, esses aspectos ofereceram uma das bases fundamentais para o desenvolvimento do capitalismo moderno (cf. Weber,

1909, p. 694-695).

A economia antiga, por outro lado, baseava-se fortemente na produção agrária, constituída em geral por explorações de pequeno porte; somente as culturas de *plantation* (principalmente as culturas para a produção de azeite e vinho) tiveram formas de exploração mais vastas, amparadas pelo trabalho escravo (cf. Weber, 1909, p. 348-349). Mas Weber conclui que não se observou na Antiguidade nada comparável no domínio da “indústria privada”. Aquilo que poderia ser chamado de “indústria antiga”, não atingiu o nível dos “grandes centros industriais medievais” (cf. Weber, 1909, p. 694-695), não apenas por apresentar um número bem menor de trabalhadores livres em comparação à Idade Média e à Época Moderna, mas também pelo fato de a maioria das características da indústria medieval acima elencadas não estarem presentes na Antiguidade. São essas diferenças que permitem a Weber concluir que foram as cidades industriais, como Florença, que geraram inovações específicas no domínio do direito do capital industrial, como o direito do trabalho, e um aumento do poder social das corporações, da organização corporativa de relações de trabalho e da organização do trabalho livre. Nesses aspectos, “[...] a Antiguidade contém muitos embriões, mas são apenas embriões, nada de acabado.” (Weber, 1909, p. 693)

Como resultado da diferença entre essas duas formas de produção, agrária e industrial, formaram-se também conflitos sociais típicos de cada uma dessas épocas. Na cidade antiga predominaram problemas com relação à posse de terras ou a dívidas entre nobreza e camponeses ou senhores territoriais, ao passo que a cidade medieval viu-se confrontada com o problema das oportunidades de ganhos no setor industrial; neste segundo caso, os principais conflitos ocorreram nas relações entre compradores e artesãos ou entre patriciado e corporações.¹⁰⁶ Essas duas formas distintas de conflito citadinos estão intimamente ligadas à relação das principais classes sociais de cada uma dessas épocas com a esfera política.¹⁰⁷ Weber apresenta em *A cidade* uma distinção detalhada das principais transformações históricas na estrutura de poder dos dois tipos de cidade ideal-típicas. Mas creio que, dentre os diferentes tipos de transformações nessas esferas do poder, as diferenças fundamentais que ele deseja

¹⁰⁶ Deininger (2006, p. 51) aborda essas questões em detalhes.

¹⁰⁷ A abordagem de Weber das relações entre classes sociais e dimensão política no mundo antigo serão analisadas no próximo capítulo.

ressaltar para sua tipologia residem na formação, na cidade medieval, de uma burguesia cidadina portadora de determinados privilégios (cf. Weber, 1914a, p. 84-85), e suas diferenças face à cidade antiga.

Weber reconhece inicialmente, seja para o caso da cidade antiga, seja para a cidade medieval, o período de existência de uma estrutura econômica fundamentada em linhagens – cuja pertença definia-se não apenas pela descendência, mas também pela conduta da vida, nobre e cavaleiresca –, que nos dois tipos de cidades tratou-se sobretudo de rentistas (cf. Weber, 1914a, p. 191). A *cidade* apresenta uma série de convergências político-estruturais entre as cidades de linhagens antiga e medieval que possuem consequências de ordem econômica. De especial interesse para a compreensão da formação do capitalismo moderno e do estabelecimento de uma conduta de vida racional e metódica é o argumento da existência, nos períodos das linhagens em ambos os tipos de cidades, da valorização de um modo de comportamento econômico de caráter tradicionalista:

Quem ultrapassava de modo demasiadamente sensível o limite entre as duas formas de comportamento econômico, o investimento de bens e o ganho de capital, e se tornava empresário, era considerado na Antiguidade um homem simplório, e na Idade Média um homem que não era um cavaleiro. Como as antigas linhagens de cavaleiros sentavam junto com os cidadãos das guildas – o que significa, nesse caso, os empresários - no conselho municipal, a nobreza cavaleiresca rural lhes negava, na Idade Média tardia, a igualdade estamental. A “avidez de lucrar” como motivo *psicológico* não era mal vista em sua prática: sem dúvida, a nobreza de cargo romana e as linhagens medievais das grandes cidades litorâneas estavam tão possuídas, em média, pela “*auri sacra fames*” quanto qualquer outra classe da história. O que se condenava era a forma *racional*, organizada em empresas e, neste sentido especial, “burguesa”, da atividade aquisitiva: o trabalho aquisitivo sistemático. (Weber, 1914a, p. 196-197)

Esse caráter tradicionalista da mentalidade econômica das cidades antiga e medieval típicas enfatiza a diferença que Weber estabelece entre a economia moderna e o surgimento das pré-condições de sua existência na Idade Média. Embora apresente semelhanças de grande importância entre as mentalidades econômicas antiga e medieval, creio que seu maior interesse reside em atingir as diferenças que teriam existido entre ambas já nesses períodos. Assim, com o fim das cidades de linhagens, ambos os tipos de cidades experimentaram desdobramentos político-econômicos muito diferentes: Weber procura demonstrar como no final da Idade Média surge uma burguesia citadina portadora de certos privilégios e interessada na atividade comercial, embora este não tenha sido uma conduta de vida valorizada socialmente.

Para Weber, às cidades de linhagens seguiram-se, tanto na Antiguidade como na Idade Média, cidades plebeias (*Plebejerstadt*), fundamentadas por uma série de elementos democráticos com desenvolvimentos muito diferentes nos dois períodos históricos. Por um lado, Weber argumenta que a base da democratização de ambos os tipos de cidade é de natureza militar, na Antiguidade fundamentada principalmente em um exército disciplinado, como o exército dos hoplitas – que ocasionou um estado intermediário entre a cidade de linhagens e a cidade democrática, o que Weber nomeia como *polis* dos hoplitas¹⁰⁸ – e, na Idade Média, por exércitos corporativos (Weber, 1919-1920, p. 278). Por outro lado, na Idade Média, as linhagens não desapareceram por completo, mas foram incorporadas às corporações, passando a enfrentar as camadas médias da população. O resultado desse processo foi “o aumento do poder de uma camada burguesa *intra*-urbana, diretamente participante ou interessada no comércio e no artesanato; uma camada burguesa, neste sentido, moderna.” (Weber, 1914a, p. 265)

Já na Antiguidade, em lugar ou ao lado das linhagens, ganhou força a divisão territorial em *demos* ou *tribus*, de modo que as linhagens perderam força, tornando-se proprietárias dispersas de terras. Assim, a camada social que passou a ocupar uma posição decisiva não foram os burgueses citadinos, mas os camponeses rurais (mesmo que estes mais tarde tenham perdido poder), de maneira que, em seu período democrático, o centro de poder da cidade antiga se deslocou da cidade para o campo.

¹⁰⁸ As expressões “*polis* dos hoplitas” e “*polis*/cidade democrática” são extraídas da obra de Meyer.

¹⁰⁹ Apesar de, para fins tipológicos, atribuir grande valia a esse processo, Weber afirma que isso

Para a política das cidades medievais do norte, ao contrário, o campo constituía apenas um objeto da política econômica urbana, de modo que cidade medieval típica não se colocou à serviço de uma expansão colonizadora (cf. Weber, 1914a, pp. 274-275). Desse modo, na Idade Média, os artesãos podiam ser considerados os portadores da democracia, ao passo que, na Antiguidade, na época de Clístenes, eram os camponeses que ocupavam esse lugar (cf. Weber, 1914a, p. 265-266).

De um ponto de vista tipológico, para Weber, o tipo ideal da cidade medieval apresenta um “caráter seguramente mais 'burguês'”, fundado sobre “o ganho advindo dos monopólios artesanais e do pequeno comércio”, isto é, um “caráter bem mais especificamente 'econômico'”, que envolveu a aquisição de uma grande autonomia interna (cf. Weber, 1909, p. 700). No que diz respeito aos aspectos de autonomia cidadina, é interessante notar como, em algumas passagens de *Relações agrárias...*, Weber aproxima o tipo da cidade medieval típica das cidades helênicas e da Antiguidade tardia, em forte oposição à cidade antiga ideal-típica, apresentando assim, mesmo que de maneira sucinta, uma subtipologia – o que revela mais uma vez sua valorização das particularidades históricas e como estas aparecem em suas obras do início ao fim, sempre em alternância com os tipos ideais.¹¹⁰ Mas, ao mesmo tempo, Weber reconhece a existência de uma diferença muito grande entre esses dois desenvolvimentos: a burguesia medieval tornou-se cada vez mais autônoma em face aos grupos do Estado (até por volta do século XV), já as cidades helênicas e romanas experimentaram um desdobramento oposto, na medida em que sua autonomia desapareceu com o surgimento de Estados monárquicos, pois Weber argumenta que “o Estado monárquico da Antiguidade é ou se torna um Estado burocrático” (Weber, 1909, p. 701).

Weber também distingue ambos os tipos de cidades de acordo com suas ênfases na produção ou no consumo – o que em grande parte é inspirado no papel do aumento e sofisticação do consumo nas cidades modernas na tipologia de Sombart.¹¹¹

ocorreu de forma duradoura somente em Roma, pois em Atenas a pertença a um *demos* era uma qualidade permanente hereditária, relativizando desse modo a sua própria análise.

¹¹⁰ O mesmo se dá com o longo exemplo de Veneza: “Em alguns casos extremos, a dominação das linhagens conduziu ao desenvolvimento de uma nobreza urbana específica, particularmente onde, à maneira da Antiguidade, a política ultramarina das cidades mercantis determinou o desenvolvimento.” (Weber, 1914a, p. 148)

¹¹¹ Mas que também pode estar relacionado à concepção de consumo e produção na teoria dos estágios de Bücher; ele afirma que em cada estágio econômico a relação entre consumo e produção possuía natureza diferenciada: na economia doméstica da Antiguidade, ele enfatiza a ausência de trocas e,

Weber argumenta que na Antiguidade não existia grande diferenciação nas etapas da atividade econômica, não havendo portanto uma orientação racional da economia. A ênfase da atividade econômica residia, ao contrário, no consumo de bens para a manutenção do *status* social da aristocracia antiga. E esse consumo era satisfeito não apenas com base em uma produção local, mas o comércio exterior (com grande ênfase nos produtos adquiridos por via marítima) desempenhava um papel vital nesse processo. Por outro lado, a cidade medieval típica, como cidade continental, apesar de não se encontrar fora do sistema de trocas com o exterior, tinha sua produção e consumo apoiados principalmente sobre a formação de um mercado local.¹¹² A grande fornecedora desse mercado foi a própria indústria formada no seio dessa cidade, de modo que Weber usa variadas vezes a expressão “cidade industrial”¹¹³ para descrevê-la (cf. Weber, 1909, p. 693).

Nas palavras de Weber:

Se desta maneira a política urbana da Antiguidade persegue, em primeiro lugar, os interesses dos consumidores urbanos, o mesmo certamente se aplica também à cidade medieval. Mas as medidas eram muito mais drásticas na Antiguidade, evidentemente porque parecia impossível, para uma cidade como Atenas ou Roma, deixar exclusivamente nas mãos do comércio privado o abastecimento de cereais. Mas encontramos também na Antiguidade, ocasionalmente,

decorrente disso, os bens são consumidos no mesmo local em que são produzidos. Já na análise da economia medieval (economia citadina), a comunidade produtora coincide com a comunidade consumidora. E na economia nacional, por sua vez, há uma produção de bens em larga escala, que circulam por diversas instâncias antes de chegarem ao consumidor (Bücher, 1906, pp. 92-150).

¹¹² Essa concepção de Weber foi entendida por alguns de seus intérpretes, dentre os quais ganha destaque Finley, como uma oposição radical entre cidade de consumo (cidade antiga) e cidade produtora (cidade medieval). Mas a interpretação posterior de Bruhns apresenta uma perspectiva que relativiza essa polarização: na cidade antiga, as decisões sobre a economia eram tomadas do ponto de vista dos consumidores, em assembleia. Já nas cidades medievais, as decisões eram tomadas do ponto de vista dos produtores, por meio de associações reguladoras. É isso o que faz com que se reconheça a cidade antiga como consumidora e a medieval como produtora, mas na verdade havia as duas ações, produção e consumo, em ambas (cf. Bruhns, 2009b). Weber analisa a conduta no interior das economias urbanas na Antiguidade e na Idade Média em termos de grupos corporativos. A cidade medieval assume a forma de um grupo corporativo regulando a atividade econômica, enquanto a cidade antiga é concebida em termos de um grupo corporativo economicamente ativo (cf. Bruhns, 2006, p. 64).

¹¹³ A “cidade moderna” também é por vezes denominada “cidade industrial”; e a cidade ideal-típica dos fins da Idade Média é nomeada, em algumas passagens, um “tipo intermediário de cidade industrial”.

medidas para o favorecimento de produções particularmente importantes para a exportação. Mas não se tratava, em primeiro lugar, de ramos de produção industriais. E em nenhum lugar a política de uma cidade antiga foi dominada por estes interesses de produtores. Quem decidia sobre o rumo da política eram, originalmente, nas antigas cidades litorâneas, aqueles patrícios urbanos senhoriais-territoriais cavaleiros, interessados no comércio marítimo e na pirataria, fontes de sua riqueza, por toda a parte, e então nos inícios da democracia, aqueles proprietários rurais e capazes de auto-equipamento militar, que nesta forma somente existiam na Antiguidade mediterrânea. Por fim, os interesses de donos de dinheiro e escravos, por um lado, e de camadas pequeno-burguesas urbanas, por outro, ambos interessados, ainda que de modo diferente, nas necessidades do Estado e em *pillagem*, como grandes ou pequenos empresários, rentistas, guerreiros e marinheiros. (Weber, 1914a, p. 269-270)

Um último aspecto com relação às principais diferenças de desenvolvimento econômico das cidades ideal-típicas antiga e medieval diz respeito aos impactos das formas de orientação política sobre a dimensão econômica ainda pouco autonomizada. Inspirado por nomenclaturas da teoria da utilidade marginal, Weber lança mão de duas noções para definir o caráter predominante das ações dos cidadãos pertencentes a cada um dos tipos de cidades, *homo politicus* e *homo oeconomicus*: “A situação política do cidadão urbano medieval encaminhava-o para ser um *homo oeconomicus*, enquanto na Antiguidade a *polis*, na época de seu maior florescimento, conservou seu caráter de associação guerreira com técnica militar superior: o cidadão da Antiguidade foi um *homo politicus*.” (Weber, 1914a, p. 275)

Assim, Weber descreve uma série de fatores de ordem política que conduziam e ao mesmo tempo limitavam as ações econômicas dos cidadãos da cidade antiga típica, enfatizando a orientação militar da cidade antiga em oposição ao caráter pacífico e orientado para o comércio da cidade medieval. Weber acredita que a concepção da “*polis* dos hoplitas”, como “corporação de guerreiros”, exclui a possibilidade de se pensar em uma “liberdade pessoal na conduta de vida” na

Antiguidade, pois esse aspecto diminuiria “a força combativa da milícia dos cidadãos, como aconteceu em Atenas” (cf. Weber, 1914a, p. 283-287). Além disso, a cidade antiga típica possuía o monopólio sobre os patrimônios individuais e, ao mesmo tempo, limitava a formação de novos patrimônios lançando mão de uma série de mecanismos de controle que atingiam dimensões variadas da vida dos cidadãos “[...] Um *demos* deste tipo jamais poderia estar primariamente orientado no sentido do ganho econômico pacificado e de uma gestão econômica racional.” (Weber, 1914a, p. 288)

A cidade antiga típica constituiu-se primariamente como uma comunidade de assentamento fundada por guerreiros¹¹⁴; uma corporação de guerra. Sua disposição geográfica típica configurava-se como uma fortaleza. A força que a movia era militar, isto é, seus interesses estavam orientados militarmente. A denominação *homo politicus* se refere ao período da cidade antiga de fortalecimento de uma camada auto-equipada (composta em grande parte por camponeses). As guerras incessantes e a pilhagem foram importantes fontes de prosperidade econômica para a cidade antiga típica. Nas competições políticas, as cidades antigas lutavam entre si e precisavam acumular dinheiro para suas guerras, operando segundo uma política de saques. Em *A cidade*, Weber demonstra como as cidades costeiras italianas medievais (a cidade medieval do sul) apresentaram analogias com a cidade antiga típica, na medida em que estavam dotadas de um mesmo expansionismo bélico.

Já a cidade medieval idealtípica desenvolveu-se impulsionada por motivos bastante diferentes dos objetivos militares da cidade antiga. Essa cidade, ao contrário da *polis*, estimulava o comércio, a indústria e a produção, tornando-se um centro de geração de ganhos econômicos. É por esse motivo que Weber define o habitante da cidade medieval do ocidente como um *homo economicus*, tendo como seus maiores representantes os artesãos. Se na Antiguidade “os interesses militares colocaram-se cada vez mais no centro da organização urbana” (Weber, 1914a, p. 274), na Idade Média, ao contrário, os privilégios burgueses passaram a limitar o dever militar dos cidadãos. Assim, seus interesses passaram a repousar cada vez mais sobre atividades econômicas “pacíficas”, como o comércio e o artesanato (cf. Weber, 1914a, pp. 274-

¹¹⁴ Weber foi fortemente influenciado por Meyer no tratamento da organização interna da *polis* grega: a expressão “*polis* de linhagens” (*Geschlechterpolis*), o reconhecimento das estruturas militares e as consequências do auto-equipamento militar da cidade antiga típica foram inspirados em Meyer (cf. Deininger, 1990, p. 137).

275).¹¹⁵

Mas é importante enfatizar que Weber não deixa de reconhecer o “pendor bélico” presente nas sociedades medieval e moderna, pois não acredita que tenha havido uma redução quantitativa nas atividades de guerra nesses períodos; ao contrário, ele reconhece que o capitalismo na Idade Média e na Época Moderna se beneficiou enormemente das guerras. Mas o que Weber entende por “atividades econômicas pacíficas” tem a ver com uma “‘pacificação’ relativamente crescente dos suportes da atividade econômica privada, em particular as cidades e a burguesia” (Weber, 1909, p. 715, nota 47), isto é, trata-se de atividades impregnadas de um caráter burguês orientado para a atividade econômica no mercado. A organização capitalista da produção de bens industriais encontrou sustento exatamente nessa atmosfera pacificada, que a partir de um dado momento passou a se manter autônoma e em funcionamento, mesmo com a presença de conflitos políticos e guerras (cf. Weber, 1909, p. 715-716). Isto é, a pacificação a que Weber se refere está ligada sobretudo à ideia de racionalização da esfera econômica, e nada tem a ver com uma diminuição do conflito e da violência na esfera política.

Com essa ênfase nas diferenças de ordem política entre as cidades antiga e medieval ideal-típicas, Weber procura demonstrar que os elementos decisivos que permitiram o desenvolvimento, no final da Idade Média, de pré-condições do capitalismo moderno não foram decorrência de um aumento significativo da riqueza¹¹⁶, mas encontraram-se intimamente ligados às transformações de ordem política supracitadas, que favoreceram o desenvolvimento de um comportamento econômico racional e pacificado. Nas palavras de Weber:

Naturalmente, é na segunda metade da Idade Média que o capitalismo nascente encontra (como o sublinha Sombart a justo título) suas enormes oportunidades de ganho, quando caem em suas mãos arrendamentos do Estado (Gênova e Florença), ou, sobretudo, a satisfação das necessidades de bens financeiros reais. Mas esse processo e todas as suas

¹¹⁵ Já Bücher (1906, p. 119) mencionava o caráter pacífico do mercado das cidades medievais.

¹¹⁶ Nesse aspecto Weber contesta não apenas a tese de Meyer, mas também a perspectiva de Sombart que valoriza a afluência de metais preciosos como motivo originário do capitalismo (cf. Weber, 1919-1920, pp. 258, 301); uma argumentação semelhante aparece em *A ética protestante...*

figuras – os Acciajuoli, Bardi, Peruzzi, Medici, Fugger, etc. - *não constituem uma novidade* com relação à Antiguidade, que conheceu exatamente o equivalente desde os “homens do dinheiro” de Hamurábi até Crassus. *Não* é aqui, e *não* é na questão da natureza da acumulação das primeiras grandes fortunas monetárias que reside o problema da origem da estrutura econômica específica do fim da Idade Média e da Época Moderna e, por fim, do capitalismo moderno. Mas as questões decisivas concernem, de um lado, ao desenvolvimento do *mercado*: como se estabeleceu na Idade Média uma *clientela* para as indústrias (Gewerbe) organizadas de forma capitalista? E, por outro lado, a organização da *produção*: como as bases de valorização do capital tomaram a via da criação *daquelas* organizações do trabalho “livre” que a Antiguidade não conheceu? (Weber, 1909, p. 704)

Assim como no esquema tipológico de nível mais alto de abstração, neste segundo esquema Weber também elabora uma análise multicausal na delimitação das peculiaridades de cada um dos tipos ideais de cidade. Mas enquanto as diferenças entre as cidades ocidental e oriental repousam sobre fatores geográficos, religiosos e políticos, a distinção estabelecida por Weber entre as cidades antiga e medieval coloca ênfase nos aspectos geográficos, políticos e econômicos. A dimensão geográfica diz respeito a diferenças bastante marcadas e que conduzem a própria elaboração dos tipos ideais de cidades, enfatizando as distinções extra e intra-medievais que articulam continental e marítimo, norte e sul. Já a ênfase de Weber em uma análise das influências econômicas sobre a esfera econômica pode parecer, em um primeiro momento, um caso de pleonismo. Mas o que se quer iluminar neste caso é o grau de autonomia, e portanto de racionalização, da esfera econômica em cada um dos tipos de cidades.

Os aspectos que diferenciam o desenvolvimento econômico dos dois tipos de cidade tratam sobretudo dos seus diferentes modos de produção (produção agrícola X produção artesanal/“industrial”), bem como das classes sociais que predominaram em cada um dos dois tipos (camponeses ou artesãos). Já com relação aos condicionantes políticos, além das diferenças comunais entre os dois tipos de

cidades, Weber enxerga a predominância de duas formas de comportamento bastante distintas, que orientam a dimensão econômica: de um lado o pendor bélico antigo, e, de outro lado, o comportamento racional/pacífico medieval. No caso da cidade medieval típica (em oposição a cidade antiga), a conjunção desses fatores, com especial ênfase para as variáveis de ordem política, proporcionou as bases que permitiram a formação de uma burguesia citadina no final da Idade Média.

Procurei demonstrar ao longo deste segundo capítulo que é possível identificar na obra de Weber duas grandes linhas tipológicas que conduzem sua análise da economia antiga: a tipologia do capitalismo e a tipologia da cidade. Ambas encontram-se inter-relacionadas no esquema explicativo mais geral de sua obra, isto é, elas não foram desenvolvidas para tratar simplesmente de um tema à parte de seus interesses gerais; ao contrário, acredito que as investigações de Weber a respeito da economia antiga foram concebidas em conjunto com sua análise da economia moderna e tendo como pano de fundo a investigação do desenvolvimento de um racionalismo peculiar ao Ocidente. Assim, ambas as tipologias operam como um dos principais elementos estruturantes da construção do nexos argumentativo de Weber, na medida em que sua elaboração lhe permite desenvolver um método comparativo que possibilita o estabelecimento de eixos que ligam sua análise da economia antiga às suas investigações a respeito do desenvolvimento do capitalismo moderno e do racionalismo ocidental.

Iniciei este capítulo abordando a tipologia do capitalismo, na medida em que acredito ser ela, do ponto de vista desta investigação, que constitui a chave interpretativa das outras tipologias. A tipologia da cidade trata de problemas muito mais abrangentes do que as questões aqui propostas, de modo que privilegiei apenas os pontos de confluência dessa tipologia com a tipologia do capitalismo. Dessas duas vertentes distintas brotam, como assinalei, uma série de outros tipos e/ou tipos ideais que atuam como instrumentos heurísticos na análise de aspectos específicos das economias moderna e antiga.

Apesar de operarem a partir de perspectivas distintas, as duas linhas tipológicas amparam-se mutuamente e compartilham muitos problemas e categorias de análise. As categorias *homo politicus* e *homo oeconomicus* – nomenclaturas adotadas por Weber na descrição do modo de comportamento típico dos cidadãos nas cidades antiga e medieval, respectivamente – estabelecem eixos de ligação importantes entre a tipologia da cidade e a tipologia do capitalismo. Creio que como categoria idealtípica, o *homo politicus* pode ser compreendido como o agente por excelência do capitalismo politicamente orientado, o que estabelece uma ligação direta entre o esquema tipológico do capitalismo de maior nível de abstração e o esquema tipológico da cidade de nível de abstração mais baixo. Esses dois tipos ideais, o capitalismo politicamente orientado e o *homo politicus* – seu agente idealtípico – possuem muitas correspondências com sistema econômico que, segundo Weber, predominou na Antiguidade mediterrânea: o capitalismo antigo. Segundo Weber, todos os tipos de ação podem ser “economicamente orientados”, inclusive a ação violenta, como uma série de ações políticas (cf. Weber, 1921, p. 32), de modo que o caráter militar da cidade antiga e do capitalismo antigo típicos favoreceram o desenvolvimento de formas de capitalismo politicamente orientado. Assim, os dois esquemas tipológicos do capitalismo encontram pontos de conexão muito claros com o esquema tipológico da cidade de menor nível de abstração.

Acredito que o mesmo possa ser dito com relação à economia medieval: Weber concebe o *homo oeconomicus* como o agente idealtípico do capitalismo comercial. E o capitalismo comercial, embora não desempenhe um papel relevante na tipologia do capitalismo, adjectiva o sistema econômico predominante na Idade Média. Desse modo, o que permite compreender aquilo que Weber poucas vezes nomeia como capitalismo dos fins da Idade Média reside no seu esquema tipológico da cidade de nível mais baixo de abstração: a cidade medieval típica é descrita por Weber como uma cidade continental, burguesa e industrial, encontrando-se, em grande medida, economicamente orientada (cf. Weber, 1914a, p. 274), o que favoreceu o desenvolvimento de um capitalismo de tipo comercial e, portanto, das pré-condições do desenvolvimento do moderno capitalismo ocidental.

Assim, vistas em conjunto, as análises de Weber que têm como base as tipologias do capitalismo e da cidade permitem compreender aspectos importantes

das configurações particulares dos sistemas econômicos por ele investigados: de um lado, o capitalismo antigo com sua dimensão econômica pouco autonomizada e com seus condicionantes políticos que acabaram por sufocar o próprio desenvolvimento capitalista; de outro, um capitalismo medieval, no qual se formou uma burguesia citadina e se desenvolveu uma racionalização que penetrou diversos aspectos da dimensão/esfera econômica (modos de produção, distribuição, comércio, etc.) e que forneceu pré-condições para o desenrolar do capitalismo moderno.

A problematização que orienta a análise que tem como base a tipologia do capitalismo é, por um lado, a investigação do capitalismo moderno do ponto de vista da esfera econômica, pois esse é o principal ganho que a comparação da economia moderna com a economia antiga pode proporcionar¹¹⁷. Neste caso, Weber olha para o capitalismo moderno de uma perspectiva interna à sua própria esfera, a esfera econômica, à diferença de *A ética protestante...* ou seus escritos sobre a ética econômica das religiões universais, que procuram indicar os nexos entre religião e economia. Além disso, o tipo ideal do capitalismo politicamente orientado oferece também a possibilidade de análise da dimensão econômica do ponto de vista da esfera política, mas essa análise é realizada sobretudo com relação à economia antiga; no caso da economia moderna, as influências mútuas entre as esferas política e econômica não aparecem de forma tão intensa, pois o que se quer mostrar é exatamente a autonomização da esfera econômica frente as demais esferas. Isto é, neste caso a ideia é comparar um sistema econômico que se apresenta com uma esfera econômica já bastante autonomizada a um outro sistema econômico, com um grau muito inferior de autonomização da economia. Já no caso de *A ética protestante...*, Weber está interessado sobretudo em indicar possíveis condicionantes religiosos nas origens do desenvolvimento do capitalismo moderno.

Esse mesmo movimento ocorre também na comparação da cidade antiga típica com a cidade medieval típica; nesse caso, Weber se interessa novamente pelas origens do sistema capitalista moderno, por um lado, do ponto de vista da esfera econômica que está se autonomizando, mas, por outro lado, também a partir da esfera política. As

¹¹⁷ Talvez seja por esse motivo que Deininger afirme que Weber apresenta, na terceira edição de *Relações agrárias...*, uma definição de capitalismo antigo “puramente econômica”, sem recorrer a certas posições de direito, como a de trabalhador livre e não livre (cf. Deininger, 2006, p. 41). Isto é, a ênfase de Weber estaria voltada majoritariamente para a perspectiva da dimensão econômica e para a problematização em torno de sua autonomização, de sua constituição como esfera.

categorias *homo politicus* e *homo oeconomicus* operam como um par de oposições fundamental nessa análise. Desse modo, os escritos de Weber sobre a Antiguidade apresentam dois eixos comparativos distintos com a economia moderna: de um lado o capitalismo moderno com sua esfera econômica já bastante autonomizada e o seu contraponto com o capitalismo antigo fortemente influenciado pela esfera política; de outro lado, com a sustentação de uma tipologia da cidade, as origens do capitalismo moderno (cidade medieval típica) em comparação com o capitalismo antigo (cidade antiga típica), revelando o processo de autonomização da esfera econômica tanto de uma perspectiva interna à esfera econômica, como seu processo de descolamento da esfera política.

Weber conclui no esquema tipológico da cidade de nível mais baixo de abstração que “[...] o processo de desenvolvimento das cidades antigas, apesar de uma série de manifestações 'econômico-urbanas', nunca conduziu a uma 'economia da cidade' de caráter conceitual 'idealtípico' tão forte, como em várias cidades da Idade Média [...]” (cf. Weber, 1909, p. 335) Esse aspecto revela como Weber constrói uma análise que se descola das questões colocadas pela controvérsia Bücher-Meyer, pois sua posição contradiz a ambos simultaneamente. Por um lado, Weber considera a expressividade do desenvolvimento econômico antigo (ao contrário de Bücher), mas coloca essa questão em termos diferentes dos de Meyer, pois a questão não reside na quantidade de transações econômicas ou do montante de capital acumulado em cada época. Isto é, para Weber, a questão não repousa apenas no desenvolvimento da esfera econômica, mas reside igualmente nas influências da esfera política sobre a economia. Assim, do ponto de vista weberiano, esses são os dois lados de uma mesma moeda: a esfera econômica só pode se expandir, se desenvolver uma racionalidade própria, uma autonomia frente a outras esferas; neste caso, frente a esfera política. Bücher e Meyer não colocam a questão nesses termos, pois, ao definirem a natureza da economia antiga, privilegiaram apenas um dos lados do problema – a questão do desenvolvimento da dimensão econômica –, mas não levaram em conta que, para que esse desenvolvimento se concretize, é preciso que ela se autonomize das outras esferas; no caso específico da economia antiga, seria preciso que ela se autonomizasse da esfera política. Mas essa autonomização da esfera econômica no mundo antigo seria impossível, dado o seu caráter bélico e sua mentalidade tradicionalista predominante.

3

**UM OUTRO CAPITALISMO.
A ESPECIFICIDADE DA ECONOMIA ANTIGA**

O capítulo anterior abordou o papel da economia antiga no interior de determinados esquemas tipológicos da obra de Weber, procurando demonstrar as maneiras pelas quais a definição do caráter dessa economia fundamentou a construção de tipos ideais de capitalismo e de cidade, com um alcance analítico que extrapola em muito a compreensão da peculiaridade da economia da Antiguidade. Ou seja, o capítulo 2 se apoiou na hipótese de que a comparação entre as economias antiga, moderna e medieval, por meio de esquemas tipológicos, permitiu a Weber desenvolver aspectos centrais de sua análise do capitalismo moderno e do fenômeno da racionalidade ocidental.

Este capítulo, por sua vez, propõe um movimento inverso: seu objetivo reside na compreensão da construção weberiana das especificidades das “estruturas” sociais (termo utilizado variadas vezes por Weber) da economia antiga. Isto é, se a questão central do capítulo 2 era compreender o papel da economia antiga na formação das tipologias do capitalismo e da cidade, o capítulo 3, operando em um nível menos abstrato de análise e de formulação de problemas, privilegia as maneiras pelas quais as tipologias do capitalismo e da cidade permitem entrever as especificidades da economia antiga. Por outras palavras, procurarei demonstrar em que medida tais construções tipológicas possibilitam conceber a análise weberiana da Antiguidade como uma espécie de “sociologia da economia antiga” – sociologia no sentido de que a obra de Weber apresenta o tratamento de aspectos econômicos específicos da história da Antiguidade por meio de conceitos e categorias de análise, de acordo com um método comparativo tipológico que implica níveis diferentes de abstração, como já explorado no capítulo anterior.

Uma abordagem das especificidades da economia antiga significa, da perspectiva tipológica weberiana, sobretudo o tratamento das especificidades do capitalismo antigo e da cidade antiga ideal-típicos. Desse modo, este capítulo concentra-se em uma investigação mais aprofundada dos aspectos da economia antiga abordados nos dois níveis de abstração mais baixos das duas linhas tipológicas apresentadas no segundo capítulo.

Obviamente que não se trata aqui de isolar o tipo do capitalismo antigo – pois esse procedimento iria em um sentido totalmente contrário à construção comparativa de Weber – mas apenas de aproximar o foco da análise das especificidades desse tipo

em particular. Mesmo com essa perspectiva mais circunscrita, procuro enfatizar como a delimitação das características do capitalismo antigo não pode ser pensada sem as comparações que Weber estabelece com características econômicas de outras culturas interiores e exteriores ao período da Antiguidade (Egito, Mesopotâmia, China etc.), assim como com outros sistemas econômicos (moderno, medieval). Desse modo, o objetivo será adentrar mais ainda nos detalhes dessas comparações, de sorte que cada um dos tópicos subsequentes procura explicitar os pontos de apoio da comparação que permite a Weber definir melhor a singularidade do capitalismo antigo.

Ao tratar das especificidades das estruturas econômicas da Antiguidade, Weber aborda aspectos muito variados e de ordens diversas, de forma que uma análise em pormenores de todos eles poderia implicar uma perda de foco na investigação aqui proposta. Por esse motivo, irei me concentrar apenas naqueles aspectos que dizem respeito mais diretamente ao problema do capitalismo antigo como tipo ideal, por mais que, de certo modo, todos os aspectos mencionados por Weber estejam relacionados a essa questão, mesmo que de maneira lateral. Nunca é demais enfatizar que o objetivo deste capítulo não reside no questionamento da interpretação de Weber a respeito dos eventos históricos da Antiguidade, pois como socióloga eu não teria condições de realizar uma análise desse tipo. Meu objetivo é demonstrar, por meio da explicitação das especificidades da economia antiga, a coerência interna da construção do tipo ideal do capitalismo antigo e suas relações com as questões de fundo que orientam a obra de Weber.

Grosso modo, pode-se afirmar que a ênfase de Weber na delimitação das especificidades do capitalismo antigo repousa na apresentação do caráter ainda pouco autonomizado da dimensão econômica idealtípica no período da Antiguidade e, simultaneamente, da relevância dos condicionantes políticos sobre a economia, mas sem deixar de lado os inúmeros exemplos da diversidade das particularidades históricas que muitas vezes seguem rumos diferentes do idealtípico reconhecido por Weber como o “decisivo”. Por um lado, a análise weberiana assinala características que revelam um grande desenvolvimento econômico da cidade antiga típica: o uso (parcial) de metais como meio de troca, o desenvolvimento do comércio e do consumo; “a posse capitalista de escravos”; o estabelecimento, nas cidades, de

negócios de exportação de produtos específicos, com intensidade e qualidade do trabalho elevados (o desenvolvimento de “indústrias”) etc. (cf. Weber, 1909, pp. 18-19).

Mas, simultaneamente, Weber aponta para diferenças fundamentais que retardaram ou bloquearam tal desenvolvimento: a cidade antiga não era uma cidade industrial, e se transformou em uma forma de organização social fortemente estatal, que sufocou o desenvolvimento do capitalismo (cf. Weber, 1909, p. 256), de modo que a associação de capitalismo e política na Antiguidade traz consigo os limites do próprio desenvolvimento do capitalismo e também da própria cidade antiga (cf. Deininger, 1987, pp. 14-15). Os traços dessa especificidade, que combinam dimensão econômica pouco autonomizada e prevalência da esfera política, são analisados por Weber por meio de uma série de categorias de análise que serão abordadas nos itens subsequentes.

Modos de produção antigos: “fábrica”/“indústria” X economia do *Oikos*

A discussão a respeito da existência de “fábricas” ou “indústrias” no período da Antiguidade é um tópico incorporado por Weber em sua definição do capitalismo antigo, influenciado do início ao fim principalmente – mas não exclusivamente – pelas questões centrais presentes na controvérsia Bücher-Meyer. Não pretendo reproduzir aqui os pontos já abordados no capítulo 1 a respeito das posições de Bücher e de Meyer sobre esse tema, mas é importante enfatizar a maneira pela qual Weber conduz sua interpretação sobre a questão das indústrias na Antiguidade em relação às obras desses dois autores.

Diferentemente dos outros aspectos abordados nos próximos itens, a concepção de “fábrica”, como um elemento importante na construção do tipo ideal do capitalismo antigo, é descrita por Weber de forma bastante ampla, de modo que sua análise lança mão de exemplos circunscritos não apenas à Grécia e Roma em seus períodos de florescimento, mas abrange também o Egito e Israel antigos, assim como a Mesopotâmia. Isto é, o Oriente próximo não é mobilizado – como nos aspectos subsequentes – como contraponto comparativo, mas sim com o objetivo de reforçar as características que Weber deseja destacar na oposição com as fábricas modernas,

constituindo uma questão que perpassa os diversos capítulos da terceira edição de *Relações agrárias...*

Na condução dessa discussão, Weber utiliza como contrapontos comparativos suas concepções de fábricas/indústrias da Idade Média e da Época Moderna europeias. Nesse aspecto comparativo, ele cita abertamente a importância para sua análise (cf. Weber, 1921a, p. 63) do texto de Bücher, intitulado *Gewerbe* (Indústria/Oficina) (1892), no qual se estabelece uma comparação entre a estrutura das fábricas modernas em oposição aos estabelecimentos antigos.¹¹⁸ Já em suas divergências com Meyer¹¹⁹ (1895) – que acreditava na existência de indústrias já bastante desenvolvidas no mundo antigo, principalmente no antigo Egito (por volta de 3000 a.C.) e no período de desenvolvimento das cidades-estado na Grécia clássica –, Weber aponta para uma série de diferenças entre aquilo que na Época Moderna é usualmente nomeado “fábrica” ou “empresa” e aquilo que poderia ser o seu “correspondente” no período da Antiguidade.

Com referência à economia moderna, o termo “fábrica” é empregado por Weber no sentido de uma “empresa” que pode ser objeto de um empreendimento com capital fixo. “A ‘fábrica’ é hoje uma categoria da economia capitalista.” (Weber, 1921a, p. 76) Assim, Weber defende o uso da noção de “fábrica” somente quando se trata de oficinas com apropriação total dos meios de produção pelos proprietários, com especialização interna de serviços, emprego de fontes de energia mecanizadas, máquinas que necessitam ser operadas (uma tecnologia racional), produção para grandes mercados, cálculo de lucro segundo a conta de capital e presença de trabalho formalmente livre (cf. Weber, 1921a, p. 76).¹²⁰

¹¹⁸ Bücher elabora uma categorização das diferentes formas de produção (já citadas no primeiro capítulo) que teriam se desenvolvido historicamente de maneira linear, relacionando-as à sua teoria dos estágios econômicos. São elas: trabalho doméstico/diligência (transformação de matérias-primas na economia doméstica autônoma); trabalho assalariado (período de transição de uma economia doméstica independente para uma economia cidadina); artesanato (auge da economia cidadina); sistema de produção descentralizado (indústria doméstica) [*Verlagssystem (Hausindustrie)*] (intermediário entre economia cidadina e economia nacional); fábrica (sistema industrial da economia nacional plenamente desenvolvido) (Bücher, 1892).

¹¹⁹ Assim como com Beloch (1899).

¹²⁰ Muitas dessas e de outras características pertencentes ao modo de produção industrial medieval e moderno já foram abordadas no capítulo anterior, de modo que irei me concentrar naquilo que Weber entende por modo de produção antigo. Mas é interessante notar como as categorias utilizadas por Weber se assemelham em muitos pontos aos aspectos considerados por Bücher (1906) como fundamentais para a compreensão do caráter das indústrias na etapa da “economia nacional”: Bücher afirma que a indústria se torna um sistema preponderante, com um grande desenvolvimento técnico, uma da divisão do trabalho mais complexa (não apenas a divisão do trabalho entre os sexos e entre os

Por outro lado, quando se trata do uso das noções de fábrica/indústria para qualificar aspectos da economia antiga, Weber é, em princípio, bastante reticente:

A objeção a Bücher tão explicitada na perspectiva de Eduard Meyer (equivocada, segundo Meyer) tratou então até aqui de recusar a utilização de categorias econômicas específicas para a Antiguidade e da tentativa, ao menos para o período clássico de florescimento de Atenas, de operar com conceitos totalmente modernos, como “fábrica” e “trabalhadores fabris”. Meyer procurou também provar de maneira geral que [sem o uso de conceitos modernos] nós não podemos representar “de maneira suficientemente moderna” as condições de vida econômica daquela época, mesmo no que concerne à importância do comércio e dos bancos. Então, apenas para ressaltar esse aspecto, não está comprovada até agora a existência da “indústria doméstica” livre, no sentido que esse conceito adquire já no século XIII d.C., isto é, com as formas contratuais do sistema de produção descentralizado (*Verlagssystem*) (não somente como exploração *de fato* dos produtores pelo comerciante conhecedor do mercado, fenômeno que naturalmente a Antiguidade também conheceu). *Com razão*, falta até agora a comprovação da existência de qualquer tipo de “fábrica”, mesmo no sentido puramente técnico-administrativo da palavra [...] Quanto à existência de empresas *industriais*, sua duração e qualidade técnica (concentração do processo de trabalho nas oficinas com decomposição e unificação do trabalho e com “capital fixo”), as fontes não mencionam nem uma manifestação sequer. Elas [as empresas industriais] não se encontram como forma *normal* nem mesmo na produção dos faraós, nem na produção monopolística dos ptolomeus e nem no Império tardio, que poderiam ser os primeiros a ser lembrados. (Weber, 1909, pp. 328-330)

membros de uma família), grande desenvolvimento de um mercado, trocas em dinheiro etc.

Porém, apesar de Weber problematizar a abrangência das categorias fábrica/indústria/empresa e defender o seu uso somente nos casos das economias moderna e medieval (no caso desta última de modo mais comedido), em sua definição do caráter da economia antiga ele acaba por utilizar, mesmo com uma série de restrições, as mesmas nomenclaturas. Creio que esse aspecto reforça a questão já discutida no capítulo 1 a respeito do uso de conceitos modernos na definição de fenômenos pré-modernos. O fato de Weber – na definição do caráter da economia antiga – insistir na utilização das nomenclaturas fábrica/indústria/empresa, e simultaneamente reprovar o seu uso, revela o mesmo tipo de dilema metodológico já apresentado nos capítulos anteriores com relação ao uso da nomenclatura “capitalismo” na descrição da natureza da economia antiga. Assim, apesar de Weber reconhecer tratar-se de fenômenos bastante distintos – o capitalismo antigo e o moderno, a fábrica antiga e a moderna – creio que sua insistência no uso da mesma nomenclatura para ambos os casos se deve, por um lado, à facilidade que esse uso comum proporciona para uma análise de cunho comparativo.

Por outro lado, o modo encontrado por Weber para utilizar essas nomenclaturas, que em seu julgamento (e em concordância com Bücher) estão referidas a fenômenos modernos, é a adição de aspas em quase todas as vezes que são empregadas na análise da economia antiga. Ou seja, o uso de aspas possibilita a relativização da pertinência de tais nomenclaturas na definição do caráter da economia antiga.¹²¹ Assim, creio que a aparição dos termos “*Fabrik*” (fábrica) ou “*Industrie*” (indústria) entre aspas, principalmente na terceira edição de *Relações agrárias...*, é bastante reveladora do uso que Weber faz de “categorias modernas” para pensar a economia antiga. Além disso, muitas vezes Weber lança mão da palavra *Gewerbe* (que pode ser traduzido como oficina ou indústria), que em sua análise da economia antiga adquire um sentido muito próximo ao de *Fabrik* e *Industrie*. Mas no caso de *Gewerbe*, Weber não utiliza aspas, provavelmente por não se tratar de uma noção imediatamente associada ao capitalismo moderno, como no caso de fábricas ou indústrias.¹²² O termo *Betrieb* (negócio, empresa), por sua vez, também é bastante utilizado, mas

¹²¹ Acredito que os tipos de capitalismo não são acompanhados por aspas por se tratar de tipos ideais.

¹²² Valeria a pena uma investigação mais detida a respeito dos possíveis nexos entre a noção de *Gewerbe* utilizada por Weber e o uso da mesma noção no texto supracitado de Bücher.

creio que Weber não o associa ao sentido da empresa moderna, mas entende o seu significado apenas como a designação de um negócio de caráter econômico.

Assim, no período da Antiguidade, Weber considera que a presença das características definidoras da fábrica moderna supramencionadas era mínima ou inexistente. O exemplo que melhor ilustra seu argumento reside em sua descrição do modo de funcionamento do *ergasterion* (egípcio, helênico, bizantino, islâmico ou o *ergastulum* romano). *Ergasterion* era o termo designado para as oficinas nas cidades – com destaque para a produção de mercadorias têxteis, cerâmica e joias – e, segundo Weber, tinha uma significação econômica bastante ambígua. Tratava-se de oficinas que podiam ser parte integrante de uma gestão patrimonial ou atuar como fontes de renda, como partes da propriedade de uma pessoa particular ou associação (Weber, 1921a, p. 76). Em suas palavras:

O *ergasterion* helênico é essencialmente o lugar dos criados de um homem abastado – na maioria das vezes um comerciante, em particular de um importador de matérias primas preciosas (marfim, por exemplo) –, no qual a parte das matérias primas que ele *não* vende aos artesãos livres é transformada [...], sob a direção de um guardião, pelas mãos de um número certo de escravos qualificados [...] Pode-se dividir esse *ergasterion* à vontade (vendendo uma parte dos escravos) como um monte de chumbo – porque ele representa um reagrupamento indiferenciado de *trabalhadores* escravizados e não uma *organização* diferenciada do trabalho. E as “indústrias anexas” orientadas para a venda que se encontram aqui e ali nas grandes empresas agrícolas – como no caso das oficinas de transformação das administrações monopolistas no Oriente e na época imperial, assim como as “empresas” têxteis das princesas, que assumiam ocasionalmente dimensões muito grandes, nessa época como na Idade Média – são apenas apêndices das plantações, da administração fiscal ou do “*oikos*”, mas não eram “fábricas”. (Weber, 1909, p. 330)

De modo geral, o que Weber almeja ressaltar com relação ao funcionamento econômico do *ergasterion* é a ausência de uma série de características centrais para o entendimento da fábrica moderna: suas atividades econômicas exigiam pouco capital fixo, com divisão do trabalho fraca ou nula, seus operários produziam quase sempre o mesmo artigo e muitas vezes trabalhavam em regime de *apophora* (por conta própria), ou eram escravos. Tratava-se de um tipo de “indústria” que surgiu sobretudo com o objetivo de cobrir as necessidades próprias de uma economia doméstica e cujo excedente ocasional podia ser vendido no mercado (cf. Weber, 1919-1920, p. 110). Isto é, o objetivo central, que repousa sobre a satisfação de necessidades configura o oposto do que Weber entende por indústria capitalista moderna.

Ao abordar o tipo da fábrica antiga em sua amplitude temporal e espacial, Weber a concebe de diversas formas: seja na produção no interior de uma propriedade senhorial (*Fronhof*) (império dos faraós, domínios da época imperial), seja sob a “grande empresa utilizando o trabalho de escravos comprados, seja ainda nas combinações dessas duas formas.” (Weber, 1909, p. 336) Nesse último caso, Weber considera que a empresa antiga (*Betrieb*) possui um caráter híbrido: “[...] ela é 'capitalista' na medida em que se produz para o mercado e o solo é objeto de comércio. Ela não é capitalista na medida em que as forças de trabalho, como meios de produção, são subtraídos à compra como à locação no *livre* comércio. Mas, em regra geral, a existência de uma empresa repousando sobre a propriedade senhorial (*Fronhof*) é um fenômeno de transição, seja do *oikos* ao capitalismo ou, ao contrário, à economia natural. Porque é sempre um sintoma de *fraqueza* (relativa) do capital, especialmente do capital de empresa [...]” (Weber, 1909, p. 336)

Weber chega ainda a afirmar a possibilidade de encontrar certas semelhanças da economia antiga com o significado da fábrica moderna em seu sentido técnico. Em *Relações agrárias...*, ele argumenta, em debate explícito com Meyer, que os aspectos de relativo desenvolvimento das “fábricas” antigas não excluem a possibilidade de que uma aproximação com a grande empresa racionalizada ocidental, o que “mereceria um estudo particular”. Mas essas possíveis semelhanças não são exploradas por ele, pois elas “não fariam mais do que apenas confirmar a regra”, visto não se tratarem de fenômenos da esfera privada (Weber, 1909, pp. 713-714).

Isso revela a ênfase do interesse weberiano por aquilo que é característico da Antiguidade: “[...] esse desenvolvimento diametralmente oposto que, longe de se aproximar do capitalismo industrial moderno, se afasta dele [...]” (Weber, 1909, pp. 713-714). Aqui fica explicitamente claro que esse “estudo particular” não é o objetivo de Weber, pois seu interesse central na economia antiga é a elaboração de tipologias, de modo que o que importa são aqueles traços característicos da Antiguidade, frente aos quais alguns possíveis elementos pontuais de racionalidade¹²³ não exerceriam impactos significativos.

Um outro aspecto de grande relevância para Weber, com relação aos modos de produção característicos da economia antiga, diz respeito ao uso da concepção de “economia do *oikos*” – elaborada originalmente por Rodbertus (1867) e posteriormente incorporada por Bücher (1906). Em sua teoria dos estágios econômicos, Bücher apresenta de maneira condensada aquilo que entende por economia do *oikos*, ao relacioná-la ao primeiro estágio de desenvolvimento econômico de sua teoria, a economia doméstica.

Apesar de esse ponto já ter sido mencionado sucintamente no capítulo 1, pretendo tratá-lo com mais detalhes, visto ser importante para a compreensão da concepção weberiana dos modos de produção antigos. Por economia doméstica Bücher entende a predominância de um tipo de produção restrito ao ambiente doméstico da família ou clã, onde os bens são produzidos sempre no mesmo estabelecimento doméstico, formando um único e indistinto processo, cujo objetivo é suprir apenas as próprias necessidades. Em uma economia desse tipo as trocas econômicas estão ausentes, e não é possível separar as atividades aquisitivas das atividades domésticas. Nesse caso, o controle de terras é fundamental, pois aqueles que não as possuem acabam vivendo em relação de servidão ou escravidão, muitos deles estrangeiros, como foi o caso na Grécia e Roma antigas. Bücher argumenta, enfatizando o caráter típico de sua interpretação, que esse modo de produção baseado em uma economia do *oikos* predominou até o início da Idade Média europeia, até que, em um processo de transição, fosse substituído por uma economia citadina (cf. Bücher, 1906, pp. 92-116).

¹²³ Racionalidade que se refere ao desenvolvimento técnico, mas não à existência de uma mentalidade fundada no racionalismo moderno. Ou seja, a forma sem o espírito, como veremos adiante.

Weber atribui grande valia à ideia de economia do *oikos* e, em termos gerais, sua definição se apoia nas teorias de Rodbertus e Bücher; ele também entende por economia do *oikos* uma forma econômica doméstica principesca ou senhorial, cujo principal objetivo reside na satisfação de necessidades, e para a qual o trabalho escravo e servil, assim como a cobrança de impostos/tributos sobre dependentes desempenhavam um papel central (cf. Weber, 1909, pp. 327-333).

Por outro lado, em termos metodológicos, Weber reconhece uma grande diferença entre as teorias de Rodbertus e Bücher, pois considera que, no caso de Bücher, tratou-se de uma interpretação idealtípica na qual foram utilizados como base alguns exemplos da economia antiga. Ou seja, Weber acredita que, diferentemente de Rodbertus, a ideia de Bücher não era atribuir à economia antiga um caráter predominantemente doméstico, mas sim que alguns aspectos da economia antiga foram utilizados como ilustração do tipo da economia do *oikos*. Segue abaixo um longo trecho no qual Weber situa essa discussão e apresenta seu ponto de vista:

Em todo caso, de maneira geral, é inevitável não questionar se a constituição econômica da Antiguidade não apresenta traços que excluem a utilização de categorias com as quais trabalhamos quando se trata da história econômica da Idade Média e da Época Moderna. Essa questão foi vivamente, mesmo passionalmente, discutida na década precedente.

O ponto de partida desta discussão foi a teoria de Rodbertus, segundo a qual a Antiguidade pertenceria em sua totalidade ao período da “economia do *oikos*”, um período que ele elaborou para designar a produção própria da casa estendida por meio de trabalho não livre; a divisão do trabalho era essencialmente apenas uma especialização do trabalho no interior da grande habitação escravista, e as trocas comerciais eram uma oportunidade e um fenômeno acidental destinado a recolher os excedentes ocasionais de grandes unidades familiares, que eram em princípio economicamente auto-suficientes (autarquia do *oikos*).

Karl Bücher também utilizou a categoria *oikos* de Rodbertus na denominação do tipo *característico* de organização

econômica da Antiguidade. Contudo, após a sua autêntica declaração desse ponto de vista – como eu acredito poder interpretar –, ele a utilizou no sentido de uma *construção* “idealtípica” de um modo de organização econômica que apareceu na Antiguidade sob uma forma particularmente *próxima* da pureza “conceitual”, com suas consequências específicas, sem que portanto a Antiguidade *inteira*, em toda sua extensão espacial e temporal, tenha sido dominada por esse modo de organização. E [...] sem que essa “dominação”, nos períodos em que existiu, significasse mais do que uma *restrição* – no entanto muito forte e extremamente eficaz quanto às suas consequências – da importância do comércio para a satisfação de necessidades, e uma correspondente desclassificação econômica e social dos estamentos que teriam podido ser os portadores dessas trocas.

Ainda assim, permanece o fato de que o tratamento de Bücher da Antiguidade como uma *exemplificação* do tipo “economia do *oikos*” – porque tal deveria ser em definitivo o sentido de suas explicações – o obrigou a enfatizar, com esse fim paradigmático, precisamente os elementos da história da economia antiga a um grau tal que deu aos historiadores a impressão de querer simplesmente atribuir à economia antiga a característica de uma “economia do *oikos*”, e, ao lado disso, nas cidades, o caráter de uma “economia da cidade” (no sentido “idealtípico” dessa palavra).” (Weber, 1909, p. 327-328)

Como já abordado no capítulo 1, Weber atribui grande importância ao caráter típico da análise de Bücher, e acredito que por esse motivo sua interpretação da teoria de Bücher seja excessivamente condescendente, no sentido de Weber relativizar, talvez em demasia, a possível equivalência entre a concepção de Bücher da economia antiga e a economia do *oikos*. Mas, se retomado o posicionamento de Bücher em sua controvérsia com Meyer, é possível identificar diversas indicações de que sua concepção da economia antiga está mesmo bem próxima do que ele entende por economia do *oikos*.

De todo modo, o que importa aqui é a maneira como Weber incorpora a ideia de economia do *oikos* na sua própria interpretação da economia antiga – tema que perpassa suas principais obras aqui abordadas.

O que diferencia enormemente as concepções de Weber e Bücher – e esse é um ponto que revela diferenças fundamentais no papel das tipologias entre as teorias de ambos –, é que Weber enxerga correspondências entre o tipo ideal da economia do *oikos* e a economia antiga exatamente nos momentos opostos aos eleitos por Bücher. E, além disso, Weber estabelece correspondências entre a economia do *oikos* e as economias de outros períodos históricos, algo que não cabe no esquema elaborado por Bücher. Nas palavras de Nippel, trata-se, no caso da interpretação weberiana, de uma “construção idealtípica universalmente utilizável” (cf. Nippel, 1999, p. 10).

Ou seja, pode-se afirmar que Weber utiliza a teoria do *oikos* às avessas (Deininger, 2006, p. 16). Em uma concepção bastante linear e cronológica, Rodbertus e Bücher consideram uma linha evolutiva que vai da predominância, no mundo antigo, de uma economia do *oikos* (economia natural e sem trocas econômicas) rumo à sua transformação, na Idade Média, em uma economia citadina, com trocas econômicas. Para Weber, por outro lado, a economia do *oikos* “sem trocas” não é um ponto de partida, apesar de ela ter desempenhado um papel importante tanto no início como no final do período da Antiguidade; neste último caso, como um produto do desenvolvimento da estrutura econômica antiga na Antiguidade tardia. É na tese de Weber a respeito do declínio da cultura antiga que a teoria do *oikos* encontra sua maior força, e não no auge da Antiguidade. Weber argumenta que no caso de Roma, com o fim das guerras expansionistas e com o fim do abastecimento de escravos e o estabelecimento do colonato e dos senhorios territoriais, passa a predominar uma economia natural, na qual o *oikos* desempenhava um papel central, em detrimento das cidades e do mercado, que foram se extinguindo (cf. Weber, 1909, p. 332; cf. Bruhns, 2001, p. 54, 55; cf. Deininger, 2006, pp. 16-17). Nas palavras de Weber:

Deve-se ainda sublinhar com insistência que o “*oikos*” no sentido de Rodbertus desempenhou definitivamente o seu papel mais significativo na economia da Antiguidade. Mas, por um lado – e isso foi o que procurei parcialmente provar – para a Antiguidade helênico-romana, sob a luz da história, este

fenômeno não é mais que o produto de um desenvolvimento tardio (um produto da época imperial), e ele desempenha um papel de transição para a economia e para a sociedade feudal do início da Idade Média. (Weber, 1909, p. 331-332)

Ou seja, para Weber a economia do *oikos* é uma construção idealtípica que corre em paralelo ao tipo ideal do capitalismo antigo, porque ela corresponde exatamente àquelas características não-típicas do ponto de vista do capitalismo antigo, sendo reconhecida portanto naquelas épocas da Antiguidade que Weber muitas vezes trata como contrapontos à época de florescimento do capitalismo antigo.

Mas isso não significa que esses dois tipos ideais fundamentais na caracterização weberiana da economia antiga não tenham pontos de ligação. Weber reconhece que as riquezas monetárias e “trocas capitalistas” eram, na Antiguidade, como **“pontos de luz’ em uma grande escuridão tradicionalista.”** (Weber, 1909, p. 533) Assim, apesar de Weber conceber o surgimento da “indústria” na Antiguidade como uma forma de trabalho para satisfazer as necessidades próprias de uma comunidade doméstica (Weber, 1919-1920, p. 110), Weber reconhece também que, muitas vezes, “[...] os produtos da atividade doméstica, obtidos com matérias-primas e ferramentas da comunidade doméstica, são levados ao mercado, de modo que na ‘muralha’ da economia doméstica fechada abre-se uma janela de comunicação que leva ao mercado.” (Weber, 1919-1920, p. 116)

Nesse aspecto, apesar de o senhor territorial ser sobretudo um rentista, quando utiliza seus dependentes como fontes de trabalho para realizar uma produção para o mercado, acaba por atuar como um empresário (Weber dá como exemplos importantes a chegada ao mercado de produtos têxteis e de cerâmica), mesmo que, no caso da Antiguidade, tenha se tratado de uma produção para um extrato social relativamente pouco numeroso (cf. Weber, 1919-1920, p. 120-121). É dessa forma que, em determinadas épocas da Antiguidade – nomeadamente na Grécia clássica e na República romana –, despontaram uma quantidade significativa de “fachos de luz” de desenvolvimento econômico, o que possibilitou a Weber inserir a Antiguidade em sua tipologia do capitalismo, ao elaborar o tipo ideal do capitalismo antigo.

De todo modo, o que é importante para Weber em termos tipológicos, com relação à economia antiga, é que mesmo a “indústria” e o modo de produção capitalista antigos

estavam dotados de um caráter tradicionalista e não-racional, de forma que mesmo naquilo que Weber chama forçosamente de “indústria capitalista” antiga, os “grandes empreendimentos”, como o *ergasterion*, envolviam uma reunião apenas ocasional de forças de trabalho e consistiam no emprego de modos de produção “tradicionais”.¹²⁴ Dessa forma, com a ausência de características fundamentais constituintes da fábrica moderna, excluía-se a possibilidade da existência de uma racionalidade econômica nas diversas etapas da produção e comercialização no mercado, o que colaborou para a estagnação do capital (cf. Heuss, 1965, p. 541). Ao descrever a maneira como a força de trabalho escrava era empregada nas “fábricas” antigas, Weber apresenta de maneira clara o seu entendimento das limitações do modo de produção antigo:

O que garante a coesão das “grandes empresas” escravistas da Antiguidade não era uma coação *objetiva* – a divisão e a composição do trabalho dos *modos de produção* –, mas é puramente *pessoal*: por meio da acumulação *fortuita* da posse de homens por um indivíduo. *Esse* é o sentido apropriado da teoria do “*oikos*”. (Weber, 1909, p. 358)

Em termos gerais, pode-se concluir que Weber concorda com Meyer (embora com muitas ressalvas) ao reconhecer um período de florescimento econômico na Antiguidade greco-romana clássica, mas, ao mesmo tempo, não deixa de valorizar a interpretação de Bücher e Rodbertus a respeito da economia do *oikos* no mundo antigo. Ou seja, o que Weber faz é relativizar essas duas perspectivas divergentes e pensá-las dentro de seu esquema tipológico. Ao estabelecer tais diferenciações, ele elabora e enriquece suas definições não apenas dos modos de produção antigos, mas também daquilo que entende por empresa, fábrica e indústria modernas – aspectos centrais da definição do tipo ideal do capitalismo moderno.

¹²⁴ Mais uma vez, aparece aqui antecipada a ideia do desenvolvimento da forma sem o espírito, como veremos adiante.

Escravidão: quando força de trabalho, mercadoria e capital se confundem

Para Weber, a escravidão foi um traço muito característico da definição do tipo do capitalismo antigo – “A cultura antiga é uma cultura escravista.” (Weber, 1896, p. 104) – e, por isso, desempenha um papel central no texto *As causas sociais do declínio da cultura antiga*, bem como no nexo argumentativo da terceira edição de *Relações agrárias...*¹²⁵ O lugar dos escravos no mundo antigo é analisado por Weber – dependendo dos aspectos que deseja enfatizar – de maneira multifacetada: ora são descritos como força de trabalho, ora como mercadoria, ora como capital; em todos esses casos a ênfase de Weber repousa na dimensão material da posse de escravos, seja nos aspectos técnicos do uso da mão-de-obra escrava, seja na possibilidade dos escravos constituírem um “investimento” capitalista. Weber constrói sua análise tendo como contraponto comparativo não tanto o papel da escravidão em outros períodos históricos – embora apareça em certos momentos de sua obra a comparação com a escravidão na Idade Média e na Época Moderna –, mas a polarização principal é com o papel que o trabalho assalariado livre desempenha, tanto na construção do tipo ideal do capitalismo antigo, como na definição dos outros tipos de capitalismo; neste último caso, aparece materializado seja na figura do artesão da Idade Média, seja no proletariado moderno.¹²⁶ Mas Weber ainda aborda a posição dos escravos no mundo antigo sob um outro prisma: os escravos também são classe social; esse segundo aspecto da escravidão antiga será analisado detalhadamente em separado em um dos itens subsequentes.

No que concerne à questão “material” da posse de escravos, novamente, diversas críticas de Weber às obras de Bücher e Meyer conduzem grande parte da construção de seu argumento. Enquanto Bücher (1906) considera a escravidão uma categoria central e definidora da especificidade da economia antiga, argumentando a favor da grande importância da incorporação de estrangeiros por meio da escravidão ou servidão na Grécia e Roma antigas para a manutenção da economia doméstica,

¹²⁵ A escravidão também aparece como tema em todos os seus outros escritos sobre a economia antiga, além de estar muito presente em seus manuscritos de aulas e no compêndio *História econômica*.

¹²⁶ Seria interessante, em um trabalho futuro, procurar mensurar em que medida Weber incorpora em sua própria obra as análises de outros autores sobre a posição dos escravos na Antiguidade, pois é bastante provável que a interpretação weberiana sobre esse tema não seja original. É muito possível, por exemplo, que ele tenha incorporado diversos aspectos da teoria de Marx, pois no segundo volume de *O capital*, entre as páginas 474 e 475, Marx aborda sucintamente o problema da escravidão no mundo antigo de um modo muito semelhante, em diversos aspectos, à análise desenvolvida por Weber.

Meyer (1898) e Beloch (1902), lançando mão de dados quantitativos, rebatem esse argumento afirmando ter havido uma supervalorização indevida do papel da escravidão no mundo antigo.¹²⁷

Nas duas primeiras edições de *Relações agrárias...*, pode-se afirmar que o posicionamento de Weber com relação a essa questão é muito mais favorável a Bücher. Já na terceira edição, afirmando ter se enganado a respeito desse ponto em obra anterior¹²⁸, Weber faz algumas ressalvas importantes e concorda com a ideia de Meyer a respeito da existência de uma supervalorização do papel da escravidão nas grandes propriedades escravistas da época clássica da Antiguidade (Weber, 1909, p. 333).¹²⁹ Mas tais ressalvas não o impedem de continuar considerando a grande importância da escravidão para a economia antiga, mesmo que de maneira mais crítica, ao incorporar parcialmente alguns pontos de vista de Meyer e de Beloch.

Sua análise aborda diversas formas de escravidão na Antiguidade e lança mão de exemplos variados, mas para não perder de vista os problemas centrais aqui discutidos, ressalto apenas aquilo que Weber aponta como os aspectos mais relevantes da escravidão para a compreensão do capitalismo antigo, de modo que outros detalhes de caráter pontual sobre esse tema serão deixados em segundo plano. O primeiro aspecto que merece destaque é a maneira como Weber constrói a noção de escravidão em oposição à ideia de trabalho assalariado livre antigo – tratando-se em grande parte de artesãos ou produtores ocasionais. Apesar de seu reconhecimento da supervalorização do papel da escravidão no mundo antigo, Weber continua considerando a escravidão um elemento economicamente muito mais decisivo do que a existência do trabalho livre. Ou seja, o argumento de Weber é que, na diferenciação dos tipos constituintes de suas tipologias, apesar da presença significativa do trabalho assalariado livre em alguns períodos da economia antiga, este não teria constituído um traço distintivo desse

¹²⁷ Beloch ainda tece críticas bastante duras com relação à aproximação feita por Bücher entre a escravidão na Grécia antiga e os “negros” escravos dos estudos etnográficos citados em sua introdução. Beloch acredita que haja uma diferença enorme entre ambos os tipos de sociedades, no que diz respeito ao desenvolvimento da ciência, da arte e do Estado, o que tornaria impraticável tal comparação (Beloch, 1902, p. 98). Ainda sobre Beloch, é interessante notar que em um texto publicado apenas três anos antes do texto supracitado de 1902 – *Die Grossindustrie im Altertum* (A grande indústria na Antiguidade, 1899) –, ele ressalta a importância da escravidão para o desenvolvimento das grandes indústrias na Antiguidade, algo que segue um caminho contrário ao argumento do seu trabalho de 1902. De todo modo, os dois escritos de Beloch são importantes para Weber nessa discussão.

¹²⁸ As notas de Deininger na edição crítica da obra de Weber afirmam ser possível concluir que Weber está se referindo ao seu texto que trata do declínio da cultura antiga.

¹²⁹ Deininger (1990, p. 142) também enfatiza esse aspecto.

sistema econômico, ao contrário do papel desempenhado pela escravidão. Em suas palavras:

E é precisamente nas épocas e locais onde a comunidade “livre” “clássica” conheceu seu apogeu, que a escravidão esteve de maneira particularmente *forte* em primeiro plano. O fato de que, sem dúvida, a quantidade de escravos, assim como sua importância social, se foi fortemente superestimada em partes e períodos consideráveis da Antiguidade (especialmente para o período helênico, nomeadamente o Egito, mas também para o Oriente dos primeiros tempos e para a Grécia), tal como sabemos agora, não modifica muito a significado básico dessa diferença. (Weber, 1909, p. 327)

Isto é, em comparação às Épocas Moderna e Medieval, a escravidão na Antiguidade teve um impacto central na definição do capitalismo antigo, algo que não ocorreu com relação aos dois outros tipos. Em *A cidade*, Weber compara a importância da escravidão nas economias da cidade medieval e antiga típicas e reconhece que, no caso da cidade medieval, o papel do trabalho escravo, do ponto de vista econômico, passa a ser cada vez menos importante até tornar-se “insignificante” (na cidade medieval do norte). O papel das corporações teria sido fundamental para impedir a formação de uma camada de artesãos constituída por escravos, que certamente poderia ser tida por concorrente dos ofícios livres (cf. Weber, 1914a, p. 257). Nesse aspecto, Weber utiliza-se da comparação com a escravidão antiga para ressaltar a importância, na Idade Média, da constituição de um direito do trabalho e da organização corporativa das relações de trabalho livre (Weber, 1909, p. 693).

Na Antiguidade, ao contrário, apesar de serem citadas em sua análise diversas modalidades de trabalho que não se restringem somente ao par de oposições escravidão X trabalho assalariado livre, presentes em medidas variadas nos diversos períodos e localidades do mundo antigo – como o trabalho assalariado livre não-qualificado (para colheitas e grandes construções do Estado), o camponês não-livre, o camponês semi-livre, os servos etc. (cf. Weber, 1909, pp. 333-334) – Weber insiste na centralidade idealtípica da escravidão e enfatiza o seu caráter peculiar frente a

essas outras modalidades de trabalho.

Em uma medida um tanto restrita, o trabalho assalariado livre, como uma das características constituintes do tipo ideal do capitalismo moderno, pôde ser encontrado de maneira bastante peculiar em alguns momentos da Antiguidade – principalmente na época helênica e na época imperial. Nesse aspecto, Weber enfatiza que o emprego em conjunto de escravos e homens livres exerceu uma pressão sobre o trabalho escravo e funcionou como uma espécie de concorrência para os escravos: “A maior expansão da exploração de escravos declinou, no âmbito helênico, precisamente com os tempos do florescimento da democracia.” (Weber, 1914a, p. 258) Contudo, a presença do trabalho assalariado livre seria apenas uma característica isolada em meio a um modo de produção bastante limitado em termos técnicos e dominado por um *modus operandi* tradicionalista.

Muitos dos principais aspectos com relação à escravidão antiga encontram-se intimamente ligados à questão das “fábricas” na Antiguidade. Weber estabelece uma distinção importante entre o trabalho escravo realizado nos grandes empreendimentos (como as grandes plantações romanas) e a situação dos escravos nas “fábricas” e no comércio. No primeiro caso, ele enfatiza que a agricultura antiga era marcada por explorações de pequenas propriedades territoriais e que somente as culturas de *plantation* (dentre as quais se destacam as culturas para a produção de azeite e de vinho) tiveram o caráter de explorações escravistas em grande escala. E, mesmo assim, a presença massiva do trabalho escravo na agricultura se deu apenas onde havia escravos baratos e um preço elevado dos produtos das plantações; tratava-se, sobretudo, do emprego de uma mão-de-obra escrava não-qualificada (cf. Weber, 1909, p. 348-349).

Uma das condições fundamentais para a existência de empreendimentos do porte das *plantations* foi a possibilidade de aquisição de escravos no mercado, um aspecto que Weber relaciona ao predomínio, na transição para a *polis* democrática, da escravidão por compra; um tipo de escravidão que, do ponto de vista econômico, incentivou o desenvolvimento do tipo do capitalismo antigo. Pois Weber considera que o tipo de “empresa” antiga que opera a partir da compra de escravos é um tipo capitalista, porque os escravos, assim como as terras, são objeto comércio, capital (cf. Weber, 1909, p. 336-337). Em suas palavras:

[...] Aqui intervém o desenvolvimento capitalista: no lugar da servidão por dívidas entra a escravidão por compra. O desenvolvimento das relações de posse de terras e negócios, sob sua influência e sob a influência das peripécias políticas da cidade-estado constitui o tema da história agrária das épocas “clássicas”. Em essência, sua narração é por toda parte o *declínio* do campesinato proprietário livre que tinha ascendido na “*polis* hoplita”, e avanço dos negócios de escravos ou arrendamentos em parcelas, paralelamente à progressão do exército de mercenários ou do exército cesarista de proletários (em Roma). (Weber, 1909, pp. 369-370)

O declínio do emprego da mão de obra escrava em grandes empreendimentos coincide com a expansão do império romano e o deslocamento dos eixos centrais da economia antiga do litoral para o continente. Com o fim das grandes guerras, o abastecimento do mercado de escravos por meio do comércio marítimo e por meio das guerras diminuiu drasticamente, de maneira que os empreendimentos ao modo das *plantations* tornaram-se cada vez menos prováveis (cf. Weber, 1919-1920, pp. 82-84).

Já a situação dos escravos nas “fábricas” anexas às casas senhoriais e no comércio era de natureza diferente. Os escravos das casas senhoriais eram utilizados, em princípio, para o serviço particular de seus proprietários, com vistas à manutenção de seu consumo. A posse de escravos era algo recorrente entre os cidadãos antigos e quem não os possuía era um “proletário (no sentido da Antiguidade)” (Weber, 1914a, p. 257). Já a nobreza, por seu lado, desfrutava da posse em massa de escravos para seu uso pessoal; estes eram separados por funções de ordem doméstica e produziam, ao menos em parte, aquilo que era necessário para o consumo do *oikos* (cf. Weber, 1914a, pp. 257-258).

No exemplo do *ergasterion*, Weber assinala a importância do aprendizado de um ofício por parte dos escravos, o que os dota de relativa “liberdade” de funções ou ações com relação ao seu trabalho. Uma vez que o escravo tenha aprendido um ofício, seus senhores podem optar por não explorar o seu trabalho em casa ou em sua “empresa”, mas enviá-lo ao mercado. Por conta da presença forte do mercado nas cidades, em

determinadas situações era permitido ao escravo produzir por conta própria para o mercado e explorar o seu negócio, mesmo que pagando um censo ao seu proprietário. Esse tipo de trabalhador escravo é descrito por Weber como um tipo de artesão economicamente livre e pessoalmente não-livre (cf. Weber, 1919-1920, p. 122). Assim, ao lado do *ergasterion*, existia também a produção artesanal de escravos que trabalhavam de forma autônoma, seja como artesãos individuais, seja como pequenos comerciantes não-livres (cf. Weber, 1914a, p. 258).

Mas, além de atuarem como pequenos comerciantes não-livres, a presença dos escravos no mercado materializava-se também no papel de mercadorias. Para que os escravos, como mercadorias, pudessem chegar ao mercado, era necessário o abastecimento regular do mesmo, cuja principal fonte eram as inúmeras guerras. Se as guerras podiam significar, para as cidades envolvidas, grandes perdas de ordem econômica, Weber enfatiza que, por outro lado e ainda do ponto de vista econômico, as cidades “vencedoras” se beneficiavam dos saques dos mais diversos tipos de mercadorias, com especial destaque para os saques de escravos. Assim, as guerras funcionavam também como “caça aos escravos” para o abastecimento dos mercados. Weber diz:

Quase toda batalha vitoriosa trazia consigo a matança em massa de prisioneiros; toda conquista de uma cidade provocava a morte ou a escravidão de todos os habitantes. A toda vitória correspondia um aumento repentino da oferta de escravos. Um *demos* deste tipo jamais pôde estar primariamente orientado no sentido da aquisição econômica pacífica e de um negócio econômico racional. (Weber, 1914a, p. 288)

Esse trecho permite entrever as maneiras como Weber diferencia os diferentes tipos de capitalismo de acordo com os diferentes fatores que orientam a dimensão/esfera econômica mais ou menos autonomizadas. Se as atividades econômicas pacíficas na Idade Média colaboram para uma racionalização e autonomização crescentes da esfera econômica, o caráter bélico da cultura antiga idealtípica foi um dos elementos que – por meio do abastecimento do mercado de escravos – fundamentaram o desenvolvimento

do capitalismo antigo.

A importância do mercado de escravos para o capitalismo antigo revela o caráter multifacetado da posição dos escravos na economia da Antiguidade. A existência do escravo como mercadoria em uma economia posicionada entre uma economia natural e uma economia monetária (o que será discutido em detalhe adiante) significa que, em muitos contextos, o escravo acaba desempenhado o papel de meio de troca, de capital. Nesse sentido, os escravos constituíam um dos componentes mais importantes dos patrimônios antigos (cf. Weber, 1914a, p. 286). Um exemplo dessa importância é mencionado por Weber no que se refere aos casos de hipoteca na Antiguidade: “Os escravos eram hipotecados, não a 'oficina'. Os escravos são a oficina, sua manutenção pelos senhores, e não sua utilização no 'negócio' concentrado, é o elemento decisivo.” (Weber, 1909, p. 345)

Por um lado, Weber chega a afirmar que as “empresas escravistas” eram o “elemento progressivo” nos empreendimentos econômicos antigos (cf. Weber, 1896, p. 107). Esse argumento baseia-se na ideia de que a “empresa escravista” permitia uma disposição formalmente mais ilimitada sobre os trabalhadores do que o seu emprego por salário. Esse tipo de empreendimento prosperou no caso da possibilidade de alimentação muito barata dos escravos, na disponibilidade regular de escravos no mercado e nas grandes explorações agrícolas com caráter de *plantation* ou manipulações industriais simples (cf. Weber, 1921a, p. 94-95). Contudo, nem sempre existiu na Antiguidade uma configuração favorável que congregasse todos esses fatores e, além disso, uma série de outros fatores também peculiares à forma da escravidão antiga atuavam como empecílhos ao ganho econômico fundamentado na escravidão.

Assim, Weber apresenta não apenas os aspectos “positivos” – do ponto de vista econômico e se furtando intencionalmente de quaisquer juízos de valor – de uma economia baseada na escravidão, mas enfatiza sobretudo uma série de instabilidades que envolviam o trabalho escravo e os problemas de ordem econômica derivados dessa situação (cf. Weber, 1896, pp. 109-115). Isto é, a utilização dos escravos como força de trabalho aparece como um elemento chave na análise de Weber, sobretudo na definição dos limites de uma economia baseada nesse tipo de mão-de-obra. Se comparada ao sistema do trabalho “livre”, a posse “capitalista de escravos” também estava dotada de peculiaridades que funcionavam como entraves à racionalização da produção. De um

lado, o capital necessário a ser investido em “propriedade humana” (para compra e alimentação dos escravos) era muito maior do que no caso do trabalho por salário. Weber diz:

A especificidade econômica do uso capitalista da posse de escravos, comparada com o sistema de trabalho “livre”, reside no aumento considerável do capital que deve ser utilizado na aquisição de força de trabalho viva e em sua compra. No caso de os escravos não estarem empregados, por conta da estagnação dos negócios, esse capital não traz juros, como no caso das máquinas, mas, por outro lado, ele “devora” (em sentido literal) continuamente os fundos suplementares. (Weber, 1909, p. 341)

Além disso, essa forma de capital trazia consigo sérios riscos, não apenas por conta da mortalidade elevada e imprevisível dos escravos explorados, o que representava economicamente uma perda de capital investido dessa forma; mas um outro grande risco consistia na grande oscilação do preço dos escravos no mercado, em grande parte por conta da instabilidade de seu abastecimento: “Faltava a base de um cálculo de custos seguro, o pressuposto imprescindível de uma grande ‘empresa’ diferenciada [...]” e “[...] faltava o ‘capital permanente’, necessário à ‘fábrica’[...]” (Weber, 1909, pp. 342, 345), de modo que, do ponto de vista econômico, o emprego do capital na forma de escravos era considerado por Weber como “irracional”. O exemplo abaixo ilustra esse ponto:

[Havia no mundo antigo] [...] flutuações colossais dos preços dos escravos que implicavam o perigo constante de uma desvalorização do capital investido (Luculus vendeu escravos provenientes do saque de guerra por 4 dracmas, em uma época onde, em tempo de paz, sob um mercado razoavelmente aprovisionado, seria necessário centenas de dracmas para comprar um trabalhador em boas condições). (Weber, 1909, pp. 341-342)

Weber problematiza também aquilo que chama de “exploração sem limites” da força de trabalho escravo, o que teria gerado não apenas um desgaste físico do escravo, mas sobretudo sua falta de interesse econômico por esse tipo de trabalho. Ambos os elementos se caracterizavam como entraves ao avanço técnico da produção (cf. Weber, 1909, pp. 343-344), de modo que as peculiaridades desse tipo de força de trabalho na Antiguidade eram consideradas por Weber dificultadoras, seja do aprimoramento da técnica com ferramentas, seja da combinação de forças de trabalho diferenciadas e precisas; aspectos que estão no cerne de sua definição das formas empresariais modernas (cf. Weber, 1909, pp. 343-344). Além disso, nos casos de desgaste físico dos escravos ou de oscilações conjunturais, não havia a possibilidade de seleção e de demissão desse tipo de mão-de-obra (cf. Weber, 1921a, p. 95).

Um último aspecto com relação aos entraves provocados pela escravidão para o desenvolvimento da economia antiga diz respeito à vida familiar dos escravos. Quando não viviam em regime de aquartelamento, mas, ao contrário, estavam acompanhados de suas famílias, essa situação trazia consigo uma série de custos para o seu senhor – sobretudo de alojamento e alimentação –, visto que o trabalho de mulheres e crianças não era, muitas vezes, “[...] aproveitado de forma 'economicamente racional' como força de trabalho [...]” (Weber, 1921a, p. 95). Assim, aquilo que para Weber representaria uma “uma exploração plenamente capitalista” da força de trabalho do escravo estava longe de se concretizar caso ele tivesse qualquer tipo de ligação familiar, pois “[...] os custos e sustento das mulheres e a criação das crianças seriam como um peso morto sobre o capital investido.” (Weber, 1909, p. 342) Weber considera que no caso das mulheres a situação era menos complicada, pois, na maioria das vezes elas serviam à prostituição ou ao trabalho doméstico e, em certos casos, eram empregadas no trabalho têxtil (cf. Weber, 1909, p. 342-343). Mas, por outro lado, ressalta que os principais domínios onde se consumia o trabalho servil, “plantações, navegação marítima, exploração mineira, recolhimento de impostos, a força de trabalho feminina era inapropriada.” (Weber, 1909, p. 343)

Os diversos aspectos da escravidão antiga abordados neste item permitem concluir que uma comparação interna ao período da Antiguidade possibilita a Weber afirmar ter sido a escravidão um elemento progressivo da economia antiga, seja

como mão-de-obra, seja como mercadoria. Por outro lado, comparativamente com os modos de produção e a força de trabalho (trabalho assalariado livre) predominantes nas economias medieval e moderna, os aspectos da escravidão antiga enfatizados por Weber revelam que ela representou sobretudo um entrave à racionalização da produção e uma forma de capital muito instável no que diz respeito às suas possibilidades de valorização.

Economia natural X economia monetária: capitalismo antigo como tipo híbrido

A distinção entre “economia natural” e “economia monetária” é um outro aspecto fundamental da definição do tipo ideal do capitalismo antigo, e está ligada tanto às questões debatidas na controvérsia Bücher-Meyer, como ao uso da expressão “economia do *oikos*” forjada por Rodbertus. Weber considera que o sistema econômico antigo foi marcado por um traço característico híbrido que congregou, simultaneamente, a existência de uma economia natural e de uma economia monetária. Isto é, o tipo ideal do capitalismo antigo abarca uma economia de trocas baseada no escambo, como também, em uma medida menor, o uso do dinheiro como meio de troca e/ou meio de cálculo.¹³⁰

A base comparativa estabelecida por Weber na definição desse “tipo híbrido” de economia é, por um lado, o contraponto com as economias medieval e moderna, isto é, o contraponto com dois outros sistemas econômicos com grande desenvolvimento (e predomínio) da economia monetária. E, por outro lado, há também a comparação com a peculiaridade de alguns exemplos das economias do Oriente próximo antigo (Egito), que apresentaram uma economia monetária desenvolvida. Entretanto, por desenvolver-se em meio a um sistema monárquico burocrático, a existência dessa economia monetária na Antiguidade oriental foi compreendida por Weber como um fator isolado, que por si só não foi capaz de propiciar um desenvolvimento capitalista.

Weber argumenta que a Antiguidade é exatamente o momento de introdução do dinheiro e o significado das provisões de metal influiu fortemente no desenvolvimento do capitalismo antigo. As finanças públicas, em seu

¹³⁰ Trata-se de uma discussão clássica no campo da teoria econômica presente na obra de Weber sobretudo no segundo capítulo da primeira parte de *Economia e sociedade* e em *História econômica*.

desenvolvimento no *oikos* dos príncipes da cidade, com seus metais preciosos entesourados, foram grandes negócios econômicos (cf. Weber, 1909, p. 26), constituindo um dos elementos fundamentais nos quais a teoria dos ciclos de prosperidade de Meyer se baseou. Contudo, na visão de Weber, mesmo pertencendo aos dois tipos de economia, predominava na Antiguidade a economia natural – uma diferença de posicionamento central com relação à perspectiva de Meyer. Pertencer ao mesmo tempo a uma economia natural e, em menor medida, a uma economia monetária significou, na Antiguidade, a formação de meios variados de satisfação das necessidades, com ou sem trocas econômicas.

Weber descreve a economia natural predominante no mundo antigo como uma economia cujas necessidades eram satisfeitas no interior do *oikos*, sem recorrer a operações de troca; e, em outras situações, como uma economia de trocas, sem utilização do dinheiro ou com utilização muito restrita (cf. Weber, 1919-1920, p. 5); este segundo caso é o que melhor descreveria o caráter predominante do tipo do capitalismo antigo. Com relação à presença de uma economia monetária no mundo antigo, Weber reconhece uma pluralidade de formas de uso do dinheiro, afirmando que a utilização da provisão de metais preciosos como capital era relativa, variando muito de acordo com o local e época (cf. Weber, 1909, p. 10). O dinheiro podia ser utilizado em algumas sociedades como meio de troca, mas não como meio de cálculo, e também o contrário. Um outro limite do uso do dinheiro – encontrado em “forma típica” em documentos egípcios e babilônicos – foi o cálculo em dinheiro sem o uso efetivo do mesmo, ou limitado aos excedentes das quantidades de bens cambiados que não puderam ser compensadas em espécie (cf. Weber, 1921a, p. 47; 1919-1920, p. 5).

Essas limitações do uso do dinheiro não contemplam a complexidade do papel que Weber atribui à economia monetária no caso da economia moderna. Ou seja, ao se referir ao tipo do capitalismo moderno, Weber concebe o dinheiro como o meio de cálculo econômico formal mais racional de orientação da ação econômica: “O pressuposto geral para a existência desse capitalismo moderno é a *contabilidade racional do capital, como norma para todas as grandes empresas lucrativas que se ocupam da satisfação das necessidades cotidianas.*” (Weber, 1919-1920, p. 239)¹³¹ O

¹³¹ Esse argumento remete a um dos aspectos centrais da definição sombartiana do capitalismo e aparece também em outros escritos de Weber, como no caso de *Economia e sociedade*.

cálculo em dinheiro, e não apenas o uso efetivo do dinheiro como meio de troca – um aspecto bastante enfatizado também por Bücher (1906) –, possui muitos significados: a possibilidade de estimativa segundo a situação do mercado; a averiguação contábil das probabilidades da ação econômica e o cálculo *a posteriori* do custo da ação econômica já realizada; a comparação periódica do conjunto disponível de bens e probabilidades de uma economia; e a estimação prévia e confirmação posterior das entradas e saídas calculáveis em dinheiro (cf. Weber, 1921a, p. 45); e, por meio de uma racionalidade calculadora da atividade econômica e da contabilidade, pode ser estabelecido um plano econômico para o emprego do dinheiro.¹³² (cf. Weber, 1919-1920, p. 6)

A racionalidade formal do cálculo em dinheiro está relacionada a condições materiais muito específicas, como a luta de mercado de economias autônomas, alcançando seu ponto máximo de racionalidade como meio de orientação na gestão econômica, na forma de cálculo de capital (cf. Weber, 1921a, pp. 58-59). Além disso, uma economia monetária expandida torna possível a separação temporal dos momentos da troca, de modo que não há a necessidade de correspondência das coisas trocadas, o que possibilita uma expansão do mercado (cf. Weber, 1919-1920, p. 6). Esses elementos aparecem ou de forma embrionária, ou estão completamente ausentes na economia antiga, o que permite uma total relativização do papel da economia monetária na construção do tipo ideal do capitalismo antigo.

Um outro aspecto enfatizado por Weber diz respeito à utilização da noção de capital na análise da economia antiga. Quer se trate da presença da economia monetária no tipo do capitalismo antigo, ou no tipo do capitalismo moderno, Weber assinala que por “capital” deveria sempre ser entendido “capital de aquisição”, no contexto de uma economia privada de trocas que sirva para a obtenção de ganho econômico. Além disso, “capital” não deveria ser utilizado como um conceito do domínio agrário que se refira às relações de dominação de um senhor territorial sobre outros indivíduos em virtude de um direito pessoal. Pois, embora esse tipo de dominação gere ganhos econômicos na forma de contribuições ou taxas, “nem as terras possuídas, nem os seres humanos dominados são 'capital', visto que o tipo de

¹³² A obra de Sombart (1902) é importante para a definição weberiana nesse aspecto, pois Sombart enfatiza a relevância da contabilidade e do cálculo para o desenvolvimento do capitalismo moderno (cf. Sombart, 1902, 391-397).

dominação exercida sobre ambos (em princípio) não repousa sobre a aquisição por meio da livre troca, mas sim sobre uma relação de cunho tradicional de ambos os lados.” (Weber, 1909, p. 335-336)¹³³

A ênfase de Weber repousa na ideia de que os escravos só podem ser considerados “capital” se no momento de sua aquisição eles se constituem como objetos de troca no mercado, de modo que todas as outras formas de aquisição de escravos baseadas em uma relação de dominação de caráter tradicional entre o senhor e o escravo não podem ser caracterizadas da mesma maneira. E com relação à posse de terras, Weber assinala que um sistema capitalista no qual a economia monetária predomina não se apoia majoritariamente em tributos fiscais (como a economia antiga), mas sua base é “puramente econômica”, sendo representada pelo comércio, o que não se aplica ao caso antigo (cf. Weber, 1919-1920, p. 221). Ou seja, Weber defende que, com relação ao capitalismo antigo, é possível reconhecer a existência de uma forma econômica híbrida, mas com o predomínio de relações tradicionalistas que não incentivaram o desenvolvimento do capital.¹³⁴

O caráter tradicionalista da economia antiga se manifesta também em outro de seus aspectos centrais constituintes: a satisfação de necessidades. Nos momentos de predomínio da economia natural, ela estava orientada para um dos elementos-chave de uma sociedade fundamentada nas relações *estamentais*: o consumo. Weber diz: “[...] todo o cálculo natural está orientado, em sua essência mais íntima, para o consumo: a satisfação de necessidades.” (Weber, 1921a, p. 54) A descrição da economia antiga como uma economia que se orienta sobretudo para a satisfação de necessidades é um aspecto bastante enfatizado na definição da economia doméstica de Bücher. Ele argumenta que apesar da presença do dinheiro na Antiguidade, este era utilizado apenas para a satisfação imediata das necessidades, isto é, como meio de troca, mas não como medida de valor (uma medida universal de valor). Weber baseia-se nessa diferenciação ao definir o caráter da economia antiga como predominantemente consuntivo. Em

¹³³ Em *O capital* Marx apresenta uma observação muito semelhante ao afirmar que, no mundo antigo, os escravos frutos do roubo não são obtidos em um processo de circulação (de mercadorias) (cf. Marx, 1893, p. 475).

¹³⁴ Trata-se de uma definição de “capital” bastante semelhante à utilizada por Bücher (1906) ao se referir à economia antiga. Segundo Bücher, na Antiguidade só há capital fixo, mas esse capital não circula, pois não há provisão de bens com finalidades aquisitivas. Weber relativiza essa definição, ao enfatizar a presença de ganhos econômicos nos momentos de florescimento da economia antiga, mas, mesmo de forma crítica, é possível reconhecer que a concepção de capital em Bücher orienta a análise de Weber.

História econômica ele opõe claramente dois tipos de economia, aquele que predominou em certos períodos da Antiguidade (a economia doméstica) e o seu contraponto comparativo na Época Moderna:

Os dois tipos fundamentais de toda a economia são economia doméstica e economia aquisitiva, que estão ligadas umas às outras por meio de etapas de transição, mas que em sua forma pura são opostos conceituais. Economia doméstica significa uma economia orientada para satisfazer as próprias necessidades, sejam as necessidades de um Estado, de um indivíduo ou de uma associação de consumo. Economia aquisitiva, por outro lado, significa a orientação segundo as probabilidades de ganhos econômicos, a saber, a orientação para as chances de ganho em trocas econômicas. As categorias fundamentais da economia doméstica, na presença de uma economia monetária, são o patrimônio e a renda [...]

[...] empresa significa uma economia aquisitiva [...] Toda empresa está orientada para a rentabilidade, isto é, se orienta para conseguir um excedente sobre a estimativa em dinheiro dos valores econômicos empregados pela empresa; e trabalha com um cálculo ou conta de capital [...] (Weber, 1919-1920, p. 6-7)

Acredito que o fato de Weber salientar que sua definição apresenta os tipos fundamentais de *toda* a economia revela que se trata sobretudo de tipos ideais, que podem encontrar correspondências maiores ou menores com os sistemas econômicos antigo e moderno, e que não se trata de definições estanques de cada um deles. No caso da economia antiga, Weber enfatiza que, por conta da heteronomia da dimensão econômica, esses dois tipos econômicos (economia doméstica e economia aquisitiva) encontravam-se mais indiferenciados – o contrário do que ocorre na economia moderna –, o que é muito diferente de afirmar que não havia economia aquisitiva no mundo antigo (como defendem Rodbertus e Bücher). Weber diz:

O comércio e a produção artesanal para o mercado são atividades econômicas acessórias de uma unidade doméstica¹³⁵, faltando toda a separação entre economia doméstica e economia aquisitiva. (Weber, 1919-1920, p. 65)

A respeito das formas de valorização do capital mais recorrentes na economia antiga, Weber salienta que, diferentemente da economia moderna, o investimento na atividade produtiva (nas “grandes empresas” industriais) ocupou um lugar secundário. Mas, por outro lado, existiram outras formas de valorização do capital, fundamentais na Antiguidade, e que deixaram de desempenhar um papel importante na economia moderna, como o arrendamento do direito de cobrar impostos leiloado pelo Estado à pessoas particulares (aspecto que será discutido em detalhe adiante). Além disso, predominaram ainda no mundo antigo outras formas de investimento do capital:

1. Assunção ou participação em impostos e trabalhos públicos; 2. Minas; 3. Comércio marítimo [...]; 4. Plantações; 5. Operações bancárias e similares; 6. Hipoteca territorial; 7. Comércio internacional (praticado esporadicamente sob a forma de uma grande empresa contínua, no Ocidente unicamente durante os dois primeiros séculos da época imperial [...]) 8. Locação de escravos (eventualmente instruídos) ou estabelecimento de escravos como artesãos ou comerciantes independentes, ou comerciantes por “Obrok”, como diriam os russos; enfim, 9. Utilização capitalista de escravos dotados de uma formação *artesanal*, possuídos a título de propriedade ou de salário, com ou sem “oficinas” [...] (Weber, 1909, p. 338-339)

Mas, ao mesmo tempo em que reconhece essas diversas formas de investimento do capital no mundo antigo, Weber aponta para o engano da suposição de que a existência de economias capitalistas cresce proporcionalmente ao desenvolvimento da economia monetária: economia monetária não quer dizer capitalismo (cf. Weber,

¹³⁵ Aqui Weber se refere à unidade doméstica do *oikos* na Antiguidade.

1909, p. 721; 1921a, p. 62). Weber diz:

Deve-se sem dúvida atribuir uma grande importância às *reservas de metais preciosos* para o *ritmo* do desenvolvimento capitalista. Mas há hoje em dia muitas vezes a tendência de superestimar essa importância para a *estrutura* da economia em si mesma. A economia da Babilônia, na ausência de minas e com reservas de metal manifestadamente muito escassas – a limitação do metal precioso à função de medida de valor demonstra isso, da mesma forma que as correspondências dos reis com os faraós – era, já nas épocas mais antigas, tão desenvolvida sobre o plano das trocas como a de outros países orientais, mais desenvolvida mesmo que o Egito, que possuía ouro. Por outro lado, apesar de uma economia *monetária* plenamente realizada, as reservas gigantescas de metais preciosos que o Egito ptolomaico possuía – mesmo que as estimativas mais recentes sejam apenas aproximadamente exatas – não permitiram ao “capitalismo” atingir, como princípio *estrutural* da economia, um grau de florescimento particularmente notável, e nem um desenvolvimento comparável àquele de Roma da mesma época. (Weber, 1909, p. 340)

Pode-se perceber aqui uma posição claramente diversa da de Bücher com respeito à diferenciação dos estágios econômicos, na medida em que Bücher trata da passagem de uma economia natural para uma economia monetária como equivalente à passagem que ocorre na transição da Antiguidade para a Idade Média. Ele argumenta que, nesse período de transição (que corresponde à Idade Média dos primeiros tempos) as mercadorias começam a ser comercializadas, depois algumas delas se tornam meios de troca e, por fim, surgem o dinheiro como meio de troca, os mercados, as compras e vendas à crédito. Para Weber, ao contrário, uma economia monetária bem desenvolvida não constituía, por si só, a condição para o desenvolvimento do capitalismo moderno, mas, ao contrário, poderia levar a

desenvolvimentos bastante diversos, desde que a partir desse desenvolvimento monetário não fossem criadas “formas econômicas qualitativamente novas” (Weber, 1909, p. 341).

Um último aspecto bastante explorado por Weber diz respeito ao papel dos bancos na economia monetária da Antiguidade. Weber menciona como “negócio bancário típico” do mundo antigo a realização de ordens de pagamento no caso de transações realizadas à longa distância; uma forma de pagamento que seria análoga ao cheque moderno. Outra função importante dos bancos antigos era a de administração de grandes patrimônios (cf. Weber, 1919-1920, p. 223). No caso dos bancos romanos, Weber destaca ainda a possibilidade da realização de “operações de conta corrente no sentido atual”, como o depósito e o seu reconhecimento como forma de pagamento de dívidas (cf. Weber, 1919-1920, p. 224-225).

Mas Weber não deixa de assinalar os limites econômicos desses tipos de bancos, na medida em que só excepcionalmente tratava-se de empresas privadas (cf. Weber, 1919-1920, p. 225). Na maior parte das vezes, o que existia eram bancos do Estado ou templos, que funcionavam como caixas de depósito. Os templos antigos – com exceção dos romanos – usualmente funcionavam como locais sagrados de custódia de tesouros, e era típico o seu uso pelos escravos, que acumulavam e guardavam o dinheiro com o objetivo de obter a alforria. Já os bancos estatais, por sua vez, impuseram um forte monopólio monetário e acumulavam dinheiro muitas vezes por meio de cobranças fiscais (cf. Weber, 1919-1920, pp. 218, 225-226).

As finanças públicas são consideradas por Weber “as mais antigas empresas econômicas”, mas o seu caráter é extremamente ambíguo, pois “[...] por um lado, elas substituem a acumulação privada do capital, por outro lado, são suas precursoras, e ainda por outro lado, elas a esmagam.” (Weber, 1909, p. 351) Creio que esse é mais um aspecto que revela o caráter politicamente orientado do capitalismo antigo, pois trata-se de empreendimentos econômicos relativamente desenvolvidos, mas o que sustenta esse desenvolvimento econômico é uma orientação política estatal muito forte das atividades econômicas, o que resulta em um desenvolvimento mais restrito da dimensão econômica, se comparado com as economias medieval e moderna.

Estamentos e classes: capitalismo antigo como capitalismo de rentistas

As relações entre as diferentes camadas sociais na Antiguidade configuram um outro aspecto fundamental da definição do tipo ideal do capitalismo antigo, na medida em que Weber procura compreender os papéis que as relações estamentais e as relações de classe desempenharam no desenvolvimento da economia antiga. Seu interesse repousa sobretudo nas relações estamentais e de classe na Grécia e em Roma em seus períodos de florescimento, isto é, nos períodos e localidades que melhor correspondem ao capitalismo antigo como tipo ideal. Sua análise comparativa desenvolve-se, como nos tópicos anteriores, comparando as relações de classe e estamentais na Idade Média e as relações de classe na Época Moderna; mas quando o elemento religioso entra em jogo, a situação estamental do Oriente (China e Índia) também desempenha um papel central.

Além de suas obras a respeito da economia antiga já mencionadas, considero fundamental para compreensão desse aspecto também texto *Stände und Klassen* (Estamentos e classes), publicado em *Economia e Sociedade*. De modo bastante conciso, esse texto apresenta não apenas as distinções entre essas duas modalidades de classificação das relações sociais, mas também as maneiras como elas se relacionam entre si e se amparam mutuamente. Enquanto a categoria “classes” aparece relacionada a posições econômicas ocupadas por determinados grupos de indivíduos, a situação estamental, por outro lado, não tem a ver necessariamente com a ocupação de uma posição econômica, mas sim com o privilégio positivo ou negativo de valorização social de certa posição ocupada, valorização essa baseada em formas de conduta de vida, nos níveis de educação formal, no prestígio profissional ou na descendência (cf. Weber, 1921a, p. 179).

Em meu entender, o papel das categorias classes e estamentos na definição dos tipos do capitalismo antigo e moderno foi compreendido por alguns intérpretes da obra de Weber de maneira equivocada. Baseada na obra de Finley, a interpretação de Morris (1999), por exemplo, conclui que na tipologia de Weber a categoria classes seria a mais apropriada para definir o capitalismo moderno, ao passo que a categoria estamentos seria a que melhor definiria o caráter do capitalismo antigo. Contudo, essa interpretação simplifica demasiadamente a tipologia weberiana e, no caso da economia antiga, deixa de lado exatamente o cerne da definição do tipo ideal do

capitalismo antigo.

Como já mencionado várias vezes ao longo desta tese, o desenvolvimento econômico do capitalismo antigo foi fortemente limitado por um caráter tradicionalista predominante, que visava a manutenção do consumo refinado dos estamentos superiores na hierarquia social; os ganhos econômicos eram um fator esporádico, e não a finalidade primeira das transações econômicas. O capitalismo antigo é um tipo ideal forjado por Weber, entre outras coisas, para demonstrar o modo como essas relações estamentais agem sobre as relações econômicas e de classe – o que não significa que as relações estamentais substituam as relações de classe. Mas é a partir das relações estamentais que Weber analisa as relações de classe no mundo antigo, e vice-versa; isto é, as relações de classe são de fato muito importantes para a definição do tipo do capitalismo antigo, mas aparecem sempre referidas às relações estamentais. Já na análise da economia moderna idealtípica, as relações estamentais não desempenham mais essa mediação de maneira decisiva, dado o grau elevado de autonomização da esfera econômica.

A cidade antiga idealtípica é descrita por Weber como atravessada por uma série de diferenciações estamentais, nas quais predominaram, de modo típico, as seguintes distinções: nobreza/aristocracia, escravos, servos, servos por dívidas, clientes, metecos e libertos – estes últimos desempenharam um papel significativo sobretudo na democracia hoplita (cf. Weber, 1914a, p. 275). Além disso, no caso da cidade antiga idealtípica, pensada como comuna urbana, ser cidadão com direitos significava pertencer a um grupo estamental privilegiado (cf. Weber, 1914a, pp. 84-85).

Quando a perspectiva econômica entra em jogo, Weber identifica uma série de correspondências entre a dimensão estamental e a dimensão de classe na Antiguidade. As principais classes típicas, que operavam como “bases econômicas da cultura antiga” eram, de um lado, as “classes proprietárias” positivamente privilegiadas, formadas sobretudo por rentistas (possuidores de escravos, de terras e credores), e muitas vezes beneficiadas por um direito territorial ou de sucessão, pelo fato pertencerem a um determinado grupo estamental (cf. Weber, 1909, p. 359). E, de outro lado, havia as classes negativamente privilegiadas, que se constituíam seja como objetos de posse (escravos, não-livres), seja como endividados,

desclassificados, pequenos camponeses livres desprovidos de propriedade, comerciantes e pequenos produtores de artesanato, trabalhadores assalariados etc. (cf. Weber, 1921a, p. 178; 1909, p. 348). De todo modo, em termos gerais, Weber utiliza o termo classes (Klassen) para se referir à economia antiga principalmente ao tratar das relações estabelecidas pelos proprietários de terras e pelos escravos.

Weber define a forma econômica de diferenciação denominada “classes proprietárias” tendo por polo oposto aquilo que poderia ser o seu contraponto comparativo nas sociedades medieval e moderna: as “classes aquisitivas”. Como traço distintivo predominante principalmente na economia moderna, as classes aquisitivas estariam divididas em duas formas típicas: de um lado as classes aquisitivas positivamente privilegiadas, representadas pelos empresários e, de outro lado, as classes negativamente privilegiadas, constituídas pelos trabalhadores. Weber menciona ainda a existência de classes intermediárias compostas por camponeses e artesãos, que estariam referidas à economia medieval (cf. Weber, 1921a, pp. 178-179).

No caso das classes proprietárias no mundo antigo, as diferenças de posse determinam a situação de classe (cf. Weber, 1921a, p. 177). Somente os cidadãos podiam ser proprietários de terras, algo que permite identificar com clareza o quão elevado era o grau de orientação política da dimensão econômica. Aqueles que viviam de rendas interessavam-se principalmente pela manutenção das mesmas e apenas ocasionalmente envolviam-se em esquemas de geração de ganhos econômicos, o que constituía a possibilidade do desenvolvimento do capitalismo antigo. Sendo o principal interesse das classes proprietárias a manutenção de sua condição, e não a geração de lucros, o desenvolvimento e autonomia da economia antiga é consideravelmente menor em comparação à sociedade de classes aquisitivas. Assim, o ponto central que liga as categorias estamentos e classes é, por um lado, a ênfase dos proprietários de terras na manutenção de seu estilo de vida e de consumo, isto é, de seus interesses ideais, e, por outro lado, como os interesses materiais (aquisição de novas terras, implementação de uma economia de mercado, etc.) aparecem subordinados aos interesses ideais, de modo a frear o desenvolvimento econômico em seus múltiplos aspectos (mercado, produção, força de trabalho etc.). Nas palavras de Weber:

[...] é preciso distinguir entre “classes proprietárias” e “classes aquisitivas”, estas últimas condicionadas primariamente pelo mercado. A sociedade atual está estruturada predominantemente em classes, e, a saber, em grande e específica medida, em classes aquisitivas. No entanto, ela envolve, no prestígio especificamente estamental dos estratos “educados”, um elemento de organização altamente estamental, que se materializa externamente de modo mais claro nos monopólios econômicos e nas oportunidades sociais preferenciais dos possuidores de diplomas. No passado, a significação da ordenação estamental foi muito mais importante, em particular para a estrutura *econômica* das sociedades. Pois exerceu uma influência extraordinariamente forte sobre elas, por um lado através das barreiras ou das regulamentações de consumo e pela importância dos monopólios estamentais – irracionais do ponto de vista da racionalidade econômica –, e, por outro lado, pela importância das convenções estamentais das respectivas camadas dominantes que atuam como referência. (Weber, 1915-1920a, p. 127)

Assim, por um lado, grande parte dos privilégios estamentais antigos se mantiveram graças à condição de classe privilegiada das classes proprietárias. Por outro lado, suas condutas de vida, baseadas no consumo, eram irracionais do ponto de vista econômico, por dificultarem “[...] a formação livre do mercado, por meio de apropriações monopolizadoras e pela interrupção da livre disposição sobre as próprias capacidades aquisitivas.” (Weber, 1921a, p. 180) A combinação, no mundo antigo, da existência de classes proprietárias e de uma mentalidade tradicionalista voltada para a manutenção de sua condição foi o que permitiu a existência significativa de uma camada de rentistas, de modo que Weber chega a descrever o capitalismo antigo como um “capitalismo de rentistas” (Weber, 1909, p. 713).

A necessidade de viver de rendas teve um impacto considerável no desenvolvimento da “indústria” antiga e na forma de utilização da mão-de-obra

escrava, o que revela os limites desse tipo de empreendimento, cuja principal finalidade foi a satisfação de necessidades. Weber considera que o “investimento” em escravos por parte do senhor não o aproximava de um empresário capitalista moderno. O empreendedor antigo que concentrava em suas mãos uma grande quantidade de escravos (dezenas ou até milhares), que pertenciam ao mesmo ramo de produção, não constituiu uma grande empresa ao modo moderno, pois – e nesse ponto Weber procura um exemplo análogo na economia moderna – assim como o investimento de uma fortuna nas ações de diferentes cervejarias não significa a criação de uma nova cervejaria, o investimento em escravos na economia antiga não cria necessariamente novos empreendimentos. O investimento de fortunas permanece um investimento e não afeta a economia e a técnica da produção, de modo que “o destino da 'empresa' estava totalmente submisso àquele da fortuna.” (Weber, 1909, p. 712).

No caso da “empresa” antiga, os escravos que desempenhavam o papel de pequenos artesãos tinham como principal atribuição manter o padrão de consumo (em grande parte luxuoso) de seu senhor. Assim, Weber diz a respeito do senhor em relação ao seu *ergasterion*: é comum que “[...] o senhor não apareça como empresário, mas sim como *rentista*; que utilize, como fonte de renda, a mão-de-obra de escravos.” (Weber, 1919-1920, p. 122) Além disso, a predominância das classes proprietárias não favoreceu a expansão dos mercados, pois elas não estavam dotadas do mesmo poder aquisitivo das classes aquisitivas. Comparativamente, Weber chama a atenção para a questão do consumo de luxo na economia moderna, assinalando a importância da democratização do luxo para o desenvolvimento do capitalismo moderno (cf. Weber, 1919-1920, p. 266), no sentido de que se forma toda uma indústria que passa a produzir artigos de luxo em grande escala para o mercado massificado moderno, exatamente o movimento oposto do que ocorre no capitalismo antigo (cf. Weber, 1919-1920, p. 265).

Um outro aspecto que diferencia enormemente as relações de classe na Antiguidade, na Idade Média e na Época Moderna diz respeito aos tipos de conflito que se apresentavam entre as diferentes classes sociais. Weber cita diversos períodos históricos e lutas sociais a eles relacionadas mas, de modo idealtípico, estabelece uma diferenciação básica entre as lutas sociais ocorridas em uma sociedade com

predomínio das classes proprietárias (Antiguidade) e as lutas sociais no seio de sociedades com presença significativa de classes aquisitivas (Idade Média e sobretudo Época Moderna). O predomínio das classes proprietárias teria levado a um dinamismo nas lutas de classe muito menor, se comparado às sociedades com presença das classes aquisitivas (cf. Weber, 1921a, p. 178).

Isto é, a grande diferença com relação às sociedades moderna e medieval reside no fato de que as lutas de classe na Antiguidade não tinham como eixo central nada que se igualasse ao conflito entre comerciantes e artesãos ou entre mestres e aprendizes, como na Idade Média; ou a luta entre uma classe de trabalhadores livres e empresários dentem tores dos meios de produção, como na Época Moderna (cf. Weber, 1909, pp. 6-7, 697-699). Pois a Antiguidade não conheceu uma organização e divisão do trabalho artesanal livre nas fábricas como no caso da Idade Média (cf. Weber, 1909, pp. 333-334). Apesar de Weber atribuir um grande peso ao caráter citadino no mundo antigo, a cidade permanece sendo sobretudo o lugar da política, e não da produção econômica. A agricultura era a principal atividade econômica na Antiguidade, o que explica o caráter de seus principais conflitos de classe. Assim, Weber argumenta que as lutas de classes na Antiguidade foram marcadas por conflitos entre proprietários de terras (rentistas) e desclassificados, ou entre credores (patriciado) e devedores (camponeses) na cidade hoplita (cf. Weber, 1909, p. 695; 1921a, p. 178; 1914a, p. 222). A passagem abaixo, extraída de *Relações agrárias...*, apresenta de maneira sintética a maneira como Weber enxerga as lutas de classes na Antiguidade, em suas principais diferenças com relação à Idade Média:

Mas quanto mais claramente se elaboram as tensões especificamente *econômicas*, mais se acentua uma oposição material entre comerciante e *artesão* [na Idade Média], que não existe de forma alguma *dessa* maneira na Antiguidade. O camponês antigo não quer se deixar assujeitar por dívidas e se tornar assim força de trabalho *agrícola* à disposição de um *rentista* territorial e monetário, estabelecido em cidade. O artesão das cidades da Idade Média tardia não quer ser um trabalhador à domicílio, e com isso mão-de-obra *artesanal* à serviço de um “*empresário*” capitalista. Mas, *após* a vitória

das corporações, aparece um novo contraste social que a Antiguidade não conheceu: aquele entre “mestre” e “aprendiz”. O trabalhador explorado do Oriente antigo “faz greve” gritando: “Dê-nos o nosso pão (tradicional)”. O escravo *agrícola* antigo se revolta para se tornar novamente livre – das revoltas e lutas de escravos *artesãos* antigos, por outro lado, não se sabe *nada*. Foi justamente na oficina (Gewerbe) da Antiguidade que o escravo esteve em posição favorável: lhe foram oferecidas as chances de comprar sua alforria, o inverso da agricultura. Faltavam em absoluto reivindicações sociais dos “aprendizes artesãos” livres, pois não havia “aprendizes” (e mesmo se houvessem, eles não formariam uma classe social importante). Quase todas as lutas *sociais* antigas são, a saber, precisamente nas cidades-estado, lutas pela posse do solo e pelo direito do solo; um problema que não existe absolutamente na Idade Média; nem dessa forma, nem como problema especificamente *urbano* [...] (Weber, 1909, p. 697-698)

O trecho menciona ainda que quando as emancipações se tornaram frequentes, não havia interesse por parte dos escravos, como classe social, em lutar contra os seus senhores no nível da “fábrica”. Ou seja, Weber defende que os escravos “fabris” tinham a chance de trabalhar para conseguir comprar sua liberdade e, nesse contexto, o conflito seria visto como um empecilho. Weber acredita que esse interesse dos escravos pela emancipação acabou revertendo em benefícios para o próprio senhor, significando portanto um deslocamento do tipo de exploração da mão-de-obra escrava, na medida em que os escravos não eram apenas um objeto de valorização capitalista que desempenhavam o papel de meios de produção para realizar um ganho econômico para o seu senhor, mas se tornaram perseguidores de ganhos com o objetivo de comprar sua emancipação (cf. Weber, 1909, p. 347).

A questão das emancipações traz consigo um aspecto bastante valorizado por Weber, principalmente na democracia hoplita: o papel peculiar dos libertos no desenvolvimento do capitalismo antigo. Trata-se de um exemplo importante de como a posição estamental age sobre a dimensão econômica, pois os libertos tinham uma

situação jurídica diferenciada, na medida em que, do ponto de vista econômico, não lhes era permitido participar dos emolumentos (ganhos econômicos) dos cidadãos (adquiridos por meios políticos e por meio do Estado) e nem adquirir bens de raiz ou hipotecar. Na democracia, só os cidadãos plenos podiam usufruir da renda advinda de propriedades territoriais; em Roma, por conta de seu rebaixamento estamental em comparação com os cavaleiros, os libertos não podiam possuir grandes arrendamentos como empreendimentos próprios, assumindo, frente aos cavaleiros a condição de uma espécie de “burguesia plebeia” (cf. Weber, 1914a, p. 282).

Mesmo com todas essas limitações de ordem econômica provocadas por sua posição estamental inferior, o fato de estarem nessa posição fez com que os libertos também não tivessem o mesmo envolvimento político dos cidadãos plenos, mas acabassem por se constituir como uma camada social “pacífica”, dedicada a atividades aquisitivas. Weber ressalta que a possibilidade de compra da liberdade por parte dos escravos funcionava como uma espécie de incentivo para o aumento de seus rendimentos econômicos, de modo que “[...] precisamente nas mãos dos libertos se acumulava uma grande parte dos primeiros patrimônios adquiridos em empreendimentos duradouros racionais de caráter artesanal ou comercial.” (Weber, 1914a, p. 103)

Assim, nos termos de Weber, os libertos eram o oposto do cidadão idealtípico do mundo antigo, o oposto do *homo politicus*; eles eram *homines oeconomici*, que Weber reconhece estar muito mais próximos da burguesia e de sua atividade aquisitiva na Idade Média e na Época Moderna do que os cidadãos plenos da democracia antiga (cf. Weber, 1914a, p. 279-281). Weber chega a denominá-los – à diferença dos rentistas do capital – “empreendedores capitalistas antigos” (Weber, 1909, p. 358). O trecho abaixo resume sua ideia:

[...] esta camada se via excluída do capitalismo politicamente orientado específico da Antiguidade e, portanto, dirigida para o caminho de uma atividade aquisitiva relativamente moderna e burguesa. E são mesmo os portadores mais importantes daquelas formas de aquisição que em grande parte demonstram um caráter moderno, correspondendo à classe média atual de pequenos capitalistas, que sob determinadas

circunstâncias podem ascender a uma riqueza significativa, em oposição decisiva ao típico *demos* dos cidadãos plenos da cidade helênica, que monopoliza as *rendas* politicamente condicionadas: rendas estatais, diárias, provenientes de hipotecas e do solo. O adestramento do trabalho da escravidão, em combinação com a sinalizada recompensa da compra da emancipação, constituía um forte estímulo para a disposição aquisitiva dos não-livres da Antiguidade, do mesmo modo que na Rússia da Época Moderna. O *demos* da Antiguidade, ao contrário, tinha interesses guerreiros e políticos. Como camada de interessados econômicos, os libertos representavam a comunidade cultural de Augusto, como dos portadores da paz. (Weber, 1914a, pp. 282-283)

Mas, mesmo considerando os libertos como uma camada mais “moderna”, e portanto mais próxima daquilo que poderia ser chamado de uma “burguesia” da Antiguidade, Weber não deixa de reconhecer os limites de sua posição sócio-econômica, introduzindo nessa discussão um dos limites fundamentais da comparação entre os tipos de capitalismo antigo, (medieval) e moderno. Apesar da realização de práticas aquisitivas bastante diferenciadas, se comparadas às práticas dos rentistas, estava ausente das práticas dos libertos qualquer “transfiguração ética do trabalho efetuado com vistas ao ganho”; esta seria desenvolvida apenas no início da Época Moderna. O trecho a seguir – um dos raros momentos de *Relações agrárias...* em que Weber cita questões de ordem religiosa, fazendo uma referência implícita à sua obra *A ética protestante...* – apresenta então aquilo que diferencia a prática dos libertos das práticas modernas: “O suporte que o processo de racionalização e de economização da vida encontrou em uma 'ética profissional' de motivação essencialmente religiosa do início dos tempos modernos, faltava nos 'homens da economia' da Antiguidade.” (Weber, 1909, p. 359) Desse modo, a Antiguidade, apesar de apresentar contrapontos comparativos fundamentais para as suas tipologias do capitalismo, não oferece por si só os elementos explicativos do fenômeno que Weber quer analisar em sua compreensão do capitalismo moderno, pois o problema central é:

[...] a aparição da burguesia ocidental e sua especificidade, que está com certeza em íntima conexão com a aparição da organização capitalista do trabalho, mas que naturalmente não se trata de fenômenos idênticos. Porque o “burguês”, no sentido estamental, existiu já antes do desenvolvimento do capitalismo especificamente ocidental. Mas, com certeza, só existiu no Ocidente. (Weber, 1920, p. 10)

O interesse de Weber repousa na compreensão do desenvolvimento da burguesia como “classe social”, fenômeno que, para ele, só ocorreu no Ocidente. Ou seja, trata-se de uma burguesia entendida não em seu sentido estamental como o equivalente ao cidadão (Bürger) nos sentidos antigo e medieval dos primeiros tempos, isto é, burgueses portadores de direitos políticos; mas sim naquela classificação de burguês como classe social, típica do mundo ocidental moderno; uma classe heterogênea que compreende grandes e pequenos burgueses, empresários e artesãos (cf. Weber, 1919-1920, p. 271). E as origens do desenvolvimento dessa classe não se encontram no mundo antigo, nem mesmo nas práticas dos libertos, pois lhes faltava um dos elementos centrais definidores do espírito do capitalismo moderno – a transfiguração ética do trabalho –, elemento esse que só desenvolveria um impacto decisivo na vida econômica a partir do final da Idade Média.

Assim, o caráter de racionalidade dos empreendimentos dos libertos não é explorado por Weber em mais detalhes possivelmente porque, do ponto de vista de sua tipologia do capitalismo, esse não seria considerado um fator decisivo nem para a construção do tipo do capitalismo antigo, nem para a compreensão do desenvolvimento do capitalismo moderno. De todo modo, é interessante notar a maneira pela qual Weber complexifica sua descrição da economia antiga ao iluminar esse aspecto de caráter racional.¹³⁶

¹³⁶ Racional no sentido de que se trata de uma racionalização do comportamento econômico com vistas à compra da liberdade, mas não uma racionalização ao modo ocidental moderno. Ou seja, a finalidade última desse comportamento econômico não é a perseguição de um fim econômico.

Arrendamentos sobre o direito de cobrança de impostos: uma fonte peculiar de ganhos econômicos

As questões agrárias e territoriais estiveram presentes nos trabalhos de Weber desde sua primeira obra sobre a Antiguidade, *História agrária romana...*, na qual foi fortemente influenciado pelos escritos de seu supervisor, o estatístico e economista agrário August Meitzen. A obra de Meitzen, *Siedlung und Agrarwesen der Westgermanen und Ostgermanen, der Kelten, Römer, Finnen und Slawen* (Colônia e agricultura dos germanos ocidentais e orientais, celtas, romanos, finlandeses e eslavos, 1895), apresenta uma análise histórica da organização agrária dos povos europeus, tratando da peculiaridade dos assentamentos romanos-italianos em comparação às suas formas germânicas correspondentes. Meitzen diz: “Toda história da cultura encontra seus princípios e fundamentos nas relações agrárias, e apenas a partir delas reconhece-se o contexto dos avanços graduais da humanidade.” (Meitzen, 1895, p. 1)

Essa ênfase na importância das relações agrárias para a compreensão de fenômenos culturais foi incorporada por Weber de maneiras bastante diferentes ao longo de suas obras. *História agrária romana...* apresenta uma análise bastante colada à interpretação de Meitzen, no sentido de que Weber procura analisar as questões territoriais romanas com o objetivo de encontrar regras nas formas de organização agrária para os assentamentos romanos que permitissem entender a propriedade privada como uma derivação da propriedade comunitária – um aspecto bastante enfatizado por Meitzen. Já em suas obras posteriores, Weber incorpora aspectos da análise de Meitzen de maneira muito mais independente e crítica, e a questão agrária é abordada em múltiplas facetas, principalmente na terceira edição de *Relações agrárias...* e em *História econômica*.

Nessas obras, Weber trata das questões agrárias da Antiguidade tanto do ponto de vista do direito territorial, como da questão dos graus de liberdade com relação à terra (liberdade de transporte, de circulação), do desenvolvimento da propriedade privada, das práticas de hipoteca, dos arrendamentos do Estado, das cobranças de impostos, das formas de exploração econômica da terra [como as grandes plantações ou as pequenas produções (*Parzellenwirtschaft*)] etc. Com relação a esses aspectos, Weber analisa o papel dos proprietários de terras, sejam eles grandes ou pequenos

proprietários, bem como dos grandes ou pequenos arrendatários.¹³⁷ Essa série de questões é abordada em suas diferentes manifestações histórico-geográficas, o que torna a análise ainda mais multifacetada.

O principal contraponto comparativo com relação à questão agrária e territorial na Antiguidade é a maneira como ela aparece no Oriente. Para se ter uma ideia do valor atribuído por Weber à comparação com o Oriente nesse aspecto, basta lembrar que a introdução de *Relações agrárias...* inicia exatamente com base na distinção de caráter idealtípico entre as duas formas históricas iniciais de ocupação do solo, naquilo que Weber nomeia Ocidente europeu (predomínio da pecuária) e Ásia oriental (predomínio da agricultura), assinalando a existência de duas linhas de desenvolvimento econômico distintas que delas derivaram (cf. Weber, 1909, p. 320). Mas essa é apenas uma distinção inicial, a qual se seguem uma série de outras, relativas às questões territoriais baseadas na comparação entre Oriente e Ocidente.

Dada essa amplitude de perspectivas analíticas, irei me concentrar em apenas um aspecto específico da questão agrária e territorial que apresenta ligações bastante expressivas com a questão do capitalismo antigo: a questão do arrendamento do direito de cobrança de impostos, uma dimensão fortemente entrelaçada com a questão do predomínio, na Antiguidade, da camada de rentistas abordada no tópico anterior. Weber parte de uma distinção inicial fundamental entre os arrendamentos do direito de cobrança de impostos entre Ocidente (principalmente o caso romano) e Oriente (principalmente o Egito ptolomaico). Nesse aspecto, sua análise se apoia em grande medida no trabalho do historiador russo Michael Rostovzeff, *Geschichte der Staatspacht in der römischen Kaiserzeit bis Diokletian* (História do arrendamento do Estado no Império romano até Diocleciano), publicado originalmente em russo em 1899 e em alemão em 1902. Rostovzeff elabora de maneira sistemática e cronológica – o oposto do que Weber faz – uma análise do desenvolvimento histórico dos arrendamentos do Estado (*Staatspacht*) em diversas regiões da Antiguidade. Como a análise de Weber pressupõe um conhecimento prévio dessa história dos arrendamentos, em conjunto com a interpretação de Weber apresento também alguns aspectos da explanação de Rostovtzeff, objetivando uma maior clareza na análise desse tópico.

¹³⁷ Esses tópicos que aparecem aqui de forma resumida foram extraídos da interpretação ampliada de Deininger (2006, p. 37) da questão territorial em Weber.

Os arrendamentos do direito de cobrança de impostos (*Steuerpacht*) – uma forma de cobrança na qual o Estado não recolhe os impostos sobre os arrendamentos de terras ele mesmo, mas transfere essa função para pessoas privadas (*Steuerpächter*) – foram um traço característico da economia antiga. Apesar das limitações que esse sistema de rendas do Estado apresentava, ele foi um meio importante da formação do capital privado na Antiguidade greco-romana (cf. Weber, 1909, p. 352), na medida em que aqueles que adquiriam o direito de cobrar impostos – direito adquirido muitas vezes por meio de leilões – acumulavam essa renda para si. Tanto Rostovtseff como Weber iniciam suas análises partindo da diferença do desenvolvimento de dois diferentes sistemas de arrendamentos no Oriente e no Ocidente: nas cidades greco-romanas e, de outro lado, nas regiões monárquicas da China, da Ásia Menor e do Egito ptolomaico (as duas primeiras localidades são mencionadas apenas por Weber).

Vejamos inicialmente as formas de arrendamento da cobrança de impostos nas monarquias orientais. Devido à incapacidade técnica do Estado na arrecadação de impostos, estruturou-se um sistema estatal de cobrança de impostos que se utilizava dos serviços de arrendatários (cf. Weber, 1919-1920, p. 63-64). Mas estes eram, nas monarquias orientais, agentes do Estado, de modo que havia um controle crescente do Estado sobre seus negócios (cf. Rostovtzeff, 1902, p. 337). Ou seja, os arrendamentos não eram dotados de um caráter de “livre negócio”, porque o Estado assumia sozinho a posição de condução desse negócio; nesse contexto, o arrendatário se torna um cobrador de impostos controlado pelo Estado (um funcionário indireto do Estado). Weber diz a respeito dos arrendamentos orientais:

O resultado foi um *comunismo agrário secundário racionalizado*, a adesão solidária das comunidades agrícolas – relativa aos arrendatários de tributos, aos funcionários estatais e aos soldados –, a comunidade de campos e a vinculação do agricultor à terra. A contraposição, com referência ao Ocidente, se apresenta com clareza no não estabelecimento no Oriente de nenhuma *economia de servidão*, mas o que dominou de fato foi a *extorsão tributária*. (Weber, 1919-1920, p. 67)

O principal exemplo de arrendamentos orientais para Rostovtzeff é o caso do Egito ptolomaico, onde se criou toda uma hierarquia de funcionários do Estado incumbida de controlar e registrar cada passo do negócio, instaurando-se para isso escritórios de contas em muitas regiões egípcias (cf. Rostovtzeff, 1902, p. 339-340). Assim, apesar de na maioria das vezes seus negócios serem lucrativos, os arrendatários não lucravam com eles, mas “permanecem mais espectadores disso tudo” (Rostovtzeff, 1902, p. 349).

Já no caso dos arrendamentos ocidentais antigos, Rostovtzeff, utilizando-se da expressão “Polispacht” (arrendamentos da *polis*), argumenta que, no caso ateniense e em outras cidades da Grécia clássica, os benefícios econômicos provenientes dos arrendamentos – os negócios que o Estado fazia com os arrendatários – eram inicialmente de natureza puramente privada e regulamentadas por leis, por meio de contratos de arrendamentos; o que não impedia que os arrendatários tivessem liberdade para conduzir os seus negócios nas propriedades arrendadas. Nesse contexto, por conta de sua riqueza, os arrendatários se transformam em uma camada estamental poderosa, tendo grande influência nos negócios do Estado (cf. Weber, 1919-1920, p. 63-64; cf. Rostovtzeff, 1902, p. 334-337).

Nos arrendamentos em Roma, no período republicano, devido à presença das magistraturas, não era possível um controle direto dos arrendamentos por parte dos funcionários do Estado, de modo que os negócios dos arrendamentos também eram passados aos “empresários privados”, formando-se um estamento de arrendatários que se ocupava só disso (cf. Rostovtzeff, 1902, pp. 367-368). À proporção da força, poder e riqueza estatais, essa camada de arrendatários adquire mais poder, e maior se torna a estrutura administrativa desse negócio; assim, essa camada também passa a se organizar como uma corporação¹³⁸ (cf. Rostovtzeff, 1902, pp. 369-371). Rostovtzeff afirma então que foram essas características econômicas e as características políticas (ligadas a ascensão da camada dos arrendatários e sua organização em corporação) que fizeram com que houvesse uma verdadeira “sociedade de arrendamentos”, uma *societas publicanorum*. Conjuntamente surgiu uma crescente especulação financeira e a possibilidade da corporação possuir um patrimônio conjunto: capital, escravos, inventários, imóveis (cf. Rostovtzeff, 1902, pp. 372-373; cf. Weber, 1909, p. 667).

¹³⁸ O que difere claramente das corporações profissionais da Idade Média.

Weber enfatiza também o grande papel do estamento dos cavaleiros (*equites*) – um estamento politicamente muito importante – na cobrança de impostos provenientes de arrendamentos, chegando a afirmar que suas práticas capitalistas estavam inteiramente orientadas para as oportunidades estatais e políticas, como “o arrendamento do *ager publicus*, isto é, das regiões conquistadas, e dos domínios, assim como o arrendamento de tributos, o financiamento de políticos e de guerras.” (Weber, 1919-1920, p. 287)

Já no Império romano, Weber argumenta que o soberano também abdica de uma organização administrativa própria no que concerne à arrecadação de impostos e ao recrutamento militar, fazendo uso de uma administração privada, isto é, dos senhores territoriais; seus servos faziam a arrecadação de impostos, pois a burocracia imperial não tinha condições de controlar uma extensão territorial tão ampla (cf. Weber, 1919-1920, p. 67-68). Mas, conforme o Império avança rumo ao continente, a liberdade municipal se afrouxa e cresce um “Império mundial burocraticamente organizado [...] dentro do qual não existe mais lugar para o capitalismo político” (Weber, 1919-1920, p. 287).

Por conta da série de reformas executadas pelo imperador na administração das finanças – que fizeram com que muitos domínios que antes eram mais autônomos se submetessem ao controle estatal – o negócio dos arrendamentos acaba se tornando cada vez menos lucrativo. O estamento de cavaleiros perde o seu papel de cobradores de impostos, uma vez que os imperadores adotam um sistema de cobrança nos moldes do sistema egípcio descrito anteriormente. Weber argumenta que os imperadores souberam “tornar a satisfação das necessidades políticas e militares de seu Estado independente dos poderes capitalistas” (Weber, 1919-1920, p. 287), de forma que muitos dos antigos arrendatários de tributos são incorporados a esse novo sistema como funcionários fiscais. Assim, pouco a pouco, os arrendamentos perdem o seu lugar para a apropriação hereditária de terras. Nesse contexto, as liturgias e corveias – de caráter coativo – tornam-se centrais, isto é, ocorre uma “‘estatização’ do recolhimento de impostos” (Weber, 1909, p. 723). A instituição das liturgias existiu na Antiguidade greco-romana como uma forma voluntária de contribuição dos cidadãos proprietários, mas no Império romano tardio elas passam a ter o caráter obrigatório e coativo, assim como no Oriente, principalmente no Egito (Deininger,

2006, p. 43).

Ao descrever o sistema de cobrança de impostos do tipo de economia que predominou no final do Império romano, Weber faz o movimento oposto da comparação estabelecida inicialmente entre Oriente e Ocidente, na medida em que aquelas características orientais que ofereciam contraponto ao desenvolvimento ocidental dos arrendamentos passam a predominar no modelo ocidental. Essa transformação (burocratização) do sistema de cobrança de impostos nos arrendamentos do Estado ocidental aparece como decorrente das transformações de ordem política que o avanço do Império romano trouxe consigo. Transformações essas que ocasionaram impactos muito incisivos no capitalismo antigo, na medida em que, cada vez mais, passaram a impedir os empreendimentos financeiros de caráter privado, como os arrendamentos que prevaleceram até os primeiros tempos do Império. Nas palavras de Weber:

Tal desenvolvimento significa o estrangulamento do capitalismo antigo. [...] Desde que se desenvolveu este sistema, ficaram eliminadas para o capitalismo as possibilidades de ganhos políticos; no Estado litúrgico romano tardio existe tão pouco espaço para o capitalismo como no Estado de servidão egípcio. (Weber, 1919-1920, pp. 287-288)

A predominância do capitalismo politicamente orientado qualificando o caráter do capitalismo antigo é exemplificada de forma bastante evidente no modo como se estruturou o sistema de cobrança de impostos nos arrendamentos do Estado na Antiguidade greco-romana até meados do Império, executadas por meio de agentes privados. Pois esse sistema demonstra o modo como se geravam ganhos econômicos privados baseados em políticas estatais. Na interpretação de Weber, a partir do momento que o caráter dessas políticas se transforma, se transformam também as oportunidades de ganho econômico delas advindas, de modo que o capitalismo antigo, em sua característica predominante politicamente orientada, perde cada vez mais espaço, até ser completamente aniquilado.

Tipologia das formas de organização política na Antiguidade

Este item trata de questões de ordem política já anunciadas no tópico anterior, abordando os impactos das diferentes formas de organização política antigas na tipologia do capitalismo e, em especial, na definição do tipo ideal do capitalismo antigo. Essas questões estão intimamente ligadas a um tema central da época de Weber: a questão da formação do Estado e, no caso moderno, a questão da formação dos Estados nacionais. No que se refere às conexões desse tema com a questão da economia antiga, as obras já mencionadas de Bücher e Meyer constituem-se como referências fundamentais para a tipologia de Weber.

No caso de Bücher (1906), a presença da questão da formação do Estado em sua relação com a dimensão econômica antiga é bastante evidente: sua teoria dos estágios econômicos tem por objetivo central a compreensão das origens da economia nacional, cujo desenvolvimento, diz Bücher, resultou de um movimento de centralização política no final da Idade Média, devido ao crescimento das organizações territoriais, que culminaram na criação de Estados nacionais unificados, de modo que ocorre uma unificação de forças econômicas. A organização política antiga e seus impactos na dimensão econômica são vistos por Bücher como constituintes de uma etapa anterior a esse processo, apresentando-se de forma muito pouco desenvolvida, se comparada aos Estados nacionais modernos.

Na introdução de sua *História da Antiguidade*, Meyer (1884, 1907) também toma para si a tarefa de investigar a formação do Estado – como o ponto culminante do desenvolvimento de um “povo” – enfatizando que essa seria uma tarefa da antropologia/sociologia (Meyer, 1907, p. 16). O primeiro capítulo da introdução trata do desenvolvimento do “ser humano” e da sua organização na vida em sociedade, almejando demonstrar como os Estados formam-se a partir de agrupamentos humanos “mais primitivos”. Embora se detenha na formação dos Estados antigos, a obra de Meyer objetiva mostrar que já neles havia elementos agregadores que se desenvolveram até culminar em um Estado unificado (Império romano). Em comparação com os Estados modernos, a ênfase de Meyer reside na ideia de que todos os elementos necessários para a formação de Estados unificados – língua, religião, produção de objetos, formação de uma nobreza, trocas comerciais, formação de um exército etc. – já estavam presentes desde a Antiguidade, e o que separaria os

Estados do mundo antigo daqueles da Época Moderna seria apenas uma diferença de gradação. Trata-se, como já abordado anteriormente, de uma interpretação muito próxima daquela que Meyer apresenta com relação ao desenvolvimento capitalista da economia antiga.

Não é preciso dizer que a questão da formação dos Estados e dos Estados nacionais é um aspecto que aparece de maneira recorrente na obra de Weber, principalmente em virtude da situação alemã naquele momento histórico e de seu envolvimento político. Na compreensão do estabelecimento do Estado moderno em sua relação com o desenvolvimento do capitalismo, Weber adota uma postura que congrega aspectos das interpretações de Meyer e Bücher, pois enxerga simultaneamente elementos comuns no desenvolvimento dos Estados ocidentais, mas, por outro lado, enfatiza também diferenças fundamentais entre os Estados antigo e moderno (na oposição com a Idade Média e a Época Moderna).

Ou seja, no que se refere à presença da questão do Estado em sua tipologia do capitalismo e, em especial, ao seu método comparativo com a economia antiga, Weber contrapõe – bem ao modo de sua tipologia da cidade –, em um primeiro momento, duas linhas diferentes de desenvolvimento de organização política no Ocidente e no Oriente, e, em um segundo momento, contrapõe o tipo do Estado antigo ocidental ao medieval e moderno ocidentais. Isto é, ao tratar do declínio da cultura antiga e do capitalismo antigo, o contraponto deixa de ser o Oriente e passa a ser a Idade Média e a Época Moderna.

Assim como no caso da definição dos tipos de capitalismo, para a diferenciação dos tipos de organização política/Estados, a principal questão em jogo são os níveis de racionalização da máquina estatal. Partindo da ideia de que “O Estado, no sentido do Estado *racional*, só se registrou no ocidente [...]” (Weber, 1919-1920, p. 289)¹³⁹, Weber elenca uma série de características que conferem esse caráter de racionalidade: uma administração orgânica e relativamente estável, funcionários especializados, uma burocracia especializada, uma política econômica estatal (em oposição a uma política fiscal e uma política de assistência que visava apenas a satisfação de necessidades), um direito racional etc. (cf. Weber, 1919-1920, pp. 270, 290, 293).¹⁴⁰ Weber enfatiza que essas características apareceram apenas em forma

¹³⁹ Essa ideia também pode ser encontrada em outras obras, como em *Nota prévia* (1920).

¹⁴⁰ Com relação a esse último aspecto – o desenvolvimento de um direito racional – Weber faz questão

embrionária nos Estados antigos, mas, por outro lado, procura delimitar, por meio de uma elaboração tipológica, quais teriam sido as características que configuraram as diversas formas de organização política antiga, até culminarem em um Estado unificado (Império romano).

Trata-se de uma tipologia – elaborada por Weber e inspirada em grande parte na obra de Meyer (1884, 1907) – apresentada de maneira sistemática nas três edições de *Relações agrárias...*, mas que é também fundamental na estruturação do argumento central de *A cidade*, e desempenha um papel decisivo na compreensão do caráter politicamente orientado do capitalismo antigo. O esquema abaixo, elaborado a partir dos dados apresentados por Weber em *Relações agrárias...*, apresenta de maneira condensada os elementos dessa tipologia.

de enfatizar a existência de uma linha de continuidade entre o direito racional do Estado moderno e o direito romano da Antiguidade, ao menos em seu aspecto formal. Esse direito é retomado mais tarde de uma forma mais racional, com a formação de uma teoria jurídica sistematizada, nas universidades (cf. Weber, 1919-1920, pp. 290-291). Em diversas passagens de sua obra, Weber ressalta a importância da racionalização do direito para o desenvolvimento do capitalismo moderno, na medida em que são criadas instâncias e leis reguladoras da dimensão econômica amparadas pelo Estado. Nas palavras de Weber: “[...] a aliança entre o Estado e a jurisprudência formal favoreceu, indiretamente, o capitalismo” (Weber, 1919-1920, p. 293).

Esquema 2: Tipologia geral dos estágios de organização política da Antiguidade

Entre as páginas 362 e 371 da introdução da terceira edição de *Relações agrárias...* Weber apresenta de maneira detalhada o significado dessa tipologia para a compreensão da economia antiga; tais tipos também voltam a aparecer nos capítulos subsequentes a respeito das localidades e temporalidades específicas do mundo antigo.¹⁴¹ Em linhas gerais, Weber inicia sua tipologia com uma distinção entre os tipos de Estados da Antiguidade, agrupando-os em quatro linhas diferentes:

a. Sem nenhuma distinção entre Oriente e Ocidente, a primeira linha diz respeito aos Estados anteriores ao desenvolvimento das cidades e está dividida em dois sub-tipos, que se diferenciam um do outro de acordo com o caráter de sua dimensão militar: a comunidade camponesa (*Bauergemeinwesen*) e o reinado dos burgos (*Bürgerkönigtum*). O tipo da comunidade camponesa diz respeito a um conglomerado de camponeses, que se organizam para se proteger de ataques externos, sendo comandados por um chefe. Já o reinado dos burgos é um tipo que corresponde a uma etapa posterior da organização política antiga e diz respeito a um grupo militarizado organizado no interior do burgo de um rei, cujo objetivo é tanto a proteção do reinado como a realização de novas conquistas territoriais. O tipo do reinado dos burgos representa um estágio decisivo no desenvolvimento dos Estados antigos, pois é a partir dele que se dividem as próximas duas linhas distintas de organização estatal, de acordo com a maneira com que os reis se relacionaram com os seus respectivos séquitos, que se revela na oposição estabelecida por Weber entre o Estado litúrgico burocrático do Egito e o desenvolvimento político econômico na Babilônia (Mesopotâmia), que aparece como ponto de partida para o desenvolvimento do capitalismo antigo. Ou seja, de um lado, uma relação de autoridade que é mantida entre rei e séquito, gerando os Estados orientais monárquicos e, de outro lado, um séquito que se rebela contra o rei, o que representa uma guinada rumo ao desenvolvimento da *polis* do Ocidente antigo – na Grécia, por exemplo, representado pelo período micênico. Isto é, trata-se de uma oposição política entre a estrutura da cidade oriental monárquica e a

¹⁴¹ Na apresentação dos tipos de Estado antigos, também me apoio na sistematização elaborada por Deininger (Deininger, 1985, pp. 82-87; 2006, pp. 42-43); mas outros autores também elaboraram esquemas semelhantes ao organizarem a interpretação weberiana de modo esquemático.

estrutura da cidade do mediterrâneo ocidental republicano-democrática (Deininger, 2006, p. 43).

b. A linha de desenvolvimento monárquico engloba os tipos de organização política do reinado citadino (*Stadtkönigtum*) e do Estado litúrgico. O reinado citadino representa um regime cada vez mais burocratizado de continuidade do reinado dos burgos, ao passo que o Estado litúrgico é a transformação do reinado citadino em um Estado burocrático autoritário fundamentado em liturgias, isto é, trata-se de uma “racionalização” do reinado citadino no que diz respeito aos seus aspectos organizacionais. Essas linhas de desenvolvimento monárquico são descritas principalmente nos capítulos de *Relações agrárias...* a respeito do Egito, Mesopotâmia, Helenismo e Israel. Em ambas as linhas de desenvolvimento, o *oikos* do rei é hierarquicamente superior a todos os outros elementos da organização política. Nesse caso, o desenvolvimento econômico antigo depende do nível de desenvolvimento e organização das finanças do Estado, que depende da satisfação de necessidades com base litúrgica. Trata-se de um tipo estatal (impérios) que envolve a incorporação de grandes territórios.

c. Já o tipo de organização política que culmina no desenvolvimento da *polis* – e que é abordado com grande ênfase nos capítulos de *Relações agrárias...* acerca da Grécia e da República romana – divide-se cronologicamente em três diferentes momentos políticos de organização da *polis*, incorporados em grande parte da obra de Meyer e já abordados no segundo capítulo: a *polis* da nobreza (*Adelpolis*), a *polis* dos hoplitas (*Hoplitenpolis*) e a *polis* dos cidadãos (*Bürgerpolis*). A *polis* da nobreza – ou cidade de linhagens – é dominada por aquele séquito do rei constituído por famílias nobres fortemente militarizadas, que se rebelaram na etapa anterior do reinado dos burgos. Esse primeiro momento da *polis* repousa sobre uma base “feudal” – um tipo de feudalismo específico que Weber nomeia “feudalismo da cidade” –, na medida em que se baseava na dominação urbana, de caráter feudal, dessa nobreza armada sobre os camponeses desarmados e endividados.

A segunda fase da *polis*, denominada *polis* dos hoplitas, representa uma inversão das estruturas de dominação política em vigor, na medida em que a nobreza perde seu poder para uma camada armada de cidadãos (o exército dos hoplitas), muitos

deles camponeses. Trata-se sobretudo de uma democratização do direito de posse de armas – com o estabelecimento de uma codificação do direito – e que pode ser visto também como um primeiro estágio da *polis* dos cidadãos. Desse modo, instaura-se a terceira fase do desenvolvimento político da *polis*, a *polis* dos cidadãos, entendida por Weber como o auge do desenvolvimento da *polis* e, por isso, como a grande representante tanto do tipo ideal do capitalismo antigo, como do tipo ideal da cidade antiga, visto que apresenta de maneira predominante características militares muito específicas, quando comparada aos Estados/cidades do Oriente e aos das épocas medieval e moderna.

O tipo de organização política que se estabeleceu na *polis* dos cidadãos foi marcado por uma democratização ainda maior do direito de armas, algo que não ocorreu seja nos outros estágios da *polis*, seja nas formas de organização política orientais, seja nas cidades medievais, seja nos Estados nacionais modernos ocidentais. O ponto central de Weber com relação a essa questão reside no fato de que essa militarização, quando combinada com uma série de outros aspectos de caráter político, econômico, geográfico etc., já abordados ao longo desta tese, formam uma configuração histórica particular específica, que favorece o desenvolvimento do tipo do capitalismo antigo, fortemente amparado por essa dimensão militar, isto é, em grande parte politicamente orientado.

Weber apresenta também exemplos híbridos, que congregam características de mais de um dos tipos de organização política supramencionados, como o caso de Israel, que apresentou simultaneamente características tanto do reinado dos burgos, como da comunidade camponesa, além de apresentar características típicas da *polis*, como um senhor auto-equipado, uma dominação de linhagens, oposição contra o reinado burocrático etc.; ou ainda o caso dos etruscos, para os quais a existência de uma *polis* da nobreza teocrática não levou ao desenvolvimento posterior de uma *polis* de hoplitas (cf. Weber, 1909, p. 371; cf. Deininger, 1985, pp. 83-84; 2006, p. 44). Além disso, Weber aponta para a presença de elementos burocráticos semelhantes àqueles que caracterizaram as monarquias orientais, no final do século 4. a.C., desde Alexandre Magno, nas monarquias helênicas e, posteriormente, no Império romano.

Mas, antes de abordar essa nova etapa do desenvolvimento político antigo, é

importante salientar o caráter idealtípico dessa tipologia weberiana. Em suas palavras:

Não precisa ser praticamente assinalado que os “tipos” precedentes: a “comunidade dos camponeses”, a “*polis* da nobreza”, o “reinado burocrático da cidade”, a “*polis* dos hoplitas”, a “*polis* dos cidadãos”, a “monarquia litúrgica”, existiram raramente sob uma forma pura, separadamente lado a lado ou sucessivamente. Esses conceitos “ideal-típicos” só servem aqui para classificar cada Estado de forma indicativa: se, em um dado momento, ele se *aproxima* mais ou menos em sua totalidade ou sob certos aspectos singulares, de um ou outro de seus tipos conceituais. Por conta de seus elementos historicamente mais importantes, dos quais se faz suas características específicas, os caracteres reais do Estado desafiam naturalmente na maior parte do tempo toda classificação muito simples. (Weber, 1909, p. 371)

Contudo, apesar de Weber enfatizar explicitamente tratar-se de tipos ideais, o fato de nomear esses tipos “estágios” de organização política deu margem a críticas, que apontam uma contradição metodológica em sua obra nesse ponto específico. Nippel argumenta que apesar de Weber se distanciar das teorias dos estágios econômicos, tanto em *Relações Agrárias...* como em *A cidade*, ele assume que existiram estágios de desenvolvimento da organização política semelhantes em diversos lugares. Nippel enxerga uma incongruência na análise de Weber, dado que essa análise reconhece, por um lado, estágios comuns de desenvolvimento, mas, por outro lado, mostra que mesmo assim as cidades/Estados tiveram desenvolvimentos posteriores diferentes entre si. Para Nippel, é como se Weber defendesse, simultaneamente, duas posturas metodológicas contrárias (cf. Nippel, 1999, pp. 15-17).

Mas, nesse aspecto, discordo de Nippel, pois acredito que esse movimento metodológico de Weber, que em princípio poderia ser entendido como contraditório, pode ser compreendido em um sentido inverso: devido ao aspecto multicausal de sua análise, embora haja fenômenos comuns entre diversas formas de organização

política (Estados, cidades, cidades-Estado, etc.), esses fenômenos, isoladamente, não irão definir o desenvolvimento posterior dessas formas de organização política, mas sim a configuração particular de fenômenos que age sobre cada uma delas. Assim, de uma perspectiva multicausal, não creio que haja propriamente uma contradição na existência de certas convergências que unem, por um tempo determinado, certos tipos de organização política em um único tipo ideal e o desenvolvimento posterior desses mesmos tipos em tipos diferentes. Creio que Nippel se concentra demais nos exemplos isolados de Weber e procura lê-los de uma perspectiva mono-causal ou, ao menos, como se existisse uma causa explicativa principal. Isto é, Nippel apresenta uma leitura que vai de encontro à ideia de uma teoria dos estágios; e, da perspectiva dos estágios, realmente a teoria de Weber seria contraditória, porque o esperado seria que os estágios apresentassem uma evolução linear. Mas creio que, de uma perspectiva idealtípica, a interpretação de Weber é possível e muito mais multifacetada, se comparada à ideia de estágios – e nesse ponto não se deve perder de vista a influência da ideia de círculos culturais de Meyer (e Mommsen), mencionados anteriormente. De todo modo, o fato de Weber utilizar a expressão “estágios” permite uma interpretação ambígua desse aspecto.

d. O declínio do predomínio da *polis* dos cidadãos é marcado pelo avanço do Império romano e pela transformação drástica desse tipo de organização política, dando origem à quarta linha de desenvolvimento dos Estados antigos. Mas o desenvolvimento e as peculiaridades dessa forma de organização política são discutidos por Weber em separado e, principalmente pelo fato de seu predomínio coincidir com o declínio do capitalismo antigo, dedico o último item deste capítulo à abordagem desse aspecto em particular.

O declínio da República romana e o declínio do capitalismo antigo: o estabelecimento de uma ordem política monárquica no Ocidente antigo

Como simples “*precursor*” da formação privada de capital, a economia financeira só pôde existir onde uma cidade-estado, que como tal carece de mecanismos burocráticos próprios e tinha a necessidade da renda do Estado, dispunha de domínios, do solo e de tributos de regiões gigantescas conquistadas e assujeitadas. Esse foi o caso na Antiguidade em *Roma* durante a época republicana. Desenvolveu-se, sem dúvida nenhuma, continuamente desde o início, essencialmente a partir do arrendamento do Estado, uma poderosa classe de capitalistas privados, que na época da segunda guerra púnica – o momento é suficientemente característico – sustentou o Estado à maneira dos bancos modernos na forma de fornecedores de dinheiro, e em contrapartida podiam impor ao Estado a sua política nas guerras [...] O auge do capitalismo antigo foi a consequência dessa constelação e da estrutura política interior particular ao Estado romano. (Weber, 1909, p. 352-353)

Weber define os momentos de ascensão do capitalismo antigo como momentos de um desenvolvimento e liberdade expressivos do capital privado. Os tópicos anteriores procuraram demonstrar que nos períodos de florescimento da economia antiga uma série de características – escravidão, mercado, desenvolvimento relativo de uma economia monetária, presença dos arrendamentos da cobrança de impostos como formas de valorização do capital que transformavam o Estado em uma “empresa de credores e agricultores” (cf. Weber, 1909, pp. 354-355) – possibilitaram o desenvolvimento de um tipo específico de capitalismo. Muitas dessas características encontravam-se intimamente ligadas aos tipos de organização política predominantes, isto é, ao predomínio da *polis* democrática até o final da República romana.

A partir do momento em que essa forma de organização política – *polis* – se enfraqueceu e foi substituída por uma forma monárquica de organização, declinou

também o capitalismo antigo, visto não haver mais um sistema político que amparasse o desenvolvimento do capital privado. Esse é um dos sentidos fortes da qualificação do capitalismo antigo como politicamente orientado. Weber afirma: “Pois o capitalismo da Antiguidade estava *politicamente* ancorado e dependia de uma exploração privada de relações de dominação política em uma cidade-estado expansionista; com o desaparecimento dessa fonte de formação do capital, esta última ficou bloqueada.” (Weber, 1909, p. 722)

Assim, com o estabelecimento de um Estado monárquico monopolizador e burocrático, os ganhos econômicos e as formas de valorização do capital, uma vez controlados pelo Estado, se estabilizam e o capital privado deixa de ser gerado. A propriedade privada (e aquela camada hierarquicamente superior de proprietários de terras) reduz-se consideravelmente, pois o monarca e seu Estado tornam-se “os proprietários territoriais de primeira ordem” (Weber, 1909, p. 354). Weber afirma que uma característica vital de qualquer tipo de capitalismo é a transformação da “fortuna” das camadas possuidoras em “capital”, mas com o avanço do Império romano “o 'capital' é excluído” e, assim como no caso do Estado ptolomaico, o Estado passa a se fundamentar apenas na “fortuna” das camadas possuidoras, mas não incentiva a formação de capital a partir dela. As classes proprietárias se tornam fiadoras das necessidades públicas do Estado, e não possuem mais em suas mãos a “lança e a armadura” dos tempos da cidade antiga típica militarizada (cf. Weber, 1909, p. 723). Assim, com o avanço do Império unificado, passam a predominar os arrendamentos de pequeno porte, em particular o arrendamento parcelado, e as liturgias adquirem um papel central como forma de arrecadação estatal. Há um declínio considerável da escravidão como suporte do ganho capitalista e, desse modo, a diminuição da importância relativa de plantações empregando escravos comprados; a forma de trabalho predominante passa a ser o trabalho “livre” regulamentado pelo direito. Weber afirma que esse processo representou:

[...] o aniquilamento de tudo o que foi nomeado “liberdade”¹⁴² nas épocas “clássicas” da Antiguidade, e que é característica das “épocas de declínio” dos Estados

¹⁴² Obviamente, ele não está se referindo à questão da escravidão; trata-se da liberdade econômica dos cidadãos da *polis*.

antigos. A *ordem* tão benéfica da monarquia aplicada à massa dos súditos foi precisamente a morte do desenvolvimento capitalista e de tudo o que repousava sobre ele. (Weber, 1909, p. 356)

Desse modo, mesmo com o avanço da economia monetária – expressão que Weber insiste em não associar ao capitalismo – “até a época de Marco Aurélio” (Weber, 1909, p. 721), essas transformações de ordem política tiveram fortes impactos nas formas de exploração econômica praticadas no período: enquanto a política de exploração das cidades-estado havia se baseado nos interesses privados capitalistas, a política financeira do monarca orienta-se apenas para a satisfação de necessidades públicas (cf. Weber, 1909, p. 354-357). Essas transformações se ampliam cada vez mais, atingindo um conjunto sempre maior de domínios – os impostos, as minas, o comércio, a navegação, o aprovisionamento de cereais, os bancos, etc. No trecho abaixo, Weber descreve esse processo:

[...] a “*ordem*” burocrática da economia pública monárquica definha lentamente precisamente o maior capital privado ao fazer desaparecer as fontes mais importantes de lucro. E quando, no território das monarquias fechadas, por um lado, a exploração do campo pela cidade (que é a situação de origem na Antiguidade assim como na Idade Média) e, por outro lado, as guerras expansionistas de pilhagem de terras e de rapto de seres humanos se interromperam, diminuiu também o afluxo de escravos a baixos preços no mercado, indispensável para a expansão do trabalho servil utilizável nas empresas capitalistas, assim como o afluxo de terras novas suscetíveis a uma exploração capitalista. (Weber, 1909, p. 356)

O caráter “pacificado” da dimensão política antiga não teria sobre o capitalismo o mesmo impacto do caráter “pacificado” da dimensão econômica medieval (conforme abordado no capítulo 2), pois uma das principais bases da definição do tipo do capitalismo antigo era exatamente o caráter bélico da política antiga. Assim,

desaparecem as oportunidades de ganho econômico oferecidas por meio das lutas incessantes entre as cidades, bem como o monopólio dos circuitos comerciais conquistados nessas lutas (cf. Weber, 1909, p. 715-716, 723).

Uma outra característica central desse processo foi o estabelecimento dos domínios territoriais rurais como um fenômeno típico dos “Impérios universais”. Tratava-se de senhores que desempenhavam a função de autoridade local, assujeitados pelas cargas do Estado (impostos e recrutamentos) e beneficiados por privilégios com graus variados de importância. Em princípio, Weber afirma que isso poderia ser visto como um fenômeno aparentemente inteiramente novo, mas que de fato foi apenas uma forma que havia ficado em segundo plano a partir do desenvolvimento da *polis* e que teria sido central no reinado dos burgos, isto é, na forma anterior ao desenvolvimento das cidades. No “Império universal” essa forma volta a ser predominante e, mesmo nas regiões do interior continental desprovidas de cidades, teria sempre existido tais domínios (cf. Weber, 1909, p. 370).

Torna-se então evidente o grande papel que a noção de Estado desempenha na constituição do tipo do capitalismo antigo. Dependendo de sua forma de organização política e do tipo de estrutura de poder na qual está fundamentado, “[...] o Estado aparece ora como precursor, ora como limitador do capitalismo [...]” (Deininger, 2006, p. 45). No caso da expansão do Império romano, em virtude de sua caracterização idealtípica como forma de organização política burocrática, ela é descrita sem dúvida como a grande sufocadora do capitalismo antigo, na medida em que tolhe sua forma anterior de organização política, uma forma muito mais favorável ao desenvolvimento dos ganhos econômicos de caráter privado.

Mas, para Weber, “[...] O bloqueio da iniciativa econômica privada pela burocracia não é uma especificidade antiga[...]” (Weber, 1909, p. 723), e sim uma característica idealtípica, que pode ser encontrada em outros contextos, inclusive modernos. E, nesse aspecto, Weber introduz a comparação com certos elementos da economia moderna, utilizando-se de uma analogia com o Império romano. Uma de suas grandes preocupações com relação aos rumos do desenvolvimento da economia alemã era a questão da penetração da burocracia no aparelho estatal e seus possíveis impactos na esfera econômica. O último parágrafo da terceira edição de *Relações agrárias...* apresenta uma sucinta comparação entre a burocracia imperial romana e o

que Weber acredita que poderiam ser os possíveis efeitos de uma ampliação da burocracia estatal no desenvolvimento do capitalismo moderno:

Toda burocracia tem a tendência a produzir o mesmo efeito ao se proliferar. A nossa também. E ao passo que, na Antiguidade, a política da polis atuou necessariamente como “precursora” do capitalismo, hoje é o capitalismo o precursor da burocratização da economia. Que se imagine o carvão, o ferro e todos os produtos minerais, todos os setores da indústria metalúrgica, além disso, o álcool, o açúcar, o tabaco, os palitos de fósforo e, de maneira geral, todas essas produções de massa que são organizadas hoje em cartéis, produzidas pelas empresas públicas ou controladas de facto pelo Estado; que se imagine multiplicados os domínios, a administração e as rendas controladas pelo Estado; a “proposição Kanitz” aplicada com suas consequências; as oficinas e as associações de consumidores dirigidas pelo Estado para cobrir as necessidades do exército e dos funcionários do Estado; a estatização do transporte fluvial ligado ao reboque, o tráfego marítimo controlado pelo Estado; todas as estradas de ferro estatizadas; a importação do algodão regulamentada por contratos públicos e organizada pelo Estado; e todas essas empresas conduzidas segundo uma “ordem” burocrática, os sindicatos “controlados” pelo Estado, todo o resto organizado em corporações, regulado por uma multidão de comprovantes de aptidão acadêmicos ou de outros tipos, o tipo do “rentier paisible” generalizado; então se alcançaria a situação do Baixo-Império, sob um regime dinástico-militar, com bases técnicas mais perfeitas. O “cidadão” alemão atual tem tão pouco daquelas qualidades de seus antepassados da época da liga das cidades, quanto o ateniense da época dos Césares daqueles que lutaram em Maratona. A “ordem” é sua bandeira, e frequentemente mesmo se ele é social-democrata. Para nós também a

burocratização da sociedade se transformará com toda probabilidade *em algum momento* em senhora do capitalismo, como na Antiguidade. Para nós também, a “anarquia da produção” será substituída por uma “ordem” similar em seu princípio àquela que caracteriza a época imperial romana e, mais ainda, o Novo Império egípcio e a dominação ptolomaica. E que não se esteja tentado a crer que o serviço militar cumprido em um exército encasernado, equipado burocraticamente com máquinas de guerra, vestido apropriadamente, nutrido, treinado, comandado, poderá servir de “contrapeso”; e que a obrigação burguesa do exército moderno nos Estados dinásticos tem algum parentesco com a milícia de cidadãos antigos. Mas essas considerações não têm lugar aqui. O continuum do desenvolvimento da cultura europeia mediterrânea não conheceu até agora nem 'ciclos' fechados, nem um desenvolvimento 'linear' claramente orientado. Por vezes, fenômenos inteiramente submersos da cultura antiga ressurgiram em um mundo que lhes era estranho. (Weber, 1909, p. 723-725)¹⁴³

Essa comparação permite entrever novamente o caráter idealtípico dos conceitos weberianos. A partir desses tipos ideais, Weber lança mão de analogias entre fenômenos de naturezas diversas, como no caso das burocracias estatais monárquica oriental antiga, monárquica romana antiga e moderna. Por outro lado, Weber estabelece uma outra comparação entre as cidades-estado greco-romanas em seus períodos de florescimento e os Estados nacionais modernos, e as maneiras como essas formações políticas enfrentam as ameaças de uma ordem burocrática. Ele afirma que, assim como no caso das cidades-estado antigas, na Época Moderna as cidades também foram privadas de liberdade com o estabelecimento dos Estados nacionais. Mas, uma vez que os Estados nacionais passaram a estabelecer uma relação de concorrência (nas épocas de guerras ou de “paz”), essa competitividade

¹⁴³ Aqui Weber faz uma espécie de diagnóstico do presente de maneira semelhante ao elaborado no final de *A ética protestante...*

foi o que assegurou a continuidade do desenvolvimento do capitalismo moderno, cujos frutos foram a continuidade do desenvolvimento do capital e da burguesia moderna. “Portanto, é o Estado nacional cerrado que assegura ao capitalismo as possibilidades de subsistência; enquanto não cede seu lugar a um império mundial, o capitalismo pode perdurar.” (Weber, 1919-1920, p. 289)

Nesse aspecto, o tipo ideal do capitalismo antigo e o seu declínio se revelam fundamentais na compreensão do tipo do capitalismo moderno, de uma maneira diferente da comparação por oposição entre dois extremos. Isto é, no momento em que Weber ilumina certos aspectos da organização política antiga e moderna, ele encontra pontos de confluência que permitem a realização de uma análise comparativa de outra natureza. Acredito que, de fato, Weber está se referindo à presença do capitalismo politicamente orientado na Época Moderna, mesmo que não utilize essa nomenclatura nas passagens supramencionadas. A presença do capitalismo politicamente orientado é um aspecto comum entre os tipos do capitalismo antigo e moderno, mesmo que, neste último, o caráter politicamente orientado não se configure como um “traço decisivo”. Por outro lado, é possível questionar até que ponto as influências da esfera política não são de fato decisivas com respeito ao capitalismo moderno, visto o grande papel que Weber atribui à existência dos Estados nacionais autônomos. De todo modo, mesmo que a esfera política tenha uma penetração de impacto na esfera econômica, por se tratarem de duas esferas com alto nível de autonomização e de racionalização, seria impossível afirmar que se trata de um fenômeno de natureza semelhante ao capitalismo antigo.

Os aspectos abordados neste capítulo foram mobilizados por Weber na descrição das peculiaridades e dos limites do tipo ideal do capitalismo antigo frente aos outros tipos de capitalismo. Muitos deles buscam enfatizar a orientação política da dimensão econômica, como o caráter militarizado da cidade antiga típica, os arrendamentos do direito de cobrar impostos e o importante papel desempenhado pelas finanças públicas. Weber procura demonstrar que a peculiaridade do capitalismo antigo reside na grande importância da dimensão política e, ao mesmo

tempo, no caráter ambíguo dessa dimensão – ou nos diversos sentidos que essa dimensão pode assumir –; pois os eventos políticos ora incentivaram a formação do capital privado, ora dificultaram o seu desenvolvimento. E, como visto nos parágrafos anteriores, as diferentes formas de organização política que se desenvolveram no período da Antiguidade e a particularidade das organizações estatais-burocráticas no sufocamento do desenvolvimento do capital privado constituem um outro elemento-chave na compreensão do tipo do capitalismo antigo.

Apesar do capitalismo politicamente orientado ser um tipo fundamental na compreensão da economia antiga, Deininger afirma acertadamente que as relações políticas não são um tema central na obra de Weber sobre a Antiguidade (cf. Deininger, 1985, p. 72). Mas, ao contrário, os diversos aspectos da dimensão política antiga só aparecem em sua obra porque sem eles não seria possível compreender o tipo de economia que se formou no mundo antigo, de modo que não haveria a possibilidade de delimitar uma série as características centrais do tipo ideal do capitalismo antigo.

Neste capítulo, quando o foco da análise é aproximado no intuito de compreender de maneira mais detalhada as concepções desse tipo de capitalismo, apresentam-se algumas questões de cunho metodológico que remetem à configuração lógica das tipologias weberianas. Essas questões estão relacionadas a um aspecto já mencionado na abordagem da tipologia da cidade no capítulo 2, que diz respeito às aproximações e aos distanciamentos estabelecidos por Weber entre o Ocidente e o Oriente antigos e entre a Antiguidade, a Idade Média e a Época Moderna.

Propositalmente, a estrutura deste capítulo apresentou em seus primeiros itens características do tipo do capitalismo antigo que se constroem em forte oposição à Idade Média e a Época Moderna, mas que, em alguns aspectos, se aproximam do Oriente próximo (principalmente do Egito e Mesopotâmia). Isso é bastante evidente principalmente no item que aborda a questão das “fábricas” antigas; nesse caso, Weber lança mão de algumas características do Oriente próximo (como o exemplo do *ergasterion*, que aparece em várias de suas obras) para reforçar certos aspectos do tipo do capitalismo antigo em oposição às fábricas medievais e modernas. Do mesmo modo, a definição da escravidão antiga também se contrapõe fortemente ao trabalho assalariado livre moderno, mas, por outro lado, não se constrói totalmente em

oposição à escravidão no Oriente próximo, embora Weber reconheça diferenças de gradação importantes, que ressaltam a peculiaridade da escravidão na economia greco-romana em seus períodos de florescimento.

No caso do desenvolvimento híbrido entre economia natural e economia monetária, o tipo do capitalismo antigo apresenta algumas semelhanças significativas com o Oriente Próximo, principalmente no que se refere às limitações do uso do dinheiro, mas a partir desse aspecto a Antiguidade greco-romana começa a se distanciar cada vez mais do Oriente, pois Weber introduz o papel da dimensão política monárquica, que representa uma cisão central entre as formas econômicas ocidentais e orientais antigas. Dessa forma, acredito ser possível enxergar em seu método comparativo uma lógica na gradação de suas aproximações entre Oriente e Ocidente: quanto menores forem as comparações que envolvem a dimensão política, mais próximas podem estar as economias ocidentais e orientais, como pode-se perceber no caso das “fábricas”; e, em contrapartida, maiores são as diferenças com relação às economias medieval e moderna.

Por outro lado, quando o foco da comparação se aproxima de questões de ordem política, maior é a distância reconhecida por Weber entre Oriente e Ocidente e mais próximos estão entre si a Antiguidade, a Idade Média e a Época Moderna ocidentais. Na dimensão política, Weber muitas vezes reconhece diferenças de gradação entre os três períodos da história do Ocidente, mas não trabalha com oposições totais; trata-se de um esquema comparativo que se encontra intimamente ligado à construção da tipologia da cidade.¹⁴⁴

Embora este capítulo tenha sido dividido em tópicos temáticos, diferentemente do capítulo 2, procurei mostrar como operam os diferentes níveis de abstração da análise weberiana em conjunto, e não em separado. Pois no capítulo 2, a forma que encontrei para expor a complexidade da metodologia de Weber foi separar artificialmente cada nível de abstração de sua análise. Já no presente capítulo, ao

¹⁴⁴ Em uma linha do primeiro volume de *A ética econômica das religiões universais* Weber afirma ter havido um capitalismo politicamente orientado na China, mas não um capitalismo “ao modo europeu”, o que revela que mesmo reconhecendo uma série de elementos de ordem “puramente econômica” – que permitem a utilização da noção de capitalismo mesmo para o caso oriental – a dimensão política desempenha uma cisão central entre Oriente e Ocidente. Além disso, Weber também se refere nesse texto a fatores religiosos – como a ausência de uma conduta de vida racional metódica dos “puritanos clássicos” – que constituíram entraves ao desenvolvimento de um capitalismo “ao modo europeu” (Weber, 1915-1920c, p. 469).

tratar das peculiaridades do tipo ideal do capitalismo antigo, procurei apresentar uma elaboração mais próxima àquela realizada por Weber, pois em suas obras reconhece-se um trânsito contínuo entre os níveis de abstração mais altos e mais baixos de sua tipologia.

Olhando retrospectivamente para as características do capitalismo antigo em seu conjunto, acredito que, de modo geral, ao delimitar o tipo do capitalismo antigo, Weber descreve a economia antiga de uma perspectiva negativa. Isto é, o capitalismo antigo é descrito sobretudo por aquilo que ele não é, pelas características que aparecem apenas em rudimento ou que estão totalmente ausentes. Creio que esse modo de encaminhamento da análise permite reconhecer o interesse que está por detrás da abordagem weberiana da peculiaridade da economia antiga: ao enfatizar os elementos de racionalidade que estão ausentes do tipo do capitalismo antigo, Weber está, ao mesmo tempo, ressaltando que esses mesmos elementos racionais estão presentes em outro lugar, isto é, no tipo do capitalismo moderno. Assim, apesar de o objetivo deste capítulo ter sido iluminar as especificidades do tipo do capitalismo antigo, ao adentrar na maneira como Weber descreve suas características particulares, em grande medida foram enfatizadas uma série de características definidoras do tipo ideal do capitalismo moderno.

Considerações finais

UM OUTRO ESPÍRITO

Os três capítulos que compõem este trabalho procuraram realizar, partindo de diferentes perspectivas, uma análise sistemática a respeito do papel desempenhado pela economia antiga na tipologia do capitalismo e, conseqüentemente, na compreensão do desenvolvimento do capitalismo moderno. Apesar de sua obra mais famosa (e também bastante criticada) sobre as origens do capitalismo moderno – *A ética protestante e o espírito do capitalismo* – não fazer uso de comparações com a economia antiga, procurei demonstrar que Weber reconhece uma relação de complementaridade entre seus diversos trabalhos. É esse o contexto de sua afirmação de que *Relações agrárias...* procurou tratar de questões não contempladas em *A ética protestante...*, principalmente no que se refere aos impactos de aspectos extra-religiosos sobre a dimensão econômica. O reconhecimento dessa relação de complementaridade entre seus escritos é também o que permite identificar a existência de uma tipologia do capitalismo, em níveis distintos de abstração, que extrapolam o contexto de obras singulares.

É nessa chave argumentativa que proponho problematizar agora o papel da economia antiga com relação a alguns aspectos – abordados em sua dimensão conceitual de maneira lateral ao longo dos capítulos precedentes – centrais no pensamento weberiano e bastante valorizados no âmbito da teoria sociológica clássica. Trata-se de indagar a respeito das possíveis relações entre os escritos de Weber sobre a economia antiga e sua teoria do processo de racionalização ocidental moderno, em suas tensões com a ideia de tradicionalismo.¹⁴⁵

Como se sabe, o problema do moderno racionalismo ocidental é uma questão central, dotada de desdobramentos variados, e que perpassa diversos momentos de sua obra. Mas a bibliografia especializada pouco indagou a respeito do papel da economia antiga na construção dessa noção – tópico que sem dúvida mereceria um estudo particular. O que almejo apresentar aqui são apenas alguns encaminhamentos possíveis para esse problema, como fruto da reflexão realizada nos capítulos anteriores. Acredito ser possível demonstrar que não apenas a economia antiga – e os tipos ideais do capitalismo antigo e do capitalismo politicamente orientado – foi um contraponto importante, que permitiu a Weber compreender o processo de

¹⁴⁵ Um trabalho a respeito da questão do “tradicionalismo” na obra de Weber exigiria a reconstrução dessa noção em seus vários contextos e utilizações. Neste caso, pretendo explorar apenas o seu caráter contrastivo com a noção de racionalismo – tal como Weber faz em diversas passagens de seus escritos.

desenvolvimento do racionalismo ocidental, mas que, simultaneamente, a questão do desenvolvimento de condutas de vida racionais, das quais o capitalismo moderno frutificou, foi um ponto de partida importante para as indagações weberianas a respeito das especificidades economia antiga.

As origens modernas da problematização do tradicionalismo na economia antiga

He does not study the past like an archivist, whose task it is to look after ancient documents and who sees a big hiatus between 'the yesterday and the to-day'; he investigates the most distant past, e.g. Chinese and Indian religion, or the economic system of Rome, relates all these historical data to the present, and is most concerned with the similarities and differences between the operation of social forces then and now. The great problem that engaged the attention both of Sombart and Max Weber, namely the rise and development of capitalism, was so worked out as to provide a diagnosis of the contemporary situation. What are the roots of Western society; whence do we come, whither are we going, and what is our place in the present crisis? These are the questions that are latent in Weber's empirical investigations. (Mannheim, 1934, p. 218)

A comparação, por oposição, entre aquilo que Weber por vezes define como “tradicionalismo” e “racionalismo”,¹⁴⁶ perpassa, de formas metodologicamente diferentes, muitos aspectos de seus escritos; desde trabalhos realizados na juventude até as obras da maturidade, como seus textos sobre as éticas econômicas das religiões universais. Creio ser possível afirmar que a permanência de formulações que remetem ao sentido dessas duas nomenclaturas, ao longo dos diversos momentos de seus escritos, está ligada à permanência de seus interesses pela questão do desenvolvimento político-econômico alemão (embora não se reduza a ele). Alguns

¹⁴⁶ Na pluralidade de sentidos que adquirem na obra de Weber.

desses interesses, de especial importância para a compreensão dos problemas aqui discutidos, dizem respeito à questão da “necessidade” de superação de condutas de vida, modos de produção, inserção no mercado e relações de trabalho de cunho tradicional, e o problema do avanço “inevitável” do capitalismo moderno nas regiões agrárias do leste alemão.

Da perspectiva da questão do tradicionalismo, a análise de Weber da economia antiga não pode ser compreendida sem que esses seus interesses sejam levados em conta. Como já mencionado nos capítulos anteriores, Weber relaciona a economia antiga à existência de uma mentalidade tradicionalista¹⁴⁷, que impera nas relações sociais da cidade antiga idealtípica E, conforme procurei demonstrar no terceiro capítulo, uma parte central de sua interpretação das especificidades da economia antiga é construída em oposição à ideia do desenvolvimento de uma modalidade de racionalidade econômica que encontra seu auge na Época Moderna. Esta parte final da tese procura demonstrar como essa contra-oposição de “tradicionalismo” e “racionalismo”, na análise da economia antiga, busca responder a “questões modernas” e, para isso, opera com conceitos desenvolvidos no contexto de análise da economia moderna. O que não quer dizer que a economia antiga não seja o objeto central de uma obra como *Relações agrárias...*; contudo, acredito que uma série de questões elaboradas por Weber para pensar a especificidade dessa economia são “modernas”, no sentido de que são um reflexo do modo pelo qual ele concebe e analisa diversas questões do seu tempo – ou seja, é uma situação de interesse do investigador que orienta a análise.

O contexto sócio-econômico alemão que estava no foco das preocupações de Weber e que aparece de forma subterrânea em suas obras sobre a economia antiga com a utilização da ideia de tradicionalismo, evidencia-se de forma bastante concreta em um dos seus trabalhos realizados junto à *Verein für Socialpolitik* (Associação para política social). Menos de um ano após redigir sua tese de habilitação sobre a história agrária romana em suas relações com o direito romano, a convite da associação, Weber assume o trabalho de análise de parte de uma enquête de caráter quantitativo a respeito das condições dos trabalhadores agrários nas províncias prussianas

¹⁴⁷ Essa ideia – mentalidade tradicionalista – é mais sugerida e intuída do que construída conceitualmente.

localizadas ao leste do rio Elba.¹⁴⁸

A enquete foi realizada pela associação em um contexto de crise e debates a respeito da exportação agrícola alemã no período imperial; momento de grande instabilidade política, que acarretou a queda de Bismarck e na ascensão do conservador Caprivi.¹⁴⁹ Até 1870, produção agrícola do leste alemão tinha sido composta principalmente pela exportação de cereais para os mercados britânico e do oeste europeu; mas, a partir dessa data “[...] essa produção começa a sentir os impactos da concorrência das produções de outros países (Estados Unidos, Argentina, Índia), que contavam com uma infraestrutura de produção mais desenvolvida, custos de transporte reduzidos, solos mais férteis e força de trabalho mais baratos, e por isso vendiam sua produção a baixos preços, o que fez com que o preço dos grãos na Europa caísse” (Riesebrodt, 1984, pp. 3-4). A deflagração desse processo provocou o declínio da exportação de cereais do leste alemão ao ponto de, naqueles anos, a Alemanha se tornar ela própria uma importadora de cereais. Com o objetivo de proteger o mercado interno da competição estrangeira e dessa forma continuar a produzir ao menos para o consumo interno, por volta dos anos 1890, o governo criou taxas protecionistas que restringiam a entrada de cereais importados no mercado interno (cf. Riesebrodt, 1984, p. 4).

Tais medidas geraram grandes debates, dos quais Weber foi chamado a participar. Com um posicionamento declaradamente liberal, ele argumentou que essa proibição seria muito prejudicial para a posição da Alemanha no mercado internacional, pois o interesse nacional seria, antes, o pleno desenvolvimento das modalidades capitalistas de atividade econômica. Weber acreditava que o avanço do capitalismo não deveria ser barrado por medidas legislativas protecionistas. Isto é, a Alemanha deveria continuar a se desenvolver “até se tornar um 'Estado industrial'”, ao invés de tentar sustentar o setor agrário tradicional por meio de medidas legislativas (cf. Mommsen, 2005, pp. 189-190).

Foi nesse contexto de crise da economia agrária que a associação realizou a enquete. Ela não tinha como meta indagar a respeito das medidas protecionistas, mas

¹⁴⁸ O fato de Weber ter sido supervisionado pelo historiador agrário August Meitzen (autor já mencionado no terceiro capítulo) e de seu pai ser membro da Dieta prussiana, e ter tido uma posição importante na implementação de leis de assentamento no final dos anos 1880, desempenharam um papel importante na nomeação de Weber para esse trabalho (cf. Mommsen, 2005, p. 187).

¹⁴⁹ Para abordar essas questões me apoio especialmente nos textos de Riesebrodt (1984) e Mommsen (2005), pois ambos apresentam uma análise bastante elucidativa e condensada do assunto.

objetivava abordar um outro aspecto da crise agrária: traçar um diagnóstico a respeito da situação do mercado de trabalho agrícola no leste do Elba. A análise de Weber reconhece nessa região o predomínio de relações de trabalho de caráter senhorial e tradicional, nas quais os trabalhadores raramente eram remunerados em dinheiro. Seu rendimento dependia sobretudo da concessão de terras cultiváveis para uso próprio, cujo excedente podia ser vendido no mercado.

Weber afirma que, com o avanço do modo de produção capitalista, essas formas tradicionais de produção e de relações de trabalho, baseados em relações senhoriais, começaram a definhar. Esse momento coincidiu também com a mencionada entrada no mercado de produtos agrícolas importados e mais baratos, e com o emprego por parte dos grandes proprietários rurais de uma mão de obra mais barata de trabalhadores temporários de origem polonesa. Esse processo de avanço do capitalismo fez com que os trabalhadores alemães comessem a recusar esse modo tradicional de organização do trabalho agrícola e passassem a preferir receber em dinheiro por seu trabalho, resultando na migração de muitos deles para as cidades. Com isso, suas posições no leste do Elba passaram a ser ocupadas pelos trabalhadores baratos imigrados da Polônia (cf. Mommsen, 2005, pp. 187-188). Assim, a conclusão central apresentada pela análise de Weber defende que o avanço do capitalismo moderno arruinou gradualmente os padrões patriarcais tradicionais de emprego nessa região da Prússia oriental, ocasionando impactos significativos no desenvolvimento da economia alemã (cf. Weber, 1892, p. 903).

Esse trabalho de Weber, intitulado *Die Lage der Landarbeiter im ostelbischen Deutschland* (A situação do trabalhadores rurais na Alemanha ao leste do Elba) e publicado no ano de 1892, foi decisivo para o seu reconhecimento e prestígio no meio acadêmico e desempenhou um papel central na sua nomeação como professor de economia em Freiburg pouco tempo depois, pois ele passou a ser considerado um especialista em questões de política agrária (cf. Riesebrodt, 1984, p. 17). Após a realização desse trabalho, diversos escritos políticos de Weber também tratam dos impactos do avanço capitalista, do processo de industrialização e da questão do enfraquecimento de formas econômicas tradicionais na Alemanha imperial. Além disso, a análise dos materiais recolhidos pela enquete também despertou seu interesse pela situação agrária na Rússia (cf. Mommsen, 1989b, p. 1), de modo que, anos mais

tarde, na época da revolução russa de 1905, Weber dedicou-se intensamente à análise das possibilidades de transformações político-econômicas na Rússia czarista e das chances de um avanço do capitalismo.

Weber identificava na Rússia um potencial de liberdade semelhante ao processo de desenvolvimento econômico que acreditava ter visto nos Estados Unidos da América pouco tempo antes. Ele chega a afirmar que a Rússia representava, assim como os Estados Unidos, uma chance de desenvolvimento de uma democracia liberal, sendo detentora das “‘últimas’ oportunidades de desenvolvimento de ‘culturas livres’” (Weber, 1905-1912, p. 273), pois não estava tão saturada como a Europa, onde ele enxergava um engessamento das relações sociais e uma uniformização do estilo de vida (cf. Weber, 1905-1912, p. 272; cf. Mommsen, 1989b, p. 3). Weber também via um potencial significativo nas grandes áreas inabitadas russas e americanas, que permitiam um avanço ininterrupto “como outrora na Antiguidade tardia” (Weber, 1905-1912, p. 272). Essas possibilidades de desenvolvimento econômico significavam para Weber um potencial de avanço do capitalismo moderno, mesmo que de maneiras bastante peculiares, dado o contexto cultural e político específico russo.

Mas, por outro lado, ele tinha dúvidas se esse potencial iria de fato se concretizar em uma política e economia mais liberais – como no caso norte-americano –, dada a força do comunismo agrário russo e também por conta de fatores de ordem religiosa (cf. Mommsen, 1989b, pp. 2-3). Assim, esses elementos de liberdade que identificava na Rússia estavam menos relacionados a uma previsão do que acreditava que possivelmente ocorreria futuramente com o término da revolução russa de 1905, e mais com um potencial que poderia se consumir, caso o contexto político-religioso permitisse. Isto é, para Weber, o capitalismo só poderia avançar em um contexto como o russo se as relações de caráter tradicional e político não apresentassem obstáculos, algo de que ele próprio duvidava, pois as dimensões política e religiosa operavam como forças contrárias à racionalização da esfera econômica.

Quais seriam então as articulações possíveis entre a questão do embate das ideias de tradicionalismo e desenvolvimento capitalista nesses trabalhos sobre o Leste do Elba e a Rússia e seus escritos sobre a economia antiga? Nos capítulos anteriores esteve subjacente a ideia de uma concepção weberiana da economia antiga como

impregnada não apenas por práticas tradicionalistas, mas sobretudo por uma mentalidade tradicionalista, que constitui uma força contrária ao desenvolvimento do capitalismo na Antiguidade, configurando um impedimento ao processo de racionalização e autonomização da dimensão econômica. A maneira como Weber construiu sua interpretação da economia antiga coincide em vários pontos, principalmente no que se refere à questão do tradicionalismo, com sua análise dos contextos modernos mencionados. Mas acredito não se tratar de um mero acaso, e sim de um modo de olhar para diferentes objetos partindo das mesmas questões, questões geradas em contextos modernos específicos.

Ou seja, o mais significativo das relações desses dois escritos com suas formas de abordagem da economia antiga reside na existência de um conjunto de interesses comuns, que conformam o pano de fundo da análise de Weber desses dois trabalhos, fazendo com que questões de naturezas semelhantes sejam elaboradas tanto no caso da economia antiga, como no caso das economias russa e alemã modernas; e, ao responder a essas questões, Weber reconhece algumas semelhanças entre os três casos, principalmente no que diz respeito ao seu caráter tradicionalista. Em termos gerais, Weber enfatiza que o tradicionalismo impregna – de modos particulares, mas com semelhanças significativas – os modos de produção e as relações de trabalho na agricultura russa e prussiana, assim como na agricultura antiga idealtípica. Além disso, assim como reconhece o predomínio de classes proprietárias rentistas na cidade antiga idealtípica, ele também ressalta a existência, no caso da Rússia, de um capitalismo de rendas realizado sobre a base do trabalho agrário camponês (cf. Weber, 1905-1912, p. 625). E, em *História econômica*, ele retoma o caso prussiano ao se referir à existência de uma pequena camada de rentistas territoriais nas províncias orientais da Prússia (cf. Weber, 1919-1920, p. 108-109). Mesmo com diferenças contextuais fundamentais, o que Weber enfatiza nos três casos é a existência de um comportamento rentista que segue um sentido oposto ao desenvolvimento capitalista, isto é, ao processo de autonomização e racionalização da esfera econômica.

Apesar da ligação temática entre os trabalhos supramencionados, são diferentes as maneiras como os conceitos e as questões que envolvem a ideia de tradicionalismo aparecem em cada um deles, no que se refere às suas relações com os escritos weberianos sobre a economia antiga. Não há nas obras de Weber sobre a economia

antiga comparações diretas significativas com a situação dos trabalhadores do leste do Elba, e uma comparação geral mais direta com a situação agrária alemã só aparece em *História econômica*. Já as comparações com a economia agrária russa aparecem de maneira muito mais direta; e acredito que isso se deva ao fato de a terceira edição de *Relações agrárias...* ter sido redigida apenas dois anos após a elaboração de seus artigos sobre as questões políticas e econômicas no contexto da Revolução Russa de 1905. Ou seja, creio que as comparações com o caso russo apareçam de forma explícita em *Relações agrárias...* por tratarem de temas bastante presentes nos debates contemporâneos com que Weber se envolveu naquele período.

Assim, de diferentes maneiras, o processo de industrialização e de avanço do capitalismo nas regiões agrárias do leste da Alemanha e da Rússia – que, como se sabe, teve desdobramentos posteriores muito distintos em cada uma das duas regiões – foi sem dúvida um pano de fundo significativo para o aprofundamento de conceitos e formulações que aparecem nas obras de Weber sobre a economia antiga, e para o entendimento do papel comparativo desempenhado pela economia antiga na definição do desenvolvimento de uma conduta de vida racional-metódica no Ocidente moderno em outras obras suas. Ou seja, a oposição estabelecida por Weber, na reflexão acerca da Prússia oriental e da Rússia, entre tradicionalismo e avanço do capitalismo – e o que nomeia algumas vezes “organização econômica racional” – é uma oposição que se materializa mais tarde em suas tipologias do capitalismo e da cidade.

O que almejo enfatizar com relação a esse aspecto é que, em suas obras que tratam da economia da Antiguidade, a utilização de uma nomenclatura como “tradicionalismo” implica a elaboração de questões que ultrapassam os limites do contexto antigo, o que revela a natureza comparativa das tipologias na obra de Weber. Afinal, quais são as bases que permitem a Weber sugerir o caráter predominante da economia antiga como tradicionalista? Isto é, ela é tradicionalista com relação a quais critérios? Essas questões exigem respostas que extrapolam o período da Antiguidade e remetem ao contexto moderno e à definição das noções de racionalismo, conduta de vida racional-metódica e racionalidade ocidental.

Tradicionalismo e espírito do capitalismo

O adversário com o qual teve de lutar o “espírito” do capitalismo, no sentido de um determinado estilo de vida regido por normas e travestido de uma “ética”, permaneceu, em primeiro lugar, aquela espécie de sensibilidade e de comportamento que pode ser descrita como *tradicionalismo*. (Weber, 1904-05/1920, p. 43)

Um dos aspectos centrais das obras de Weber sobre a economia antiga é a abordagem sistemática do adversário do “espírito do capitalismo”, o “tradicionalismo”, em suas mais variadas dimensões. Apesar de considerar a impossibilidade de trabalhar com definições conclusivas (cf. Weber, 1904-05/1920, p. 43), sua concepção de tradicionalismo tem como protagonista um ser humano que “não quer 'por natureza' ganhar sempre mais e mais dinheiro, mas simplesmente viver, viver como ele está acostumado e ganhar tanto quanto for necessário para isso” (Weber, 1904-05/1920, p. 44), sendo representado de modo idealtípico, no mundo antigo, pela figura do rentista.¹⁵⁰

Em suas obras sobre a Antiguidade, o comportamento econômico tradicionalista se materializa nas diversas dimensões da economia antiga abordadas no capítulo 3: na orientação econômica para a satisfação de necessidades (com o predomínio da economia natural e a relevância da economia do *oikos*); na existência significativa das classes proprietárias e o seu viver de rendas, com o objetivo de manutenção do consumo; na utilização de modos de produção “tradicionais”; no emprego de mão de obra escrava; na relevância das relações de dominação de um senhor territorial sobre outros indivíduos em virtude de um direito pessoal, etc. Essas características, que conformam uma parte significativa da economia antiga, podem ser compreendidas em associação à prevalência de uma mentalidade tradicionalista. O trecho abaixo, já citado no capítulo 2, seguindo pelo excerto de Xenofonte, resumem a interpretação de Weber:

¹⁵⁰ Em um trabalho futuro seria interessante indagar a respeito das possíveis relações entre a ideia de tradicionalismo na análise da economia antiga e a noção de “ação social tradicional”, definida por Weber como “hábito arraigado” (Weber, 1921a, p. 12-13), constituinte da tipologia da ação social presente no primeiro capítulo de *Economia e sociedade*, e que inclui outros três tipos: ação social referida a fins, ação social referida a valores e ação social afetiva ou emocional (Weber, 1921a, p. 12).

Quem ultrapassava de modo demasiadamente sensível o limite entre as duas formas de comportamento econômico, o investimento de bens e o ganho de capital, e se tornava empresário, era considerado na Antiguidade um homem simplório, e na Idade Média um homem que não era um cavaleiro. [...] A “avidez de lucrar” como motivo *psicológico* não era mal vista em sua prática: sem dúvida, a nobreza de cargo romana e as linhagens medievais das grandes cidades litorâneas estavam tão possuídas, em média, pela “*auri sacra fames*” quanto qualquer outra classe da história. O que se condenava era a forma *racional*, organizada em empresas e, neste sentido especial, “burguesa”, da atividade aquisitiva: o trabalho aquisitivo sistemático. (Weber, 1914a, p. 196-197)

Você se envergonham dos tecelões entre vocês, dos sapateiros, dos carpinteiros, dos ferreiros, dos camponeses, dos comerciantes, ou daqueles que fazem negócios no mercado e só por isso são cautelosos, pois comprem barato e vendem caro? Mas todos eles constituem o povo. (Xenofonte, Memorabilia, III,7,6, apud Mossé, 2004, p. 47)

A passagem de *A cidade* e a argumentação “pró-capitalista” de Xenofonte, cada uma ao seu modo, permitem entrever de modo indireto que a definição do caráter tradicionalista da economia antiga não congrega apenas os fatores objetivos supramencionados, mas engloba também a existência predominante da valorização de condutas de vida tradicionais, e o consequente desprezo pelo comportamento “simplório” daquele que se comporta como “empresário”, e que realiza um “trabalho aquisitivo sistemático”.¹⁵¹ Nesse sentido, um elemento central da delimitação dos impactos da mentalidade tradicionalista sobre a dimensão econômica diz respeito aos diferentes significados sociais que o trabalho adquire ao longo do tempo. Essa é uma

¹⁵¹ Weber também cita exemplos extraídos de sua própria história familiar – uma parte de sua família era detentora de empreendimentos de tecelagem – para abordar as diferenças entre o aquilo que considera um modo tradicional de condução empresarial e o modo moderno de gestão e de comportamento do “empreendedor de novo estilo” (Weber, 1904-05/1920, pp. 51-52, 60).

questão-chave de *A ética protestante...*, mas desempenha também um papel importante em sua interpretação da economia antiga. A respeito do mundo antigo, Weber diz:

Por outro lado, está ausente aquela transfiguração ética do trabalho efetuado com vistas ao ganho, que se encontra em fracos rudimentos apenas no Cinismo e na pequena burguesia helênica oriental. Os suportes que a racionalização e a economização da vida encontraram, nos inícios da Época Moderna, em uma “ética profissional” motivada essencialmente pela religião, faltava aos “homens da economia” (*Wirtschaftsmenschen*) antigos. (Weber, 1909, p. 359)

Weber identifica no início da Época Moderna o predomínio de uma ética profissional, motivada religiosamente, que não fazia parte nem mesmo do comportamento dos libertos no mundo antigo, os *homines oeconomici* antigos – conforme abordado no capítulo 3. Essa ética profissional, descolada de seu contexto religioso, conformaria uma das principais bases sobre as quais se desenrolaria o processo de racionalização da esfera econômica moderna. No mundo antigo, ao contrário, nas bases tradicionais sobre as quais estava ancorada grande parte da dimensão econômica, o trabalho era uma atividade vista com descrédito.

Além disso, Weber argumenta que, na Idade Média, mesmo com o enfraquecimento dos laços tradicionais e com o aumento de ganhos econômicos em determinados grupos sociais, o “[...] que se seguiu não foi uma afirmação e cunhagem ética dessa novidade, tendo sido simplesmente *tolerada* factualmente, sendo tratada seja como eticamente indiferente ou mesmo lamentável, mas, infelizmente, inevitável.” Esse tipo de comportamento, característico do “homem médio da época pré-capitalista”, foi descrito em *A ética protestante...* como “[...] um dos mais fortes obstáculos internos com que se defrontou a adaptação dos seres humanos aos pressupostos de uma ordem econômica capitalista-burguesa.” (Weber, 1904-05/1920, p. 43)

Como sublinha enfaticamente Weber, dado que “[...] a absoluta e consciente brutalidade da ânsia de ganho esteve, muitas vezes, intimamente ligada aos laços tradicionais mais estritos [...]” (Weber, 1904-05/1920, p. 43), não foi o desejo de ganho econômico o que se condenou no mundo antigo, e sim a racionalização da conduta de vida com vistas ao ganho econômico; ou seja, aquilo que se condenou foi o desenvolvimento de uma mentalidade racionalista. Em seus escritos sobre a ética econômica das religiões universais, Weber associa o capitalismo moderno racional à “moderação racional de um impulso irracional” (Weber, 1920, p. 4) (o desejo de lucro); uma associação que acredito estar na base da diferenciação entre tradicionalismo e racionalismo.

Nesse sentido, uma parte significativa das obras de Weber sobre a economia antiga aborda exatamente os entraves ao triunfo do racionalismo econômico, isto é, os fatores de caráter tradicional que sufocaram o desenvolvimento de mecanismos de moderação racional do impulso irracional em direção ao ganho econômico. Um exemplo representativo do modo como Weber concebe o desenvolvimento desses mecanismos é a comparação, em *Relações agrárias...*, entre a existência de mercados menos regulados na Antiguidade, e os diversos regulamentos de trocas e de produção estabelecidos na Idade Média: a regulamentação do mercado medieval, ao criar obstáculos ao desejo de lucro desenfreado, representa um mecanismo de moderação racional do impulso irracional do desejo de ganho econômico e, exatamente por isso, constitui um elemento importante do desenvolvimento do capitalismo moderno (cf. Weber, 1909, 708-709).

Como artifício metodológico, Weber utiliza ao longo de suas obras expressões diferentes para se referir às distintas dimensões do processo que quer explicar: racionalismo (*Rationalismus*), racionalidade (*Rationalität*), conduta de vida racional-metódica (*rational methodische Lebensführung*), racionalização/processo de racionalização (*Rationalisierung/Rationalisierungsprozess*), além do emprego constante do adjetivo “racional” (*rational*). Não tenho a pretensão de realizar uma análise aprofundada dos diferentes significados de cada uma dessas expressões, pois esse constituiria um outro tema de investigação. Mas, com o objetivo de elucidar alguns aspectos da comparação do racionalismo com a definição de condutas de vida tradicionalistas na interpretação da economia antiga, acredito ser importante diferenciar os papéis metodológicos desempenhados por essas diferentes

nomenclaturas.

O racionalismo – uma noção fundamental em Sombart¹⁵² e bastante utilizada já em *A ética protestante...* – pode ser compreendido como uma noção oposta à ideia de tradicionalismo, isto é, como um padrão de conduta de rejeição de condutas tradicionais, baseado na razão. Na introdução aos seus escritos sobre religião, Weber apresenta uma definição que elucida esse aspecto:

[...] “racionalismo” pode significar coisas muito distintas [...] ou se pensa em uma forma de racionalização que compreende, como pretende o pensador sistemático com a imagem do mundo: o aumento do domínio teórico da realidade mediante a utilização de conceitos abstratos cada vez mais precisos; ou então a racionalização no sentido de uma busca metódica de um fim prático determinado, mediante um cálculo cada vez mais preciso dos meios adequados. Se tratam de coisas bem distintas, apesar de seu elo, ao fim e ao cabo, indissolúvel. (Weber, 1915-1920a, p. 117)

Essa segunda definição, que enfatiza a busca metódica de fins por meio do uso do cálculo, representa exatamente a prática do “empresário” “simplório”, condenada pela mentalidade tradicionalista antiga supramencionada. Ou seja, é uma concepção de racionalismo como essa que permite a Weber definir, por oposição, o modo de vida antigo como predominantemente tradicionalista. Se o rentista da Antiguidade, como protagonista idealtípico do capitalismo antigo, é o *homo politicus* cuja maior preocupação, no âmbito econômico, reside na manutenção de sua condição, o seu oposto, o “tipo ideal do empresário capitalista”, age segundo motivações de ordens diversas:

O “tipo ideal” do empresário capitalista, tal como foi representado entre nós em alguns exemplos eminentes, não tem nenhum parentesco com tal ostentação grosseira ou

¹⁵² Sombart (1902) defende que, na Idade Média tardia, a conduta econômica tradicional dos artesãos foi minada pela expansão do capitalismo, dado o desenvolvimento de uma nova mentalidade baseada na aquisição e acumulação de dinheiro.

refinada. Ele se esquivava à ostentação e à despesa desnecessária, bem como ao gozo consciente de seu poder, e ao recebimento antes desconfortável dos sinais externos da deferência social de que desfrutava. Sua conduta de vida, em outras palavras, comporta quase sempre certo traço ascético, tal como veio à luz com clareza no citado “sermão” de Franklin – o que examinaremos é justamente o significado histórico desse fenômeno que nós é relevante. Não é de modo algum raro, mas bastante frequente, encontrar nele uma dose de fria modéstia, que é substancialmente mais sincera do que aquela reserva que Benjamin Franklin soube tão bem recomendar. De sua riqueza “nada tem” para si mesmo, a não ser a irracional sensação de bom “cumprimento do dever profissional”. (Weber, 1904-05/1920, p. 55)

Esse trecho revela que o racionalismo envolve seja dimensões materiais e objetivas – como o aprimoramento racional de técnicas de produção –, seja o desenvolvimento de condutas de vida racionalizadas: “O racionalismo econômico, em seu estabelecimento, é tão dependente da técnica ou do direito racionais como o é da capacidade e disposição dos seres humanos de modos específicos de conduta de vida prático-racionais.” (Weber, 1920, p. 12) Em *História econômica* Weber repete essa ideia com outras palavras: O capitalismo moderno envolve “[...] a empresa permanente e racional, a contabilidade racional, a técnica racional e o direito racional; a tudo isto se soma ainda a mentalidade racional, a racionalização da condução da vida, o *ethos* econômico racional.” (Weber, 1919-1920, p. 301-302) Ou seja, Weber diferencia o processo de racionalização econômica segundo a existência de três aspectos distintos: os “meios técnicos calculáveis”; “um direito previsível e uma administração regida segundo regras formais” (Weber, 1920, p. 11); e a racionalização das condutas de vida, isto é, do desenvolvimento de condutas de vida racional-metódicas. Mas, apesar de essas três dimensões do processo de racionalização ocidental serem tratadas em suas distinções, a análise weberiana procura enfatizar que houve uma coincidência entre seus sentidos, o que configurou o desenvolvimento dos aspectos de racionalidade do capitalismo moderno.

Ou seja, Weber reconhece que é necessário identificar o sentido da racionalização em questão, pois “racionalismo”, entendido como busca metódica de um fim determinado por meio do cálculo, não constitui uma exclusividade do Ocidente moderno. O trecho seguinte, extraído de *A ética protestante...*, apresenta a perspectiva de Weber a respeito desse problema: “Pode-se justamente – e esta simples frase, tantas vezes esquecida, deveria figurar no início de todo estudo que trate do ‘racionalismo’ – ‘racionalizar’ a vida sob pontos de vista últimos completamente distintos e em distintas direções.” (Weber, 1904-05/1920, p. 62) Para iluminar esse aspecto Weber utiliza também o termo “racionalização”, no sentido da descrição do caráter processual do racionalismo, um processo que pode ocorrer em diversos sentidos e em diferentes “culturas”, e não apenas no que considera como “cultura ocidental”.

Essa perspectiva é complementada pela utilização da nomenclatura “racionalidade” – que aparece recorrentemente acompanhada do adjetivo “ocidental” –; uma expressão que busca enfatizar o sentido da racionalização que constitui o objeto central de sua investigação. A introdução supramencionada elucida esse aspecto: o interesse de Weber repousa na análise do “[...] racionalismo econômico do tipo que começou a dominar no Ocidente a partir dos séculos XVI e XVII, como fenômeno parcial da racionalização burguesa que ali encontrou lugar.” (Weber, 1915-1920a, p. 117). O extrato social burguês é apresentado como o agente desses processos de racionalização ocidental, pois Weber descreve como característica típica da burguesia “a tendência a um racionalismo prático da conduta de vida”, que repousa sobre a dominação da natureza e sobre o cálculo técnico. Mesmo com uma série de obstáculos colocados pelo tradicionalismo, ele defende que emergiu nas camadas burguesas, em gradações distintas, a possibilidade do surgimento da tendência ao racionalismo técnico e econômico em conexão com uma regulamentação ética racional da vida (cf. Weber, 1915-1920a, p. 106).

Além disso, o racionalismo muitas vezes aparece acompanhado do adjetivo “econômico”, pois a racionalização, como Weber demonstra em seu modelo analítico das esferas da vida, é um processo que pode ocorrer nas mais diversas dimensões/esferas, e em intensidades também diversas. Nesse sentido, o adjetivo “econômico” é utilizado para enfatizar que sua investigação repousa, sobretudo, no

processo de racionalização da esfera econômica. E, nesse contexto, o adjetivo “racional”, quando referido à dimensão econômica – “o tipo racional de veleiro” –, é utilizado por Weber na denominação daquilo que é “economicamente mais produtivo”. Assim, Weber conclui que seus interesses investigativos repousam no sentido da racionalização ocorrida no ocidente, no desenvolvimento da racionalidade ocidental moderna e, mais especificamente, na racionalidade da esfera econômica. Em suas palavras:

Trata-se portanto, e novamente, de reconhecer e explicar em sua origem a *especificidade* particular do racionalismo ocidental e, em seu interior, do racionalismo ocidental moderno. Toda tentativa de explicação desse gênero precisa, em correspondência com a significação fundamental da economia, levar em consideração sobretudo as condições econômicas. Mas não se deve negligenciar o nexo causal inverso. Pois o racionalismo econômico, assim como a técnica e o direito racionais, depende em sua origem também da capacidade e disposição dos seres humanos para modalidades determinadas de *conduta de vida* prático-racionais. Onde isso foi obstruído por entraves de tipo psíquico, o desenvolvimento da conduta de vida *economicamente* racional encontrou também fortes resistências internas. (Weber, 1920, p. 12)

Esse processo de racionalização da esfera econômica ocidental foi para Weber a base predominante sobre a qual se desenvolveu o capitalismo moderno, de modo que o sistema capitalista moderno é entendido como uma configuração particular resultante desse desdobramento, como “[...] a potência mais preta de nossa vida moderna.” (Weber, 1920, p. 4)

Assim, acredito ser possível compreender a contra-oposição de “tradicionalismo” e “racionalismo” como uma oposição entre dois princípios distintos de orientação da ação. Mas, como espero ter deixado claro na interpretação aqui proposta, o caráter de oposição dessas duas ideias não se reflete em uma interpretação dual das economias moderna e antiga; mas essa dualidade desempenha um papel no plano metodológico. Conforme procurou demonstrar o capítulo 2,

Weber não deixa de reconhecer a presença significativa de elementos tradicionalistas na economia moderna, e acredito que o exemplo da economia agrária alemã do leste do Elba ilustra esse aspecto de maneira bem sucedida. Por outro lado, a ênfase de sua análise reside naquelas características que configuram traços decisivos dos sistemas econômicos em questão, de modo que é possível reconhecer uma presença massiva de uma mentalidade racional-metódica na ação econômica moderna e uma mentalidade predominantemente tradicionalista na economia antiga.

Em um nível de abstração mais alto – que aparece sobretudo na “Nota prévia” (1920) –, o tradicionalismo se opõe ao racionalismo em uma perspectiva diferente: na comparação entre Oriente e Ocidente. Ou seja, Weber lança mão da ideia de tradicionalismo seja na comparação entre a economia antiga com a economia moderna, seja na diferenciação entre economia e política orientais e ocidentais. Isso significa, uma vez mais, que, tradicionalismo e racionalismo na análise de Weber não se restringem a períodos históricos e “círculos culturais” específicos, apesar de poderem ser considerados predominantes e característicos de alguns deles. Como já mencionado anteriormente, de acordo com os interesses de análise de Weber, a economia antiga se posiciona ora do lado do tradicionalismo, na comparação com a Idade Média e Época Moderna ocidentais, ora do lado do racionalismo (mesmo que apenas em estado embrionário), na comparação com o Oriente, ora do lado do tradicionalismo e ao lado do Oriente, na comparação com o Ocidente. De todo modo, em todos os casos, o interesse de Weber na comparação com a economia e política orientais está em ressaltar que somente no Ocidente ocorreu o desenvolvimento de uma racionalidade específica (um sentido específico de racionalização) que estaria na base da autonomização e racionalização das diversas esferas da vida.

Uma outra questão que merece ser clarificada diz respeito às diferenças entre a ideia de mentalidade tradicionalista e aquilo que Weber entende por fatores extra-econômicos que influenciam a dimensão econômica. O tradicionalismo é um aspecto, por definição, extra-econômico e, simultaneamente, anti-capitalista. Como abordado nos capítulos anteriores, há uma série de práticas tradicionais que permeiam a definição da economia antiga, e são elas que limitam o desenvolvimento do capitalismo antigo. Mas Weber chama a atenção também para a existência de outros fatores extra-econômicos que, por seu turno, incentivam o desenvolvimento

de certos tipos de capitalismo, ao induzirem a geração de ganhos econômicos. Elementos de ordem política, no caso da Antiguidade, são os principais fatores extra-econômicos que condicionam a dimensão econômica, de modo a proporcionar ganhos econômicos e, portanto, o desenvolvimento de um tipo específico de capitalismo.

Fatores econômicos e extra-econômicos nos processos de racionalização da dimensão econômica

O aspecto que remete aos diversos “pontos de vista” e às diferentes direções que os processos de racionalização podem assumir possui desdobramentos diversos na obra de Weber, que, em minha interpretação, atuam de maneira complementar na compreensão do papel da economia antiga na tipologia do capitalismo.

Em “Nota prévia”, “Introdução” e “Consideração intermediária”, Weber investiga o desenvolvimento do capitalismo moderno a partir do processo de racionalização e diferenciação internos à esfera econômica. *Grosso modo*, a teoria de Weber se baseia na ideia de uma racionalização processual de diversas dimensões da vida, implicando o rompimento de uma “unidade original do mundo”, ou a perda de uma “ingenuidade original”, que deu lugar a uma progressiva diferenciação de esferas da vida (econômica, religiosa, política, erótica, intelectual¹⁵³ etc.). O que significa que o capitalismo moderno não foi o único resultado do racionalismo ocidental, mas constitui uma das dimensões desse processo de racionalização das esferas da vida e, mais especificamente, da esfera econômica. Do ponto de vista da esfera econômica ocidental moderna, esse processo também pode ser interpretado como um rompimento gradual com o tradicionalismo, na medida em que implicou o desenvolvimento de um comportamento econômico racional-metódico com base no cálculo.¹⁵⁴

¹⁵³ A racionalização da esfera intelectual foi fundamental nesse processo, pois, ao agir sobre outras esferas, permitiu que elas se intelectualizassem, o que significou um passo central em seus processos de racionalização.

¹⁵⁴ Já em Meyer (1884) é possível encontrar uma afirmação de sentido semelhante, ao afirmar a importância do processo de individualização e de diferenciação dos povos singulares, algo que ele sempre vê como um conflito com a tradição.

Esses processos envolveram uma autonomização que permitiu a essas esferas desenvolverem e, a seguir, operarem de acordo com leis próprias, internas a cada uma delas, dando margem a relações de tensão entre si.¹⁵⁵ Especificamente no que tange o processo de autonomização da esfera econômica, acredito que essa tensão entre as legalidades internas constituintes das diferentes esferas da vida pode ser compreendida em relação com algumas ideias que estão na base da distinção weberiana entre “racionalidade formal” e “racionalidade material”.

A diferenciação entre essas duas noções – que pode ser encontrada no segundo capítulo da primeira parte de *Economia e Sociedade* e em *História econômica*¹⁵⁶ – diz respeito ao balanço, ou à “luta” (nos termos de Weber), entre fatores “econômicos” e “extra-econômicos” nos processos de racionalização da dimensão econômica. Uma análise da economia de determinada sociedade que leve em conta a racionalidade formal se ocupará dos “fins” da ação econômica, do grau de desenvolvimento de seus meios técnicos, das condições materiais de desenvolvimento econômico e da calculabilidade da ação econômica, onde o dinheiro aparece como forma máxima dessa racionalidade (cf. Weber, 1921a, pp. 44-45). Esses graus podem variar de acordo com as temporalidades (Antiguidade, Idade Média, Época Moderna) e localidades (Ocidente, Oriente) em questão.

Com relação à definição do capitalismo antigo, embora abarque também outras dimensões, ela envolve elementos que remetem à existência de algum grau de desenvolvimento de meios técnicos e de condições materiais na constituição da economia. As características das fábricas e plantações e o grau de desenvolvimento das economias natural e monetária na economia antiga, exploradas no capítulo 3, apresentam exatamente esses elementos, que estão diretamente relacionados com a concepção de Weber do grau de racionalidade formal presente na economia antiga. E, com relação aos tipos do capitalismo moderno e racional, Weber também apresenta uma série de elementos de ordem formal que conformam seu caráter racional, como um grande desenvolvimento das técnicas de produção, uma economia monetária amplamente desenvolvida, o predomínio do comércio em mercados formalmente livres etc.

¹⁵⁵ No caso de seus escritos sobre religião, Weber explora sobretudo as tensões entre a esfera econômica e a esfera religiosa.

¹⁵⁶ A distinção e caracterização desses dois tipos de racionalidade são, em si mesmas, um problema complexo de investigação; aqui elas são utilizadas exclusivamente com vistas à discussão em pauta.

A racionalidade material, por outro lado, está relacionada às diversas dimensões/esferas extra-econômicas (potencialmente irracionais, do ponto de vista da esfera econômica) que, em conjunto, podem atuar na realização de uma ação econômica (em uma direção específica de racionalização). Tais valores podem constituir “[...] postulados éticos, políticos, utilitários, hedonistas, estamentais, igualitários ou quaisquer outros [...]” (Weber, 1921a, p. 45). A definição do tipo do capitalismo politicamente orientado é um bom exemplo de como opera a racionalidade material, na medida em que são condicionantes de ordem política (o caráter bélico do *homo politicus* antigo) – irracionais do ponto de vista econômico – que estão na base da ação de geração de ganhos econômicos.¹⁵⁷

Mas a esfera econômica moderna, por mais autonomizada que esteja, também tem de lidar com elementos de outras ordens: “Hoje a economia é, sempre que for economia aquisitiva, em princípio economicamente autônoma; orienta-se somente segundo pontos de vista econômicos, sendo, em alto grau, calculadoramente racional. Todavia, sempre ingressam nesta racionalidade formal fortes irracionalidades materiais [...]” (Weber, 1919-1920, p. 16) Essa luta entre o ponto de vista econômico (racional) e pontos de vista extra-econômicos (irracionais) – que para Weber não ocorre apenas no interior da esfera econômica, mas também em outras esferas, como na arte, no direito etc. – varia de acordo com o grau de autonomização e racionalização internas a cada uma dessas esferas, e está na base da definição do tipo do capitalismo moderno.

Weber explora essas questões de maneira direta sobretudo com relação à esfera econômica moderna, já bastante autonomizada. No que se refere à economia antiga, é possível apenas intuir algumas interpretações. *Relações agrárias...* trata dos limites de uma esfera econômica ainda não autonomizada e das fortes influências que a esfera política, já bastante autonomizada, exerce sobre ela. Como salienta Weber, esse aspecto revela que nem sempre as esferas da vida se autonomizam no mesmo ritmo. A economia antiga é, em uma medida significativa, condicionada pela esfera política, tendo a política, nesse momento, desempenhado um papel fundamental no processo de diferenciação da dimensão econômica¹⁵⁸, pois permitiu, em escala

¹⁵⁷ Mais sobre essa questão em Rossi (1987, pp. 70-72).

¹⁵⁸ Como mencionado no segundo capítulo, com relação à economia antiga, optei por utilizar o termo

limitada, a geração de lucros e a realização de um tipo específico de capitalismo.

É possível depreender da análise de Weber uma grande diferença entre a relação que a esfera econômica moderna estabelece com as outras esferas da vida e a relação que a dimensão econômica antiga forja com essas outras esferas, algo que está na base de sua interpretação do fim do capitalismo antigo. Na Época Moderna, embora as influências extra-econômicas na esfera econômica sejam incisivas, elas sempre serão menores do que a lógica propriamente econômica, exatamente devido ao grau elevado de autonomização da esfera econômica, cuja legalidade interna funciona como uma espécie de elemento de auto-preservação e reprodução de si mesma.¹⁵⁹

No caso da economia antiga, ocorre exatamente o oposto. Assim, conforme abordado no terceiro capítulo, ao longo da expansão do Império Romano, a instauração de uma burocracia monárquica constituiu uma forma de organização política muito diferente da democracia greco-romana clássica, de modo que a racionalização da esfera política passa a operar em um sentido distinto. Dessa forma, exatamente porque dependia em grande parte dos condicionantes políticos anteriores ao formato da monarquia burocrática romana, o capitalismo antigo não consegue sobreviver a essa racionalização em direção diferente sofrida pela esfera política. Isso ocorre porque a dimensão econômica antiga não estava suficientemente racionalizada e autonomizada para seguir o seu rumo sem o “apoio”/“ingerência” da esfera política. Assim, com a expansão do Império Romano e a predominância de um único Estado, que não precisava mais recorrer ao tipo de ações de levantamento de fundos que alimentavam o capitalismo antigo, a esfera política, racionalizada em um sentido diferente, passa a sufocar o desenvolvimento capitalista na Antiguidade. Nesse momento, pode-se dizer que ocorreu uma involução do desenvolvimento capitalista.

Weber apresenta esse tipo de interpretação não apenas com relação ao desenrolar da forma de organização política do Império Romano, mas também ao abordar as relações entre as dimensões econômica e política nas monarquias orientais. Por um lado, ele considera as formas burocratizadas de organização dos Estados fiscais/litúrgicos “mais racionais”, em comparação às formas não monárquicas (cidade

“dimensão” ao invés de “esfera”, exatamente para enfatizar que não havia uma esfera econômica autonomizada no mundo antigo. O mesmo não ocorre com respeito à esfera política antiga, que se encontrava bastante autonomizada.

¹⁵⁹ Weber faz uma afirmação nesse sentido com relação à autonomia da esfera religiosa (Weber, 1915-1920a, p. 88).

antiga idealtípica), enfatizando que as formas orientais de organização política também estavam dotadas de modalidades de racionalização específicas.¹⁶⁰ (cf. Weber, 1909, p. 365) Por outro lado, tratava-se de um sentido de racionalização que não impulsionou um processo de racionalização da dimensão econômica; mas, ao contrário, seu desenvolvimento foi sufocado por esse sentido específico de racionalização da dimensão política – uma direção totalmente distinta do sentido da racionalização política que está na base do capitalismo politicamente orientado (cf. Weber, 1909, p. 365).

De volta ao contexto ocidental: no final da Idade Média, o capitalismo adquire nova forma – descrita por Weber em sua definição da cidade medieval idealtípica (vide capítulo 2) – e volta a se desenvolver, seguindo em um processo de ascensão até a Época Moderna. Mas nesse caso a esfera política não tem a mesma atuação sobre o desenvolvimento do capitalismo, seja a favor dele, seja contra ele, pois na cidade medieval inicia-se um forte processo de autonomização da esfera econômica.

¹⁶¹ O que não significa que outras esferas não tenham exercido forte influência sobre a esfera econômica; pelo contrário, os escritos de Weber sobre religião demonstram a importância da esfera religiosa para o surgimento do capitalismo moderno nos inícios da Época Moderna. Esse processo se estende até o momento de grande autonomização da esfera econômica, em paralelo ao desenvolvimento do capitalismo moderno. Para relacionar esses desdobramentos à sua teoria da racionalidade ocidental, Weber desenvolve a noção idealtípica de capitalismo racional, forjada para representar essa grande diferenciação e autonomização da esfera econômica; como o próprio nome já diz, o capitalismo racional é dotado de uma racionalidade interna e de legalidades próprias, que organiza, preserva e reproduz a esfera econômica.

¹⁶⁰ Em seus escritos sobre religião, Weber apresenta uma ideia em direção semelhante ao afirmar que as éticas religiosas de negação do mundo também estão dotadas de um sentido específico de racionalização da esfera religiosa, mas diferentes do ocorrido no Ocidente (Weber, 1915-1920c).

¹⁶¹ Apesar de Weber reconhecer na Idade Média a força de instâncias políticas como corporações, guildas, etc. sobre a dimensão econômica, acredito que seu argumento quer reforçar a autonomização, em paralelo, da esfera econômica.

Direções e sentidos dos processos de racionalização em diferentes círculos culturais

As diferenças das relações entre as esferas econômica e política nos diversos períodos e localidades abordados introduzem a questão da concepção de círculos culturais em Weber, ou o caráter peculiar de sua perspectiva histórico-cultural. Nesse sentido, cabe indagar a respeito da relação entre aquilo que Weber entende por unidades ou círculos culturais, e a ideia dos diversos sentidos que a racionalização das esferas da vida pode adquirir. Se, na Época Moderna, certas esferas da vida se encontram, mesmo que em graus diferentes, racionalizadas em uma direção específica (ocidental), seria então possível afirmar que os diferentes sentidos de racionalização correspondem ao desenvolvimento de diferentes “círculos culturais” – visto que Weber utiliza variadas vezes a expressão “racionalismo ocidental” ou “racionalismo da cultura ocidental”? Se é assim, como explicar o caso da racionalização da esfera política no Império Romano – um sentido de racionalização que se aproxima muito mais das monarquias orientais do que das formas de organização política da cidade antiga idealtípica que o precederam – se Weber muitas vezes aloca a Antiguidade no polo ocidental?

O trecho abaixo, extraído da “Nota prévia” aos seus escritos sobre religião, apresenta de maneira condensada vários aspectos dessas questões:

[...] em todos os casos que evocaremos e que atestam uma particularidade, se trata evidentemente de um “racionalismo” específico da cultura ocidental. Mas esse termo pode designar coisas muito diversas – como mostrarão repetidamente as análises que se seguem. Existem, por exemplo, “racionalizações” da contemplação mística, isto é, de um comportamento que é considerado, a partir de outros domínios da vida, como especificamente “irracional”; assim como no caso das racionalizações da economia, da técnica, do trabalho científico, da educação, da guerra, da justiça assim como da administração. Pode-se “racionalizar” cada um desses domínios em função de pontos de vista extremos e de direções

muito diversos; além disso, aquilo que é “racional” pode parecer “irracional” segundo o ponto de vista adotado. Assim, houve racionalizações de uma extrema variedade nos diferentes domínios da vida em todos os círculos culturais. (Weber, 1920, p. 11-12)

Segundo Roth (1987), apesar das críticas de Weber a modelos de interpretação histórica de caráter evolutivo e de seu esforço na construção de um método de análise idealtípico, ele próprio também teria elaborado um esquema de análise evolutivo, mas que não se baseou na noção de estágios de desenvolvimento, e sim na noção de esferas da vida, na medida em que a autonomização das esferas da vida ocidentais teriam como base o desenvolvimento, no Ocidente, de um racionalismo específico. De fato, é impossível negar que não haja na interpretação um tanto eurocêntrica¹⁶² de Weber uma tentativa de construção da ideia de “Ocidente” como uma unidade cultural que se formou já no seio da cultura greco-romana – o que obviamente não é uma exclusividade da interpretação weberiana.

Contudo, embora esteja presente na análise de Weber o que estou chamando de pretensão eurocêntrica da existência de uma unidade histórico-cultural europeia iniciada na Antiguidade clássica, creio que, nesse aspecto, a interpretação de Roth deixa de lado o caráter idealtípico da teoria weberiana – exatamente o elemento que complexifica e dificulta uma análise linear da história do Ocidente que tome a Antiguidade como ponto de partida, passe pela Idade Média e culmine na Época Moderna.¹⁶³ A maneira

¹⁶² O adjetivo “eurocêntrico” é recorrentemente utilizado para designar o interesse europeu pela investigação de questões que dizem respeito ao seu próprio contexto; e é nesse sentido que esse termo é usualmente acionado na descrição dos interesses investigativos weberianos. Weber (1920) assume que o fato de sua análise estar voltada para a compreensão do fenômeno do racionalismo ocidental parte de uma perspectiva “moderna europeia”, isto é, de um problema do contexto europeu, algo que Schluchter (1991a, 1991b, 2009b) viria a classificar posteriormente como uma perspectiva eurocêntrica. Isso significa que outras culturas/localidades e seus contextos específicos não são tratados como problemas de investigação, mas sim como contrapontos comparativos na compreensão de fenômenos europeus/ocidentais, desempenhando um papel eminentemente metodológico em sua análise.

Mas o que quero chamar a atenção aqui é para uma outra dimensão do eurocentrismo weberiano, que tem como pressuposto a ideia de que a unidade cultural ocidental europeia engloba a Antiguidade greco-romana clássica. Trata-se de uma construção fictícia daquilo que se entende por “Europa”, que insiste na identificação de uma continuidade histórico-cultural entre a cultura grego-romana clássica e a Europa central moderna. Uma discussão mais elaborada sobre esse assunto pode ser encontrada em Guarinello, 2003.

¹⁶³ A respeito do caráter ideal-típico de sua teoria das esferas da vida, Weber diz: “Cada uma das esferas de valor está, como facilmente percebe-se, agrupada em uma unidade fechada racional, como *raramente* ocorre na realidade, mas em que, contudo, pode ocorrer e *ocorreu* em formas historicamente importantes.

como Weber concebe o significado do Império Romano em seu esquema comparativo é reveladora dessa perspectiva multifacetada, pois o desenvolvimento político do Império Romano não é compatível com o modelo ocidental, na medida em que Weber aproxima sua forma de organização política monárquica à forma das monarquias orientais. Talvez seja por isso que o Império Romano é tratado separado da tipologia dos Estados antigos, por não se encaixar no modelo ocidental e representar uma ruptura com esse modelo.

Assim, Weber conclui que as formas de organização política que se configuraram no Império Romano impedem qualquer forma de interpretação que proponha uma evolução linear rumo às formas medievais, e acaba por reconhecer que não foram as estruturas sociais antigas que deram origem às estruturas modernas, mas sim aquelas da Idade Média tardia. Nesse contexto, a Antiguidade greco-romana clássica poderia ser compreendida, na análise de Weber, como um relampejar daquilo que viria ser classificado mais tarde como “cultura ocidental”, mas um relampejar muito particular e que logo seria sufocado pela disseminação da burocracia imperial romana.

Também não se deve esquecer que Weber desloca os eixos de sua análise comparativa de acordo com os seus interesses argumentativos, de modo que, como já abordado nos capítulos 2 e 3, a Antiguidade ocupa em sua obra papéis estratégicos, ora mais próxima ao Ocidente moderno, ora mais próxima ao Oriente. Dessa forma, o capitalismo antigo e a cidade antiga ideal-típicos operam muitas vezes como tipos híbridos entre Oriente e Ocidente/cultura europeia, dos quais Weber pode lançar mão de acordo com os seus interesses argumentativos.

A dimensão cultural desse esquema idealtípico de racionalização das esferas da vida – assim como as tipologias do capitalismo e da cidade – é estruturada segundo níveis diferentes de abstração. Em um nível mais alto de abstração, Weber trabalha com a ideia de círculos culturais, e é nesse contexto que afirma o seu interesse pelo processo de racionalização específico ocorrido apenas no Ocidente (cf. Weber, 1920, p. 11), no qual a Antiguidade greco-romana clássica muitas vezes é incluída. Como polo oposto

Onde um fenômeno histórico se aproxima em seus traços específicos ou em seu caráter geral a uma “dessas formas”, a construção permite determinar seu lugar tipológico – por assim dizer –, estabelecendo a proximidade ou a distância de tal fenômeno a respeito do tipo teoricamente construído. Neste sentido, a construção constitui unicamente um recurso técnico para facilitar a visão global e a terminologia [...] Por isso, parte-se das formas mais racionais que *pode* adotar a realidade, e procura investigar até que ponto certas consequências racionais no plano da teoria podem ser encontradas na realidade. E, eventualmente: porque não foi assim” (Weber, 1915-1920b, pp. 480-481).

da comparação, Weber menciona outros tipos de racionalização, ocorridas no interior de outros “círculos culturais” orientais (cf. Weber, 1920, p. 12). Mas as principais questões colocadas com relação às economias dos círculos culturais orientais partem de seus interesses de investigação do fenômeno do capitalismo moderno ocidental: “[...] por que os interesses capitalistas não provocaram o mesmo na China ou na Índia? Por que nesses países o desenvolvimento da ciência, da arte, do Estado, da economia não tomaram aquelas vias de racionalização que são próprias ao Ocidente?” (Weber, 1920, p. 11) Nesse nível de abstração mais alto, o interesse de Weber repousa no desenvolvimento de caráter histórico-universal do processo de racionalização das esferas da vida no Ocidente.

Intimamente ligada à estruturação da tipologia das cidades, sua análise transita entre esse nível mais alto de abstração e um nível mais baixo de abstração, restrito ao círculo cultural ocidental. Nesse segundo caso, Weber enfatiza que o círculo cultural ocidental engloba ramificações culturais distintas: “A cultura antiga tem traços específicos que a distinguem fortemente da cultura medieval, como também da cultura da Época Moderna.” (Weber, 1909, p. 324) Ou seja, a ideia mais ampla do círculo cultural ocidental está ligada à busca por “[...] reconhecer e explicar em sua gênese a particularidade do racionalismo ocidental [...]”; já sua concepção das diferentes ramificações culturais ocidentais (antiga, medieval e moderna) objetiva, no interior do racionalismo ocidental, compreender o desenvolvimento do “racionalismo ocidental moderno” (Weber, 1920, p. 12).

Assim, apesar de, em um nível mais alto de abstração, Weber reconhecer um sentido geral do processo de racionalização ocidental que perpassa o círculo cultural do Ocidente (em diferentes intensidades) – como um processo de “desmágicação” e “destraditionalização” que dá lugar ao desenvolvimento de condutas de vida racional-metódicas – em um nível menos abstrato de análise, ele identifica diferenças fundamentais no desenrolar desse processo no interior das três diferentes “culturas” (antiga, medieval e moderna). Acredito que sua categorização do “espírito” do capitalismo, em *A ética protestante...*, como um “indivíduo histórico” que precisa ser compreendido em sua significação cultural (Weber, 1904-05/1920, p. 30), seja representativa dessa perspectiva. Nesse contexto, a Antiguidade muitas vezes é colocada no polo oposto da comparação com a Época Moderna.

E é nesse nível mais baixo de abstração que cabem as questões supramencionadas a respeito das diferenças entre os distintos ritmos do processo de racionalização das diferentes esferas da vida e o sentido dessa racionalização. Isto é, a questão é então saber “[...] quais esferas estão sendo racionalizadas, e em qual sentido [...]” (Weber, 1920, p. 12). Weber diz:

[...] a história do racionalismo não apresenta de modo algum um desenvolvimento que progride *paralelamente* nos domínios singulares da vida. A racionalização do direito privado, por exemplo, se for concebida com simplificação e articulação conceitual da matéria jurídica, atingiu no direito romano do final da Antiguidade uma forma que até hoje é a mais elevada, permaneceu mais atrasada em alguns países de maior racionalização econômica, especialmente na Inglaterra, onde o renascimento do direito romano foi por sua vez frustrado pelo poder das grandes corporações de juristas, ao passo que sua dominação sempre subsistiu nas regiões católicas do sul da Europa. A filosofia racional puramente intramundana do século XVIII não encontrou seu lugar único ou mesmo apenas seu lugar de predileção nos países de maior desenvolvimento capitalista. O voltairianismo continua ainda hoje a ser um bem comum de amplas camadas, camadas superiores e – o que na prática é mais importante – camadas médias, precisamente nos países católicos romanos. [...] (Weber, 1904-05/1920, p. 61-62)

Essa ideia se choca claramente com uma possível concepção “evolutiva” do círculo cultural ocidental, recusada enfaticamente por Weber, na medida em que concebe os processos de racionalização das diversas esferas, nas três ramificações culturais ocidentais (antiga, medieval e moderna), de modo não simultâneo e não cronológico. É interessante notar como o exemplo do auge da racionalização da esfera do direito posiciona a Roma antiga à frente da Época Moderna, nesse aspecto específico do processo de racionalização ocidental.

Um outro “espírito”

O grande processo de desenvolvimento que se situa entre os fenômenos de desenvolvimento capitalista da Idade Média tardia (ainda extremamente lábeis) e a mecanização da técnica, decisiva para o capitalismo atual, é preenchido pela criação de condições prévias objetivamente políticas e objetivamente econômicas para a técnica, mas sobretudo pela criação e preparação do “espírito” racionalista e anti-tradicionalista e de toda uma humanidade [Menschentum] que o incorpora em termos práticos. A história da ciência moderna e de suas relações práticas com a economia, que somente se desenvolveram na Época Moderna, por um lado, e a história da conduta de vida moderna, em sua significação prática para a economia, por outro lado, oferecem as principais explicações para tanto. Em meus textos se falava deste último componente, e é dele que se pretende ainda falar. (Weber, 1910b, p. 324)

Uma outra perspectiva analítica possível, no que tange o papel da economia antiga nos esquemas tipológicos de análise do desenvolvimento do racionalismo ocidental moderno, está relacionada à diferenciação entre “forma” e “espírito”, que conduz uma parte central do nexo argumentativo de *A ética protestante...* Sem entrar nos detalhes da discussão forjada por Weber nessa obra, é possível reconhecer que a ideia que está por traz da distinção entre “forma” do capitalismo e “espírito” do capitalismo também perpassa sua análise da economia antiga, podendo ser vista como um elemento diferenciador importante na formação da tipologia do capitalismo.

Se o “espírito” do capitalismo moderno diz respeito aos elementos que conformam condutas de vida baseadas em uma ética profissional de caráter racional-metódico – em sintonia com a ideia de Sombart de que o espírito do capitalismo é o poderoso criador de uma maneira racional-causal de tratamento do mundo (cf. Sombart, 1902, p. 199) –,

sua forma, por outro lado, é o próprio capitalismo moderno concebido como sistema econômico, materializada nos aspectos racionais, técnicos e objetivos que o caracterizam, como emprego do trabalho assalariado livre, a separação entre empresa e economia doméstica, o desenvolvimento e aprimoramento técnico dos modos de produção, etc. No capitalismo moderno, Weber concebe, em grande medida, uma relação de adequação entre “forma” e “espírito”, não como “lei”, mas como uma relação de dependência mútua.¹⁶⁴ Em suas palavras:

A forma “capitalista” de uma economia e o espírito no qual ela é conduzida estão em geral em uma relação de “adequação”, mas não em uma relação de dependência um com o outro “segundo uma lei”. E se, mesmo assim, empregamos aqui provisoriamente a expressão “espírito do (moderno) capitalismo” para aquela mentalidade (que almeja sistematicamente o ganho racional e legítimo no âmbito profissional, tal como evidenciado no exemplo de Benjamin Franklin), isto ocorre pela razão histórica de que aquela mentalidade encontrou a sua forma a mais adequada no empreendimento capitalista moderno, e por outro lado o empreendimento capitalista encontrou nela a sua força motriz espiritual a mais adequada. (Weber, 1904-05/1920, p. 49)

Algumas páginas adiante, Weber expande seu argumento:

Esse processo de racionalização no plano da técnica e da economia sem dúvida condiciona também uma parcela importante dos “ideais de vida” da moderna sociedade burguesa [...] (Weber, 1904-05/1920, p. 61)

¹⁶⁴ Essa relação de adequação entre de forma e espírito sugere uma aproximação com a diferenciação proposta por Sombart entre os pressupostos objetivos e subjetivos do empreendimento capitalista. Sombart afirma que apenas a acumulação de dinheiro não é suficiente para a constituição de uma empresa capitalista, pois o dinheiro precisa ser transformado em capital. Para que isso aconteça é preciso que o empresário esteja impregnado de um espírito capitalista, que envolve a busca de ganho econômico, um sentido calculista e o racionalismo econômico (Sombart, 1902, pp. 207-208).

Após a elaboração da primeira edição de *A ética protestante...* a expressão “‘espírito’ do capitalismo”, ao contrário da noção “capitalismo”, não desempenha mais um papel de destaque em suas obras posteriores, mesmo com relação aos seus outros escritos sobre religião.¹⁶⁵ Mas isso não significa que a ideia que está por trás dessa expressão tenha perdido relevância; ao contrário, Weber continua a utilizar termos ou expressões como “mentalidade” (*Gesinnung*), “conduta de vida” (*Lebensführung*) ou “conduta de vida racional-metódica” (*rational methodische Lebensführung*) para designar o desenvolvimento de um modo de vida ocidental orientado predominantemente de forma racional, de um “estilo de vida ético” (Weber, 1904-05/1920, p. 55), que culminou na formação do capitalismo moderno.

É possível sugerir que o abandono dessa expressão seja resultante de um amadurecimento e da necessidade de precisar sua argumentação. Em seus escritos posteriores sobre religião, Weber reconhece que *A ética protestante...* apresenta uma análise monocausal e unilateral a respeito dos impactos de uma ética religiosa (protestantismo ascético) sobre o desenvolvimento de uma mentalidade econômica racionalizada (“espírito” do capitalismo).¹⁶⁶ Sua proposta com relação a esses novos escritos sobre religião almeja a realização de uma análise que considere as relações de mão dupla entre as éticas religiosas e o desenvolvimento de condutas de vida¹⁶⁷, por um lado, e o sistema econômico, o domínio material e concreto da ação econômica dos agentes, por outro, sem deixar comportar também outras variáveis, como a estratificação social.

Com relação aos seus escritos sobre a Antiguidade, conforme abordado anteriormente, na terceira edição de *Relações agrárias...* Weber afirma suprir uma outra lacuna de *A ética protestante...*, na medida em que apresenta uma análise dos condicionantes não-religiosos da esfera econômica, realizando uma análise multicausal da economia antiga. Mas em que consistem esses condicionantes não-religiosos? Seriam eles um outro espírito, de um outro tipo de capitalismo? Ou seria mais adequado falar em outros “espíritos”, visto se tratar de uma análise multicausal? Ou seriam esses

¹⁶⁵ Apesar de Weber optar por manter essa expressão na segunda edição de *A ética protestante...*

¹⁶⁶ Já em 1905, no final de *A ética protestante...*, Weber reconhece abertamente esse problema.

¹⁶⁷ Uma expressão já presente na primeira edição de *A ética protestante...* mas que se desdobra na noção de “conduta de vida racional metódica” apenas na segunda edição e em seus escritos sobre as éticas econômicas das religiões universais.

condicionantes relativos à forma de sua dimensão econômica, e não ao seu espírito?

Em suas obras sobre a economia antiga Weber não trabalha com a distinção de “forma” e “espírito”, e também não utiliza a expressão “espírito do capitalismo antigo”. Mas trata-se aqui, obviamente – assim como o título deste trabalho –, de um uso provocativo desses termos, cujo objetivo reside na busca por uma aproximação entre os tipos de capitalismo, que permita compreender melhor o papel da economia antiga na tipologia do capitalismo. Ou seja, acredito que, apesar de Weber não lançar mão dessas expressões, existem algumas relações de correspondência entre a ideia que está por trás da distinção entre “espírito do capitalismo” e “forma do capitalismo” e sua análise da economia antiga.

Segundo Schluchter, *Relações agrárias...* trata sobretudo da questão da “forma” do capitalismo antigo, e não do seu “espírito” (cf. Schluchter, 2009b, p. 293). De modo geral, acredito que tal interpretação tenha sua pertinência, pois de fato a análise de Weber privilegia os aspectos constituintes do capitalismo antigo enquanto sistema econômico, como forma econômica. Sua descrição dos modos de produção (“fabril” e agrícola) antigos, dos tipos de mão-de-obra (com destaque para a questão dos escravos) e de trabalho, dos sistemas de cobrança de impostos, da presença parcial de uma economia monetária e da presença ampla de uma economia natural, etc. tratam das especificidades da forma do capitalismo antigo, ou seja, do sistema capitalista antigo.

Mas Weber não deixa em segundo plano outros aspectos constituintes do capitalismo antigo que poderiam ser interpretados como o seu “espírito”. Mesmo sem utilizar esse termo, Weber fala em condutas de vida (principalmente em *A cidade*) e, ao enfatizar o caráter bélico (politicamente orientado) do capitalismo antigo, chama a atenção para aquilo que constituiria uma conduta de vida motivadora da ação econômica na Antiguidade. Mas, de fato, não há em seus escritos sobre a Antiguidade um esforço em compreender as origens dessa conduta de vida bélica que impregna o capitalismo antigo, como no caso do “espírito” do capitalismo moderno, em *A ética protestante...*

Além disso, um aspecto bastante enfatizado por Weber na comparação entre a economia antiga idealtípica e o Oriente – e que poderia ser interpretado como um

caso de relação de “inadequação” entre forma e espírito – diz respeito à questão da não-equivalência entre, de um lado, uma economia monetária bem desenvolvida e o desejo desenfreado de ganho econômico e, de outro, a noção de capitalismo: “[...] A avidez de um ganho sem nenhum limite não equivale em nada ao capitalismo, quanto mais ao seu 'espírito'.” (Weber, 1920, p. 4) Isto é, Weber chama a atenção para o fato de que forma e espírito podem se desenvolver em sentidos diversos, e um dos exemplos mais representativos desse aspecto é a comparação entre o capitalismo antigo e as economias orientais. Ou seja, ao revelar tal inadequação entre forma e espírito, Weber procura demonstrar que não são somente certas condições materiais que explicam o surgimento do capitalismo, mas apenas quando associadas a uma mentalidade ou uma conduta de vida racional-metódica específica, no caso do moderno capitalismo ocidental.

Com relação à forma dos sistemas econômicos capitalistas ideal-típicos antigo, medieval e moderno, Weber salienta sobretudo a existência de uma gradação de desenvolvimento que parte de uma forma menos desenvolvida para uma mais desenvolvida – sendo que o parâmetro que mensura o grau de desenvolvimento é o desenvolvimento do capitalismo moderno. Por exemplo: no caso das fábricas antigas, Weber identifica alguns rudimentos daquilo que seria “aprimorado” na Idade Média até chegar a seu auge na Época Moderna. Ou seja, com relação à forma, o capitalismo antigo é definido em grande parte em suas diferenças de gradação frente ao desenvolvimento do capitalismo moderno; uma gradação que vai do menos desenvolvido economicamente (capitalismo antigo), para o mais desenvolvido economicamente (capitalismo moderno).¹⁶⁸

Já no que se refere àquilo que poderia ser entendido como o “espírito” do capitalismo antigo, suas diferenças com o capitalismo moderno extrapolam uma simples gradação de desenvolvimento, tratando sobretudo da distinção mais radical de condutas de vida distintas. Na verdade, se levarmos em conta os dois níveis de abstração que distinguem os dois esquemas tipológicos do capitalismo (vide capítulo 2),

¹⁶⁸ Uma interpretação que, nesse aspecto segue uma direção semelhante à teoria dos estágios econômicos de Bücher, na medida em que Bücher concebe uma gradação entre um estágio econômico menos desenvolvido e um estágio econômico mais desenvolvido: a economia doméstica pode ser descrita como carente de capital, a economia citadina como hostil ao capital e a economia nacional como capitalista (Bücher, 1906, p. 153).

essa diferenciação é ainda mais complexa. A ética profissional racional-metódica que está na base do desenvolvimento do “espírito” do capitalismo moderno constitui uma exclusividade moderna, ao passo que o pendor bélico que conforma a conduta de vida antiga, politicamente orientada, também pode ser encontrado, em uma medida menor, na Época Moderna, pois o tipo do capitalismo moderno é um tipo mais complexo se comparado ao antigo. Contudo, o mais importante na tipologia weberiana é ênfase no fato de que o “espírito predominante” do capitalismo moderno não estava presente nem sequer em rudimento na conduta de vida antiga, de modo que acredito ser possível afirmar que aquilo que diferencia qualitativamente em última instância os dois tipos de capitalismo são os seus “espíritos”, suas condutas de vida diferenciadas.

Um outro aspecto da importância da economia antiga para a tipologia do capitalismo e para a compreensão do capitalismo moderno reside no tratamento sistemático daquilo que poderia ser nomeado o “anti-espírito” do capitalismo: o tradicionalismo. É possível interpretar que o tradicionalismo, na concepção de Weber, representa um adversário não apenas do “espírito do capitalismo moderno”, mas de qualquer tipo de capitalismo. Assim, seria totalmente equivocado supor que o tradicionalismo seja um aspecto estruturante do tipo ideal do capitalismo antigo. O tradicionalismo pode ser considerado como uma das bases centrais sobre a qual se estrutura não apenas a economia antiga, mas também as relações sociais em geral na Antiguidade. Mas economia antiga não é sinônimo de capitalismo antigo, pois este último opera na análise de Weber como um tipo ideal, cujo principal sentido é ressaltar, em separado, alguns aspectos definidores da economia antiga. Mas não se trata de aspectos quaisquer, pois ao forjar o tipo ideal do capitalismo antigo Weber enfatiza exatamente aqueles elementos que permitem a comparação com o capitalismo moderno, isto é, aqueles aspectos que conformam a geração de ganhos econômicos privados no âmbito da economia antiga.

Pode-se dizer, nessa direção, que a economia antiga é, em parte, tradicionalmente orientada, mas não o capitalismo antigo, pois as bases tradicionalistas não podem condicionar, não são capazes de dar suporte, ao ganho capitalista. Embora Weber mencione a existência de um “capitalismo de rentistas”, e que o viver de rendas para a manutenção do consumo seja classificado como um comportamento tradicionalista, ele

sinaliza que a ação econômica do rentista só se configura como capitalista quando essas rendas ocasionalmente proporcionam um rendimento que extrapola a satisfação de necessidades. Isto é, por um lado, há o ganho econômico (capitalista) produzido por meio das rendas, mas, por outro lado, Weber reconhece também a existência de uma mentalidade tradicionalista rentista típica, cujo interesse repousa na manutenção de sua condição, e não no objetivo de gerar novos ganhos econômicos. Dessa forma, o tradicionalismo, como um aspecto constituinte da economia antiga, é considerado um elemento de estagnação – ou até de regressão – do “avanço do capital”. Para utilizar uma outra nomenclatura weberiana, o tradicionalismo constitui um elemento de irracionalidade da dimensão econômica, seja ela antiga ou moderna; a questão é então determinar o balanço entre racionalidade e irracionalidade (entre racionalismo e tradicionalismo) na dimensão econômica de cada época (cf. Weber, 1919-1920, p. 16).

Assim, se Weber não explora em detalhes os elementos que teriam conformado o caráter bélico, politicamente orientado, da economia antiga, ou seja, o “espírito” do capitalismo antigo, por outro lado, ele demonstra bastante interesse por aquilo que conformaria a força contrária ao desenvolvimento econômico antigo, a mentalidade tradicionalista, aqui entendida como “anti-espírito”. Mas essa mentalidade tradicionalista se configura não apenas como o “anti-espírito” do capitalismo antigo, mas também como o “anti-espírito” do capitalismo moderno, e Weber é bem explícito ao enfatizar esse aspecto.¹⁶⁹ Dessa forma, acredito que ao abordar a questão do tradicionalismo, sua análise da economia antiga apresenta, por oposição, um aspecto fundamental para a compreensão do “espírito” do capitalismo moderno.

Retomando a hipótese levantada no início destas considerações finais, é possível afirmar que, ao abordar o tradicionalismo de modo sistemático em sua análise da economia antiga, Weber procura contemplar problemas de investigação gerados em um contexto moderno. Pois uma análise do tradicionalismo – do “anti-espírito” do capitalismo (moderno, antigo, medieval, racional, politicamente orientado, etc.) – realiza em certa medida um movimento inverso daquele apresentado em *A ética protestante...* Se nessa obra sua análise se centrou nos aspectos “progressivos” do

¹⁶⁹ É importante salientar que, na discussão aqui proposta, Weber concebe o tradicionalismo como “anti-espírito” do capitalismo, e não simplesmente como “anti-capitalismo”, pois o tradicionalismo representa aquelas condutas de vida opostas às condutas que levaram ao posterior desenvolvimento do capitalismo moderno.

desenvolvimento do capitalismo moderno, em *Relações agrárias...* e em outros escritos sobre a economia antiga, Weber ilumina sobretudo os aspectos contrários ao desenvolvimento do capitalismo, sendo a mentalidade tradicionalista o principal obstáculo ao processo que culminaria no desenvolvimento da racionalidade ocidental.

Acredito que todos os aspectos assinalados ao longo deste último item apontam para o caráter de complementaridade que permite conectar diferentes escritos de Weber¹⁷⁰; esse foi também um dos motivos de minha opção por não elaborar uma análise sistemática de cada uma de suas obras sobre a economia antiga; mas, ao contrário, com o objetivo de enfatizar exatamente esses aspectos, preferi transitar tematicamente por eles, o que permitiu demonstrar as conexões entre suas diferentes obras, mesmo que elaboradas em contextos distintos e com objetivos particulares.

Ou seja, apesar de ser fundamental para a compreensão dos escritos weberianos identificar a quais debates específicos eles estavam referidos – o que possibilita classificá-lo como um “autor de reações” –, as questões formuladas por Weber em reação a esses debates dão origem a problematizações que permanecem para além dos contextos originais dessas discussões e que extrapolam seus escritos particulares, apresentando muitas vezes impactos de longa duração ao longo de seu pensamento. Esse foi o caso seja do desenvolvimento de seu interesse analítico-metodológico pela questão do capitalismo a partir de 1903, seja das problematizações sobre a questão do rompimento dos laços tradicionais e do avanço do capitalismo moderno nos contextos alemão e russo.

A conjunção desses aspectos possibilita demonstrar, mais uma vez, que a economia antiga não ocupou um papel lateral, nem na elaboração de conceitos, nem no desenvolvimento de sua metodologia de análise. Mas, ao contrário, sua forte presença na elaboração das tipologias do capitalismo e da cidade, e o fato de estas perpassarem a obra de Weber ao longo de seus vários escritos, demonstram a relevância de uma análise que a tome como objeto de investigação.

¹⁷⁰ Complementaridade essa que muitas vezes é identificada por Weber apenas *a posteriori*.

BIBLIOGRAFIA

OBRAS DE MAX WEBER

1891, **Die römische Agrargeschichte in ihrer Bedeutung für das Staats- und Privatrecht**, Max Weber-Gesamtausgabe, Band I/2, Hrsg. Jürgen Deininger, Tübingen: Mohr (Paul Siebeck), 1986.

1892, **Die Lage der Landarbeiter im ostelbischen Deutschland**. Max Weber-Gesamtausgabe. Bände III/1-2, Hrsg. v. Martin Riesebrodt, Tübingen: Mohr (Paul Siebeck), 1984.

1892-1899, **Landarbeiterfrage, Nationalstaat und Volkswirtschaftspolitik**. Max Weber-Gesamtausgabe. Bände IV/1-2, Hrsg. v. Wolfgang J. Mommsen und Rita Aldenhoff, Tübingen: Mohr (Paul Siebeck), 1993.

1893-1908, **Zur Sozial- und Wirtschaftsgeschichte des Altertums**. Schriften und Reden 1893-1908. Max Weber-Gesamtausgabe, Band I/6, Hrsg. v. Jürgen Deininger, Tübingen: Mohr (Paul Siebeck), 2006.

1894-1898, **Allgemeine ("theoretische") Nationalökonomie. Vorlesungen 1894-1898**. Max Weber-Gesamtausgabe. Band III/1, Hrsg. v. Wolfgang J. Mommsen in Zus.-Arb. m. Cristof Judenau, Heino H. Nau, Klaus Scharfen u. Marcus Tiefel Tübingen: Mohr (Paul Siebeck), 2009.

1894-1899, **Agrarrecht, Agrargeschichte, Agrarpolitik. Vorlesungen 1894-1899**. Max Weber-Gesamtausgabe. Band III/5, Hrsg. v. Rita Aldenhoff-Hübinger, Tübingen: Mohr (Paul Siebeck), 2008.

1896, Die sozialen Gründe des Untergangs der antiken Kultur, In: **Zur Sozial- und Wirtschaftsgeschichte des Altertums**. Schriften und Reden 1893-1908. Max Weber-Gesamtausgabe, Band I/6, Hrsg. v. Jürgen Deininger, Tübingen: Mohr (Paul Siebeck), 2006.

1897, Agrarverhältnisse im Altertum. in: **Zur Sozial- und Wirtschaftsgeschichte des Altertums**. Schriften und Reden 1893-1908. Max Weber-Gesamtausgabe, Band I/6, Hrsg. v. Jürgen Deininger, Tübingen: Mohr (Paul Siebeck), 2006.

1898, Agrarverhältnisse im Altertum. in: **Zur Sozial- und Wirtschaftsgeschichte des Altertums**. Schriften und Reden 1893-1908. Max Weber-Gesamtausgabe, Band I/6, Hrsg. v. Jürgen Deininger, Tübingen: Mohr (Paul Siebeck), 2006.

1904, Die "Objektivität" sozialwissenschaftler und sozialpolitischer Erkenntnis, in: **Gesammelte Aufsätze zur Wissenschaftslehre**. [1922], 7te. Aufl., Tübingen: Mohr (Paul Siebeck), 1988.

1904-05/1920, Die protestantische Ethik und der Geist des Kapitalismus. in: **Gesammelte Aufsätze zur Religionssoziologie I**, Tübingen: Mohr (Paul Siebeck), 1988.

1905-1912, **Zur russischen Revolution von 1905**, Max Weber-Gesamtausgabe. Band I/10, Hrsg. v. Wolfgang J. Mommsen, in Zus.-Arb. m. Dittmar Dahlmann, Tübingen: Mohr (Paul Siebeck), 1989.

1906, Auseinandersetzung mit Eduard Meyer. in: **Gesammelte Aufsätze zur Wissenschaftslehre**. [1922], 7te. Aufl., Tübingen: Mohr (Paul Siebeck), 1988.

1906-1908, **Briefe 1906-1908**. Max Weber-Gesamtausgabe. Band II/5, Hrsg. v. M. Rainer Lepsius u. Wolfgang J. Mommsen, unter Mitarb. v. Birgit Rudhard u. Manfred Schön, Tübingen: Mohr (Paul Siebeck), 1990.

1907/08, Agriculture and Forestry; Industries in: **Wirtschaft, Staat und Sozialpolitik**. Schriften und Reden 1900-1912. Max Weber-Gesamtausgabe. Band I/8 Ergänzungsheft. Hrsg. v. Wolfgang Schluchter, Tübingen: Mohr (Paul Siebeck), 2005.

1909, Agrarverhältnisse im Altertum. in: **Zur Sozial- und Wirtschaftsgeschichte des Altertums**. Schriften und Reden 1893-1908. Max Weber-Gesamtausgabe, Band I/6, Hrsg. v. Jürgen Deininger, Tübingen: Mohr (Paul Siebeck), 2006.

1909-1910, **Briefe 1909-1910**. Max Weber-Gesamtausgabe. Band II/6, Hrsg. v. M. Rainer Lepsius u. Wolfgang J. Mommsen, unter Mitarb. v. Birgit Rudhard u. Manfred Schön, Tübingen: Mohr (Paul Siebeck), 1994.

1910a, Antikritisches zum "Geist" des Kapitalismus. In: WINCKELMANN, Johannes. (Hrg.) **Die protestantische Ethik II. Kritiken und Antikritiken**. Gütersloh: G. Mohn, 1987.

1910b, Antikritisches Schlusswort zum "Geist" des Kapitalismus. In: WINCKELMANN, Johannes. (Hrg.) **Die protestantische Ethik II. Kritiken und Antikritiken**. Gütersloh: G. Mohn, 1987.

1911-1920, **Die Wirtschaftsethik der Weltreligionen. Das Antike Judentum**, Max Weber-Gesamtausgabe. Band 21, Hrsg. Otto Eckart, Tübingen: Mohr (Paul Siebeck), 2005.

1912-1913, **Wirtschaft und Gesellschaft. Die Wirtschaft und die gesellschaftlichen Ordnungen und Mächte. Nachlass. Recht**. Max Weber-Gesamtausgabe. Band I/22-3, Hrsg. v. Werner Gephard und Siegfried Hermes, Tübingen: Mohr (Paul Siebeck), 2010.

1913-1914, **Briefe 1913-1914**. Max Weber-Gesamtausgabe. Band 8, Hrsg. v. M. Rainer Lepsius u. Wolfgang J. Mommsen, unter Mitarb. v. Birgit Rudhard u.

Manfred Schön, Tübingen: Mohr (Paul Siebeck), 2003.

1914a, **Wirtschaft und Gesellschaft. Die Stadt.** Max Weber-Gesamtausgabe. Band I/22-5, Hrsg. Wilfried Nippel, Tübingen: Mohr (Paul Siebeck), 1999.

1914b, **Wirtschaft und Gesellschaft. Die Wirtschaft und die gesellschaftlichen Ordnungen und Mächte. Nachlass. Herrschaft,** Max Weber-Gesamtausgabe. Band I/22-4, Hrsg. v. Edith Hanke, in Zus.-Arb. m. Thomas Kroll, Tübingen: Mohr (Paul Siebeck), 2005.

1914c, **Wirtschaft und Gesellschaft. Die Wirtschaft und die gesellschaftlichen Ordnungen und Mächte. Nachlass. Religiöse Gemeinschaften.** Max Weber-Gesamtausgabe. Band I/22-2, Hrsg. v. Hans G. Kippenberg in Zus.-Arb. m. Petra Schilm und Jutta Niemeier, Tübingen: Mohr (Paul Siebeck), 2001.

1914d, **Wirtschaft und Gesellschaft. Die Wirtschaft und die gesellschaftlichen Ordnungen und Mächte. Nachlass. Gemeinschaften.** Max Weber-Gesamtausgabe. Band I/22-1, Hrsg. v. Wolfgang J. Mommsen in Zus.-Arb. m. Michael Meyer, Tübingen: Mohr (Paul Siebeck), 2001.

1915-1920a, Einleitung. In: **Die Wirtschaftsethik der Weltreligionen. Konfuzianismus und Taoismus.** Max Weber-Gesamtausgabe. Band 19, Hrsg. Helwig Schmidt-Glintzer in Zus.-Arb. m. Petra Kolonko, Tübingen: Mohr (Paul Siebeck), 1989.

1915-1920b, Zwischenbetrachtung. In: **Die Wirtschaftsethik der Weltreligionen. Konfuzianismus und Taoismus.** [1915-1920] Max Weber-Gesamtausgabe. Band 19, Hrsg. Helwig Schmidt-Glintzer in Zus.-Arb. m. Petra Kolonko, Tübingen: Mohr (Paul Siebeck), 1989.

1915-1920c, **Die Wirtschaftsethik der Weltreligionen. Konfuzianismus und Taoismus.** [1915-1920] Max Weber-Gesamtausgabe. Band 19, Hrsg. Helwig Schmidt-Glintzer in Zus.-Arb. m. Petra Kolonko, Tübingen: Mohr (Paul Siebeck), 1989.

1916-1920, **Die Wirtschaftsethik der Weltreligionen. Hinduismus und Buddhismus.** Max Weber-Gesamtausgabe. Band 20, Hrsg. Helwig Schmidt-Glintzer in Zus.-Arb. m. Karl-Heinz Golzio, Tübingen: Mohr (Paul Siebeck), 1996.

1919-1920, **Wirtschaftsgeschichte.** Abriss der universalen Sozial- und Wirtschaftsgeschichte. Berlin: Duncker&Humblot, 1981.

1920, Vorbemerkung. in: **Gesammelte Aufsätze zur Religionssoziologie I,** Tübingen: Mohr (Paul Siebeck), 1988.

1921a, **Wirtschaft und Gesellschaft.** Grundriss der verstehenden Soziologie, Johannes Winckelmann (org.), Tübingen: Mohr, 1980.

1921b, **Gesammelte Politische Schriften**, 5te. Aufl., Tübingen: Mohr (Paul Siebeck), 1988.

1922, **Gesammelte Aufsätze zur Wissenschaftslehre**, 7te. Aufl., Tübingen: Mohr (Paul Siebeck), 1988.

1924, **Gesammelte Aufsätze zur Sozial- und Wirtschaftsgeschichte**, 2te. Aufl., Tübingen: Mohr (Paul Siebeck), 1988.

1924, **Gesammelte Aufsätze zur Soziologie und Sozialpolitik**, 2te. Aufl., Tübingen: Mohr (Paul Siebeck), 1988.

Gesammelte Werke. Digitale Bibliothek, Berlin: Direktmedia.

Wirtschaft und Gesellschaft. Entstehungsgeschichte und Dokumente. Max Weber-Gesamtausgabe. Band I/24, Dargest. u. hrsg. v. Wolfgang Schluchter, Tübingen: Mohr (Paul Siebeck), 2009.

BIBLIOGRAFIA GERAL

ALBROW, Martin. **Max Weber's construction of social theory**. New York: St. Martin's Press, 1990.

ALDENHOFF-HÜBINGER, Rita. Lire le Capital vers 1900. Capitalisme et critique de la modernité dans la pensée économique en Allemagne, in: **Histoire et économie politique en Allemagne de Gustav Schmoller à Max Weber**, hg. v. Hinnerk Bruhns, Paris 2004, S. 101-109.

ANDREAU, Jean; BRUHNS, Hinnerk (Orgs.) Sociologie Économique et Économie de l'Antiquité. À propos de Max Weber. Cahiers du Centre de Recherches Historiques, no. 34, Octobre, 2004.

ARISTÓTELES, **A política**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BACKHAUS, Jürgen G., **Historische Schulen**, Münster: Lit, 2005.

BARRELMAYER, Uwe. **Geschichtliche Wirklichkeit als Problem**. Untersuchungen zu geschichtstheoretischen Begründungen historischen Wissens bei Johann Gustav Droysen, Georg Simmel und Max Weber. Münster: Lit, 1997.

BELOCH, Karl Julius. Die Gossindustrie im Altertum, in: **Zeitschrift für Sozialwissenschaft**, Jg. 2, 1899, S. 18-26.

BELOCH, Karl Julius. Zur griechischen Wirtschaftsgeschichte, in: **Zeitschrift für**

Sozialwissenschaft, Jg. 5, 1902, S. 95-103, 169-179.

BELOW, Georg von. **Das ältere deutsche Städtewesen und Bürgertum**. (Monographien zur Weltgeschichte, Band 6), 2. Aufl., Bielefeld [u.a.]: Velhagen und Klasing, 1905.

BELOW, Georg von. Stadtgemeinde, Landgemeinde und Gilde, in: **Vierteljahrschrift für Social- und Wirtschaftsgeschichte**, Band 7, 1909, S. 411-445.

BELOW, Georg von. Zur Entstehung der deutsche Stadtverfassung. Zweiter Theil, in: **Historische Zeitschrift**, Band 59, 1888, S. 193-247.

BIENFAIT, Werner. **Max Webers Lehre vom geschichtlichen Erkennen**. Ein Beitrag zur Frage der Bedeutung des "Idealtypus" für die Geschichtswissenschaft. Berlin: Ebering, 1930.

BRAUDEL, Fernand. **Civilisation matérielle, économie et capitalisme**. XV-XVIII siècle. 2. Les jeux de l'échange. Paris: Armand Colin, 1979.

BRENTANO, Lujo. **Das Wirtschaftsleben der Antiken Welt. Vorlesungen gehalten als Einleitung zur Wirtschaftsgeschichte des Mittelalters**. Jena: Gustav Fisher, 1929.

BRENTANO, Lujo. **Der wirtschaftende Mensch in der Geschichte**. Leipzig, F. Meiner, 1923.

BRENTANO, Lujo. **Die Anfänge des modernen Kapitalismus**, München: Verlag der K.B. Akademie der Wissenschaften, 1916.

BRENTANO, Lujo. **Die wirtschaftlichen Lehren des christlichen Altertums**. Muenchen: Verl. d. k. Akad., 1902.

BRENTANO, Lujo. **Wirtschaftspolitik und Finanzpolitik**. Vortrag gehalten am 25. November 1909 im Kaufmännischen Verein München von 1873. Berlin: Simion, 1909.

BREUER, Stefan. **Max Webers tragische Soziologie**. Tübingen: Mohr Siebeck, 2006.

BREUER, Stefan. Max Weber und die evolutionäre Bedeutung der Antike. in: **Saeculum** 33. 1982, S. 174-192.

BROCKE, Bernhard vom. (Hrg.) **Sombarts "Moderner Kapitalismus"**. Materialien zur Kritik und Rezeption. München: DVT, 1987.

BRUHNS, Hinnerk. **Commerce et politique dans l'Antiquité du Proche-Orient à Rome**. Les Études Classiques, 73, 2005, pp. 245-250.

BRUHNS, Hinnerk. De Werner Sombart à Max Weber et Moses I. Finley: La typologie de la ville antique et la question de la ville de consommation. in: LEVEAU, Philippe (Org.) **L'origine des richesses dépensées dans la ville antique**. Aix-en-provence: Université de Provence, 1985, pp. 255-273.

BRUHNS, Hinnerk. (Org.) **Histoire et économie politique en Allemagne de Gustav Schmoller à Max Weber: nouvelles perspectives sur l'école historique de l'économie**. Paris: Éd. de la Maison des Sciences de l'Homme, 2004.

BRUHNS, Hinnerk. Introduction. in: WEBER, Max. **Max Weber. Économie et Société dans l'Antiquité**. Paris: La Découverte, 2001, pp. 9-59.

BRUHNS, Hinnerk. La cité antique de Max Weber. in: **Rivista internazionale per la storia economica e sociale dell'antichità**, 1987, pp. 29-42.

BRUHNS, Hinnerk. L'histoire des économistes et l'économie des historiens: à propos de l'école historique allemande de l'économie nationale et de son héritage. in: **La pensée économique allemande**. Alcouffe et C. Diebolt (ed.), préface de B. Schefold, Paris, Economica, 2009a, pp. 91-111.

BRUHNS, Hinnerk. **Max Weber: au confluent des sciences historiques et sociales**. Études et travaux de l'école doctorale TESC, Université de Toulouse II - Le Mirail, no. 10, 2009c.

BRUHNS, Hinnerk. **Max Weber et la naissance du capitalisme moderne: de l'Éthique protestante à la Grèce antique et à la ville chinoise**, Palestra apresentada no Programa de Pós-Graduação em Sociologia, FFLCH – USP, 30/11/2009b.

BRUHNS, Hinnerk. **Max Weber, l'économie et l'histoire**. Annales HSS, Année 1996, Volume 51, Numéro 6, pp. 1259-1287.

BRUHNS, Hinnerk. Max Weber's "basic concepts" in the context on his studies in Economic History. in: **Max Weber Studies**, Department of Applied Social Sciences, London Metropolitan University, Old Castel Street, London, 2006, pp. 39-69.

BRUHNS, Hinnerk. Max Weber und Michael I. Rostovtzeff. Oder braucht (antike) Wirtschaftsgeschichte (moderne) ökonomische Theorie, in: **Europa und die Welt in der Geschichte**. Festschrift zum 60. Geburtstag von Dieter Berg, hg. v. Raphaela Averkorn u.a., Bochum 2004, S. 150-171.

BRUHNS, Hinnerk. Mikhail I. Rostovtzeff et Max Weber: une rencontre manquée de l'histoire avec l'économie. in: ANDREAU, Jean; BERELOWITCH, Wladimir (Orgs.) **Mikhail Ivanovitch Rostovtzeff**. Bari: Edipuglia, 2008, pp. 153-174.

BRUHNS, Hinnerk. **Perspectives micro et macro sur l'économie antique: à propos de deux publications récentes sur Polany, Weber et Finley**. Anabases 7, 2008, pp. 223-229.

BRUHNS, Hinnerk. Webers “Stadt” und Stadtsoziologie. In: **Max Weber und die Stadt**, Göttingen: Vandenhoeck und Ruprecht, 2000.

BÜCHER, Karl. **Die Entstehung der Volkswirtschaft**. Tübingen: Laup, 1893.

BÜCHER, Karl. Die Diokletianische Taxordnung vom Jahre 301. in: **Zeitschrift für die gesamte Staatswissenschaft**, Band 50, 1894.

BÜCHER, Karl. Gewerbe. In: **Handwörterbuch der Staatswissenschaften**, Band 3, 1892.

BURCKHARDT, Jacob C. **Die Kultur der Renaissance in Italien** [1860], Gesammelte Werke. Band III, Basel/Stuttgart: Schwabe, 1978.

CARVALHO, Alexandre G. **Historiografia e paradigmas: a tradição primitivista-substantivista e a Grécia antiga**, Tese de doutorado, Universidade Federal Fluminense, 2007.

CARVALHO, Margarida M.; FUNARI, Pedro P. A. Os avanços da história antiga no Brasil: algumas ponderações. (Apresentação Dossiê) **História**, São Paulo, v. 26, n. 1, 2007, p. 14-19.

CHAZEL, François; GROSSEIN, Jean-Pierre (Orgs.). **Lire Max Weber. Revue française de sociologie**, v. 46, no. 4, 2005.

CHOI, Ho-Keun. **Max Weber und der Historismus. Max Webers Verhältnis zur Historischen Schule der Nationalökonomie und zu den zeitgenössischen deutschen Historikern**. Waltrop: Spenner, 2000.

COHN, Gabriel. **Crítica e resignação. Fundamentos da sociologia de Max Weber**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

COHN, Gabriel. Introdução in: **Max Weber**. Coleção grandes cientistas sociais. São Paulo: Ática, 2ª. Ed., 1982, pp. 7-34.

COLLIOT-THÉLÈNE, Catherine. **Max Weber e a história**. [1990], São Paulo: Brasiliense, 1995.

COLOGNESI, Luigi Capogrossi. **Max Weber und die Wirtschaft der Antike**. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 2004.

COLOGNESI, Luigi Capogrossi. Von den “Agrarverhältnissen” zur “Stadt”. In: **Max Weber und die Stadt im Kulturvergleich**, Göttingen: Vandenhoeck und Ruprecht, 2000, pp. 92-106.

CONRAD, J.; ELSTER, L.; LEXIS, W.; LOENING, (Hrsg.) **Handwörterbuch der Staatswissenschaften**. Erster Band, Jena: Fischer, 1909.

DEININGER, Jürgen. **Die antike Welt in der Sicht Max Webers**. München: Minerva-Publ., 1987.

DEININGER, Jürgen. Die antike Stadt als Typus bei Max Weber. In: Dahlheim, Werner (Hrg.) **Festschrift Robert Werner zu seinem 65. Geburtstag**. Konstanz: Uni.-Verl. Konstanz, 1989, S. 269-289.

DEININGER, Jürgen. Die politischen Strukturen des mittelmeerisch-vorderorientalischen Altertums in Max Webers Sicht. in: SCHLUCHTER Wolfgang. (Hrg.) **Max Webers Sicht des antiken Christentums**. Frankfurt a. Main: Suhrkamp, 1985, S 72-110.

DEININGER, Jürgen. Eduard Meyer und Max Weber. In: **Leben und Leistung eines Universalhistorikers**. M. Calder III und A. Demandt (Hrgs.), Leiden, 1990, S. 132-158.

DEININGER, Jürgen. Einleitung. in: **Zur Sozial- und Wirtschaftsgeschichte des Altertums**. Schriften und Reden 1893-1908. Tübingen: Mohr, 2006, S. 1-69.

DEININGER, Jürgen, Max Weber und Michael Rostovtzeff: Kapitalismus, "Leiturgiestaat" und Kolonat in der Antike, in: **Hyperboreus** 10, 2004, S. 147-160.

DEININGER, Jürgen. Rezension von: Luigi Capogrossi Colognesi: Max Weber und die Wirtschaft der Antike. in: **Sehepunkte** 5 (2005), Nr. 2[15.02.2005], URL: <http://www.sehepunkte.historicum.net/2005/02/4555.html>.

DEMM, Eberhard. Max und Alfred Weber im Verein für Sozialpolitik, in: MOMMSEN, Wolfgang J; SCHWENTKER, Wolfgang. **Max Weber und seine Zeitgenossen**. Göttingen und Zürich: Vandenhoeck & Ruprecht, 1988, S. 119-136.

DER KLEINE PAULY. Lexikon der Antike, 5 Bände, München: Deutscher Taschenbuch Verlag, 1979.

DOPSCH, Alfons. Vom Altertum zum Mittelalter. Das Kontinuitätsproblem. in: **Archiv für Kulturgeschichte**, 16. Bd., 2. H., 1925, S. 159-182.

DOPSCH, Alfons. **Wirtschaftliche und soziale Grundlagen der europäischen Kulturentwicklung aus der Zeit von Caesar bis auf Karl den Grossen**. (1918/20) 2. ver. Aufl., 2 Bde., Wien, Seidel, 1923/24.

EHRENBERG, Victor. When did the polis rise? In: **The Journal of Hellenic Studies**. Vol. 57, Part 2, 1937, pp. 147-159.

EISERMANN, Gottfried. **Der Grundlagen des Historismus in der deutschen Nationalökonomie**. Stuttgart: Ferdinand Enke, 1956.

FINLEY, Moses I. The ancient city: from Fustel de Coulanges to Max Weber and

beyond. In: **Comparative Studies in Society and History**. Vol. 19, N° 3, jul. 1977, pp. 305-327.

FINLEY, Moses I. **The Ancient Economy**. [1973] Berkeley; Los Angeles; London: University of California Press, 1999.

FREYER, Hans. **Soziologie als Wirklichkeitswissenschaft. Logische Grundlegung des Systems der Soziologie**. Leipzig, Berlin: B.G.Teubner, 1930.

GUARINELLO, Norberto L. Modelos Teóricos sobre a cidade no Mediterrâneo Antigo. In: Maria Beatriz Borba Florenzano; Elaine Veloso Hirata. (Org.). **Estudos Sobre a Cidade Antiga**. 1 ed. São Paulo: Edusp, ,v. 1, 2009, pp. 109-120.

GUARINELLO, Norberto L. Uma morfologia da história antiga: as formas da história antiga. In: **Politeia: história e sociedade**, Vitória da conquista, v. 3, n. 1, 2003, pp. 41-61.

GEPHART, Werner. **Handeln und Kultur. Einheit und Vielfalt der Kulturwissenschaften im Werk Max Webers**, Frankfurt/Main: Suhrkamp, 1998.

GERHARDT, Uta. **Idealtypus. Zur methodischen Begründung der modernen Soziologie**. Baden-Baden: Suhrkamp, 2001.

GEßNER, Willfried. **Geschichtswissenschaft im Anschluß an Max Weber. Das historisch-sozialwissenschaftliche Konzept der "Gesellschaftsgeschichte"**. Berlin, Akad. der Wiss. der DDR, Diss. A, 1990.

GHOSH, Peter. Max Weber, Werner Sombart and the *Archiv für Sozialwissenschaft*: The authorship of the 'Geleitwort' (1904) in: **History of European Ideas**, 36, 2010, pp. 71-100.

GOTHEIN, Eberhard. **Wirtschaftsgeschichte des Schwarzwaldes und der angrenzenden Landschaften**. Strassburg: Trübner, 1892.

HANKE, Edith; MOMMSEN, Wolfgang J (Hrgs.) **Max Webers Herrschaftssoziologie**. Tübingen: Mohr Siebeck, 2001.

HARTMANN, Ludo Moritz. **Römische geschichte**. [1889], 2. Aufl., Gotha: F. A. Perthes, 1921.

HATSCHER, Christoph R. **Charisma und Res publica: Max Webers Herrschaftssoziologie und die römische Republik**. Stuttgart: Steiner, 2000.

HAUPT, Heinz-Gerhard; BRUHNS, Hinnerk. Introduction. in: **Les cahiers du centre de recherches historiques**, Journée d'études Werner Sombart, 1988.

HELMER, Hans-Josef. **Die Genese des Kapitalismus. Studien im Anschluß an Max Weber**. Frankfurt/Main: Lang, 1993.

HENNIS, Wilhelm. **Max Webers Fragestellung. Studien zur Biographie des Werks.** Tübingen: Mohr, 1987.

HENNIS, Wilhelm. **Max Weber und Thukydides: die "hellenische Geisteskultur" und die Ursprünge von Webers politischer Denkart.** Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 2003.

HEUß, Alfred. Max Webers Bedeutung für die Geschichte des griechisch-römischen Altertums. In: **Historische Zeitschrift.** Bd. 201, 1965.

HEUß, Alfred. **Zur Theorie der Weltgeschichte.** Berlin: de Gruyter, 1968.

HILDEBRAND, Bruno, Naturalwirtschaft, Geldwirtschaft und Kreditwirtschaft, in: **Jahrbücher für Nationalökonomie und Statistik 2.** 1864, S. 1-24.

HILGER, Marie-Elisabeth. Kapital. In: BRUNNER, Otto; CONZE, Werner; KOSELLECK, Reinhart (Hgs.). **Geschichtliche Grundbegriffe.** Historisches Lexikon zur politisch-sozialen Sprache in Deutschland. Band 3 H-ME, Studienausgabe. [1982] Stuttgart: Klett-Cotta, 2004.

HINTZE, Otto. **Soziologie und Geschichte.** [1897-1930], Gesammelte Abhandlungen zur Soziologie, Politik und Theorie der Geschichte. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1964.

HÜBINGER, Gangolf. Kapitalismus, Religion und Herrschaft. Max Webers "universalgeschichtliche Probleme" in: Hübinger, G. **Gelehrte, Politik und Öffentlichkeit.** Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 2006.

JAHN, Georg. Die Historische Schule der Nationalökonomie und ihr Ausklang – von der Wirtschaftsgeschichte zur geschichtlichen Theorie. In: Montaner, Antonio (Hrsg.), **Geschichte der Volkswirtschaftslehre.** Köln, 1967, S. 139-150.

JANOSKA-BENDL, Judith. **Methodologische Aspekte des Idealtypus.** Max Weber und die Soziologie der Geschichte. Berlin: Duncker u. Humblot, 1965.

JELLINEK, Georg. **Die Erklärung der Menschen- und Bürgerrechte: Ein Beitrag zur modernen Verfassungsgeschichte.** Leipzig: Duncker & Humblot, 1895.

JOLY, Fábio D. Capitalismo e burocracia: economia e política nas Relações Agrárias na Antiguidade, de Max Weber, In: **Revista de História,** 140, 1999, pp. 9-22.

KAESLER, Dirk. Fortschreitende Bürokratisierung. Max Webers Studien "Zur Sozial- und Wirtschaftsgeschichte des Altertums" in mustergültiger Edition erschienen. In: http://www.literaturkritik.de/public/rezension.php?rez_id=10535, abr., 2007.

KAESLER, Dirk. **Max Weber. Eine Einführung in Leben, Werk und Wirkung.**

New York, Frankfurt: Campus, 2003.

KALBERG, Stephen. Introduction and notes. In: WEBER, Max. **The protestant ethic and the spirit of capitalism with other writings on the rise of the west**. New York, Oxford: Oxford University Press, 2009, pp. 7-58.

KALBERG, Stephen. **Max Weber's comparative-historical Sociology**. Chicago: University of Chicago Press, 1994.

KALINOWSKI, Isabelle; LARDINOIS, Roland. Introduction. in: Weber, Max. **Hindouisme et Bouddhisme**. Paris: Flammarion, 2003.

KLOFT, Hans, Untergang und Übergang. Max Webers Deutung des Untergangs der antiken Welt; in: Ehrhardt, Norbert / Günther, Linda-Marie (Hgg.), **Widerstand - Anpassung - Integration**. Die griechische Staatenwelt und Rom. Festschrift für Jürgen Deininger zum 65. Geburtstag; Stuttgart 2002, S. 293-303.

KOCKA, Jürgen (hrsg.) **Max Weber, der Historiker**. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht., 1986.

KÖNIG, René; WINCKELMANN, Johannes. (Hgs.) **Max Weber zum Gedächtnis**. Opladen: Westdeutscher Verlag, 1985.

KRÜGER, Dieter. Max Weber und die "Jüngeren" im Verein für Sozialpolitik. in: MOMMSEN, Wolfgang J; SCHWENTKER, Wolfgang. **Max Weber und seine Zeitgenossen**. Göttingen und Zürich: Vandenhoeck & Ruprecht, 1988, S. 98-118.

KÜTTLER, Wolfgang. **Max Weber und die Geschichtswissenschaft: Möglichkeiten und Grenzen spätbürgerlicher Geschichtsperspektive**. Berlin: Akademie, 1989.

LALLEMENT, Michel. **Histoire des idées sociologiques**. Des origines à Weber. Paris: Nathan, 2000.

LALLEMENT, Michel. Max Weber, la théorie économique et les apories de la rationalisation économique. In: **Cahiers du centre de recherches historiques**, no. 34, 2004, pp. 93-115.

LICHTBLAU, Klaus. **Kulturkrise und Soziologie um die Jahrhundertwende**. Zur Genealogie der Kultursoziologie in Deutschland. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1996.

LO CASCIO, Elio. Weber e il "capitalismo antico". In: **Max Weber e le scienze sociali del suo tempo**. Marta Losito e Pierangelo Schiera (Orgs.), Bologna: Società editrice il Mulino, 1988, pp. 401-421.

LÖWITH, Karl. Max Weber und Karl Marx. In: LÖWITH, Karl, **Hegel und die Aufhebung der Philosophie – Max Weber**. J.B. Metzlersche Verlagsbuchhandlung,

1988.

LOVE, John. **Antiquity and capitalism: Max Weber and the sociological foundations of Roman civilization**. London: Routledge, 1991.

MANNHEIM, Karl. German Sociology (1934) in: **Essays on Sociology and Social Psychology**. London: Routledge & Kegan Paul, 1953, pp. 209-228.

MARX, Karl. **Das Kapital**. Kritik der politischen Ökonomie, Bd1: Der Produktionsprozess des Kapitals (1867), MEW, Berlin: Dietz, 1982.

MARX, Karl. Formen, die der kapitalistischen Produktion vorhergehen. Die Analyse jenes Prozesses, der der Bildung des Kapitalverhältnisses oder der ursprünglichen Akkumulation vorhergeht. [1858] in: **Grundrisse der Kritik der politischen Ökonomie**. Berlin: Dietz Verlag, 1974.

MATA, Sérgio da. Anos de aprendizagem de um jurista formado numa perspectiva histórica: Max Weber e o historicismo. in: **História da Historiografia**, v. 6, 2011a, p. 64-80.

MATA, Sérgio da. Max Weber e a Ciência Histórica. in: **Teoria & Sociedade** (UFMG), Belo Horizonte, 2005, pp. 150-171.

MATA, Sérgio da. Max Weber e o destino do "despotismo oriental". in: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 61, 2006, pp. 203-206.

MATA, Sérgio da. Relações agrárias na Antiguidade: campo de testes ou berço da sociologia weberiana? In: **Revista brasileira de Ciências Sociais**, vol. 26, n. 75, 2011b, pp. 175-178.

MEIER, Christian (Hrsg.). **Die okzidentale Stadt nach Max Weber: zum Problem der Zugehörigkeit in Antike und Mittelalter**. München: Oldenbourg, 1994.

MEIER, Christian. Max Weber und die Antike. In: GNEUSS, C.; KOCKAJ. **Max Weber. Ein Symposium**. München: Oldenbourg, 1988, pp. 11-24.

MEITZEN, August. **Siedlung und Agrarwesen der Westgermanen und Ostgermanen, der Kelten, Römer, Finnen und Slawen**. [1895] Berlin: W. Hertz, 1963.

MENGER, Carl, **Die Irrtümer des Historismus in der deutschen Nationalökonomie** [1884], Aalen: Scientia-Verlag, 1966.

MEYER, Eduard. **Die Sklaverei im Altertum**. Vortrag, gehalten in der Gehestiftung zu Dresden am 15. Januar 1898, Dresden 1898.

MEYER, Eduard. Die wirtschaftliche Entwicklung des Altertums. in: **Jahrbücher für Nationalökonomie und Statistik**. 3. Folge, Band 9, 1895, S. 696-750.

MEYER, Eduard. **Geschichte des Altertums**. 1. Band, Geschichte des Orients bis zur Begründung des Perserreichs. 1. Aufl. Stuttgart: Verlag der J.G. Cotta-schen Buchhandlung, 1884.

MEYER, Eduard. **Geschichte des Altertums**. [1907], Bd. I. Einleitung. Elemente der Anthropologie. 6. Aufl., Darmstadt: Wiss. Buchgemeinschaft, 1953.

MOMIGLIANO, Arnaldo. **As raízes clássicas da historiografia moderna**. Bauru: Edusc, 2004.

MOMIGLIANO, Arnaldo. **Sui fondamenti della storia antica**. Torino: Einaudi, 1984.

MOMMSEN, Theodor. **Römische Geschichte**. 5 Bd., Leipzig: Weidmann, 1854-1856.

MOMMSEN, Wolfgang J. Einleitung. In: WEBER, Max. **Allgemeine ("theoretische") Nationalökonomie. Vorlesungen 1894-1898**. Max Weber-Gesamtausgabe. Band III/1, Hrsg. v. Wolfgang J. Mommsen in Zus.-Arb. m. Cristof Judenau, Heino H. Nau, Klaus Scharfen u. Marcus Tiefel Tübingen: Mohr (Paul Siebeck), 2009.

MOMMSEN, Wolfgang J. Einleitung. In: **Zur russischen Revolution von 1905**. [1905-1912], Max Weber-Gesamtausgabe. Band I/10, Hrsg. v. Wolfgang J. Mommsen, in Zus.-Arb. m. Dittmar Dahlmann, Tübingen: Mohr (Paul Siebeck), 1989b, S. 1-51.

MOMMSEN, Wolfgang J. From agrarian capitalism to the "spirit" of modern capitalism: Max Webers approaches to the protestant ethic. In: **Max Weber Studies**, London, 2006, pp. 185-203.

MOMMSEN, Wolfgang J. Max Weber. In: Wehler, Hans-Ulrich (Hg.). **Deutsche Historiker**. Bd 3, Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1972, S. 65-90.

MOMMSEN, Wolfgang J. **Max Weber. Gesellschaft, Politik und Geschichte**. Frankfurt a. Main: Suhrkamp, 1974.

MOMMSEN, Wolfgang J. Max Webers Begriff der Universalgeschichte. In: KOCKA, Jürgen (hrsg.) **Max Weber, der Historiker**. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht., 1986, S. 51-72.

MOMMSEN, Wolfgang J. **Max Weber und die Moderne Geschichtswissenschaft**. Saarbrücken, 1989a.

MOMMSEN, Wolfgang J; SCHWENTKER, Wolfgang. (Hrsgs.) **Max Weber und seine Zeitgenossen**. Göttingen und Zürich: Vandenhoeck & Ruprecht, 1988.

MORRIS, Ian. Foreword. in: **The ancient economy**. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1999, pp. ix-xxxvi.

MORRIS, Ian; MANNING, J. M. The Economic Sociology of the Ancient Mediterranean World. in: SMELSER, Neil J.; SWEDBERG, Richard. **Handbook of Economic Sociology**. Princeton, Oxford and New York: Princeton University Press and Russell Sage Foundation, 2005, pp. 131-159.

MOSSÉ, Claude. Homo oeconomicus. In: Vernant, Jean-Pierre, **Der Mensch der griechischen Antike**. (Hrg.), Frankfurt/Main: Magnus, 2004, S. 31-62.

MUCHIELLI, Laurent. **Mythes et histoire des sciences humaines**. Paris: La Découverte, 2004.

NAFISSI, Mohammad. **Ancient Athens & modern ideology**. Value, theory & evidence in historical sciences ; Max Weber, Karl Polanyi & Moses Finley. London: Inst. of Classical Studies, 2005.

NAU, Heinrich Heino. **Eine "Wissenschaft vom Menschen"**. Max Weber und die Begründung der Sozialökonomik in der deutschsprachigen Ökonomie 1871 bis 1914. Berlin: Duncker & Humblot, 1997.

NAU, Heinrich Heino. **The historicity of economics**. Continuities and discontinuities of historical thought in 19th and 20th century economics. Berlin: Springer, 2002.

NEURATH, Otto. Economic history of Antiquity [Excerpts]. In: **Economic writings selections 1904-1945**. Dordrecht: Kluwer academic publishers, 2004, pp. 120-152.

NIPPEL, Wilfried. Die antike Stadt in Max Webers Herrschaftssoziologie, in: E. Hanke / W. J. Mommsen (Hgg.), **Max Webers Herrschaftssoziologie. Studien zu Entstehung und Wirkung**, Tübingen: Mohr Siebeck, 2001, S. 189-201.

NIPPEL, Wilfried. Die Kulturbedeutung der Antike. Marginalien zu Weber. In: KOCKA, Jürgen (hrsg.) **Max Weber, der Historiker**. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht., 1986, S. 112-118.

NIPPEL, Wilfried. Eduard Meyer, Max Weber e le origini dello stato, in: B. de Gerloni (Hg.), **Problemi e metodi della storiografia tedesca contemporanea**, Turin: Einaudi, 1996, S. 175-193.

NIPPEL, Wilfried. Eduard Meyer. Prolegomena zu Eduard Meyers *Anthropologie*. In: **Leben und Leistung eines Universalhistorikers**. M. Calder III und A. Demandt (Hrgs.), Leiden, 1990a, S. 311-328.

NIPPEL, Wilfried. Einleitung. In: WEBER, Max. **Wirtschaft und Gesellschaft. Die Stadt**. [1914a] Max Weber-Gesamtausgabe. Band I/22-5, Hrsg. Wilfried Nippel, Tübingen: Mohr (Paul Siebeck), 1999, S. 1-43.

NIPPEL, Wilfried. **Finley and Weber. Some Comments and Theses**, OPUS 6-8, 1987-89, 1991a, S. 43-50.

NIPPEL, Wilfried. From Agrarian History to Cross-cultural Comparisons: Weber on Greco-Roman Antiquity, in: S. Turner (Hg.), **The Cambridge Companion to Weber**, Cambridge: Cambridge UP, 2000a, S. 240-255.

NIPPEL, Wilfried. *Homo politicus* and *homo oeconomicus* - the European citizen according to Max Weber, in: A. Pagden (Hg.), **The Idea of Europe. From Antiquity to the European Union**, Cambridge: Cambridge UP, 2002, S. 129-138.

NIPPEL, Wilfried. Max Weber, Eduard Meyer und die „Kulturgeschichte“, in: M. Hettling et al. (Hgg.), **Was ist Gesellschaftsgeschichte?**, München: Beck, 1991b, S. 323-330.

NIPPEL, Wilfried. Max Weber, „Nationalökonom und Politiker“, in: **Geschichte und Gesellschaft** 20, 1994, S. 274-298.

NIPPEL, Wilfried. Max Weber's „The City“ Revisited, in: A. Molho et al. (Hgg.), **City States in Classical Antiquity and Medieval Italy**, Stuttgart: Steiner, 1991c, S. 19-30.

NIPPEL, Wilfried. **Max Weber und die Althistorie seiner Zeit**. Antrittsvorlesung, 30. Juni 1992, Humboldt-Universität zu Berlin, Berlin, 1993.

NIPPEL, Wilfried. Max Weber und die okzidentale Stadt, in: **Berliner Journal für Soziologie** 5, 1995, S. 359-366.

NIPPEL, Wilfried. Marx, Weber und die Sklaverei, in: E. Herrmann-Otto (Hg.), **Unfreie Arbeits- und Lebensverhältnisse von der Antike bis in die Gegenwart**, Hildesheim: Olms, 2005, S. 317-356.

NIPPEL, Wilfried. Methodenentwicklung und Zeitbezüge im althistorischen Werk Max Webers, in: **Geschichte und Gesellschaft**, 16, 1990b, S. 355-375.

NIPPEL, Wilfried. New Paths of Antiquarianism in the Nineteenth and Early Twentieth Centuries: Theodor Mommsen and Max Weber, in: Peter N. Miller (Hg.), **Momigliano and Antiquarianism. Foundations of the modern cultural sciences**, Toronto: Toronto UP, 2007, S. 207-228.

NIPPEL, Wilfried. Vom Nutzen und Nachteil Max Webers für die Althistorie, in: **Antike und Abendland** 40, 1994, S. 169-180.

NIPPEL, Wilfried. Webers „Stadt“. Entstehung, Struktur der Argumentation, Rezeption. In: **Max Weber und die Stadt im Kulturvergleich**, Göttingen: Vandenhoeck und Ruprecht, 2000b, S. 11-38.

NÖRR, Knut W.; SCHEFOLD, Bertram; TENBRUCK, Friedrich (Hgs.)

Geisteswissenschaften zwischen Kaiserreich und Republik. Zur Entwicklung von Nationalökonomie, Rechtswissenschaft und Sozialwissenschaft im 20. Jahrhundert. Stuttgart: Franz Steiner, 1994.

PARSONS, Talcott. "Capitalism" in recent german literature: Sombart and Weber. In: **The journal of political economy**, 37, 1929.

PARSONS, Talcott. **The Structure of Social Action** [1937] New York: Free Press, 1968.

PFISTER, Bernhard. **Die Entwicklung zum Idealtypus.** Eine methodologische Untersuchung über das Verhältnis von Theorie und Geschichte bei Menger, Schmoller und Max Weber, Tübingen 1928.

PIERUCCI, Antonio Flávio. Apresentação. In: WEBER, Max. **A ética protestante e o "espírito" do capitalismo.** São Paulo: Cia da Letras, 2008, pp. 7-15.

PIERUCCI, Antonio Flávio. **O desencantamento do mundo: todos os passos do conceito em Max Weber.** São Paulo: Editora 34, 2003.

POLANYI, Karl.; ARENSBERG, Conrad M. (eds.) **Trade and Markets in the Early Empires.** Glencoe, Ill.: Free Press, 1957.

RAPHAEL, Freddy. Werner Sombart et Max Weber. in: **Les cahiers du centre de recherches historiques**, Journée d'études Werner Sombart, 1988.

RIESEBRODT, Martin. Einleitung. In: WEBER, Max. **Die Lage der Landarbeiter im ostelbischen Deutschland** [1892]. Max Weber-Gesamtausgabe. Bände III/1-2, Hrsg. v. Martin Riesebrodt, Tübingen: Mohr (Paul Siebeck), 1984, S. 1-17.

RODBERTUS, Johann Karl. (Rodbertus-Jagetzov, Carl v.) **Zur Erklärung und Abhülfe der heutigen Creditnoth des Grundbesitzes**, Band II, Jena, 1869.

RODBERTUS, Johann Karl. Zur Geschichte der römischen Tributsteuern seit Augustus. **Jahrbücher für Nationalökonomie und Statistik** 5, 1865, und 8, 1867.

ROSSI, Pietro. Max Weber und die Methodologie der Geschichts- und Sozialwissenschaften. In: KOCKA, Jürgen (hrsg.) **Max Weber, der Historiker.** Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht., 1986, S. 28-50.

ROSSI, Pietro. **Vom Historismus zur historischen Sozialwissenschaft.** Heidelberger Max Weber-Vorlesungen. Frankfurt/Main: Suhrkamp, 1987.

ROSTOVTSJEFF, Michael Ivanovic. **Geschichte der Staatspacht in der römischen Kaiserzeit bis Diokletian.** Leipzig: Dieterich'sche Verlagsbuchhandlung, 1902.

ROSTOVTSJEFF, Michael Ivanovic. **The social and economic history of the Roman Empire.** Oxford: Clarendon Press, 1926.

ROTH, Günther. Introduction. In: MAX WEBER, **Economy and Society**, Berkeley: U. California Press, 1978.

ROTH, Günther; SCHLUCHTER Wolfgang. **Max Weber's vision of history**. Ethics and methods. Berkeley: Univ. of California Press, 1984.

ROTH, Günther. Rationalization in Max Weber's developmental history. In: WHIMSTER, Sam; LASH, Scott (Orgs.) **Max Weber, rationality and modernity**. London: Allen and Unwin, 1987, pp. 75-91.

SCHAAF, Julius Jakob. **Geschichte und Begriff. Eine kritische Studie zur Geschichtsmethodologie von Ernst Troeltsch und Max Weber**. Tübingen: Mohr, 1946.

SALMINEN, Ari. **On Max Weber's comparative methodology**. Vaasa: Vaasan Korkeakoulu, 1984.

SCHÄFFLE, Albert E. F., **Kapitalismus und Socialismus mit besonderer Rücksicht auf Geschäfts- und Vermögensformen**, Tübingen, 1870.

SCHLUCHTER Wolfgang. **Die Entwicklung des okzidentalen Rationalismus**. Eine Analyse von Max Webers Gesellschaftsgeschichte. Tübingen: Mohr Siebeck, 1979.

SCHLUCHTER Wolfgang. **Die Entzauberung der Welt. Sechs Studien zu Max Weber**. Tübingen: Mohr Siebeck, 2009a.

SCHLUCHTER Wolfgang. **Grundlegungen der Soziologie. Band I**. Tübingen: Mohr Siebeck, 2009b.

SCHLUCHTER Wolfgang. (Hrg.) **Max Webers Sicht des antiken Christentums**. Frankfurt a. Main: Suhrkamp, 1985.

SCHLUCHTER Wolfgang. (Hrg.) **Max Webers Studie über das antike Judentum**. Frankfurt a. Main: Suhrkamp, 1981.

SCHLUCHTER Wolfgang. **Religion und Lebensführung**. Band 1. Frankfurt a. Main: Suhrkamp, 1991a.

SCHLUCHTER Wolfgang. **Religion und Lebensführung**. Band 2. Frankfurt a. Main: Suhrkamp, 1991b.

SCHLUCHTER Wolfgang. **The rise of western rationalism Max Weber's developmental history**. Berkeley: Univ. of California Press, 1985.

SCHMOLLER, Gustav. Studien über die wirtschaftliche Politik Friedrichs des Großen und Preußens überhaupt von 1680 bis 1786", Teil 1, in: **Jahrbuch für**

Gesetzgebung, Verwaltung und Volkswirtschaft im Deutschen Reich, Bd. 8 (1884), 1-61, 345-421, 999-1091; Teil 2, in: Bd. 10 (1886), 1-45, 327-373, 675-727; Teil 3, in: Bd. 11 (1887), 1-58, 789-883.

SCHNEIDER, Helmut. Die Bücher-Meyer Kontroverse. In: **Leben und Leistung eines Universalhistorikers**. M. Calder III und A. Demandt (Hrsgs.), Leiden, 1990, S. 417-445.

SCHÖNBERG, Gustav. Zur wirthschaftlichen Bedeutung des deutschen Zunftwesens im Mittelalter, in: **Jahrbücher für Nationalökonomie und Statistik** 9. 1867.

SCHUMPETER, Joseph A. **History of economic analysis**. New York: Oxford University Press, 1954.

SHIONOYA, Yuichi. **The soul of the German historical school**. Methodological essays on Schmoller, Weber, and Schumpeter. New York: Springer, 2004.

SOMBART, Werner. Besprechung von: Max Weber, Die römische Agrargeschichte in ihrer Bedeutung für das Staats- und Privatrecht (Stuttgart, 1891), in: **Zeitschrift für Sozial- und Wirtschaftsgeschichte**, Bd. 1, Berlin, 1893, S. 349-356.

SOMBART, Werner. **Der moderne Kapitalismus**. 2 Bd. Leipzig: Dunker & Humblot, 1902.

SOMBART, Werner. Die gewerbliche Arbeit und ihre Organization. In: **Archiv für soziale Gesetzgebung und Statistik**. 14, 1889.

SOMBART, Werner. Die Hausindustrie in Deutschland, in: **Archiv für soziale Gesetzgebung** 4, 1891, S. 103-156.

SUKALE, Michael. **Max Weber - Leidenschaft und Disziplin**. Leben, Werk, Zeitgenossen. Tübingen: Mohr Siebeck, 2002.

SWEDBERG, Richard. **Max Weber e a ideia de sociologia econômica**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2005.

SWEDBERG, Richard. Sociologia econômica: hoje e amanhã. In: **Tempo social**. v. 16, no. 2, novembro de 2004. pp. 7-34.

SWEDBERG, Richard. **The Max Weber dictionary**. Key words and central concepts. Stanford: Stanford Social Sciences, 2005.

TAKEBAYASHI, Shiro. **Die Entstehung der Kapitalismustheorie in der Gründungsphase der deutschen Soziologie**. Von der historischen Nationalökonomie zur historischen Soziologie Werner Sombarts und Max Webers. Berlin: Duncker & Humblot, 2003.

TENBRUCK, Friedrich. **Das Werk Max Webers**. Gesammelte Aufsätze zu Max

Weber. Tübingen: Mohr Siebeck, 1999.

TENBRUCK, Friedrich. Max Weber und Eduard Meyer in: MOMMSEN, Wolfgang J; SCHWENTKER, Wolfgang. **Max Weber und seine Zeitgenossen**. Göttingen und Zürich: Vandenhoeck & Ruprecht, 1988, S. 337-379.

TURNER, Stephen. (Ed.) **The Cambridge Companion to Weber**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

VERNANT, Jean-Pierre; VIDAL-NAQUET, Pierre. **Trabalho e escravidão na Grécia antiga**. Campinas: Papirus, 1989.

VEYNE, Paul. **Comment on écrit l'histoire**. Essai d'épistémologie. Paris: Seuil, 1971.

WAGNER, Gerhard; ZIPPRIAN, Heinz. **Max Webers Wissenschaftslehre**. Interpretation und Kritik. Frankfurt a. Main: Suhrkamp, 1994.

WAGNER-HASEL, Beate. **Die Arbeit des Gelehrten. Der Nationalökonom Karl Bücher (1847-1930)**, Frankfurt am Main: Capus, 2011.

WEBER, Alfred. **Kulturgeschichte als Kultursoziologie**. [1936], München: Piper, 1960.

WEBER, Marianne. **Max Weber**. Ein Lebensbild. [1926], München: Piper, 1989.

WEBER, Max.; SOMBART, Werner; JAFFÉ, Edgard. Geleitwort. In: **Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik**. Tübingen: Mohr, 1904, S. I-VII.

WEISS, J. **Weber and the marxist world**. London: Routledge, 1981.

WHIMSTER, Sam. **Weber**. São Paulo: Artmed, 2009.

WHIMSTER, Sam; LASH, Scott (Orgs.) **Max Weber, rationality and modernity**. London: Allen and Unwin, 1987.

WINTERLING, Aloys, Die römische Republik im Werk Max Webers. Rekonstruktion - Kritik - Aktualität, in: **Historische Zeitschrift**, 273, 2001, S. 595-635.

WINTERLING, Aloys, "Mit dem Antrag Kanitz also saßen die Cäsaren noch heute auf ihrem Throne". Max Webers Analysen der römischen Agrargeschichte, in: **Archiv für Kulturgeschichte** 83, 2001, S. 413-449.

ZINGERLE, Arnold. **Max Webers historische Soziologie**. Aspekte und Materialien zur Wirkungsgeschichte. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1981.